



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXII - Nº 010 - SEXTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **NARCIO RODRIGUES** – PSDB – MG

2º Vice-Presidente

Senador **ÁLVARO DIAS** – PSDB – PR

1º Secretário

Deputado **OSMAR SERRAGLIO** – PMDB – PR

2º Secretário

Senador **GERSON CAMATA** – PMDB – ES

3º Secretário

Deputado **WALDEMIR MOKA** – PMDB – MS

4º Secretário

Senador **MAGNO MALTA** – PR – ES

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Narcio Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2007-CN

Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º É instituída a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA.

Art. 2º A Comissão Mista referida no artigo anterior será composta por 10 (dez) Deputados Federais e 10 (dez) Senadores.

Parágrafo único. Serão indicados igual número de suplentes para os representantes da Comissão.

Art. 3º A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Parágrafo único. A Comissão Mista terá caráter permanente e prazo indeterminado de funcionamento.

Art. 4º A contribuição financeira anual destinada ao Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) será efetuada de forma alternada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 21 de novembro de 2007. – Deputado **Narcio Rodrigues**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 69, DE 2007

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 395, de 27 de setembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de novembro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 21 de novembro de 2007. – Deputado **Narcio Rodrigues**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 175, de 2007-CN (nº 854/2007, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional a atualização das informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2008. 02435

Nº 178, de 2007-CN (nº 870/2007, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2007. 02435

1.2.2 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

DEPUTADO RICARDO BARROS – Agradecimentos aos parlamentares que foram solidários na manutenção das regras da Resolução nº 1-CN, esclarecendo que a norma permitirá a participação de todos na elaboração do orçamento. 02435

DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Considerações sobre a Resolução nº 1-CN, parabenizando o Sr. Presidente pela criação de um grupo de trabalho para examiná-la. Apelo para o exame dos vetos presidenciais. Defesa da discussão, pelo Congresso Nacional, da proposta do Ministro da Saúde, no sentido de que sejam criadas fundações, com o fim de gerir com mais eficiência o sistema público de saúde no País. 02436

DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO – Considerações sobre a Resolução nº 1-CN. Análise do Orçamento da União, com destaque ao aumento da carga tributária. 02437

DEPUTADO OTÁVIO LEITE – Conclama os Srs. Parlamentares para uma reflexão e adoção de medidas diante do “déficit deliberativo” das duas Casas Legislativas. 02438

DEPUTADO CHICO LOPES – Discordância com a abertura do comércio aos domingos, fato que não trouxe benefícios às famílias dos comerciantes. 02439

DEPUTADO ROCHA LOURES – Registro da visita do Secretário-Geral da ONU ao Brasil. Lançamento, nesta semana, do Programa de Ação

Nacional de Mudança Climática. Agradecimentos ao Comandante da Marinha pelo convite feito a S. Exa. para visitar o Programa Antártico brasileiro... 02440

DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Posicionamento favorável à Resolução nº 1-CN. 02441

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Saudação ao Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, pela forma como conduziu o conflito e a tensão que envolveu o Estado, em decorrência de rebeliões em presídios na semana passada. A premência de uma política nacional que invista em educação e em inclusão social. 02441

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Apoio à pretensão da Venezuela em ingressar no Mercosul... 02442

DEPUTADO GILMAR MACHADO – Registro da participação de S. Exa. em audiência pública na cidade de Catalão – GO, onde se discutiu a estratégia da Bacia do Rio Paranaíba. Anúncio dos esforços do Governo Federal em prol do Município de Uberlândia, afetada no início deste mês por grande temporal, que provocou demasiado prejuízo ao bem público e à população. 02443

DEPUTADO DR. UBIALI – Defesa da reforma tributária. 02444

DEPUTADO JÔ MORAES – O desafio do controle sobre a viabilização e aplicabilidade do Orçamento da União, dos Estados e Municípios. Defesa da uma reforma tributária progressiva. Registro da visita do Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, ao Presidente Lula e ao Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, convidando-os para o Encontro das Cidades da América Latina e do Caribe, a realizar-se em dezembro próximo. Apoio à votação dos projetos de créditos suplementares. ... 02445

1.2.3 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Geraldo Puddin, relativamente à Medida Provisória nº 338, de 2006, que será oportunamente respondida pela Mesa... 02446

1.2.4 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações – continuação)

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Observação de que o Orçamento da União está em elaboração. Transcrição nos Anais do Congresso Nacional do editorial de hoje do jornal O Globo, intitulado “A todo risco”, que faz referência à deci-

são adotada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, que aprovou a possível inclusão da Venezuela ao Mercosul. 02446

DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Relato sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a situação dos presídios no Brasil. 02450

DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Louvor a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, que aprovou a possível inclusão da Venezuela ao Mercosul. A importância da XIII Conferência Nacional de Saúde, que aprovou resolução que beneficiará a saúde da população amazônica. 02450

DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Transcurso, no dia 20 do corrente, do Dia da Consciência Negra. Pesar pelo falecimento do jornalista Jorge Lindsay, no último domingo. Importância da decisão da Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, que aprovou a possível inclusão da Venezuela ao Mercosul. 02451

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei nº 53, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$10.018.100,00 (dez milhões, dezoito mil e cem reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado nos termos do Parecer nº 67, de 2007-CN. À sanção. 02453

Item 2

Projeto de Lei nº 61, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 70.798.615,00 (setenta milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e quinze reais), para os fins que especifica, e dá outras providências. Aprovado nos termos do Parecer nº 68, de 2007-CN. À sanção. 02459

1.3.1 – Ofício

Nº 133/2007, de 20 do corrente, do Deputado Eduardo Sciarra, informando a existência de incorreções no Anexo I, segunda página, Suplementação da Unidade Orçamentária Dnit, do Projeto de Lei nº 54, de 2007-CN, e solicitando providências para que sejam sanadas as incorreções indicadas. 02486

1.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)

Item extrapauta

Retificação do Projeto de Lei nº 54, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 22.715.795,00 (vinte e dois milhões, setecentos e quinze mil, setecentos e no-

venta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovada. 02486

Item 3

Projeto de Lei nº 38, de 2007-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário. À sanção. 02486

Item 4

Projeto de Lei nº 39, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário. À sanção. 02489

Item 5

Projeto de Lei nº 40, de 2007-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 49.930.808,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e trinta mil e oitocentos e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário. À sanção. 02492

Item 6

Projeto de Lei nº 45, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para os fins que especifica. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário. À sanção. 02501

Item 7

Projeto de Lei nº 48, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito especial no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), para o fim que especifica. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário. À sanção. 02507

Item 8

Projeto de Lei nº 44, de 2007-CN, que abre crédito especial ao Orçamento de Investimento para 2007 no valor total de R\$ 1.185.035.673,00 (um bilhão, cento e oitenta e cinco milhões, trinta e cinco mil e seiscentos e setenta e três reais), em favor das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, de empresas do Grupo PETROBRAS e das Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, para os fins que especifica, e dá outras providências. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário. À sanção. 02511

Item 9

Projeto de Lei nº 46, de 2007-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em

favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para os fins que especifica. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário. À sanção..... 02525

Item 10

Projeto de Lei nº 49, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para o fim que especifica. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário, tendo usado da palavra o Sr. Cláudio Cajado. À sanção..... 02527

Item 11

Projeto de Lei nº 52, de 2007-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 116.624.807,00 (cento e dezesseis milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado o Substitutivo, apresentado como conclusão de Parecer proferido em Plenário. À sanção..... 02530

Item 12

Projeto de Lei nº 60, de 2007-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$ 33.848.633,00 (trinta e três milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário. À sanção..... 02550

Item 13

Projeto de Lei nº 63, de 2007-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 418.445.597,00 (quatrocentos e dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. Aprovado o Substitutivo, apresentado como conclusão de Parecer proferido em Plenário. À sanção... 02600

Item 14

Projeto de Lei nº 64, de 2007-CN, que altera modalidade de aplicação constante do Orçamento da Seguridade Social da União, no âmbito do Ministério da Saúde. Aprovado o Substitutivo, apre-

sentado como conclusão de Parecer proferido em Plenário. À sanção. À sanção. 02651

Item 15

Projeto de Lei nº 55, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 69.844.939,00 (sessenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário. À sanção. 02655

Item 16

Projeto de Lei nº 42, de 2007-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor de empresas do Grupo PETROBRAS, crédito suplementar no valor total de R\$ 8.298.937.975,00 (oito bilhões, duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e trinta e sete mil e novecentos e setenta e cinco reais), e reduz o Orçamento de Investimento de empresas daquele Grupo no valor global de R\$ 5.814.327.592,00 (cinco bilhões, oitocentos e quatorze milhões, trezentos e vinte e sete mil e quinhentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica. Aprovado, após Parecer proferido em Plenário. À sanção..... 02668

Item 17

Projeto de Lei nº 57, de 2007-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 910.068.563,00 (novecentos e dez milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado. À sanção. 02712

1.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia

DEPUTADO VALTER PINHEIRO – Agradecimentos pela colaboração da Oposição na votação da pauta de hoje. Expectativas da aprovação, na próxima semana, do Projeto de Lei do Congresso nº 65, de 2007. Realização, na próxima quarta-feira, na Comissão de Ciência e Tecnologia, de audiência pública para discutir a medida provisória que trata da TV Pública..... 02712

1.4 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 9ª Sessão Conjunta, em 22 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nécio Rodrigues e Osmar Serraglio

ÀS 10 HORAS E 34 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/11/2007 07:22:43 até 22/11/2007 20:00:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
EM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
oco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
SDB	PR	ALVARO DIAS	X	
EM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
oco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
oco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
SDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
DT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
oco-PT	MS	DELCLIDIO AMARAL	X	
EM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
VDB	MA	EDISON LOBÃO	X	
SDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
oco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	
EM	PB	EFFRAIM MORAIS	X	
EM	MG	ELISEU RESENDE	X	
oco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
oco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	X	
oco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
SDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
oco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
MDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
MDB	ES	GERSON CAMATA	X	
VDB	AP	GILVAM BORGES	X	
oco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
EM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
oco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
MDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
EM	MT	JAYME CAMPOS	X	
DT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
DT	BA	JOÃO DURVAL	X	
oco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
EM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
EM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
MDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
.SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
MDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
EM	TO	KÁTIA ABREU	X	
MDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
oco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
MDB	PI	MÃO SANTA	X	
EM	PE	MARCO MACIEL	X	
SDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
EM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
SDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
SDB	MS	MARISA SERRANO	X	
oco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
MDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
DT	PR	OSMAR DIAS	X	
SDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
DT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
MDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
oco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
MDB	RS	PEDRO SIMON	X	
EM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
oco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
VDB	RR	ROMERO JÚCA	X	
oco-PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
VDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
SDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 67 Senadores

E AS SRAS, E OS SRS. DEPUTADOS:

*E AS SRAS. E OS SRS. DEPUTADOS***53ª LEGISLATURA****PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 009 - 22/11/2007**

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Início : 22/11/2007 10:28

Fim : 22/11/2007 13:13

Total de Presentes : 388

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Angela Portela	PT	
002 - Edio Lopes	PMDB	PmdbPscPtc
006 - Marcio Junqueira	DEM	
005 - Maria Helena	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
008 - Urzeni Rocha	PSDB	
Presentes Roraima: 5		
AMAPÁ		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
010 - Davi Alcolumbre	DEM	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
012 - Fátima Pelaes	PMDB	PmdbPscPtc
016 - Janete Capiberibe	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
014 - Jurandil Juarez	PMDB	PmdbPscPtc
015 - Lucenira Pimentel	PR	
Presentes Amapá: 7		
PARÁ		
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	PmdbPscPtc
018 - Bel Mesquita	PMDB	PmdbPscPtc
019 - Beto Faro	PT	
026 - Gerson Peres	PP	
027 - Giovanni Queiroz	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	
031 - Nilson Pinto	PSDB	
030 - Paulo Rocha	PT	
035 - Vic Pires Franco	DEM	
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
023 - Wladimir Costa	PMDB	PmdbPscPtc
025 - Zé Geraldo	PT	
033 - Zequinha Marinho	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Pará: 14		
AMAZONAS		
042 - Rebecca Garcia	PP	
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Amazonas: 2		
RONDONIA		
048 - Eduardo Valverde	PT	
045 - Lindomar Garçon	PV	
050 - Marinha Raupp	PMDB	PmdbPscPtc
046 - Mauro Nazif	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
049 - Moreira Mendes	PPS	
051 - Natan Donadon	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Rondonia: 6		

	Partido	Bloco
ACRE		
053 - Fernando Melo	PT	
054 - Flaviano Melo	PMDB	PmdbPscPtc
052 - Henrique Afonso	PT	
057 - Nilson Mourão	PT	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
059 - Sergio Petecão	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Acre: 6		
TOCANTINS		
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
061 - João Oliveira	DEM	
062 - Laurez Moreira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
063 - Lázaro Botelho	PP	
064 - Moises Avelino	PMDB	PmdbPscPtc
065 - Osvaldo Reis	PMDB	PmdbPscPtc
067 - Vicentinho Alves	PR	
Presentes Tocantins: 7		
MARANHÃO		
068 - Carlos Brandão	PSDB	
073 - Clóvis Fecury	DEM	
071 - Davi Alves Silva Júnior	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
072 - Domingos Dutra	PT	
076 - Flávio Dino	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
075 - Gastão Vieira	PMDB	PmdbPscPtc
077 - Julião Amin	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
078 - Nice Lobão	DEM	
080 - Pedro Fernandes	PTB	
082 - Pedro Novais	PMDB	PmdbPscPtc
079 - Pinto Itamaraty	PSDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	PmdbPscPtc
074 - Ribamar Alves	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
083 - Roberto Rocha	PSDB	
084 - Waldir Maranhão	PP	
Presentes Maranhão: 15		
CEARÁ		
087 - Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPscPtc
092 - Ariosto Holanda	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
090 - Arnon Bezerra	PTB	
088 - Chico Lopes	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
091 - Eudes Xavier	PT	
093 - Eugênio Rabelo	PP	
094 - Flávio Bezerra	PMDB	PmdbPscPtc
100 - Gorete Pereira	PR	
101 - José Airton Cirilo	PT	
096 - José Linhares	PP	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Leo Alcântara	PR	
104 - Manoel Salviano	PSDB	
099 - Marcelo Teixeira	PR	
105 - Mauro Benevides	PMDB	PmdbPscPtc
106 - Paulo Henrique Lustosa	PMDB	PmdbPscPtc
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
108 - Zé Gerardo	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Ceará: 18		

	Partido	Bloco
PIAUI		
111 - Alberto Silva	PMDB	PmdbPscPtc
109 - Átila Lira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
540 - B. Sá	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
110 - Marcelo Castro	PMDB	PmdbPscPtc
115 - Nazareno Fonteles	PT	
118 - Paes Landim	PTB	
Presentes Piauí: 6		
RIO GRANDE DO NORTE		
120 - Felipe Maia	DEM	
124 - João Maia	PR	
126 - Rogério Marinho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
125 - Sandra Rosado	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Rio Grande do Norte: 4		
PARAIBA		
129 - Armando Abílio	PTB	
127 - Damião Feliciano	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
128 - Efraim Filho	DEM	
133 - Luiz Couto	PT	
130 - Manoel Junior	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
134 - Vital do Rêgo Filho	PMDB	PmdbPscPtc
546 - Walter Brito Neto	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
139 - Wilson Braga	PMDB	PmdbPscPtc
137 - Wilson Santiago	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Paraíba: 9		
PERNAMBUCO		
140 - Ana Arraes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
144 - Armando Monteiro	PTB	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
151 - Bruno Rodrigues	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PmdbPscPtc
153 - Carlos Wilson	PT	
154 - Edgar Moury	PMDB	PmdbPscPtc
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
149 - José Mendonça Bezerra	DEM	
138 - Maurício Rands	PT	
161 - Pedro Eugênio	PT	
159 - Roberto Magalhães	DEM	
528 - Silvio Costa	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
164 - Wolney Queiroz	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Pernambuco: 16		
ALAGOAS		
531 - Augusto Farias	PTB	
162 - Benedito de Lira	PP	
165 - Carlos Alberto Canuto	PMDB	PmdbPscPtc
169 - Francisco Tenorio	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
166 - Givaldo Carimbão	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
171 - Olavo Calheiros	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Alagoas: 6		

	Partido	Bloco
SERGIPE		
173 - Albano Franco	PSDB	
175 - Eduardo Amorim	PSC	PmdbPscPtc
177 - Iran Barbosa	PT	
174 - Jackson Barreto	PMDB	PmdbPscPtc
176 - Jerônimo Reis	DEM	
178 - José Carlos Machado	DEM	
179 - Mendonça Prado	DEM	
183 - Valadares Filho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Sergipe: 8		
BAHIA		
180 - Alice Portugal	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM	
186 - Claudio Cajado	DEM	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
534 - Edigar Mão Branca	PV	
189 - Edson Duarte	PV	
190 - Fábio Souto	DEM	
191 - Félix Mendonça	DEM	
195 - Guilherme Menezes	PT	
198 - João Almeida	PSDB	
187 - João Carlos Bacelar	PR	
199 - João Leão	PP	
202 - José Carlos Aleluia	DEM	
197 - José Carlos Araújo	PR	
203 - José Rocha	PR	
522 - Joseph Bandeira	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
196 - Lídice da Mata	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
205 - Luiz Carreira	DEM	
207 - Marcelo Guimarães Filho	PMDB	PmdbPscPtc
210 - Mário Negromonte	PP	
209 - Nelson Pellegrino	PT	
214 - Paulo Magalhães	DEM	
211 - Roberto Britto	PP	
212 - Sérgio Barradas Carneiro	PT	
213 - Sérgio Brito	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
215 - Severiano Alves	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
523 - Uldurico Pinto	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
219 - Veloso	PMDB	PmdbPscPtc
218 - Walter Pinheiro	PT	
Presentes Bahia: 30		

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
224 - Aelton Freitas	PR	
225 - Alexandre Silveira	PPS	
227 - Antônio Andrade	PMDB	PmdbPscPtc
229 - Antônio Roberto	PV	
223 - Aracely de Paula	PR	
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	DEM	
222 - Carlos Willian	PTC	PmdbPscPtc
235 - Ciro Pedrosa	PV	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
237 - Elismar Prado	PT	
238 - Fábio Ramalho	PV	
241 - George Hilton	PP	
236 - Geraldo Thadeu	PPS	
234 - Gilmar Machado	PT	
242 - Humberto Souto	PPS	
518 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - João Moraes	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
251 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	PmdbPscPtc
271 - José Fernando Aparecido de Oliveira	PV	
249 - José Santana de Vasconcellos	PR	
250 - Júlio Delgado	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
254 - Juvenil	PRTB	
245 - Lael Varella	DEM	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPscPtc
243 - Lincoln Portela	PR	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
257 - Marcos Montes	DEM	
244 - Maria do Carmo Lara	PT	
259 - Maria Lúcia Cardoso	PMDB	PmdbPscPtc
260 - Mário de Oliveira	PSC	PmdbPscPtc
267 - Mário Heringer	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
252 - Mauro Lopes	PMDB	PmdbPscPtc
261 - Miguel Corrêa Jr.	PT	
262 - Miguel Martini	PHS	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPscPtc
264 - Virgílio Guimarães	PT	
270 - Vitor Penido	DEM	
Presentes Minas Gerais: 45		
ESPÍRITO SANTO		
274 - Camilo Cola	PMDB	PmdbPscPtc
273 - Iriny Lopes	PT	
276 - Jurandy Loureiro	PSC	PmdbPscPtc
277 - Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPscPtc
275 - Manato	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
280 - Neucimar Fraga	PR	
279 - Rita Camata	PMDB	PmdbPscPtc
282 - Rose de Freitas	PMDB	PmdbPscPtc
281 - Sueli Vidigal	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Espírito Santo: 9		

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
283 - Andreia Zito	PSDB	
529 - Ayrton Xerez	DEM	
287 - Brizola Neto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
295 - Chico Alencar	PSOL	
292 - Cida Diogo	PT	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	
544 - Dr. Paulo César	PR	
294 - Edmilson Valentim	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
300 - Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPscPtc
525 - Eduardo Lopes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
301 - Felipe Bornier	PHS	
296 - Fernando Gabeira	PV	
304 - Fernando Lopes	PMDB	PmdbPscPtc
303 - Filipe Pereira	PSC	PmdbPscPtc
305 - Geraldo Pudim	PMDB	PmdbPscPtc
306 - Hugo Leal	PSC	PmdbPscPtc
307 - Índio da Costa	DEM	
310 - Jorge Bittar	PT	
308 - Leandro Sampaio	PPS	
309 - Léo Vivas	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
311 - Marcelo Itagiba	PMDB	PmdbPscPtc
314 - Marina Maggessi	PPS	
317 - Miro Teixeira	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
315 - Neilton Mulim	PR	
318 - Nelson Bornier	PMDB	PmdbPscPtc
316 - Otavio Leite	PSDB	
319 - Pastor Manoel Ferreira	PTB	
321 - Silvio Lopes	PSDB	
327 - Simão Sessim	PP	
323 - Solange Almeida	PMDB	PmdbPscPtc
324 - Solange Amaral	DEM	
325 - Suely	PR	
328 - Vinicius Carvalho	PTdoB	
Presentes Rio de Janeiro: 33		
SÃO PAULO		
329 - Abelardo Camarinha	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
333 - Antonio Bulhões	PMDB	PmdbPscPtc
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
335 - Antonio Palocci	PT	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
343 - Arnaldo Madeira	PSDB	
340 - Beto Mansur	PP	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
344 - Celso Russomanno	PP	
521 - Cláudio Magrão	PPS	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
348 - Dr. Ubiali	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb

SÃO PAULO	Partido	Bloco
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
351 - Edson Aparecido	PSDB	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
354 - Fernando Chucre	PSDB	
355 - Francisco Rossi	PMDB	PmdbPscPtc
356 - Frank Aguiar	PTB	
357 - Guilherme Campos	DEM	
359 - Ivan Valente	PSOL	
362 - João Dado	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
361 - João Paulo Cunha	PT	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
517 - Jorginho Maluly	DEM	
365 - José Genoíno	PT	
367 - José Mentor	PT	
378 - José Paulo Tóffano	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
539 - Luciana Costa	PR	
371 - Luiza Erundina	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
368 - Márcio França	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
381 - Nelson Marquzezelli	PTB	
376 - Paulo Teixeira	PT	
379 - Regis de Oliveira	PSC	PmdbPscPtc
382 - Reinaldo Nogueira	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
383 - Renato Amary	PSDB	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
386 - Roberto Santiago	PV	
387 - Silvinho Peccioli	DEM	
388 - Silvio Torres	PSDB	
392 - Vadão Gomes	PP	
393 - Valdemar Costa Neto	PR	
391 - Vanderlei Macris	PSDB	
395 - William Woo	PSDB	
Presentes São Paulo: 48		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
401 - Eliene Lima	PP	
402 - Homero Pereira	PR	
545 - Professor Victorio Galli	PMDB	PmdbPscPtc
404 - Valtenir Pereira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
406 - Wellington Fagundes	PR	
Presentes Mato Grosso: 6		
DISTRITO FEDERAL		
407 - Augusto Carvalho	PPS	
409 - Jofran Frejat	PR	
410 - Laerte Bessa	PMDB	PmdbPscPtc
411 - Magela	PT	
533 - Osório Adriano	DEM	
416 - Rodrigo Rollemberg	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Distrito Federal: 7		

	Partido	Bloco
GOIÁS		
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
537 - Chico Abreu	PR	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	PmdbPscPtc
421 - Leonardo Vilela	PSDB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPscPtc
428 - Pedro Chaves	PMDB	PmdbPscPtc
430 - Pedro Wilson	PT	
424 - Professora Raquel Teixeira	PSDB	
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
426 - Sandes Júnior	PP	
414 - Tatiko	PTB	
Presentes Goiás: 12		
MATO GROSSO DO SUL		
432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
434 - Antonio Cruz	PP	
433 - Dagoberto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
435 - Geraldo Resende	PMDB	PmdbPscPtc
437 - Nelson Trad	PMDB	PmdbPscPtc
439 - Waldemir Moka	PMDB	PmdbPscPtc
436 - Waldir Neves	PSDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 7		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
441 - Affonso Camargo	PSDB	
524 - Airtton Roveda	PR	
442 - Alcení Guerra	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
455 - Barbosa Neto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
447 - Cezar Silvestri	PPS	
446 - Chico da Princesa	PR	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	DEM	
466 - Giacobbo	PR	
450 - Gustavo Fruet	PSDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPscPtc
454 - Luiz Carlos Haully	PSDB	
460 - Luiz Carlos Setim	DEM	
462 - Moacir Micheletto	PMDB	PmdbPscPtc
458 - Nelson Meurer	PP	
459 - Odílio Balbinotti	PMDB	PmdbPscPtc
463 - Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPscPtc
465 - Ricardo Barros	PP	
468 - Rocha Loures	PMDB	PmdbPscPtc
469 - Takayama	PSC	PmdbPscPtc
Presentes Paraná: 27		

	Partido	Bloco
SANTA CATARINA		
471 - Angela Amin	PP	
476 - Carlito Merss	PT	
472 - Celso Maldaner	PMDB	PmdbPscPtc
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	PmdbPscPtc
478 - Fernando Coruja	PPS	
479 - Gervásio Silva	PSDB	
473 - João Matos	PMDB	PmdbPscPtc
474 - João Pizzolatti	PP	
541 - José Carlos Vieira	DEM	
481 - Nelson Goetten	PR	
482 - Paulo Bornhausen	DEM	
483 - Valdir Colatto	PMDB	PmdbPscPtc
484 - Vignatti	PT	
485 - Zonta	PP	
Presentes Santa Catarina: 15		
RIO GRANDE DO SUL		
486 - Adão Pretto	PT	
487 - Afonso Hamm	PP	
520 - Claudio Diaz	PSDB	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPscPtc
495 - Eliseu Padilha	PMDB	PmdbPscPtc
489 - Germano Bonow	DEM	
498 - Henrique Fontana	PT	
506 - Luciana Genro	PSOL	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
488 - Luiz Carlos Busato	PTB	
496 - Marco Maia	PT	
543 - Matteo Chiarelli	DEM	
504 - Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PmdbPscPtc
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
513 - Paulo Pimenta	PT	
502 - Paulo Roberto	PTB	
505 - Pompeo de Mattos	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
509 - Professor Ruy Pauletti	PSDB	
515 - Tarcísio Zimmermann	PT	
516 - Vilson Covatti	PP	
Presentes Rio Grande do Sul: 20		

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As listas de presença acusam o comparecimento de 67 Sr^{as} e Srs. Senadores e de 388 Sr^{as} e Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Mensagem nº 175, de 2007-CN (nº 854/2007, na origem), do Presidente da República, encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do inciso VIII do Anexo II da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, a atualização das informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A mensagem que acaba de ser lida será juntada ao processado da Mensagem do Congresso Nacional nº 123, de 2007, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Mensagem nº 178, de 2007-CN (nº 870/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, art. 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Mensagem lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Informo que esta primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos, que poderão usar da palavra pelo prazo de cinco minutos, improrrogáveis.

Concedo a palavra ao eminente Deputado do PT da Bahia Nelson Pelegrino. (Pausa.)

Com a palavra o eminente Deputado do PT de Rondônia Eduardo Valverde. (Pausa)

Próximo orador inscrito é o eminente Deputado Dr. Ubiali. (Pausa)

Vamos prosseguir com a lista. Convido S. Ex^a o vice-Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, que dispõe de cinco minutos.

Enquanto S. Ex^a sobe à tribuna, lembramos que haverá um evento comemorando seu aniversário lá em Maringá.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Deputado Osmar Serraglio, que preside esta sessão, quero agradecer aos companheiros que foram solidários conosco na manutenção das regras da Resolução nº 1. Esclareço aos Srs. Parlamentares que essa resolução permitiu, e permitirá ainda, a participação de todos os Srs. Parlamentares na elaboração do orçamento.

Os Srs. Deputados, nas suas Bancadas, têm 25% dos recursos disponíveis na reavaliação da receita, outra novidade da Resolução, feita pelo relator, Senador Dornelles, para que as Bancadas aloquem os recursos. Então, todos os parlamentares, mesmo os que não são membros da Comissão, terão oportunidade de decidir sobre a matéria orçamentária; decidir emendas de remanejamento que já foram apresentadas; decidir a alocação de recursos, que virá posteriormente à decisão dos relatores setoriais, e, também nas Comissões, participar decidindo sobre as emendas de comissão e sobre as emendas de remanejamento.

Evidente que este é o primeiro ano da Comissão e não tivemos oportunidade, pela falta da prática, de alcançar, ao máximo, o debate. Mas o relator do PPA, Deputado Vignatti, esteve em várias capitais brasileiras, promovendo debates, acolhendo emendas, ouvindo sugestões. E isso é uma demonstração de que a nova resolução democratizou e deu mais transparência à tramitação do orçamento nesta Casa.

Eu sei que existem resistências, que existem reclamações, que existem evidentemente falhas; todos falham. Eu fui o autor da resolução, o Deputado Aleluia foi o relator, a resolução tem problemas. Foi criada uma nova comissão no Senado, que não está apta a receber, Deputado Narcio, emendas, porque não existia. Como é que ela ia constar do anexo se ela não existia? A Secretaria de Portos também não existia, também não podia constar do anexo. Então, isso precisa ser ajustado. Mas são detalhes.

O fato é que houve um grande avanço na transparência, na participação, mas, muito especialmente, na qualidade da aplicação dos recursos públicos. Os senhores perceberão que as emendas de Bancada e de Comissão, agora estruturantes, vão produzir obras importantes em cada Estado, vão produzir, nos Estados, obras do interesse do conjunto da sociedade de cada Estado brasileiro, vão produzir nas Comissões obras

importantes para o Brasil – obras, serviços, equipamentos, todo tipo de ação de governo que possa ser, evidentemente, acrescida de valores no orçamento da União.

Nós estamos, é claro, na primeira fase de adaptação, com muita resistência. Eu percebo, com clareza, que não é uma resistência pelo conceito novo aplicado na resolução. Porque não se pode fazer como se fazia antes. É resistência à mudança, mas a mudança é benéfica. Agradeço a todos aqueles que apoiaram a manutenção da resolução.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente Narcio, que a Comissão que V. Ex^a nomeou com o Senador Heráclito Fortes, que combate muito a resolução desde o seu início – aliás, votou contra a resolução na sessão do Congresso que a aprovou, como o Deputado João Leão, que também tem sérias restrições – e outros Parlamentares da Comissão que são favoráveis a essas novas mudanças, essa Comissão chegará à conclusão de que os reparos a serem feitos são pequenos, os reparos são detalhes, são de ordem técnica. O conceito é bom e está consolidado.

Reza a resolução que as obras iniciadas devem ser continuadas. Os Parlamentares da Bancadas terão de repetir as emendas para essas obras nos próximos anos. Então não adianta mudar o conceito da resolução, voltar com a “rachadinha”, que é uma inutilidade, voltar com a possibilidade de se dividirem emendas em várias obras se nós temos a obrigação de terminar as obras que começamos.

Portanto, eu considero que a resolução está consolidada, foi um grande avanço, aceito as críticas, existem problemas, mas são problemas muito menores do que as grandes vantagens que a resolução trouxe.

Então, agradeço especialmente ao Presidente Narcio pelo apoio, pela manutenção da resolução.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Barros, o Sr. Osmar Serraglio, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Narcio Rodrigues, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Ilustre Deputado Ricardo Barros, nós temos certeza de que essa Comissão criada tem o objetivo de ajustar pequenas incongruências que V. Ex^a reconhece que há na resolução, como a questão da abrangência de oferecimento de emendas por parte das Comissões.

Mas o espírito da Presidência ao criar a Comissão é fortalecer o objetivo maior dessa resolução, que é dar transparência e permitir sobretudo o aperfeiçoamento da montagem da peça orçamentária.

V. Ex^a está de parabéns pelas contribuições que a resolução ofereceu no aprimoramento do processo orçamentário na Casa e terá sempre, desta Presidência, a atenção especial a fim de que nenhuma decisão em relação a isso venha ferir o princípio que norteou a votação da resolução no ano passado.

O próximo orador inscrito é o ilustre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saudá-lo na Presidência do Congresso Nacional e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo por ter criado um grupo de trabalho para examinar a Resolução nº 1.

É claro que o Deputado Ricardo Barros, que tem a Resolução nº 1 como sua cria, tem realmente de defendê-la. Mas, se ele é democrático, tem de aceitar a discussão, porque a Resolução restringiu profundamente a atuação parlamentar, e não que dizer que os Parlamentares têm de fazer rodízio porque são desonestos. O rodízio tem de ser dado pelo Partido. Eu, pelo menos, não pretendo continuar, até porque quero fazer rodízio dentro do meu Partido. Mas essa questão de transparência, de que o Deputado tem de passar só um ano, faz parecer que todos somos ladrões e fazemos parte da Comissão de Orçamento.

Repudio essa atitude e gostaria de dizer ao Deputado Ricardo Barros que ele não é dono da verdade. A verdade virá para o plenário para discutirmos democraticamente. Se ele tiver razão, nós a endossaremos, vamos apoiá-la, mas ele não pode ter a Resolução nº 01 como sua cria e pensar que ela não possa ser discutida.

Parabéns a V. Ex^a por ter criado esse núcleo, essa equipe, essa comissão para discutir a Resolução.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir e fazer um apelo à Presidência do Congresso Nacional: nós precisamos examinar os vetos. Aliás, nós somos avaliados por nossa atuação parlamentar. Este Congresso deixa muito a desejar. E aqui, aproveitando a sua presença na Presidência deste Congresso, eu gostaria de formular uma sugestão a V. Ex^a: que fizesse um calendário para que neste ano começássemos a examinar os vetos. Sou muito cobrado a respeito disso e acho que o Congresso, que custa muito, precisa realmente responder por suas questões. Inclusive sou um crítico muito forte das medidas provisórias, mas chego a dar razão ao Executivo na questão orçamentária porque os PLs que vêm para cá demoram muito a serem apreciados, e o Executivo precisa naturalmente avançar nisso. Por isso, faço aqui este apelo.

Outro assunto que eu gostaria de trazer ao âmbito do Congresso Nacional é a questão da saúde neste

Brasil. Nós precisamos trazer para o Congresso Nacional a discussão da proposta do Ministro Temporão, talvez a criação de fundações, para que possamos recrutar profissional com salário melhor e digno para atenderem à população. O sistema atual está falido. Nós precisamos, naturalmente respaldados pelo Conselho Nacional de Saúde, discutir essas questões apresentadas pelo Ministro Temporão que representam uma gestão moderna com que poderemos, com certeza, além de enfrentar os problemas de saúde, resolver os problemas financeiros dos profissionais que atuam na área da saúde.

Hoje uma grande reportagem em um jornal nacional mostra que a Bahia não tem médicos. E não tem médicos por quê? Porque realmente o serviço público não atrai, principalmente os Municípios pequenos, os Municípios de receitas pequenas não têm como pagar o que o médico deseja para ir para lá. Além disso, eles não oferecem nenhum plano de cargos e carreira. Eu acho que a fundação é uma maneira profissional de enfrentar o problema da saúde.

O Brasil não gasta pouco em saúde; gasta muito, mas gasta muito mal. Nós precisamos realmente responder isso para a população e de uma maneira muito eficaz, trazendo a matéria para o Parlamento, que é a casa do povo, da representação popular, para que discutamos essa questão de saúde não só em âmbito nacional, mas também em âmbito estadual e municipal, principalmente nos pequenos Municípios.

Meu Estado, o Maranhão, é um Estado pobre e tem muitos Municípios que não podem pagar nenhum profissional. Eu sugeri ao Ministério da Saúde que a Fundação Nacional de Saúde recontrate ou contrate profissionais e os aloque nesses pequenos Municípios, mesmo que desconte as despesas da participação no SUS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – A Mesa quer comunicar ao ilustre Deputado Gilmar Machado, que se inscreveu aqui, que havia uma folha atrás. Então, V. Ex^a é o décimo nono inscrito.

O próximo orador inscrito é a ilustre Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

Com a palavra o ilustre Deputado Domingos Dutra. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Sueli Vidigal. *(Pausa.)*

O próximo orador inscrito é o Deputado Cláudio Cajado, que tem a palavra. *(Pausa.)*

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós somos do grupo que está fazendo o relatório de atividades e percebemos que na Resolução há pontos positivos e há pontos extremamente negativos não apenas para a defesa das unidades federativas, mas, acima de tudo, para o encaminhamento das propostas que originam o equilíbrio da Federação. Então, acabei de falar com o Deputado Chico Rodrigues a respeito de uma emenda para o Ministério da Defesa que, infelizmente, os recursos não podem ser destinados para as três Forças: Exército, Aeronáutica, Marinha; tem de ser para uma delas apenas. Na Resolução antiga, isso era possível. Esse é um claro exemplo, Deputado Ricardo Barros, de que essa Resolução tem de ser modificada em alguns pontos, porque uma emenda para o Ministério da Defesa não pode favorecer as três Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Tem de escolher uma única Força para que uma única emenda a beneficie. Eu acho que isso é, sem dúvida alguma, algo que temos de rever no futuro – não neste Orçamento, mas no próximo ano – se deve ou não continuar. Na minha opinião, não deve, porque saem prejudicadas por essa emenda duas Forças importantes que estão necessitando de recursos e apenas uma será contemplada. Então, é um caso típico, Presidente, de que essa Resolução, em alguns pontos, tem de ser modificada, como acabei de dizer.

Mas o que me leva a utilizar o período das Breves Comunicações nesta oportunidade é uma análise que fizemos do Orçamento da União. Sr. Presidente, em alguns pontos, nós até o louvamos. Por exemplo, a proposta de ampliar o Programa ProJovem é importante. Com os programas de transferência de renda como o Bolsa-Família, que tem um aporte de recursos maior do que no ano passado, nós também concordamos.

O aumento da quantidade de trabalhadores que serão qualificados e requalificados consideramos positivo, mesmo porque o aumento de recursos para a área social, seja do Ministério do Desenvolvimento Social, seja para a área de educação, seja para a saúde, é sempre consenso nesta Casa.

O que não entendemos é que, ao ler a proposta orçamentária, vemos seqüencialmente o Governo batendo recorde de arrecadação. Apenas este ano, Sr. Presidente, serão R\$85 bilhões a mais de recursos que não estavam previstos no Orçamento de 2007, porque as contribuições, principalmente elas, e, é claro, o crescimento do País estão fazendo com que o Governo encha seus cofres.

Se isso fosse acompanhado de uma política de redução da carga tributária, ficaríamos extremamente

felizes, até porque o ambiente internacional favorece a continuidade do nosso crescimento, pois o cenário mundial é de desenvolvimento. Contudo, Sr. Presidente, se analisarmos o crescimento previsto da carga tributária em relação ao PIB, veremos que é de 5%. E isso é inadmissível, porque o setor produtivo nacional está pagando uma conta enorme em função do custo Brasil, pelo aumento reiterado de impostos e contribuições que penalizam aquele que quer produzir.

Não queremos que o setor produtivo nacional, que hoje tem condições de competitividade em qualidade e eficiência com as multinacionais, perca mercado por causa de uma carga tributária que não consegue suportar.

Este é o pano de fundo, Sr. Presidente, que precisamos trazer ao debate no Congresso Nacional: se o País pode ou não reduzir essa elevada carga tributária. Quando estamos discutindo a CPMF, em que R\$40 bilhões são considerados como fonte importante de recurso – e achamos que o é –, temos que ampliar a política não setorizada de desoneração da carga tributária, mas uma política global.

Fico feliz em perceber que a discussão da reforma tributária está sendo pautada novamente para que, no próximo ano, possamos discuti-la aqui, tanto na Câmara quanto no Senado.

Sr. Presidente, é inadiável que essa discussão seja travada e bancada pela Câmara dos Deputados. Precisamos fazer, urgentemente, essa reforma. Os empresários brasileiros já não conseguem suportar a elevada carga tributária que têm que pagar.

E mais, ontem, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, discutimos a economia da China. O Brasil assinou um acordo que considera a China como economia de mercado. Isso significa dizer que os produtos chineses poderão entrar no Brasil a preços competitivos para eles e não para os empresários nacionais. Essa discussão tem que ser travada, porque, se continuarmos impondo ao empresariado nacional uma competitividade injusta em relação aos impostos... Veja que, no caso da China, eles não têm as regras que o Brasil segue na Organização Mundial do Comércio, na OMC. Isso faz com que os produtos chineses sejam muito mais baratos do que os produtos de outros Países, como é o caso do Brasil. Como competir nesse cenário, Sr. Presidente? Não queremos que o Governo diminua a sua receita, nem que eleve as receitas, como estão sendo elevadas, sem uma política de contenção de gastos, principalmente de custeio – está aqui uma elevação de 25% de encargos e despesas com pessoal para este ano de 2008. Portanto, se o Governo está arrecadando mais e gastando mais, sem investir como se deve no setor

produtivo, quem vai pagar esta conta são os empresários e o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – V. Ex^a dispõe de mais um minuto.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Concluo agora, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito ilustre Deputado Otávio Leite.

O SR. OTÁVIO LEITE (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, eis que, enfim, participo, na qualidade de Deputado em primeiro mandato, de uma sessão do Congresso Nacional e nesse instante somos instados a uma reflexão sobre esse fato em si, sendo certo que em nossa democracia representativa temos como referência a tripartição clássica de Montesquieu, com os Poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo – cada qual atuando com o seu mister com as suas atribuições. Em função disso, portanto, cabe a nós uma profunda reflexão porque se estabelece que nós, Poder Legislativo, temos a responsabilidade de legislar, de propor regras jurídicas que aperfeiçoem o sistema jurídico brasileiro, que criem novos direitos e obrigações que de alguma forma façam mais justiça, e, ao mesmo tempo, de votar as propostas vindas do Poder Executivo.

O fato é que essa reflexão, e aqui quero compartilhar com os colegas, tem como foco especificamente essa atribuição básica nossa que é legislar.

O processo legislativo, tal qual está consagrado na Constituição, estabelece um conjunto de etapas que culminam, uma vez aprovada a matéria, com o encaminhamento ao Poder Executivo, que, se aquiescer, sanciona e a matéria vira lei; ou, do contrário, como se sabe, veta-se e encaminha-se de novo a esta Casa a matéria para que se conclua o processo legislativo. Infelizmente, lamentavelmente, nós não temos conseguido dar vazão ao cumprimento de uma regra constitucional que, em si, constitui-se num dever precípua da nossa atuação, pois o número de vetos que foram apostos a matérias que foram novamente encaminhadas a esta Casa e não foram apreciadas envergonha o Congresso Nacional.

Recentemente, o Senador Marco Maciel escreveu um artigo que me chamou profunda atenção, Presidente Narcio. Há para serem apreciados 159 projetos de lei, que constituem, em consequência, 1062 partes a serem apreciadas. Ou seja, há matérias provenientes ainda do tempo do Presidente Itamar Franco, do Presidente Fernando Henrique e, até agora, nada foi concluído

em termos de votação. O Senador intitulou esse déficit que nós possuímos de “déficit deliberativo”.

Não há outra razão senão expressar aqui o meu protesto, a minha indignação, além de uma conclamação às nossas consciências.

Acho, Presidente Narcio, que V. Ex^a hoje, nessa qualidade, deveria, de imediato, convocar os representantes dos Partidos ou, de ofício, convocar sucessivas reuniões deste Congresso Nacional, para que possamos, enfim, cumprir com as nossas atribuições, com nossa responsabilidade de concluirmos o processo legislativo, porque a não conclusão desse processo legislativo impõe, gera uma insegurança jurídica, no Brasil, absurda, por culpa, exclusivamente, da nossa inércia, da nossa letargia, da nossa fragilidade em cumprir um mandamento constitucional.

Então, acho que esse *mea culpa* tem que perpassar todas as consciências dos Senadores e Deputados, para buscarmos uma saída. Façamos um esforço concentrado. Vamos esgotar as nossas energias na busca de concluir essa nossa tarefa.

Essa catarse institucional, essa reflexão coletiva tem que se dar imediatamente. Do contrário, fico a imaginar: e se a população brasileira soubesse com detalhes o que é o processo legislativo? As consequências da sua não conclusão, da nossa inércia, da nossa inoperância? Ora, mais um fator de fragilização deste que é o Poder mais importante da República, o Poder Legislativo, e que representa a pluralidade de idéias desta Nação. Para cá, sobre nós todas as visões mais variadas estão convergindo de forma transparente. O Poder mais transparente que há é o Legislativo.

Então, Sr. Presidente, queria concluir instando V. Ex^a, com o mais absoluto respeito que cultivo, a tomar uma iniciativa – e acho que isso há de ficar registrado na história do seu período à frente do Congresso Nacional – para que se conclamem as lideranças e se estabeleça um cronograma, até o final do ano, sobre o que é consensual e o que não é consensual.

Mas não tem cabimento, é um absurdo, esse chamado déficit deliberativo. É um contra-senso; é uma postura autofágica nossa, porque nós diminuimos o conteúdo e a importância do Congresso Nacional.

Eu queria, portanto, trazer essas reflexões. Afinal de contas, nós precisamos tomar alguma providência. E aqui faço um brado, um pleito de reflexão a todos os colegas, a todas as Lideranças, para que nós possamos cumprir com as nossas tarefas, pois nós não estamos cumprindo com elas, infelizmente. E o Brasil precisa saber disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Nós agradecemos a sugestão do Ilustre Depu-

tado Otavio Leite. Esta Presidência tem procurado se conduzir aqui com a discrição que exige a interinidade. Mas nós estamos procurando devolver ao Congresso Nacional pelo menos a normalidade das suas votações. Vamos procurar fazê-lo de forma a estar em sintonia com as Lideranças, porque para o Congresso deliberar é preciso que haja, naturalmente, um amplo entendimento que una todos os Partidos, Oposição e Situação.

O próximo orador inscrito é Ilustre Deputado Zé Geraldo. (Pausa)

O próximo orador inscrito é o Ilustre Deputado William Woo. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – V. Ex^a foi chamada, Deputada, mas não estava no plenário.

O próximo orador inscrito é o Ilustre Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom-dia a todas as mulheres e homens presentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a regulamentação da abertura do comércio aos domingos me parece não trouxe tranqüilidade às famílias dos comerciários, homens e mulheres.

Entendemos que essa regulamentação muda o comportamento familiar daqueles que trabalham no comércio, entre esposas, maridos e filhos, porque o domingo no Brasil continua sendo o dia do encontro das famílias para o lazer, para a troca de experiências e para a organização das suas atividades familiares internas.

Também não trouxe grandes ganhos para o comércio, uma vez que, na maioria das capitais do Brasil e em algumas cidades do interior, não há como abrir o comércio aos domingos. Digo isso porque Fortaleza é a quarta capital do País e apenas as lojas de *shoppings* continuam abrindo aos domingos para atender àqueles consumidores que vão mais para se divertir do que propriamente para comprar.

Parece-me que a estatística de que 75% vão às compras aos domingos está a gosto de quem afirma, mas não corresponde à realidade para quem labuta no comércio, como quem lhes fala, ex-aluno e ex-professor da Escola Comercial Senac. Conheço o comércio muito bem e sei que não são 75% das pessoas que procuram o comércio, porque, se observamos as capitais do Nordeste, vamos verificar que a maioria não tem condições de funcionar aos domingos no centro das cidades.

Portanto, nós achamos que não foi a melhor saída a que foi aprovada nesta Casa, e sim a emenda feita pelo Senado Federal, que remetia exatamente para a questão coletiva, onde se daria o confronto entre o capital e o trabalho. E a Constituição brasileira diz claramente que o capital não pode sobrepor-se ao trabalho. Infelizmente, o que nós vemos sempre nas Casas Legislativas é que o trabalho fica submisso ao capital, pela grande força política que o capital tem neste País.

Sr^{as} e Srs Deputados, quem conhece essa atividade econômica há de concordar que não foi um bom exemplo de regulamentação essa que tivemos nesta Casa. Nesse sentido o Senado teve mais sensibilidade; os Senadores tiveram mais condições de avaliar que nós não podemos, de maneira nenhuma, desestruturar as famílias dos comerciantes em detrimento do poder da Federação do Comércio no nosso País.

E nesse sentido nós queremos ser solidários com todos os comerciantes do meu País, particularmente com os do meu Estado, o Ceará. Evidentemente, os sindicalistas vão continuar trabalhando, porque não se esgota em si essa lei a contradição entre o trabalho e o capital.

Gostaria que tivesse sensibilidade, porque a família brasileira não pode estar à mercê da vontade de alguns segmentos dos comerciantes.

Portanto, a minha solidariedade e meu protesto. Lamento profundamente a aprovação de uma lei dessa em detrimento da unidade da família dos comerciantes e de seus filhos.

Espero que retomemos essa discussão com mais profundidade e mais serenidade.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O próximo orador inscrito é o nobre Deputado Pedro Wilson. (Pausa)

Próximo orador inscrito é o nobre Deputado Moreira Mendes. (Pausa)

Ilustre Deputado Valter Pinheiro. (Pausa)

Próximo orador inscrito é o nobre Deputado Rocha Loures.

O SR. ROCHA LOURES (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, normalmente, nos conduzem duas forças: a do destino e a do exemplo. A força do destino, porque é inescapável, e a força do exemplo, porque nos inspira.

Esta semana, três eventos importantes no Brasil, seguidos da visita do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, que veio ao Brasil, encontrou-se como Presidente Lula e perguntou qual é a posição brasileira com relação às mudanças climáticas.

Eu não poderia deixar de fazer este registro nesta sessão do Congresso Nacional após ter acabado de

chegar da Antártica. Lá, o Programa Antártico brasileiro vai de vento em popa e mostra, Presidente Narcio, que, além do nosso território nacional conhecido, do extremo norte do Brasil ao Rio Grande do Sul, lá está, no grande gigante branco, no continente Antártico, a presença brasileira, que, por 365 dias por ano, com 10 militares e de 7 a 12 pesquisadores, estão enriquecendo a contribuição brasileira para a ciência do clima, do meio ambiente e, portanto, da grande mudança pela qual passamos.

Referia-me, Sr. Presidente, a três eventos ocorridos nesta semana que foram relevantes para o Brasil. Ontem, o Presidente Lula lançou o Programa de Ação Nacional de Mudança Climática. São dois eixos de trabalho, 16 grandes programas que começam a organizar o que eu chamo de Brasil potência ambiental.

Estamos, Presidente Narcio, desde há muito, fazendo campanha pelo Conselho de Segurança Nacional na ONU, e lá está uma potência militar, os Estados Unidos; lá está a China, como potência industrial; a Inglaterra, como potência financeira e comercial; mas falta uma potência ambiental: falta o Brasil do etanol, falta o Brasil das florestas, falta o Brasil gigante, que tem a chave para a luta para redução dos efeitos das mudanças climáticas.

Portanto, quero saudar o Presidente Lula pela sua grandeza de, em menos de 10 dias após o encontro que estivemos, que tive a honra e o privilégio de acompanhar junto ao Secretário das Nações Unidas, fazer esse ato público, que foi prestigiado ontem por representantes das organizações não-governamentais brasileiras. Esse evento sinaliza para a Conferência de Bali, que acontece na Indonésia daqui a menos de um mês, a postura brasileira, que é chave nesse momento. Para onde se mover o Brasil, mover-se-á também o conjunto dos outros 76 países que compõem o G-77.

Quero ainda registrar que, pelo Pacto Antártico de Madri, celebrado pelo Brasil, que é signatário, a Antártica é 1,6 vezes maior do que o território nacional no verão, e três vezes maior do que o país. O nosso reconhecimento ao comandante da Marinha, que nos fez esse convite para, em missão oficial, ao lado do Deputado Bruno Araújo e da Deputada Luciana, do PR, visitarmos e constataremos a qualidade do trabalho brasileiro.

Com apenas R\$10 milhões, tira-se água de pedra – literalmente, da pedra de gelo – a nossa força brasileira. Quero também cumprimentar a Força Aérea Brasileira, a Petrobras, o Ministério do Meio Ambiente, pela parceria inteligente e capaz que fazem a favor da pesquisa e do povo brasileiro.

Agradecendo a oportunidade, saúdo também os Senadores e Senadoras presentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O próximo orador inscrito é o ilustre Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava prestando atenção na conversa de vários parlamentares sobre a Resolução nº 01. Pode até haver alguns arranjos, mas essa resolução moraliza a Casa.

Por quê? Quem se recorda – e eu ainda não era Deputado – no passado, dos anões do orçamento, percebe que até hoje há marcas. Defendo a tese de que nós deveríamos ter por obrigação elaborar o orçamento. A receita é o Governo que nos fornece, mas deveríamos trabalhar o ano todo elaborando o orçamento, mas não tratando de emendas, não de afogadilho.

Nas democracias modernas, o Parlamento elabora o orçamento. Ele é responsável pelo orçamento. Aqui, parece que nós não gostamos do orçamento e ficamos responsáveis pelas nossas emendas. Os Ministros não conseguem o dinheiro que querem no Planejamento, ou no Ministério da Fazenda, aí vêm para o Parlamento fazer *lobby*. Não é possível! Se ele é Ministro, que converse com o Presidente da República, com o Ministro da Fazenda, com o Ministro do Planejamento e mostre o interesse que tem. Agora, fica fácil ele não ganhar lá e vir aqui.

Então, deveríamos mudar e modernizar este Parlamento, elaborando o orçamento, que não pode ser como é hoje: o Presidente, ou o Governador, ou o Prefeito executam o orçamento se bem entender; se não quiser, ele não executa. Então, o orçamento tem de ser impositivo. Porém, deveríamos só ter – porque somos políticos – as emendas individuais. As emendas estruturantes, as emendas grandes, para os Estados, para os Ministérios, têm de ser da Casa como um todo, e não do Deputado Devanir Ribeiro, do Deputado Osmar Serraglio. Elas são do Congresso como um todo. Nós temos de ter essa responsabilidade.

Aliás, acho que deveríamos modernizar e não apresentar projetos individuais. O que eu vejo é que gastamos papel, tinta, desperdiçamos o tempo, queimamos nossos neurônios, e os nossos projetos não andam. Por quê? Nós discutimos no varejo. O Parlamentar, para apresentar um projeto, tem de, no mínimo, ter a sua Bancada do seu lado, tem de ter uma parte do Congresso do seu lado, senão ficamos derivando.

Há projetos que aqui estão há dez, quinze, vinte anos. E, às vezes, há projetos bons, mas, porque o Deputado foi reeleito, o Senador não foi reeleito ou desistiu, os projetos ficam aqui e nós gastamos dinheiro do contribuinte. Essas pilhas de papel são um acinte, um desperdício. Só quem gosta disso são as

indústrias de papel e papelão, porque produzem papel como nunca vi e jogam tanto papel fora. Então, deveríamos modernizar.

A Resolução nº 1 pode fazer alguns reparos, porém, ela veio para moralizar. Não há cabimento ficarmos com essas emendas “rachadinhas” e “rachadonas”. Brincava aqui com o Aleluia que rachado só o sertão do Nordeste com essa seca. Lá racha. Mas o Orçamento não pode ser rachado. Nós temos de ter essa sensibilidade e essa responsabilidade, porque ficamos aqui três meses nos matando na Comissão do Orçamento, todo o mundo esperando a solução dos problemas e não vamos solucioná-los. Baixamos o quórum de 80 – eram 80 membros – para 40, mas continua o mesmo problema.

Então, eu, como coordenador da minha Bancada em São Paulo, encontrei uma saída, conversando com todo mundo. As emendas são de todos, não é do coordenador, não é de fulano, não é da Oposição, não é da Situação, e chegamos a um patamar civilizado. Não tem reclamação. Mas penso que, se quiserem mexer e voltar ao que era antes, será um passo atrás, o que será prejudicial para todos nós. Tenho certeza de que, dessa forma, em vez de darmos um segundo passo para avançar, estaremos retroagindo, o que será ruim para todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, defendo que a Resolução nº 01 é importante, moralizadora e serve de exemplo para a nossa Casa e para todas as outras Casas Legislativas também que estão de olho e acompanhando o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sabemos que o Congresso Nacional é constituído pela Câmara e pelo Senado Federal e que as votações, de modo geral, se processam começando pela Câmara e, depois, pelo Senado. Então, eu gostaria de saber se, estando eu inscrito, poderia haver um revezamento, por exemplo, falam seis ou sete Deputados e, pela proporção, falaria um Senador logo em seguida, um representante da outra Casa. Gostaria de fazer essa consulta a V. Ex^a, porque isso já ocorreu com algumas Mesas da Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente, sobre a questão de ordem do Senador Antonio Carlos Valadares, penso que V. Ex^a não precisaria

decidi-la, mas poderia render uma homenagem agora ao Senador, dando-lhe a palavra. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Não tenho dúvidas de que a postulação feita pelo Senador é absolutamente justa, e deveríamos, inclusive, nos aproveitar dessa questão de ordem levantada, Senador, para fazer com que, no Regimento, conste essa proposta de alternância entre os oradores do Senado e da Câmara. Mas, tenho certeza de que, com a concordância do Plenário, vamos conceder a palavra a V. Ex^a, até porque é o único orador inscrito entre nós aqui, e tenho certeza de que isso vai enriquecer a sessão.

Senador Antonio Carlos Valadares, com a palavra, insistindo que não é regimental, lamentavelmente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a e ao Plenário pela cordialidade e compreensão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, à semelhança com o que vem ocorrendo em outros Estados, semana passada, no Estado do Pernambuco, estouraram várias rebeliões em presídios. Quero comentar esse fato e, sobretudo, saudar a atitude prudente e cautelosa com que o Governador Eduardo Campos conduziu o conflito e a tensão que o Estado viveu naquele momento. Quero também dizer algumas palavras sobre o problema penitenciário no Brasil.

Vejamos alguns dados do acontecido em Pernambuco, e vejam como aqui se dá um caso em que, de forma bem clara, os próprios dados já falam por si mesmos.

O primeiro presídio a rebelar-se foi o Aníbal Bruno, em Recife, com três mortes motivadas por brigas entre os detentos e internos. Detalhe importantíssimo: nesse mesmo presídio, Aníbal Bruno, há 3,9 mil detentos em um espaço que só poderia abrigar apenas 1,4 mil.

Na mesma noite daquele dia, amotinaram-se os 150 detentos da Fundação da Criança e do Adolescente do Município vizinho a Recife. Três de nove pavilhões foram queimados, e um adolescente morreu espancado. Novamente, a mesma questão: a Fundação do Município de Abreu e Lima tem 309 menores, e, no entanto, a capacidade da unidade é de apenas 98 pessoas.

Na quarta-feira passada, foi a vez dessa onda das rebeliões atingir o presídio de Arcoverde, a 270 km do Recife.

O mais óbvio e incômodo problema salta aos olhos: superpopulação por todo o lado, sendo que todos nós sabemos que se trata de um problema nacional, problema que já estourou mais de uma vez e de forma, em outras vezes, muito trágica.

Falei em prudência mais acima porque não se pode ter outra conduta em situações tão críticas. Foi o caso: uma vez instalada a rebelião, em cada um dos casos citados, o Governador Eduardo Campos, do meu Partido, o PSB, controlou as rebeliões – como reconhece a própria imprensa – “sem o disparo de um único tiro”. As mortes, como está relatado na própria mídia, se deveram a conflito entre os presos.

Já passou da hora de os nossos governantes desenvolverem uma política nacional em relação a esse problema, uma política que, além de tudo, seja preventiva. Não bastam estratégias ou programas como o Bolsa-Família. É preciso investir pesado na educação e na inclusão social. Presídios superlotados são sinal de duas coisas: primeiro, que a sociedade não oferece oportunidades sociais suficientes e nem chances para uma boa educação; e, segundo, que é inaceitável empilhar 600 seres humanos ali onde deveriam caber 100 ou 150, ou seja, é também imperioso que sejam construídos novos presídios.

Sr. Presidente, as Nações Unidas já reconheceram, aqui no Brasil, em visitas que seus representantes fizeram às nossas unidades prisionais, que elas estão formando verdadeiros criminosos – são escolas no pior sentido da palavra –, e ele disse que como está a situação, com prisões superlotadas e com a existência de torturas sistemáticas, é completamente natural que haja motivos.

Quem falou isso foi o Dr. Philip Alston, dos Estados Unidos.

Sr. Presidente, no meu entendimento, não é possível continuar com a política social apenas focal, apenas presa a um item ou dois e, muito menos, concentrar-se apenas no Bolsa-Família. É essencial abrir o leque, é crucial enxergar os sintomas como os que acabo de mencionar.

Sr. Presidente, vamos, então, apoiar uma política nacional de segurança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Gostaria de pedir à Mesa o controle do tempo. Estamos com problema no dispositivo de tempo. Quando se encerra o tempo do orador, o microfone continua ligado. É muito importante que o dispositivo seja regularizado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, ilustre Deputado Daniel Almeida.

Quem concede o tempo é a Presidência.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa aprovou, ontem, o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Nós temos convicção de que o Plenário desta Casa e o Senado da República também tomarão decisão no sentido de aprovar o ingresso da Venezuela no Mercosul, por várias razões. Todos os motivos indicam nessa direção. Primeiro, porque interessa ao Brasil e aos brasileiros a integração da América Latina, a integração de nosso continente, para aumentarmos a nossa autonomia, as nossas relações econômicas, sociais e políticas, especialmente num momento como o que estamos vivendo agora, de consolidação do processo democrático, de estabilização política em várias Nações, em vários Países da América do Sul e da América Latina.

Em segundo lugar, pelo significado que têm as relações comerciais entre Brasil e Venezuela, que têm sido muito favoráveis aos dois Países, mas principalmente ao Brasil, que aumentou, nos últimos anos, extraordinariamente as exportações para a Venezuela, esse País amigo, de um povo historicamente parceiro do Brasil. De 2003 a 2005, a elevação foi de 265%, e é uma relação comercial crescente. Precisamos, portanto, consolidar e ampliar esse processo de relações comerciais.

Em terceiro lugar, poderíamos citar a tradição do Brasil de respeitar a autonomia e a autodeterminação dos povos. A Venezuela vive a sua experiência. Falam que tem problema democrático, problema em relação às liberdades. Mas vamos aos dados, aos fatos concretos: Hugo Chávez chegou ao poder na Venezuela pelo voto direito, pelo voto popular. Fez uma legislação, uma Constituição, submetendo ao voto popular, ao referendo popular; foi reeleito também democraticamente, consultando o povo venezuelano, através do voto popular; submeteu o seu mandato ao referendo popular, o que é raro nas ditas democracias pelo mundo afora; foi vítima de uma tentativa de golpe. E alguns que falam tanto em liberdade, não vejo condenarem a tentativa de golpe que se perpetrou na Venezuela. Voltou ao poder pelos braços do povo e está, agora, fazendo mais um referendo popular, submetendo à vontade do povo as mudanças que foram produzidas na Constituição da Venezuela.

Ora, o que querem então? Qual é a falta de democracia que se pode alegar em relação à Venezuela? E mesmo que elementos, mesmo que problemas existissem ali, as relações comerciais e a integração da América Latina seriam motivos suficientes.

Não vejo essas vozes que tanto falam da democracia na Venezuela condenarem outros modelos autoritários que existem pelo mundo afora. Ouço lideranças do DEM falando de democracia e de liberdade. Tentam passar para a opinião pública uma imagem que não têm, tentam transmitir à opinião pública algo novo que já é conhecido.

O povo não deixa de lembrar que o DEM é filho do PFL, neto do PDS e bisneto da Arena, que deu sustentação à ditadura militar de 21 anos. Tem origem aí, tem o DNA na UDN, que tem tradições de defesa de regimes de modelos autoritários. Alimentou-se disso a vida inteira. O povo não pode se esquecer desses processos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas.

Portanto, temos convicção de que o processo de consolidação da democracia no Brasil, a experiência que a Venezuela faz, positiva, de cada vez mais dar poder ao povo venezuelano para decidir sobre os seus destinos e a experiência de fortalecimento e de consolidação democrática de Países e Nações da América Latina, como a Argentina, o Chile, o Equador, a Bolívia, esse é um processo irreversível. A nossa tarefa é fortalecer, ajudar a consolidar e integrar essas experiências da América Latina.

Por isso, defendemos com absoluta convicção e temos certeza de que essa proposição passará na Câmara dos Deputados e no Senado da República, estabelecendo as condições para a Venezuela participar do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Próximo orador, ilustre Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta sessão do Congresso Nacional, gostaríamos de abordar dois assuntos.

Em primeiro lugar, tivemos, na cidade de Catalão, na última segunda-feira, uma audiência pública conjunta com o Deputado Pedro Wilson, da Comissão de Legislação Participativa, a respeito da bacia do Rio Paranaíba que é um rio fundamental e importante não só para Minas Gerais, mas para Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Concentram-se no Rio Paranaíba e nos seus afluentes várias usinas que fornecem 26% da energia consumida no Brasil. Além disso, a bacia do Rio Paranaíba é fundamental para os projetos de irrigação das grandes lavouras, do agronegócio e da região do Alto Paranaíba, no Estado de Minas e em parte de Goiás. Acima de tudo, são rios importantes no fornecimento de água.

Estamos constituindo o Comitê da Bacia do Rio Paranaíba e já tivemos essa audiência em Catalão. Hoje, se realizou no Palácio outra audiência; na próxima semana, teremos audiência em Rio Verde e, depois, em Uberlândia, para constituir de fato essa bacia e promover a revitalização dos afluentes do Rio Paranaíba.

Essa bacia é estratégica, fundamental, e hoje, felizmente, as pessoas começam a ver a importância da água, da preservação e da revitalização das bacias hidrográficas no Brasil.

Estamos, então, tratando e cuidando da nossa bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, conjuntamente com o Deputado Pedro Wilson, e vamos dar seqüência a esse processo, que consideramos essencial e fundamental.

Além disso, gostaríamos de informar que tivemos em Uberlândia, neste início de mês, uma chuva que provocou grandes estragos em algumas avenidas importantes, inclusive numa avenida que, na verdade, é uma rodovia que corta o Município de Uberlândia, a Avenida Minervina.

Queremos agradecer ao Ministério dos Transportes, através do DNIT e do Diretor Regional Dr. João Andrea, que já se colocou à disposição. O Ministério e o Governo Federal vão dar a sua contribuição, já negociada com a Prefeitura de Uberlândia que vai dar a sua contrapartida, para que recuperemos a Avenida Minervina, com o apoio do Governo Federal. Então, estamos, aqui em Brasília, trabalhando para que de fato Uberlândia receba os recursos necessários, a fim de darmos a nossa contribuição para a recuperação das rodovias que sofreram com as fortes chuvas no início do mês de novembro.

Queremos anunciar ao Prefeito Odelmo a negociação que está sendo feita. E estamos tentando, junto ao Ministério das Cidades, obter algum apoio para outras áreas, na nossa cidade, alguns bairros que sofreram mais com as chuvas e as perdas que ocorreram ali, como o Brasil todo pôde perceber e assistir.

Como Deputado daquela cidade, queremos dar a nossa contribuição para com o esforço que o Município vem fazendo para a sua recuperação, a fim de que os prejuízos das pessoas em virtude das chuvas sejam reparados em parte.

No que diz respeito às rodovias, conseguimos, junto ao DNIT, os recursos necessários. Há autorização para, na próxima semana, começar a recuperação da Avenida Minervina, em parceria com o Município, visando a sua trafegabilidade.

Ontem, também, tivemos uma audiência com o Ministro Jobim e queremos agradecer S. Ex^a por ter reafirmado o compromisso de manter integralmente o acordo assinado com a Prefeitura de Uberlândia, de reforma completa do aeroporto, transformando-o em aeroporto internacional de cargas, com ampliação da pista, colocação de ILS, novo terminal de cargas e pista paralela para taxiamento. Trata-se de uma obra de mais de oitenta milhões, em três anos, que consideramos fundamental, não só para Uberlândia, que é um grande centro atacadista do Brasil, mas para todo o Triângulo Mineiro e a região central deste País.

Estivemos com Pedro Lacerda, Presidente da FIEMG, demonstrando, ao mesmo tempo, o interesse do Governo do Presidente Lula pela nossa região, pelo nosso desenvolvimento. Por isso, nós queremos agradecer as obras que estão sendo colocadas no PAC.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O próximo orador inscrito é o Ilustre Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DR. UBIALI (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, sabemos que haverá, brevemente, uma reforma tributária necessária para este País, uma reforma tributária que todos dizem que é preciso ser feita, mas cada um quer a reforma conveniente para si.

Precisamos, de fato, fazer uma reforma tributária consciente, não para diminuir os impostos tão necessários para uma Nação continental, para uma Nação de tantas desigualdades sociais. Precisamos ter uma reforma tributária que aumente a base arrecadadora, permitindo, com isso, o aumento da arrecadação como um todo, e diminuindo a arrecadação individual.

O nosso País tradicionalmente tem muitos impostos para poucas pessoas pagarem. Os impostos são camuflados no consumo.

Taxamos inadequadamente a folha de pagamento. São impostos pouco inteligentes, que favorecem ou que estimulam a sonegação. Precisamos ter impostos mais inteligentes, que permitam, sim, uma arrecadação justa para o País. Se queremos um País grande e forte, precisamos ter uma arrecadação que faça disso uma verdade.

Durante a aprovação da CPMF, foi feito, a pedido da Confederação Nacional de Serviço, um estudo pela Fundação Getúlio Vargas – fundação séria, que busca fazer estudos que possam, definitivamente, demonstrar a verdade ou antever um futuro que seja realizado – em que se propunha que, se o aumento da CPMF fosse para 0,82, poderia se desonerar toda a folha de pagamento, inclusive o INSS, e, mesmo assim, o Governo teria uma arrecadação suficiente para manter aquilo que ele precisa para sua manutenção e ainda aumentar. Se isso fosse feito, diminuindo o custo das mercadorias, repassando isso para o produto final, permitiria que houvesse uma diminuição da inflação ainda maior e um aumento do nosso PIB.

É um estudo muito bonito. No entanto, não se viu, em nenhum momento, uma atenção para esse estudo. O tempo todo, ficou-se discutindo o foco de não se ter a CPMF. Por que não se pensar numa reforma tributária que seja justa para todos, em que todos contribuam? Que contribuam pouco, mas todos pagando um pouco teremos muito.

Penso que nós precisamos, realmente, discutir a reforma tributária como um todo, a ser implantada neste País. Sou favorável ao imposto único, ao imposto

destacado, demonstrando quanto se está pagando em impostos por aquela mercadoria. Hoje se fala muito que temos 40% de impostos em qualquer produto. Isso não é verdade. Tem produto que vai a 70%. Então, é preciso saber em qual produto se está pagando mais impostos e em qual se está pagando menos impostos.

Se queremos uma sociedade justa, se queremos uma distribuição da riqueza, não podemos diminuir a capacidade arrecadatória do Estado, mas sim aumentá-la na sua base e ir diminuindo individualmente, aí atendemos a todos. Isso é muito mais justo. E temos que acabar com essas tributações que vão sobre folha de pagamento, que inviabilizam o registro, que inviabilizam a estrutura das empresas que precisam contratar e fazem contratações de uma outra forma para poder fugir dos impostos. Chega de estarmos preocupados em fugir dos impostos. Vamos ter impostos, sim, mas justos. Impostos que permitam que todos possam contribuir, e contribuindo para o País, que o País cresça, que o País se torne forte, que o País tenha, de fato, uma arrecadação que possa cobrir suas despesas. Vamos melhorar a nossa gestão de governo. Vamos fazer deste País um País do presente, e não do futuro.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Próxima oradora inscrita, a ilustre Deputada Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, sem dúvida nenhuma, a sessão conjunta do Congresso é uma excelente oportunidade para que possamos aprofundar e discutir aquilo que é essencial, qual a política que queremos realizar neste País, com que recursos contamos, onde aplicamos. É evidente que poderíamos dizer que o Orçamento é a expressão da política de cada governo. Costumava dizer um Deputado do meu Partido: “Dize-me onde aplicas o teu dinheiro que te direi a quem serves”.

É fundamental que possamos aperfeiçoar esses mecanismos de controle, de elaboração e formulação do Orçamento da União. Dizia também outro colega que os nossos orçamentos são peças de carta de intenção. Não temos uma solução para que essas cartas de intenção, em todos os níveis de governo em nosso País, possam ser implementadas na exata medida em que são elaboradas. Esse é um desafio que temos.

O Congresso discute, elabora, formula, debate, emenda, mas o controle sobre a viabilização e a aplicabilidade do Orçamento – não digo só da União, mas dos Governos estaduais e municipais – ainda é um desafio a nos afrontar.

Dizia aqui o Deputado Dr. Ubiali que, ao discutir o Orçamento, temos de ter como referência, evidentemente, uma reforma tributária. É pura ilusão achar que uma Nação, um País se constrói sem que haja uma

contribuição efetiva das pessoas que aqui vivem e que o Estado organize e aplique essa contribuição.

Concordo com o Deputado Dr. Ubiali quando diz que é preciso a reforma tributária, mas uma reforma tributária progressiva. Quem ganha mais tem que pagar mais. Na discussão da CPMF, saltava aos olhos quem tinha uma maior preocupação de que ela não se viabilizasse. Não eram aqueles que não pagam a CPMF, que estão isentos, até mesmo porque são repostos pelo desconto do INSS; eram aqueles que mais precisam contribuir para políticas públicas porque ganham mais neste País. Por exemplo, o setor financeiro deste País precisa ser onerado; os bancos deste País, que inclusive têm lucros exorbitantes, precisam ser onerados; as grandes fortunas.

Por isso eu queria dizer que, neste momento em que estamos discutindo o Orçamento, temos que ver que é praticamente pela concepção de carta de intenções que recebemos as visitas dos Prefeitos, dos Secretários e até dos Ministros. Evidentemente, alguma coisa precisa ser consertada, porque os Ministros não precisam vir aqui, eles são parte integrante do Governo; os Prefeitos não deveriam precisar vir aqui, e nós consideramos que a vinda deles é também uma forma de controlar a aplicação. A vinda de instituições públicas, de organizações sociais é uma forma de controlar a aplicação.

Estamos aqui com a compreensão de que a nossa política está servindo a algo que está repercutindo nas políticas públicas de cada País, de cada Estado, de cada Município.

Caros Congressistas, recebemos ontem a visita do Prefeito da minha cidade, Belo Horizonte, Fernando Pimentel, que esteve com o Presidente Lula e com o Presidente desta Casa, Arlindo Chinaglia, convidando para o Encontro das Cidades da América Latina e do Caribe, que se realizará agora em dezembro. Isso é parte da construção dessas políticas. E é fundamental que possamos observar como a América Latina e o Caribe podem responder ao conjunto das suas necessidades, que são de mobilidade urbana, de violência e tantas outras.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que esta Casa tem que ter um compromisso fundamental de votar aquilo que chega e com a rapidez que é possível. Estamos votando agora projeto de lei – e aí acho que é fundamental –, mas um terceiro projeto de lei que chegou nesta Casa este ano, com créditos suplementares. Combatemos as medidas provisórias e consideramos que elas limitam a nossa ação legislativa. Mas temos que responder com a agilidade necessária.

Por isso que vamos votar esses créditos suplementares, porque são créditos fundamentais para políticas públicas dos anistiados, da Pronaf, do seguro desemprego e de tantos outros que necessitamos.

O SR. GERALDO PUDIM (PMDB – RJ) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Pudim para uma questão de ordem.

O SR. GERALDO PUDIM (PMDB – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade da reunião do Congresso Nacional e submeto à consideração de V. Ex^a, com fundamento no art. 62, §3º da Constituição Federal e parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002, a presente questão de ordem, a respeito da decisão concernente à Medida Provisória nº 338, de 2006.

A norma existente é de que, encerrado o prazo de vigência da medida provisória sem deliberação, o qual ocorreu dia 1º/06/2007, a perda de eficácia deve ser considerada a partir do dia seguinte. Que o Presidente da Mesa do Congresso Nacional o faça ao Presidente da República, fazendo publicar no Diário Oficial da União o ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da medida provisória (parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002).

Passo às mãos de V. Ex^a, na íntegra, para as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – A Mesa recebe a questão de ordem de V. Ex^a e se pronunciará oportunamente, depois do parecer técnico.

Para breves comunicações, o próximo orador inscrito é o ilustre Deputado José Carlos Aleluia. (*Pausa.*)

O SR. JOÃO LEÃO (PP – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o ilustre orador José Carlos Aleluia se aproxima, eu queria sugerir a V. Ex^a que marcasse uma reunião dos membros nomeados por V. Ex^a para tratar da Resolução nº 1.

Nós precisamos tratar de alguns problemas da Resolução nº 1, que foi tão bem relatada pelo nobre Deputado que vai falar agora, José Carlos Aleluia, e pelo nosso companheiro de partido, o Deputado Ricardo Barros.

Tenho recebido inúmeros Parlamentares desta Casa para falar sobre alguns problemas, algumas questões e algumas modificações que deveriam ser feitas na Resolução nº 1. No entanto, sendo nomeado Relator por V. Ex^a, eu só quero sugerir, no relatório, aquelas modificações que sejam consenso na Casa.

Então, sugiro a V. Ex^a marcar uma reunião para a próxima semana, com a presença de V. Ex^a, do Senador Heráclito Fortes, que preside a nossa Comissão, para tratarmos desse assunto tão importante para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Vamos consultar o ilustre Senador Heráclito Fortes sobre as alternativas que temos, a fim de re-

alizar essa reunião sugerida por V. Ex^a na terça-feira ou na quarta-feira.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a minha primeira observação é a de que o Orçamento está em elaboração.

A Resolução nº 1, a qual o Deputado João Leão se refere e de que fui Relator, aprovada pelo Congresso Nacional, estabelece, no art. 47, inciso II, que as emendas de bancada estadual deverão identificar de forma precisa os seus objetivos, vedada designação genérica e programação que possa contemplar obras distintas ou possa resultar na execução em transferências voluntárias e convênios para a iniciativa privada.

Portanto, Sr. Presidente, esse dispositivo não foi respeitado por diversas emendas de bancada. Tenho conhecimento de que o comitê de emendas está procedendo ao ajuste, o que é didático, e quero saudá-lo por isso, mas quero deixar claro que o Democratas vai exigir no plenário, quando da votação do Orçamento, que não haja emendas rachadinhas. Quanto à mudança da Resolução, estou disposto e disponível para discuti-la quando V. Ex^a assim desejar.

Quero aproveitar ainda o tempo que me resta para pedir a V. Ex^a que transcreva nos *Anais do Congresso Nacional* o editorial de hoje do jornal **O Globo**, intitulado “A todo risco”, que faz referência à decisão tomada, ontem, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara, que aprovou por 44 votos contra 17 a possível inclusão da Venezuela de Hugo Chávez no Mercosul. O editorial é muito claro e considera, como consideramos também, uma grande imprudência.

Conversei com alguns Deputados da Base do Governo que votaram constrangidos por um pedido direto do Palácio do Planalto para aprovar essa decisão que, no meu entendimento, fere os interesses nacionais.

Espero que esse assunto venha a plenário, para que possamos discutir a imprudência que foi cometida.

Não vou apenas me deter no caminho que está tomando a Venezuela. A nossa posição não é contra os venezuelanos, mas contra um governo que, progressivamente, vai-se configurando com uma ditadura, como um governo de continuísmo e, sobretudo, como um governo que pretende implantar uma federação, a que ele chama “bolivariana”, ferindo a soberania nacional. Portanto, não vamos aceitar que o Sr. Chávez queira exportar para o Brasil e para a América Latina o seu governo, que persegue estudantes. E fico abismado quando vejo Deputados de tradição, de partidos que defenderam a liberdade de ação dos estudantes,

virem aqui defender o governo Chávez e suas ações anti-democráticas.

Não vou ficar apenas no campo político, Sr. Presidente. O Mercosul ainda é uma instituição em formação, que vive momento de paralisia e de estagnação, e a entrada do Chávez, polêmica, no Mercosul, vai promover retrocessos. Como o Mercosul vai dialogar com a Europa se Chávez destrói pontes com a Espanha, faz entendimentos com o Irã, dificulta o entendimento com a França, fecha a porta para os Estados Unidos? Portanto, é uma decisão equivocada, e vou passar à Mesa o editorial de *O Globo*, que resume tudo isso. Recomendo aos companheiros e às pessoas que

nos estão ouvindo que também o leiam. Vou colocar disponível no meu *site* o editorial de **O Globo**, www.deputadoaleluia.com.br, para que as pessoas possam se ligar nessa questão que é grave, é um grave ônus à soberania nacional e ao interesse comercial e político do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Opinião Editorial - A todo risco
A todo risco**

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem, por 44 votos a 17, a adesão da Venezuela ao Mercosul. A matéria vai agora ao plenário da Câmara e, se aprovada, segue para o Senado, onde pode haver mais dificuldade para a aceitação dessa nova parceria, dadas as críticas feitas por Hugo Chávez aos senadores brasileiros.

O mínimo que se pode dizer da decisão da Câmara é que se trata de uma grande imprudência, tendo em vista o rumo que estão tomando os assuntos na Venezuela, e a personalidade desabrida do seu presidente. Mas também há problemas específicos. O protocolo de Ushuaia, documento que faz parte dos acordos do Mercosul, estabelece em seu artigo 1º: "A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados partes do presente protocolo." O documento foi assinado em julho de 1998 na cidade de Ushuaia (Argentina) pelos presidentes de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile. Em caso de ruptura da ordem democrática, o protocolo prevê a suspensão do direito de participar do bloco, até o restabelecimento da democracia no país em causa.

Já se vê, assim, que pela própria constituição do Mercosul, não é possível levar adiante uma tese ultimamente mencionada - a de que não temos de dar palpites no que acontece em países vizinhos. Não foi assim que se estruturou o Mercosul; e esse tipo de cláusula tem-se mostrado muito útil num continente onde, há não muito tempo, vicejavam os regimes discricionários.

O que fará, neste sentido, o governo Lula? Se, como tudo indica, a democracia venezuelana sofrer novos golpes, e se ficar inviável a ficção da "democracia bolivariana", vamos, então, votar a exclusão da Venezuela do Mercosul? Isto, sim, seria traumático. Isto, sim, poderia prejudicar as boas relações econômicas atualmente prevalecendo entre Brasil e Venezuela.

Mas a economia é apenas um dos dados do problema. Do ponto de vista político, os riscos são ainda maiores. O Mercosul é uma entidade que ainda está em processo de consolidação. Não poderia ser diferente, quando se pensa no tempo que levou a construção da Comunidade Européia.

Por aqui, tivemos uma era auspiciosa, quando Brasil e Argentina resolveram deixar para trás rivalidades tradicionais e explorar de fato as possibilidades de uma integração. Depois, as tormentosas peripécias da vida argentina tornaram o cenário mais turvo. O presidente Kirchner, no seu estilo ultrapersonalista, achou que aumentava o seu prestígio dando sucessivas alfinetadas no sócio brasileiro.

Assim se enfraqueceu a coesão do bloco. Tanto isso é verdade que, na mais recente crise entre Argentina e Uruguai, o Brasil não pôde ou não quis apresentar-se como mediador, ou usar da sua influência para amenizar o problema. Coube a mediação à Espanha - a mesma que o presidente Chávez resolveu transformar em alvo do seu destempero verbal.

Se o Brasil não teve condições de agir como mediador nas suas próprias fronteiras, entre países

com quem tem mais afinidades geográficas e políticas, como supor que Brasília vai ser capaz de conter os ímpetus demolidores do presidente da Venezuela - que, aliás, tem deixado explícita sua intenção de disputar com o Brasil a liderança regional? E que, num outro arroubo, disse que só entraria para o Mercosul se fosse para transformá-lo?

No Mercosul, pelo sistema de rodízio, o presidente Chávez acabaria exercendo a presidência do bloco. Que efeito isso teria na imagem externa do Brasil, e na administração dos nossos próprios interesses? E como, tendo Chávez a bordo, fazer o Mercosul assinar acordos que não estejam nos projetos refumbantes do candidato a ditador?

Por compulsão pessoal, o presidente Chávez queima pontes em todas as direções, e tem a obsessão do combate ao "império" americano. Seu parceiro preferido, no momento, é o presidente do Irã, que não prima pela moderação. O que tem tudo isso a ver com os interesses do Brasil?

O presidente Chávez, por opção pessoal, segue a linha do maior risco nos seus posicionamentos externos, enquanto, internamente, dedica-se a cercear paulatinamente o que ainda existe de liberdades públicas em seu país. Se esta é a sua postura, por que acelerar a entrada da Venezuela no Mercosul? Uma atitude mais prudente indicaria justamente o contrário: adiar essa proposta de adesão até que o autocrata venezuelano diga definitivamente a que veio. É essa atitude que se pode esperar do Senado brasileiro, se, por um acaso, a decisão da CCJ da Câmara for confirmada em plenário.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem, por 44 votos a 17, a adesão da Venezuela ao Mercosul. A matéria vai agora ao plenário da Câmara e, se aprovada, segue para o Senado, onde pode haver mais dificuldade para a aceitação dessa nova parceria, dadas as críticas feitas por Hugo Chávez aos senadores brasileiros.

O mínimo que se pode dizer da decisão da Câmara é que se trata de uma grande imprudência, tendo em vista o rumo que estão tomando os assuntos na Venezuela, e a personalidade desabrida do seu presidente. Mas também há problemas específicos. O protocolo de Ushuaia, documento que faz parte dos acordos do Mercosul, estabelece em seu artigo 1º: "A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados partes do presente protocolo." O documento foi assinado em julho de 1998 na cidade de Ushuaia (Argentina) pelos presidentes de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile. Em caso de ruptura da ordem democrática, o protocolo prevê a suspensão do direito de participar do bloco, até o restabelecimento da democracia no país em causa.

Já se vê, assim, que pela própria constituição do Mercosul, não é possível levar adiante uma tese ultimamente mencionada - a de que não temos de dar palpites no que acontece em países vizinhos. Não foi assim que se estruturou o Mercosul; e esse tipo de cláusula tem-se mostrado

muito útil num continente onde, há não muito tempo, vicejavam os regimes discricionários.

O que fará, neste sentido, o governo Lula? Se, como tudo indica, a democracia venezuelana sofrer novos golpes, e se ficar inviável a ficção da "democracia bolivariana", vamos, então, votar a exclusão da Venezuela do Mercosul? Isto, sim, seria traumático. Isto, sim, poderia prejudicar as boas relações econômicas atualmente prevalecendo entre Brasil e Venezuela.

Mas a economia é apenas um dos dados do problema. Do ponto de vista político, os riscos são ainda maiores. O Mercosul é uma entidade que ainda está em processo de consolidação. Não poderia ser diferente, quando se pensa no tempo que levou a construção da Comunidade Européia.

Por aqui, tivemos uma era auspiciosa, quando Brasil e Argentina resolveram deixar para trás rivalidades tradicionais e explorar de fato as possibilidades de uma integração. Depois, as tormentosas peripécias da vida argentina tornaram o cenário mais turvo. O presidente Kirchner, no seu estilo ultrapersonalista, achou que aumentava o seu prestígio dando sucessivas alfinetadas no sócio brasileiro.

Assim se enfraqueceu a coesão do bloco. Tanto isso é verdade que, na mais recente crise entre Argentina e Uruguai, o Brasil não pôde ou não quis apresentar-se como mediador, ou usar da sua influência para amenizar o problema. Coube a mediação à Espanha - a mesma que o presidente Chávez resolveu transformar em alvo do seu destempero verbal.

Se o Brasil não teve condições de agir como mediador nas suas próprias fronteiras, entre países com quem tem mais afinidades geográficas e políticas, como supor que Brasília vai ser capaz de conter os ímpetus demolidores do presidente da Venezuela - que, aliás, tem deixado explícita sua intenção de disputar com o Brasil a liderança regional? E que, num outro arroubo, disse que só entraria para o Mercosul se fosse para transformá-lo?

No Mercosul, pelo sistema de rodízio, o presidente Chávez acabaria exercendo a presidência do bloco. Que efeito isso teria na imagem externa do Brasil, e na administração dos nossos próprios interesses? E como, tendo Chávez a bordo, fazer o Mercosul assinar acordos que não estejam nos projetos retumbantes do candidato a ditador?

Por compulsão pessoal, o presidente Chávez queima pontes em todas as direções, e tem a obsessão do combate ao "império" americano. Seu parceiro preferido, no momento, é o presidente do Irã, que não prima pela moderação. O que tem tudo isso a ver com os interesses do Brasil?

O presidente Chávez, por opção pessoal, segue a linha do maior risco nos seus posicionamentos externos, enquanto, internamente, dedica-se a cercear paulatinamente o que ainda existe de liberdades públicas em seu país. Se esta é a sua postura, por que acelerar a entrada da Venezuela no Mercosul? Uma atitude mais prudente indicaria justamente o contrário: adiar essa proposta de adesão até que o autocrata venezuelano diga definitivamente a que veio. É essa atitude que se pode esperar do Senado brasileiro, se, por um acaso, a decisão da CCJ da Câmara for confirmada em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Próximo orador inscrito o ilustre Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a situação dos presídios no Brasil esteve ontem em Recife, capital de Pernambuco. Nós visitamos o Presídio Professor Aníbal Bruno e a Colônia Penal Feminina Bom Pastor.

Na verdade, nós não estivemos em dois presídios, nós estivemos ontem em um inferno, um verdadeiro inferno. Em ambos presídios, a superlotação de presos é algo inaceitável. No Presídio Aníbal Bruno, que tem capacidade para apenas 1.200 presos, mais de 4000 homens se amontoam como animais. Na Colônia Penal Feminina Bom Pastor, que tem capacidade para 150 detentas, existem 550 mulheres, também amontoadas em celas impróprias, absolutamente inadequadas para agasalhar o ser humano. Além da superlotação, que é a mãe talvez de todos os problemas no sistema carcerário, constatamos também o caos na assistência jurídica.

A grande maioria dos presos não tem advogado próprio, porque são pessoas pobres, que dependem de defensores públicos, de advogados dativos, indicados pelos juízes. São presos que não conhecem seus advogados, que não têm audiências e que estão ali mofando há muito tempo, sem assistência jurídica.

Outra reclamação grave: presos estão ali há muito tempo sem audiência; presos que estão com seus processos parados há anos, com prejuízo de sua liberdade e prejuízo para o Poder Público.

Também constatamos, Sr. Presidente, na penitenciária feminina, um verdadeiro escândalo: mulheres gestantes em celas em que deveriam caber oito pessoas, mas abrigam 18, 20 ou mais detentas. Mulheres com seus filhinhos de dois meses, de três meses, de quatro meses, imprensadas com mulheres doentes, adultas, em celas impróprias para qualquer ser humano. Encontramos também ali, Sr. Presidente, detentos com 77 anos também em celas abarrotadas de presas. Portanto, lá em Pernambuco, a superlotação, a falta de assistência jurídica, a morosidade do Poder Judiciário transformam esses dois presídios em verdadeiro inferno.

Além disso, a corrupção no sistema penitenciário de Pernambuco foi outro fato alarmante. Na Penitenciária Aníbal Bruno, nós encontramos a figura do “chaveiro”. Cada pavilhão tem um “chaveiro”, um preso que recebeu a função de gerente. Ele exerce a função que seria de um agente penitenciário e atua como gerente,

porque o presídio se transformou em um verdadeiro mercado. Naquele presídio, os presos pagam por tudo, para ter água, para ter gás, para ter comida, para fazer sexo. É uma verdadeira corrupção instituída no sistema carcerário do Estado de Pernambuco.

Nós, membros da CPI, vamos tomar medidas que consideramos emergenciais. Em primeiro lugar, sugerimos que o Poder Judiciário, o Poder Executivo e a Defensoria Pública, em conjunto com a OAB, façam imediatamente um mutirão para sanear e corrigir a grande quantidade de processos parados. Pessoas estão presas há mais tempo do que deveriam, menores e idosos presos sob condições indevidas. Em segundo lugar, procuraremos urgentemente o Ministro da Justiça e o Governador do Estado para pedir a desativação do presídio Aníbal Bruno, que está abarrotado de presos. Caberiam ali 1.200 presos, mas estão lá mais de 4.000 homens.

É importante que o Ministro da Justiça, o Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e com a sociedade civil, desativem a bomba relógio que está ali naquele presídio. Na semana passada, houve uma rebelião, em que quatro presos foram decepados, quatro presos foram assassinados. E, se não houver medidas urgentes, haverá novos motins.

Eu, Sr. Presidente, digo que, antes da ressocialização, é preciso humanizar as autoridades para cuidarem bem dos presídios.

Faço um apelo às autoridades: que se humanizem e olhem os presídios com olhos diferentes, ou então vamos continuar vendo a barbárie de presos amontoados, mulheres amontoadas, crianças de um mês, dois meses presas, sem terem sido condenadas.

Era esse o registro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O próximo orador é o listre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento, cumprimento a Comissão de Constituição e Justiça, que, na tarde de ontem, aprovou um decreto legislativo para incluir a Venezuela no Mercosul. É importante a Venezuela nesse contexto de uma economia em crescimento, que pode se somar ao Brasil, à Argentina e ao Chile para reequilibrar e fortalecer o Bloco comercial e até ajudar os países que têm economia menor, como o Uruguai e o Paraguai, porque não há bloco econômico com diferenças, com desigualdade.

Então, se queremos fortalecer o Mercosul, temos de ter a clareza de que deve haver certo nivelamento

na economia dos países que compõem o Mercosul para fortalecer o Bloco.

Evidentemente que essa decisão da Comissão de Constituição e Justiça desagrada a alguns setores da sociedade brasileira, nós sabemos, principalmente setores que durante algum tempo elogiaram a interferência dos Estados Unidos na nossa economia, nas nossas decisões políticas, o que fez com que o Brasil quase se tornasse um país satélite dos Estados Unidos. O Brasil, líder desse Bloco econômico, tem a responsabilidade de respeitar a autodeterminação dos povos e a soberania nacional dos países que compõem o Mercosul. É nosso dever fazer com que a Venezuela venha enfrentar, venha construir, venha fortalecer a sua democracia.

Vozes que se colocam contrariamente a essa posição tomada pela Comissão de Constituição e Justiça, como disse anteriormente, apoiaram, no passado, a interferência dos Estados Unidos na nossa política nacional, interferência essa que resultou no golpe de Estado de 1964.

Não podemos permitir que o Brasil faça esse mesmo papel que fizeram conosco no passado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, ainda não utilizei os meus cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Queria pedir à Mesa que controlasse o som. Nós estamos com uma dificuldade enorme. Os oradores ficam sem poder desenvolver com lógica o seu raciocínio.

Sr. Deputado, perdoe-me. É culpa da Mesa.

Peço atenção dos senhores assessores para que possamos dar normalidade aos pronunciamentos dos Srs. Parlamentares.

Peço desculpas, mais uma vez, ao ilustre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Prosseguindo, Sr. Presidente, nós louvamos a posição da Comissão de Constituição e Justiça e esperamos que o Plenário desta Casa, de maneira ativa, de maneira independente, venha referendar, venha aprovar a inserção da Venezuela no Mercosul. Esperamos ainda que a sociedade brasileira entenda esse papel do Congresso Nacional. Queremos o Mercosul fortalecido, a Venezuela democratizada, que possa atender à maioria da sua população.

Concluo, Sr. Presidente, ressaltando as resoluções da XIII Conferência Nacional de Saúde, que teve sua conclusão no dia 18 de novembro. Algumas resoluções tomadas são muito importantes para a Amazônia

brasileira, principalmente no tocante ao aumento dos investimentos *per capita* aos cidadãos amazônidas, que durante algum tempo vêm recebendo valores inferiores ao que recebe o cidadão do Sul e Sudeste. Para que tenhamos um País com igualdade regionais estabelecidas, tratamentos isonômicos para todos os cidadãos que vivem no território brasileiro, evidentemente que o SUS tem de se adequar às políticas de saúde para permitir que a qualidade de saúde prestada à população amazônica seja similar à prestada à população de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Então essa resolução da XIII Conferência de Saúde de estabelecendo que o Ministério da Saúde, a União Federal, os Estados e Municípios possam, de maneira articulada, melhorar a prestação de serviços, aumentar o investimento na atenção básica, principalmente fortalecendo as equipes de saúde da família, que devem ser universalizadas e ampliado o seu universo de famílias atendidas, o que nos garantiria melhor qualidade de vida na Amazônia brasileira.

Quero ressaltar, também, o papel da atenção básica às populações indígenas. Como resolução da XIII Conferência, o SUS, por intermédio da Funasa e não dos municípios, deve melhorar a qualidade da atenção à saúde para com as populações indígenas brasileiras, principalmente aquelas que estão na região amazônica onde o acesso ao transporte e ao atendimento de emergência são....

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Eu queria dizer que não sei e quero consultar a assessoria técnica se estamos com problema de equipamentos ou com problema de manuseio dos equipamentos.

É impossível passar a palavra para um Parlamentar quando não há segurança sequer de uso do microfone. Então, gostaria que a assessoria me informasse o que está acontecendo, porque é realmente muito difícil desenvolver um raciocínio com a insegurança do microfone.

O próximo orador inscrito é o ilustre Deputado Nelson Pellegrino. Peço à Mesa que conceda a ele os cinco minutos e espero que S. Ex^a não tenha os transtornos que teve o ilustre Deputado Valverde, a quem espero um dia repor a perda.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Narcio Rodrigues, quero também registrar a satisfação de ver V. Ex^a presidindo essa sessão do Congresso Nacional, destinada a votar vários créditos da maior importância para nosso País.

Não poderia também deixar de aproveitar esta oportunidade para marcar desta tribuna, como já fiz ontem, em aparte ao Deputado Joseph Bandeira, a data

de 20 de novembro. O dia 20 de novembro é uma data consagrada, no Brasil inteiro, ao Dia da Consciência Negra e foi escolhida porque marca a morte do Zumbi dos Palmares, grande herói do povo negro. Não só do povo negro, Zumbi dos Palmares foi resgatado como um herói nacional decorridos trezentos anos da sua morte. Zumbi organizou o Quilombo dos Palmares, de resistência do povo negro, que foi esmagado graças à ação da Coroa portuguesa. E no dia 20 de novembro, simbolicamente, o Quilombo caiu com a morte de Zumbi dos Palmares.

Portanto, nessa data, o povo negro comemora a luta por igualdade de oportunidade e de direitos. E o Presidente Lula, inclusive, defendeu o sistema de cotas no Brasil, sistema que eu considero importante e necessário nessa quadra da história brasileira, para fazer esse resgate social, esse resgate étnico do povo negro no Brasil, que precisa ter as mesmas oportunidades em relação às demais etnias do nosso País. Assim, eu não poderia deixar de registrar a passagem dessa importante data.

Eu também queria aproveitar, Sr. Presidente, para fazer um registro de pesar pelo falecimento no último domingo, em Salvador, do jornalista Jorge Lindsay; do jornal **A Tarde**, vítima de infarto do miocárdio. Era um jornalista muito querido em Salvador. Era meu amigo pessoal, foi amigo de meu pai também, que era jornalista. A Bahia fica mais triste sem a presença alegre de Jorge Lindsay. Eu queria aqui fazer esse registro de pesar pela morte dele.

Por último, não poderia deixar, nesta sessão do Congresso Nacional, de opinar sobre a importante decisão que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados adotou ontem em relação ao ingresso da Venezuela no Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

Primeiro, é importante registrar que a decisão da Comissão de Constituição e Justiça foi correta porque cabe a ela dar parecer sobre a constitucionalidade da matéria, a juridicidade e a técnica legislativa.

Em relação à Constituição, o projeto de decreto legislativo não agride os princípios constitucionais; ao contrário, vai ao encontro desses princípios, porque a nossa Constituição estabelece a integração dos povos e que o Brasil trabalhe para constituir uma comunidade de países latino-americanos.

Segundo, não é injurídica a participação da Venezuela, porque ela é integrante da Organização dos Estados Americanos, que tem um dispositivo semelhante a um dispositivo do Protocolo de Ushuaia, o que estabelece que os países que não são democráticos não podem compor a Organização dos Estados Americanos nem o Mercosul. O Protocolo de Ushuaia

tem um dispositivo muito parecido com o da OEA que estabelece que poderão ser excluídos dessa participação aqueles Estados que tenham gravemente lesado a democracia.

Não quero entrar no mérito da figura do Presidente Hugo Chávez e de como ele conduz a política na Venezuela. Essa é uma questão de autodeterminação do seu povo. Mas é indiscutível que, na Venezuela, há um Estado de direito, tem os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário funcionando regularmente, há separação de Poderes, há eleições regulares no País, em todos os níveis, há uma Constituição que assegura direitos e garantias fundamentais. Portanto, há uma caracterização como Estado de direito na Venezuela. Portanto não é injurídico esse ato.

Por último, é indiscutível, é inegável que a incorporação da Venezuela ao Mercosul é importante, inclusive comercialmente, para esse Bloco. Esse Bloco terá 76% do PIB da América do Sul. O Brasil tem hoje um superávit comercial com a Venezuela de quase US\$4 bilhões e terá condições, efetivamente, de ter relações de troca muito favoráveis com a Venezuela na integração.

Considero acertada a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, que não se deixou contaminar pelo debate ideológico. O debate ideológico deve ocorrer em outro campo. Uma coisa é o que pensa o Presidente Hugo Chávez, outra coisa é o que pensa o Presidente Lula. A Argentina e o Uruguai já ratificaram em seus Congressos esse tratado. Outra coisa é o que pensa o povo brasileiro. O que nós estamos discutindo com a Venezuela é um tratado de integração comercial, é um tratado de construção de um bloco comercial, e a Venezuela cabe nesse bloco, pois tem todas as condições de compor esse bloco.

Em relação às questões político-ideológicas, nós temos de deixar para fazer esse debate no tempo devido. Portanto, considero que essa decisão da Comissão de Constituição e Justiça foi decisão acertada e espero que o Plenário da Câmara Federal e o do Senado confirmem essa decisão para que o Brasil possa continuar exercendo a sua vocação de líder do Cone Sul e buscando a integração do nosso continente latino-americano.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Quero comunicar ao Plenário que nós já abrimos o painel da Câmara dos Deputados e está mantida a convocação de sessão ordinária a partir das 14 horas. Quero comunicar também que há quórum nas duas Casas.

Estou sendo informado pela assessoria de que foi marcada uma extraordinária logo depois da sessão do Congresso, convocada pelo Presidente, Arlindo Chinaglia.

Havendo quórum, vamos passar à Ordem do Dia da sessão do Congresso.

Chegou aqui a informação de um acordo em torno da votação dos PLNs nºs 53, 61, 38, 39, 40, 45, 46, 49, 52, 60, 63, 64, 65 mais um extrapauta, com a errata.

Consulto os Srs. Líderes se é esse o acordo firmado para a sessão de hoje.

Pelo Democratas, tem a palavra o Deputado Cláudio Cajado.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, efetivamente, da nossa parte, nós mantemos a votação dos créditos extraordinários suplementares que estão aí anunciados por V. Ex^a e não há óbice a que avancemos na discussão e votação desses PLNs.

Claro que iremos travar discussões, mas é um avanço nós acordarmos votar todos os créditos pautados na Ordem do Dia do Congresso Nacional. São treze créditos e mais a errata, formando, portanto, quatorze créditos suplementares.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Pela Liderança do Governo, tem a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha proposta é que, nessa ordem, comecemos a votação; nesse tempo nós vamos conversando com as Lideranças.

Então, quanto a esses PLNs, há acordo. Há o PLN 65 de que falei com V. Ex^a. Estamos deixando-o para o final, aguardando a chegada do Senador Dornelles. Então, a cada ponto, nós vamos discutindo.

No final, quero, de novo, fazer um apelo às Lideranças do PFL e PSDB, para que nós pudéssemos, inclusive, fazer acréscimos a essa lista.

Então, nós vamos conversando. Se não houver resultado, vamos ver o que é possível construir daqui até o final.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 53, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 53, de 2007, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$10.018.100,00 (dez milhões, dezoito mil e cem reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 67, de 2007, concluiu pela aprovação do projeto.

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 67, DE 2007

Da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 53, de 2007 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$10.018.100,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador José Maranhão

1 – Relatório

1.1 Histórico

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº, 158, de 2007-CN (nº, 768/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 53, de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$10.018.100,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 262/2007, o Poder Executivo informa que o crédito em favor da Administração direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$58.100,00, permitirá a quitação de débito residual da contribuição brasileira de 2007 junto ao Escritório Internacional de Epizootias – EIE, evitando, dessa forma, que a inadimplência crie dificuldades para a aprovação dos processos de declaração de zonas livres de doenças na agropecuária, pleiteados pelo Brasil junto a esse organismo.

O cancelamento do valor para atender a esse crédito será efetuado na Ação Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura – Nacional.

A suplementação em favor da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, no valor de R\$9.360.000,00 garantirá o custeio de despesas administrativas, cuja elevação nos custos decorre do aumento dos trabalhos da Companhia em atendi-

mento a parcerias com outros órgãos governamentais, principalmente em relação à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e das, Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, cuja guarda dos produtos exigiram a reabertura de armazéns o que implicou em maiores gastos. Permitirá, também, a promoção de melhorias na área de tecnologia da informação e de processos na execução de suas atribuições, de forma que possa atender a essas parcerias adequadamente.

O cancelamento do valor para atender a esse crédito será efetuado na Ação Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia – MG.

O crédito em favor da administração direta do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$600.000,00, propiciará o atendimento de despesas administrativas, cujo aumento nos gastos decorre da ampliação das atribuições do órgão, da implantação de Superintendências Estaduais e da utilização de dois espaços físicos no Distrito Federal para a sede do Ministério. O valor será remanejado da Ação Publicidade de Utilidade Pública.

Governo esclarece, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, LDO 2007, que as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se trata de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da execução da programação suplementada, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

Salienta que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Assim, o presente crédito viabilizar-se-á à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

1.2 Análise

Pela análise da matéria, verifica-se que o Projeto de Lei em apreciação está em conformidade com a legislação vigente, em especial com o que dispõe a Lei nº 11.439/2006 – LDO-2007 e a Resolução nº 1 – CN – 2006.

A análise permite concluir que não há reparos a fazer, tanto no que concerne à suplementação quanto ao financiamento, uma vez que o projeto atende ao disposto na legislação.

A viabilização do crédito mediante a conta de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

Sob o aspecto formal e de mérito, o projeto está elaborado em conformidade com a boa técnica legislativa.

Emendas

Ao Projeto de Lei em análise não foram apresentadas emendas.

2 – Voto

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 53/2007 nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de 20 de novembro de 2007. – Senador **José Jose Maranhão**, Relator.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Quinta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 20 de novembro de 2007, aprovou, por unanimidade, o relatório do Senador José Maranhão, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 53/2007-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sibá Machado; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Magalhães, José Pimentel, Lael Varella, Luiz Carreira, Manoel Junior, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 20 de novembro de 2007. – **Roberto Rocha**, Primeiro Vice-Presidente. – Senador **José Maranhão**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

MENSAGEM Nº 158, DE 2007-CN (nº768/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 10.018.100,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 10.018.100,00 (dez milhões, dezoito mil e cem reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOSUBTITULO/PRODUTO	E S N F	O R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0359 DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA								58.100
		ATIVIDADES						
28 604	0359 4807	PREVENCAO, CONTROLE E ERRADICACAO DAS DOENCAS DA BOVIDEOCULTURA						58.100
20 604	0359 4807 0001	PREVENCAO, CONTROLE E ERRADICACAO DAS DOENCAS DA BOVIDEOCULTURA - NACIONAL						58.100
								58.100
TOTAL - FISCAL								58.100
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								58.100

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	1 U	P T E	VALOR
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF								600.000
		ATIVIDADES						
21 131	0351 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						600.000
21 131	0351 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	600.000
TOTAL - FISCAL								600.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								600.000

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – **Item 2:**

**PROJETO DE LEI DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 61, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 61, de 2007, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$70.798.615,00 (setenta milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e quinze reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.

Ao projeto de lei foram apresentadas duas emendas.

A Comissão Mista de Orçamento, em seu Parecer nº 68, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 68, DE 2007

PROJETO DE LEI Nº 61, DE 2007 – CN

Dispõe sobre o do Projeto de Lei nº 61 de 2007 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$70.798.615,00 para os fins que especifica, e dá outras providências.

Origem: Poder Executivo

Relator: Senador **José Maranhão**

I – Relatório

Com base no art. 165 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei nº 61, de 2007 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$70.798.615,00 (setenta milhões, setecentos e no-

venta e oito mil, seiscentos e quinze reais), para os fins que especifica, e dá outras providências, conforme a seguir demonstrado:

R\$ 1,00

Discriminação	Aplicação dos Recursos	Origem dos Recursos
Câmara dos Deputados	460.000	46.000
Justiça Federal	10.316.00	9.016.00
Justiça Eleitoral	9.379.311	9.379.311
Justiça do trabalho	2.043.304	2.043.304
Ministério Público da União	48.600.000	48.600.000
Excesso de Arrecadação de Recursos de Convênios		1.300.00
Total	70.798.615	70.798.615

Segundo a exposição de motivos EM nº 271/2007/MP, que acompanha o PL, os recursos permitirão:

a) na Câmara dos Deputados, o pagamento das cotas de contribuições devidas ao Parlamento Latino-Americano, referente ao exercício de 2007, e à União Interparlamentar, relativas aos exercícios de 2006 e 2007;

b) na Justiça Federal, a aquisição de edifício-sede da Justiça Federal em Assis, no Estado de São Paulo; a conclusão da obra de construção da Justiça Federal em Itabaiana, no Estado do Sergipe, e do edifício-sede da Justiça Federal em Imperatriz, no Estado do Maranhão; a aquisição de terreno e o início da construção do edifício-sede da Seção Judiciária em Fortaleza, no Estado do Ceará; o paisagismo e a pavimentação das áreas externas do edifício-sede da Justiça Federal em Caxias, no Estado do Maranhão; a aquisição de edifício-sede da Justiça Federal em Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul; e a aquisição de imóvel contíguo à Seção Judiciária do Maranhão em São Luis, no Estado do Maranhão;

c) na Justiça Eleitoral, a aquisição de imóvel para cartório eleitoral no Município de Rio Largo, no Estado de Alagoas; a construção e a ampliação de cartórios eleitorais nos Municípios de Itapipoca e Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará; a construção de cartório eleitoral em Uruaçu, no Estado de Goiás; a construção do anexo do Tribunal Regional Eleitoral em Cuiabá e de cartórios eleitorais

nos Municípios de Diamantino, Rondonópolis, Várzea Grande, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Barra do Garças e Campo Verde, no Estado de Mato Grosso; a conclusão da construção de cartório eleitoral no Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul; a construção de cartórios eleitorais nos Municípios de Ingá e Taperoá, no Estado da Paraíba; a construção de cartórios eleitorais nos Municípios de Pitanga, Dois Vizinhos, Lapa, Capanema, Ivaiporã e São Matheus do Sul, no Estado do Paraná; a construção de cartório eleitoral no Município de Igarassu, no Estado de Pernambuco; a construção de cartórios eleitorais nos Municípios de Caicó e Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte; a construção de cartório eleitoral no Município de São José e a aquisição de imóveis para cartórios eleitorais nos Municípios de Ituporanga, Cunha Porã, Balneário Piçarras, no Estado de Santa Catarina; a construção do Anexo I da sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, no Município de Aracaju; e a ampliação de cartórios eleitorais nos Municípios de Oiapoque, Tartarugalzinho e Laranjal do Jari, no Estado do Amapá; e

d) na Justiça do Trabalho, a construção de edifício-sede do Fórum Trabalhista de Passos, no Estado de Minas Gerais; a ampliação do estacionamento do Complexo do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, no Município de Aracaju, no Estado de Sergipe; e a construção dos edifícios-sede da Vara do Trabalho no Município de Sinop e da Justiça do Trabalho no Município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

No âmbito do Ministério Público da União, o crédito possibilitará a aquisição, a reforma e a adaptação do edifício-sede da Procuradoria da República em São Paulo; a instalação e adequação do edifício-sede da Procuradoria da República em Goiânia, no Estado de Goiás, e da Justiça Militar em Brasília, no Distrito Federal; e a aquisição do Anexo ao edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, e de imóvel para abrigar o Ofício de Santarém, no Estado do Pará.

A proposição decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos e, no caso dos órgãos do

Poder Judiciário, foram encaminhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 17, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, LDO – 2007.

O crédito viabilizar-se-á à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Segundo os órgãos, os remanejamentos propostos não trarão prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício corrente.

A exposição de motivos esclarece, ainda, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da LDO – 2007, que as alterações decorrentes da abertura do crédito especial não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$69.498.615,00 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, seiscentos e quinze reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias para priorização da nova programação; e

b) R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) tratam-se de atendimento de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, as quais serão consideradas no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2007, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Adicionalmente, demonstra-se, conforme dispõe o art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006, o excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, parcialmente apropriado neste crédito.

Cabe destacar, finalmente, que integra o presente projeto de lei, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos das ações nº 7F - Contribuição ao Parlamento Latino-Americano, nº 7G – Contribuição à União Interparlamentar, nº 1P20 – Construção do Anexo

I da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e nº 105A – Construção de Edifício-Sede da Seção Judiciária em Fortaleza-CE, que passam a incorporar o Plano Plurianual 2004-2007. As demais programações contempladas neste crédito não implicam alteração do referido Plano, uma vez que se trata de inclusão de subtítulos em ações constantes do mesmo ou cuja execução não ultrapassará o exercício vigente.

No prazo regimental foram apresentadas duas emendas a este crédito especial, conforme consta do Anexo 1. As emendas nºs 1 e 2 estão em condições de serem acatadas por atenderem plenamente à legislação vigente. Contudo, não obstante o mérito dos pleitos nelas contidos, deve-se lembrar que, caso aprovadas

total ou parcialmente, os cancelamentos correspondentes importarão em prejuízos para a execução das respectivas unidades orçamentárias. Por essa razão, opinamos pela rejeição, no mérito das emendas nºs 1 e 2 apresentadas ao presente projeto de lei.

II – Voto

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 61, de 2007 – CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

De de 2007. – Senador **José Maranhão**, Rala-tor.

Anexo I

(Ao Parecer nº , de 2007)

PLN nº 61, de 2007-CN – Demonstrativo de que trata o art. 70, inciso III, alínea a, da Resolução nº 01, de 2006-CN

(Emendas Apresentadas ao PLN e Respetivo Parecer)

Nº	Autor	Unidade Orçamentária	Descritor do Subtítulo	Parecer	Valor Concedido (R\$)
0001	José Carlos Machado	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	Construção do Anexo I da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe – no Município de Aracaju - SE	Rejeitada	0,00
0002	José Carlos Machado	Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região – Sergipe	Ampliação do Estacionamento do Complexo do TRT 20ª Região – no Município de Aracaju -SE	Rejeitada	0,00

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do Parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 61, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 166, DE 2007-CN

(nº 776 /2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 70.798.615,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 70.798.615,00 (setenta milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e quinze reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação de Recursos de Convênios no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 69.498.615,00 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, seiscentos e quinze reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2004-2007 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									460.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
01 212	0681 007F	CONTRIBUICAO AO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO							60.000
01 212	0681 007F 0001	CONTRIBUICAO AO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO - NACIONAL							60.000
			F	3	2	80	0	100	60.000
01 212	0681 007G	CONTRIBUICAO A UNIAO INTERPARLAMENTAR							400.000
01 212	0681 007G 0001	CONTRIBUICAO A UNIAO INTERPARLAMENTAR - NACIONAL							400.000
			F	3	2	80	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									460.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									460.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESN	GRND	MOD	UNIT	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL							9.016.00

		PROJETOS							
02 122	0569 1310	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM ASSIS - SP							900.000
02 122	0569 1310 0101	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM ASSIS - SP - NO MUNICIPIO DE ASSIS - SP EDIFICIO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0	100	900.000
02 122	0569 102W	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM ITABAIANA - SE							888.000
02 122	0569 102W 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM ITABAIANA - SE - NO MUNICIPIO DE ITABAIANA - SE SEDE CONSTRUIDA COM 100 M² (% DE EXECUCAO FISICA) 34	F	4	2	90	0	100	888.000
02 122	0569 103B	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM IMPERATRIZ - MA							1.500.000
02 122	0569 103B 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM IMPERATRIZ - MA - NO MUNICIPIO DE IMPERATRIZ - MA SEDE CONSTRUIDA COM 3.815 M² (% DE EXECUCAO FISICA) 12	F	4	2	90	0	100	1.500.000
			F	4	2	90	0	300	238.000
02 122	0569 105A	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA SECAO JUDICIARIA EM FORTALEZA - CE							4.500.000
02 122	0569 105A 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA SECAO JUDICIARIA EM FORTALEZA - CE - NO MUNICIPIO DE FORTALEZA - CE EDIFICIO-SEDE CONTRUIDO (% DE EXECUCAO FISICA) 9	F	4	2	90	0	100	4.500.000
02 122	0569 1113	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM CAXIAS - MA							228.000
02 122	0569 1113 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM CAXIAS - MA - NO MUNICIPIO DE CAXIAS - MA SEDE CONSTRUIDA COM 1.500 M² (% DE EXECUCAO FISICA) 10	F	4	2	90	0	100	228.000
02 122	0569 1143	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM PONTA PORA - MS							1.000.000
02 122	0569 1143 0101	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM PONTA PORA - MS - NO MUNICIPIO DE PONTA PORA - MS EDIFICIO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									9.016.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.016.000

UNIDADE: 12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
			FD	ND	P	D	U	E	
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									1.300.000
		PROJETOS							
02 122	0569 1140	AQUISICAO DO ANEXO DA JUSTICA FEDERAL EM SAO LUIS - MA							1.340.800
02 122	0569 1140 0101	AQUISICAO DO ANEXO DA JUSTICA FEDERAL EM SAO LUIS - MA - NO MUNICIPIO DE SAO LUIS - MA							1.300.000
		ANEXO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0	181	1.300.000
TOTAL - FISCAL									1.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.300.000

UNIDADE: 14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

CREDITO ESPECIAL**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S M P D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0579 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								248.000
		PROJETOS						
02 122	0570 7217	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS						248.000
02 122	0570 7217 1401	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE RIO LARGO - AL						240.000
		IMOVEL ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0 100	240.000
TOTAL - FISCAL								240.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								240.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0578 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									648.040
		PROJETOS							
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							648.040
02 122	0570 5439 1391	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE URUACU - OO							648.040
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	648.040
TOTAL - FISCAL									648.040
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL GERAL									648.040

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES F	GR P	MO D	U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								3.918.000
		PROJETOS						
02 122	0570 10F4	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-ANEXO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO						1.176.000
02 122	0570 10F4 0103	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-ANEXO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO - NO MUNICIPIO DE CUIABA - MT						1.176.000
		EDIFICIO CONSTRUIDO COM 3.804,41M2 (% DE EXECUCAO FISICA) 1	F	4	2	90	0 100	1.176.000
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS						2.742.000
02 122	0570 5439 0109	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT						321.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0 100	321.000
02 122	0570 5439 0113	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS - MT						508.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0 100	508.000
02 122	0570 5439 0731	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE - MT						500.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0 100	500.000
02 122	0570 5439 0733	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT						350.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0 100	350.000
02 122	0570 5439 0735	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE SORRISO - MT						350.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0 100	350.000
02 122	0570 5439 1419	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE BARRA DO GARCAS - MT						400.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0 100	400.000
02 122	0570 5439 1421	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE CAMPO VERDE - MT						321.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0 100	321.000
TOTAL - FISCAL								3.918.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								3.918.000

ORCAO : 14806 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			P	D		D		B	
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL.									41.639
		PROJETOS							
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							41.639
02 122	0570 5439 1389	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - MS							41.639
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	41.639
TOTAL - FISCAL									41.639
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.639

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G R P	M O D	I U	F I E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								55.000
		PROJETOS						
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS						55.000
02 122	0570 5439 1399	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE CAICO - RN						20.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0 100	20.000
02 122	0570 5439 1405	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE MOSSORO - RN						35.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0 100	35.000
TOTAL - FISCAL								55.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								55.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GR	PR	MOD	U	FE	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									480.000
		PROJETOS							
02 122	0570 1P10	CONSTRUCAO DO ANEXO I DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE							480.000
02 122	0570 1P20 0101	CONSTRUCAO DO ANEXO I DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE - NO MUNICIPIO DE ARACAJU - SE							400.000
		ANEXO CONSTRUITO (% DE EXECUCAO FISICA) 20	F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	1	F	VALOR
			S	P	P	O	U	T	
			N					E	
			D						
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									1.170.000
		PROJETOS							
02 122	0571 1M96	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PASSOS-MG							1.170.000
02 122	0571 1M96 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PASSOS-MG - NO MUNICIPIO DE PASSOS - MG							1.170.000
		EDIFICIO-SEDE CONSTRUIDO (% DE EXECUCAO FISICA)	F	4	2	90	0	100	1.170.000
		78							
TOTAL - FISCAL									1.170.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.170.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	O R P D	M O D	I M U	F I T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								208.715
		PROJETOS						
02 122	0571 11BR	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM SINOP - MT						98.635
02 122	0571 11BR 0103	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM SINOP - MT - NO MUNICIPIO DE SINOP - MT						90.635
		SEDE CONSTRUIDA COM 540 M² (% DE EXECUCAO FISICA) 13	F	4	2	90	0	100
								90.635
02 122	0571 3E98	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA DO TRABALHO						118.880
02 122	0571 3E98 0103	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA DO TRABALHO - NO MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA - MT						118.080
		SEDE CONSTRUIDA (% DE EXECUCAO FISICA) 21	F	4	2	90	0	100
								118.080
TOTAL - FISCAL								208.715
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								208.715

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			ES	ND	MP	OD	UE	TE	
0581		DEFESA DA ORDEM JURIDICA							44.580.000
		PROJETOS							
03 122	0581 114Q	AQUISICAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SAO PAULO - SP							40.080.000
03 122	0581 114Q 0101	AQUISICAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SAO PAULO - SP - NO MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP							40.000.000
		EDIFICIO-SEDE ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0	100	40.000.000
03 122	0581 114S	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SAO PAULO - SP							1.500.000
03 122	0581 114S 0101	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SAO PAULO - SP - NO MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP							1.500.000
		AREA REFORMADA (MP) 16000	F	3	2	90	0	100	770.000
			F	4	2	90	0	100	730.000
03 122	0581 114W	INSTALACOES E EQUIPAMENTOS PARA O NOVO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM GOIANIA - GO							3.000.000
03 122	0581 114W 0101	INSTALACOES E EQUIPAMENTOS PARA O NOVO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM GOIANIA - GO - NO MUNICIPIO DE GOIANIA - GO							3.000.000
		AREA INSTALADA (MP) 8536	F	4	2	90	0	100	3.000.000
		TOTAL - FISCAL							44.500.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							44.500.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESN	ORF	MOD	UNIT	VALOR
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA							3.600.000
03 122	0581 114V	PROJETOS					3.600.000
03 122	0581 114V 0101	INSTALACOES E EQUIPAMENTOS PARA O NOVO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR EM BRASILIA-DF					3.000.000
		INSTALACOES E EQUIPAMENTOS PARA O NOVO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR EM BRASILIA-DF - EM BRASILIA - DF					3.000.000
		AREA INSTALADA (MF) 20003	F 4	2	90	0 100	3.000.000
TOTAL - FISCAL							3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							3.000.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
0553 ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS									460.000
		ATIVIDADES							
01 031	0553 4061	PROCESSO LEGISLATIVO							460.000
01 031	0553 4061 0001	PROCESSO LEGISLATIVO - NACIONAL							460.000
			F	4	2	90	0	100	460.000
TOTAL - FISCAL									460.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									460.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GR	M	I	F	VALOR
			S	P	O	U	T	
			FD	D			E	
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL								9.016.000
		PROJETOS						
02 122	0569 1195	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DA SECAO JUDICIARIA EM FORTALEZA - CE						4.500.000
02 122	0569 1195 0103	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DA SECAO JUDICIARIA EM FORTALEZA - CE - NO MUNICIPIO DE FORTALEZA - CE	F	5	2	90	0 100	4.500.000
02 122	0569 1K75	AQUISICAO DE EDIFICIO ANEXO I PARA A JUSTICA FEDERAL EM BELO HORIZONTE - MG						238.000
02 122	0569 1K75 0101	AQUISICAO DE EDIFICIO ANEXO I PARA A JUSTICA FEDERAL EM BELO HORIZONTE - MG - NO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG	F	5	2	90	0 300	238.000
02 122	0569 1136	MODERNIZACAO DE INSTALACOES DA JUSTICA FEDERAL						900.000
02 122	0569 1136 0001	MODERNIZACAO DE INSTALACOES DA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	4	2	90	0 100	900.000
02 122	0569 3755	IMPLANTACAO DE VARAS FEDERAIS						2.116.000
02 122	0569 3755 0001	IMPLANTACAO DE VARAS FEDERAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	2.116.000
			F	4	2	90	0 100	202.229
								1.913.771
02 126	0569 3757	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL (E-JUS)						1.262.800
02 126	0569 3757 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL (E-JUS) - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	1.262.800
			F	4	2	90	0 100	374.000
								888.000
TOTAL - FISCAL								9.016.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								9.016.000

ORCAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

ANEXO B

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	B S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									3.918.000
		PROJETOS							
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							3.512.334
02 122	0570 5439 0051	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO ESTADO DE MATO GROSSO							3.512.334
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 20	F	4	2	90	0	100	3.512.334
02 122	0570 7219	CONSTRUCAO DE IMOVEIS PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRONICAS							405.666
02 122	0570 7219 0685	CONSTRUCAO DE IMOVEIS PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRONICAS - NO MUNICIPIO DE CUIABA - MT							405.666
		IMOVEL CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	405.666
TOTAL - FISCAL									3.918.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.918.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ANEXO D

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	Q N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									189.000
		PROJETOS							
01 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							189.000
02 122	0570 5439 0697	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE BAYEUX - PB							180.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	180.000
TOTAL - FISCAL									180.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									180.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A.CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	F U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									1.178.000
		PROJETOS							
02 122	0571 11KY	CONSTRUCAO DO FORUM TRABALHISTA EM PARA DE MINAS - MG							62.000
02 122	0571 11KY 0101	CONSTRUCAO DO FORUM TRABALHISTA EM PARA DE MINAS - MG - NO MUNICIPIO DE PARA DE MINAS - MG	F	4	2	90	0	100	62.000
02 122	0571 11LO	CONSTRUCAO DE FORUM TRABALHISTA EM POCOS DE CALDAS - MG							800.000
02 122	0571 11LO 0101	CONSTRUCAO DE FORUM TRABALHISTA EM POCOS DE CALDAS - MG - NO MUNICIPIO DE POCOS DE CALDAS - MG	F	4	2	90	0	100	800.000
02 122	0571 11LR	AMPLIACAO DE FORUM TRABALHISTA EM UBERABA - MG							10.000
02 122	0571 11LR 0101	AMPLIACAO DE FORUM TRABALHISTA EM UBERABA - MG - NO MUNICIPIO DE UBERABA - MG	F	4	2	90	0	100	10.000
02 122	0571 11LU	AMPLIACAO DE FORUM TRABALHISTA EM JUIZ DE FORA - MG							298.000
02 122	0571 11LU 0101	AMPLIACAO DE FORUM TRABALHISTA EM JUIZ DE FORA - MG - NO MUNICIPIO DE JUIZ DE FORA - MG	F	4	2	90	0	100	298.000
TOTAL - FISCAL									1.170.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.170.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	QND	R	P	MOD	U	FTE	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA										208.715
		PROJETOS								
02 122	0571 1B66	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM MIRASSOL DOESTE - MT								28.155
02 122	0571 1B66 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM MIRASSOL DOESTE - MT - NO MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT	F	4	2		90	0	100	28.155
02 122	0571 1C38	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM PRIMAVERA DO LESTE - MT								21.483
02 122	0571 1C38 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM PRIMAVERA DO LESTE - MT - NO MUNICIPIO DE PRIMAVERA DO LESTE - MT	F	4	2		90	0	100	21.483
		ATIVIDADES								
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO								159.077
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F	3	2		90	0	100	159.077
TOTAL - FISCAL										208.715
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										208.715

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 UNIDADE : 34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0531 DEFESA DA ORDEM JURIDICA 44.500.000									
		PROJETOS							
03 122	0531 1E30	MODERNIZACAO DAS INSTALACOES DO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL							40.000.000
03 122	0531 1E30 0001	MODERNIZACAO DAS INSTALACOES DO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	40.000.000
		ATIVIDADES							
03 125	0531 2508	FISCALIZACAO E CONTROLE DA APLICACAO DA LEI							4.500.000
03 125	0531 2508 0001	FISCALIZACAO E CONTROLE DA APLICACAO DA LEI - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	4.500.000
TOTAL - FISCAL 44.500.000									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 44.500.000									

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

UNIDADE : 34103 - MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0581 DESPESA DA ORDEM JURIDICA		3.000.000
		PROJETOS
03 122	0581 3150	CONSTRUCAO DA 2ª ETAPA DO EDIFICIO-SEDE DO MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS
03 122	0581 3158 0101	CONSTRUCAO DA 2ª ETAPA DO EDIFICIO-SEDE DO MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS - EM BRASILIA - DF
		F 4 2 90 0 100
TOTAL - FISCAL		3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE		0
TOTAL - GERAL		3.000.000

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34104 - MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

ANEXO II			CREDITO ESPECIAL					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	R N P D	M O D	I U	P T E	VALOR
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA								1.100.000
		PROJETOS						
03 122	0581 1111	IMPLANTACAO DE OFICIOS JUNTO AS VARAS DA JUSTICA DO TRABALHO						1.100.000
03 122	0581 1111 0001	IMPLANTACAO DE OFICIOS JUNTO AS VARAS DA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL						1.100.000
			F	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.100.000

Plano Plurianual 2004 – 2007
Anexo III – Ações Plurianuais

Megaobjetivo *Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia*

Desafio *Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão*

Programa	0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	Órgão Responsável	01000	Câmara dos Deputados
Tipo	Finalístico				
Objetivo	Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros				
Público-alvo	Sociedade				

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Operações Especiais					
Ação	Título				
007F	Contribuição ao Parlamento Latino-Americano	---	Câmara dos Deputados	Nacional	R\$
					Meta
				2004	2005
				2006	2007
					60.000

Plano Plurianual 2004 – 2007
Anexo III – Ações Plurianuais

Megaobjetivo *Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia*

Desafio *Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão*

Programa	0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	Órgão Responsável	01000	Câmara dos Deputados
Tipo	Finalístico				
Objetivo	Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros				
Público-alvo	Sociedade				

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Operações Especiais					
Ação	Título				
007G	Contribuição à União Interparlamentar	---	Câmara dos Deputados	Nacional	R\$
					Meta
				2004	2005
				2006	2007
					400.000

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo acordo, a errata entra agora. A errata, que é o PLN 54.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Consulto, portanto, o Plenário, se há acordo para que votemos então o item da errata.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sim, Sr. Presidente. Podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

É lido o seguinte:

Ofício nº 133/2007

Brasília, 20 de novembro de 2007

À Sua Excelência o Senhor

Senador José Maranhão

DD. Presidente da

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Brasília/DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente venho pelo presente informar a Vossa Excelência que, após a votação do PLN nº 54/2007 no Plenário do Congresso Nacional, ocorrida no último dia 8 de novembro, foram identificadas três incorreções no Anexo 1, segunda página, Suplementação da Unidade Orçamentária DNIT.

1º) A Ação “Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea – Município de Maringá/Pr – No Estado do Paraná”, funcional-programática 26.783.0233.11XB.0041, saiu como tendo recursos apenas da Fonte 311 (R\$12.160.000,00). Deveria ter saído com parte em Fonte 100 (R\$3.720.000,00) e o restante, tal como veio no PL, na Fonte 311 (R\$8.440.000,00).

2º) A Ação “Construção de Contorno Ferroviário – No Município de Campo Belo – no Estado de Minas Gerais” (ação que sofreu cancelamento de R\$3.720.000,00), funcional-programática 26.783.0230.1B81.0031, saiu com o GND 3, quando deveria ser GND 4, tal como veio no PL.

3º) Além disso, esse subtítulo (Campo Belo) saiu no Anexo como tendo identificação “0001” em vez de “0031”, que é o correto.

O reflexo desses erros é relevante, pois o texto do PLN aprovado fica inconsistente, já que os recursos decorrentes do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, previsto no art. 2º, não constam do anexo aprovado. Além disso, o balanço entre as despesas e as fontes de origem dos recursos passam a ficar desequilibrados, o que também possibilita o veto.

Diante do exposto, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de que sejam sanadas as incorreções indicadas.

Atenciosamente, **Eduardo Sciarra**, Deputado Federal – DEM/PR.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Por acordo com membros da Oposição, o PL 44 também entra na lista dos que estão para ser votados.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Nós estamos tomando providência para incluí-lo na pauta, havendo concordância da Oposição.

Item Extrapauta:

Retificação do Projeto de Lei nº 54, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 22.715.795,00 (vinte e dois milhões, setecentos e quinze mil, setecentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A Presidência comunica aos Srs. Parlamentares que se encontram sobre as bancadas cópias do documento que acaba de ser lido.

Em votação a retificação, na Câmara.

Os Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência tomará as providências que cabem neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – **Item 3:**

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 38, de 2007, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gilmar Machado para proferir o parecer.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, do exame da proposição verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva a inclusão de categoria de programação na lei orçamentária vigente, Lei nº 11451, de 7 de fevereiro de 2007, e que foi formulada de acordo com o que determina a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, a Lei nº 11439, de 29 de dezembro de 2006, LDO 2007, e Lei nº 10933, de 11 de agosto de 2004, Plano Plurianual de 2004-2007.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 38, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Era o que tinha a ser relatado, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 38, de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$35.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Gilmar Machado**

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 143, de 2007-CN (nº 753/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 38, de 2007-CN que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$35.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências”.

A Exposição de Motivos nº 00242/2007/MP, do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a solicitação de crédito especial tem por objetivo a inclusão de nova categoria de programação na Lei Orçamentária de 2007, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, com vistas à recuperação, reforma e modernização do edifício-sede dessa autarquia, em Brasília, que se encontra interditado em virtude do incêndio que atingiu seis de seus dez andares em dezembro de 2005.

Explicita, a propósito do que estabelece o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO – 2007), que as alterações decorrentes da aber-

tura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de atendimento de despesa primária à conta de excesso de arrecadação de receita primária, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

Em atendimento ao disposto no art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 (Plano Plurianual 2004/2007), integra o Projeto de Lei um anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos da ação “114M – Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS”, que passa a incorporar o Plano Plurianual 2004-2007.

Não foram apresentadas emendas ao presente Projeto de Lei.

É o relatório

II – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva a inclusão de categoria de programação na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) e que foi formulada de acordo com o que determina a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO/2007) e a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 (Plano Plurianual 2004/ 2007).

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 38, de 2007– CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.
– **Gilmar Machado**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O Parecer concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação o projeto, nos termos do Parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	EG SN F	GR ND D	M OU D	I TE	F TE	VALOR
0085 QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS								35.000.000
		PROJETOS						
09 122	0085 114M	RECUPERACAO, REFORMA E MODERNIZACAO DO EDIFICIO-SEDE DO INSS						35.000.000
09 122	0085 114M 0101	RECUPERACAO, REFORMA E MODERNIZACAO DO EDIFICIO-SEDE DO INSS - EM BRASLIA - DF						35.000.000
		PREDIO REFORMADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	5	4	2	90	0	100 35.000.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								35.000.000
TOTAL - GERAL								35.000.000

Plano Plurianual 2004 – 2007

Anexo II – Ações Prioritárias

Megaeobjetivo *Inclusão social e redução das desigualdades sociais*

Desafio *Promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência)*

Programa 0005 Qualidade dos Serviços Previdenciários Órgão Responsável 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Tipo Finalístico

Objetivo Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às expectativas dos cidadãos

Público-alvo Empresas, segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social

AÇÕES DO ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL

Projeto

Ação	Vitório	Órgão Executor	Produto (unidade medida)	Início Término	Redistribuição	Valor Total Estimado	Implementação			
							2007	2008	2009	2010
114M	RECUPERAÇÃO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO INSS	MPS	Prédio Reformado - % de execução física	12/2007 12/2008	Brasília-DF	R\$ 35.000.000 Meta 100	-	-	-	35.000.000 100

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Item 4:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 39, de 2007, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar de R\$900 mil (novecentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gilmar Machado para proferir o parecer.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, do exame da proposição verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à compatibilidade com o Plano Plurianual de 2004/2007, Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, e sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007, Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 39, de 2007, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Era o que tinha a relatar.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 39, de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$900.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Gilmar Machado**

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 144, de 2007-CN (nº 754/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 39, de 2007-CN que “Abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$900.000,00 (novecentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Informa o Senhor Ministro, através da Exposição de Motivos nº 244/2007/MP que:

1. A solicitação do crédito suplementar permitirá a aquisição de setenta títulos de publicações sobre educação ambiental, voltadas para a formação de educadores ambientais no Projeto Salas Verdes, e o atendimento de despesas referentes à realização de diagnóstico, classificação e elaboração de planos locais de desenvolvimento sustentável para formulação da Agenda 21 na região metropolitana de São Paulo.

2. O crédito será atendido com recursos provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. Esclarece, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007), que as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício vigente, tendo em vista

que se trata de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo visando priorizar a programação suplementada e o § 4º, do art. 1º, do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007 que condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

4. A programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei em análise.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933 de 11-8-2004) e a sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006).

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 39, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de 2007. – Deputado **Gilmar Machado**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O Parecer concluiu pela aprovação do projeto. Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do Parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 39, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 144, DE 2007-CN
(nº 754/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 900.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 44900 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I				CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO		ES	FN	DP	MD	U	TE	VALOR
0052 EDUCACAO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTAVEIS										600.000
		ATIVIDADES								
18 128	0052 4932	FORMACAO DE EDUCADORES AMBIENTAIS								600.000
18 128	0052 4932 0001	FORMACAO DE EDUCADORES AMBIENTAIS - NACIONAL		F	3	2	90	0	100	600.000
1182 AGENDA 21										300.000
		ATIVIDADES								
18 541	1182 4913	FOMENTO A PROJETOS DE AGENDAS 21 LOCAIS								300.000
18 541	1182 4913 0062	FOMENTO A PROJETOS DE AGENDAS 21 LOCAIS - NA REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - SP		F	3	2	40	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL										900.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										900.000

ORÇAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO II				CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO		ES	FN	DP	MD	U	TE	VALOR	
0506 NACIONAL DE FLORESTAS											600.000
ATIVIDADES											
18 541	0506 2012	GERENCIAMENTO DE CONCESSOES EM FLORESTAS PUBLICAS								600.000	
18 541	0506 2012 0001	GERENCIAMENTO DE CONCESSOES EM FLORESTAS PUBLICAS - NACIONAL		F	3	2	90	0	100	600.000	
1102 AGENDA 21											300.000
ATIVIDADES											
18 541	1102 4913	FOMENTO A PROJETOS DE AGENDAS 21 LOCAIS								300.000	
18 541	1102 4913 0062	FOMENTO A PROJETOS DE AGENDAS 21 LOCAIS - NA REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO - SP		F	4	2	40	0	100	300.000	
TOTAL - FISCAL											900.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL GERAL											900.000

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, além do 44, fizemos acordo com o 48, que é o Senador Valadares, que está solicitando a V. Ex^a uma prioridade, não pela idade, mas pelo posto e pelo prestígio. Afinal, Sergipe é nosso vizinho – não é, Jutahy? –, grande Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Merecidamente.

Vamos ao próximo item da pauta, para depois, votar o PLN nº 48.

Item 5:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 40, de 2007, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$49.930.808,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e trinta mil e oitocentos e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto de lei foram apresentadas 35 emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gilmar Machado para proferir parecer.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Diante do exposto, e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 40, de 2007, na forma encaminhada pelo Poder Executivo.

Era o que tinha a ser relatado, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº, DE 2007-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 40, de 2007-CN, que “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$49.930.808,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Gilmar Machado**

I – Relatório

I.1 – Histórico

O Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, por intermédio da Mensagem nº 145, de 2007-CN, (nº 755/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 40, de 2007-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do

Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$49.930.808,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e trinta mil e oitocentos e oito reais), conforme a seguinte discriminação:

R\$ 1,00		
Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
MINISTÉRIO DA SAÚDE		
Fundação Oswaldo Cruz	17.602.000	17.602.000
Hospital Cristo Redentor S.A.	70.000	50.000
Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.	100.000	120.000
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	7.050.000	7.050.000
Fundo Nacional de Saúde	25.108.808	25.108.808
Total	49.930.808	49.930.808

Os recursos necessários para a abertura do crédito em análise advêm de cancelamento de dotações em unidades orçamentárias das unidades orçamentárias acima especificadas.

Ao Projeto foram apresentadas 35 emendas no prazo regimental.

I.2 – Análise

Consoante disposto no inciso V, do art. 167, da Carta Magna, justifica-se o envio desta proposição ao Congresso Nacional, visto que a abertura de crédito suplementar requer autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes. Por sua vez, conforme o § 1º, do art. 166, da Constituição Federal, cabe a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examinar e emitir parecer aos projetos de lei relativos aos créditos adicionais.

A Exposição de Motivos que encaminha a proposta esclarece que as suplementações visam adequar o orçamento do Ministério da Saúde à sua real necessidade de execução, nos seguintes termos:

“A suplementação em favor da Fundação Oswaldo Cruz tem como intuito viabilizar o projeto de ampliação dos laboratórios biomédicos, de modo a permitir a obtenção da meta física prevista para o presente exercício, assim como a realização de atividades voltadas para a gestão da qualidade e ambiental e de procedimentos de biossegurança, entre as quais, reformas e ampliações de instalações laboratoriais, de unidades de serviços de saúde e nas plantas de produção de medicamentos e vacinas.

Os recursos solicitados pelos Hospitais Cristo Redentor S.A. e Nossa Senhora da Conceição S.A. têm por objetivo assegurar o pagamento de bolsa-auxílio aos profissionais de saúde em residência médica, devido ao reajuste de 30% concedido pela Lei nº 11.381, de 1º de dezembro de 2006.

O crédito à Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem por objetivo possibilitar a aquisição de ma-

teriais permanentes e equipamentos para adequação de novo imóvel para funcionamento da Agência, bem como permitir a contratação de centros colaboradores, tais como institutos de pesquisa e universidades, para a realização de pesquisas em vigilância sanitária.

No âmbito do Fundo Nacional de Saúde, a suplementação visa prover recursos para as ações de vigilância, prevenção e atenção em HIV/AIDS a serem executadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios qualificados, bem como permitir a estruturação de unidades de atenção especializada em saúde nos Estados de Rondônia e de Santa Catarina.”

A proposição não contraria quaisquer dispositivos legais vigentes, especialmente os mandamentos da Lei nº 4.320/64, do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Além disso, nos termos do que determina o art. 63 § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO/2007), a abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias.

Quanto às emendas apresentadas, não obstante o inegável mérito das ações pretendidas, somos pela rejeição das proposições, visto que resultariam prejudicadas as ações constantes do crédito em análise. Além disso, a correspondência entre os valores cancelados e suplementados no âmbito da mesma unidade orçamentária, demonstra uma adequação na programação originalmente aprovada na lei orçamentária, justifican-

do a manutenção do projeto de lei em comento nos termos propostos pelo Poder Executivo.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 40, de 2007-CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de 2007. – Deputado **Gilmar Machado**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O parecer, sucinto e preciso, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 40, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 145, DE 2007-CN
(nº 755/2007, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 49.930.808,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 49.930.808,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e trinta mil, oitocentos e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	U	F I T E	VALOR
1311		EDUCACAO PERMANENTE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE						70.000
		ATIVIDADES						
10 128	1311 6149	RESIDENCIA DE PROFISSIONAIS DE SAUDE						70.000
10 128	1311 6149 0101	RESIDENCIA DE PROFISSIONAIS DE SAUDE - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS						70.000
			5	3	2	90	0 151	70.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								70.000
TOTAL - GERAL								70.000

UNIDADE : 36210 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A. - CONCEICAO

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	GR P	M O D	U	F T E	VALOR
1311 EDUCACAO PERMANENTE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE									100.000
		ATIVIDADES							
10 128	1311 6149	RESIDENCIA DE PROFISSIONAIS DE SAUDE							100.000
10 128	1311 6149 0101	RESIDENCIA DE PROFISSIONAIS DE SAUDE - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS							100.000
			S	3	2	90	0	151	100.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.000
TOTAL - GERAL									100.000

UNIDADE : 36212 - AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA

CREDITO SUPPLEMENTAR**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									6.240.000
		ATIVIDADES							
10 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							6.240.000
10 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	S	4	2	90	0	174	6.240.000
1289 VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS, SERVICOS E AMBIENTES									810.000
		ATIVIDADES							
10 304	1289 6206	PESQUISAS EM VIGILANCIA SANITARIA							810.000
10 304	1289 6206 0001	PESQUISAS EM VIGILANCIA SANITARIA - NACIONAL	S	3	2	90	0	174	810.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.050.000
TOTAL - GERAL									7.050.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1216 ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE									23.000.000
		ATIVIDADES							
10 302	1216 8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE							23.000.000
10 302	1216 8535 0011	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	2	30	0	151	22.000.000
			S	3	2	30	0	153	4.500.000
			S	4	2	30	0	151	300.000
			S	4	2	30	0	153	10.500.000
			S	4	2	30	0	153	700.000
			S	4	2	30	0	355	6.000.000
10 302	1216 8535 0042	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	50	0	151	1.000.000
1306 VIGILANCIA, PREVENCAO E ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS									2.108.808
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 302	1306 0214	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS							2.108.808
10 302	1306 0214 0022	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	1	30	0	151	120.175
10 302	1306 0214 0023	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DO CEARA	S	3	1	30	0	151	120.175
10 302	1306 0214 0024	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	30	0	151	369.930
10 302	1306 0214 0025	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	1	30	0	151	369.930
10 302	1306 0214 0026	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	30	0	151	135.327
10 302	1306 0214 0029	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	1	30	0	151	135.327
			S	3	1	30	0	151	178.172
			S	3	1	30	0	151	178.172
			S	3	1	30	0	151	480.700
			S	3	1	30	0	151	480.700
			S	3	1	30	0	151	634.837

10 302	1306 0214 0053	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	30	0	151	634.837 189.667
			S	3	1	30	0	151	189.667
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									25.108.808
TOTAL - GERAL									25.108.808

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1201 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE									8.800.000
		PROJETOS							
10 572	1201 7676	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAUDE							8.800.000
10 572	1201 7676 0033	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAUDE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							8.800.000
			S	4	2	90	0	151	8.800.000
1293 ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS									8.802.000
		PROJETOS							
10 572	1293 11PE	ADEQUACAO DA PLANTA INDUSTRIAL DE FARMACOS EM JACAREPAGUA							8.802.000
10 572	1293 11PE 0101	ADEQUACAO DA PLANTA INDUSTRIAL DE FARMACOS EM JACAREPAGUA - NO MUNICIPIO DE RIO DE JANEIRO - RJ							8.802.000
			S	4	2	90	0	151	8.802.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.602.000
TOTAL - GERAL									17.602.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									120.000
		ATIVIDADES							
10 331	0750 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							30.000
10 331	0750 2011 0653	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	S	3	1	90	0	151	30.000
10 306	0750 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							90.000
10 306	0750 2012 0667	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	S	3	1	90	0	151	90.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									120.000
TOTAL - GERAL									120.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1214 ATENCAO BASICA EM SAUDE									22.000.000
		ATIVIDADES							
10 301	1214 8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE							22.000.000
10 301	1214 8581 1454	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE - NO ESTADO DE RONDONIA							22.000.000
			S	3	2	30	0	151	4.500.000
			S	3	2	30	0	153	300.000
			S	4	2	30	0	151	10.500.000
			S	4	2	30	0	152	700.000
			S	4	2	30	0	355	6.000.000
1220 ATENCAO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE									1.000.000

		ATIVIDADES							
10 302	1220 4525	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE							1.000.000
10 302	1220 4525 1474	APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							1.000.000
			S	3	2	50	0	151	1.000.000

1306 VIGILANCIA, PREVENCAO E ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS **2.108.808**

		OPERACOES ESPECIAIS							
10 302	1306 0214	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS							2.108.808
10 302	1306 0214 0032	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							58.682
			S	3	1	30	0	151	58.682
10 302	1306 0214 0033	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							688.671
			S	3	1	30	0	151	688.671
10 302	1306 0214 0035	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DE SAO PAULO							628.191
			S	3	1	30	0	151	628.191
10 302	1306 0214 0042	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							106.264
			S	3	1	30	0	151	106.264
10 302	1306 0214 0052	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DE GOIAS							339.623
			S	3	1	30	0	151	339.623
10 302	1306 0214 0054	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							287.375
			S	3	1	30	0	151	287.375

TOTAL - FISCAL **0**

TOTAL - SEGURIDADE **25.108.808**

TOTAL - GERAL **25.108.808**

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – **Item 6:**

**PROJETO DE LEI
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 45, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 45, de 2007, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), para os fins que especifica.

Ao projeto foram apresentadas sete emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Vanderlei Macris, para proferir o seu parecer.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o relatório que estamos apresentando tem o seguinte teor: do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se encontra articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que o objetivo é incluir na Lei Orçamentária vigente de nº 11.451, de 2007, dotação antes não existente para atender à despesa no âmbito dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Educação e Esporte, na forma do Anexo I do Projeto.

Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320, de 1964; na Lei nº 11.439, de 2006 – LDO; e também na Lei nº 10.933 – PPA.

Constata-se ainda que, até a presente data, não há ações específicas na Lei Orçamentária de 2007 para as despesas constantes da proposição em análise, o que evidencia serem novas as dotações propostas, ensejando a abertura do crédito na modalidade figurada no Projeto de Lei em exame, ou seja, crédito especial.

Quanto às emendas apresentadas, em número de sete, as quais pretendem a inclusão de novos programas à Lei Orçamentária vigente, no momento, R\$2,020 milhões, e considerando que o acatamento de pleitos ensejaria a redução significativa do projeto, com evidentes prejuízos às ações constantes do anexo 1 do projeto, propomos que sejam essas emendas rejeitadas no mérito em face da exposição de motivos apresentada, embora reconheçamos a relevância e o caráter meritório das emendas.

Desse modo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, considerando que Projeto de Lei não colide com os dispositivos legais relativos a alocação de recursos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 45, de 2007, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o relatório que apresentamos à sugestão, neste Congresso.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 45, de 2007 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$2.000.000,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Vanderlei Macris

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, **b**, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 150, de 2007-CN (nº 760/2007, na origem), o Projeto de Lei nº 45, de 2007-CN, que Abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

O Art. 2º do Projeto estabelece que os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme está indicado no Anexo II da proposta, ou seja, no importe de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

A Exposição de Motivos – E.M. nº 253/2007/MP, de 10 de outubro de 2007, do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a abertura do crédito visa à inclusão de categorias de programações na Lei Orçamentária de 2007 nos seguintes montantes:

Em R\$1,00

Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério da Ciência e Tecnologia	500.000	500.000
Ministério da Ciência e Tecnologia (Administração direta)	500.000	500.000
Ministério da Educação	200.000	200.000
Ministério da Educação (Administração Direta)	200.000	200.000
Ministério do Esporte	1.300.000	1.300.000
Ministério do Esporte (Administração Direta)	1.300.000	1.300.000
Total	2.000.000	2.000.000

Informa a E.M. que o mencionado crédito especial propiciará o atendimento das seguintes finalidades:

- no Ministério da Ciência e Tecnologia permitirá ao Governo Brasileiro honrar o compromisso assumido de participar de programas de pesquisa, treinamento e colaboração científica, prestação de serviços de consultoria, cooperação internacional e assistência para a capacitação científica e tecnológica, mediante pagamento de cota de contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia – CIEGB;

- no Ministério da Educação o crédito viabilizará o apoio à construção do Centro Administrativo e de Vivência Acadêmica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, instituição pública de ensino superior; e

- no Ministério do Esporte o crédito possibilitará a implantação de infra-estrutura para esporte nos municípios de Santa Luzia, Muriaé, Caetanópolis, Paraopeba e Sabará, bem como o funcionamento de núcleos de esporte e de lazer na cidade de Betim, no Estado de Minas Gerais.

Esclarece, ainda, a E.M., que, a abertura do presente crédito especial decorre de solicitação dos órgãos envolvidos e viabilizar-se-á à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias de acordo com as justificativas apresentadas, onde os remanejamentos propostos não acarretarão prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Verifica-se que, segundo a E.M., nos termos do art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO/2007), as alterações decorrentes da abertura do presente crédito não afetam a obtenção da meta do resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorizar nova programação. Além disso, o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

Quanto ao PPA, o crédito ora proposto, não inclui novas programações, portanto, não implica alteração

do Plano Plurianual 2004/2007, na forma da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, uma vez que se trata de inclusões de ações e de subtítulos que já constam do referido plano.

Lida na Sessão do Congresso Nacional em 17 de outubro de 2007, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

É o Relatório.

II – Emendas

Ao Projeto de Lei nº 45/2007-CN foram apresentadas sete emendas no prazo regimental.

As emendas de nºs 1 a 3 de autoria do Deputado Silvio Lopes pretendem incluir na unidade orçamentária 51101 – Ministério do Esporte projetos para implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer em municípios do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais). As Emendas nºs 4 e 5 de autoria do Deputado Marcelo Teixeira pretendem incluir na unidade orçamentária 51101 – Ministério do Esporte projetos para implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer em municípios do Estado do Ceará, no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais). Já as Emendas nºs 6 e 7 de autoria do Deputado Sabino Castelo Branco também pretendem incluir na unidade orçamentária 51101 – Ministério do Esporte projetos para implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer em municípios do Amazonas no valor de R\$320.000,00.

III – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.451, de 7-2-2007) dotação antes não existente para atender despesa no âmbito dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Educação e do Esporte na forma do anexo I do projeto. Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320, de 17-3-64, na Lei nº 11.439, de 29-12-2006(LDO/2007) e na Lei nº 10.933, de 11-8-2004 (PPA 2004/2007).

Constata-se, ainda, que, até a presente data, não há ações específicas na Lei Orçamentária de 2007 para as despesas constantes da proposição em análise, o que evidencia serem novas as dotações propostas, ensejando a abertura do crédito na modalidade figurada no projeto de lei em exame, ou seja, crédito especial.

Quanto às sete emendas apresentadas, as quais pretendem a inclusão de novas programações à lei orçamentária vigente no montante de R\$2.020.000,00 (dois milhões e vinte mil reais) e, considerando que o acatamento dos pleitos ensejaria redução significativa do Projeto, com evidentes prejuízos às ações constantes no anexo I do projeto, propomos que sejam essas emendas rejeitadas no mérito, em face da Exposição de Motivos apresentada, embora reconheçamos a relevância e o caráter meritório das emendas.

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 45, de 2007-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2007. – Deputado **Vanderlei Macris**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Srs e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 150, DE 2007-CN

(nº760 /2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 2.000.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U E	F I E	VALOR
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE								1.300.000
		ATIVIDADES						
27 812	1250 2667	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER						300.000
27 812	1250 2667 0219	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - BETIM - MG						300.000
			F	3	2	90	0	100
		PROJETOS						
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER						1.000.000
27 812	1250 5450 5759	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - SANTA LUZIA - MG						160.000
			F	4	2	40	0	100
27 812	1250 5450 5761	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - MURIAE - MG						160.000
			F	4	2	40	0	100
27 812	1250 5450 5763	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - CABTANOPOLIS - MG						200.000
			F	4	2	40	0	100
27 812	1250 5450 5765	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - PARAOFEBIA - MG						200.000
			F	4	2	40	0	100
27 812	1250 5450 5767	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - SABARA - MG						400.000
			F	4	2	40	0	100
			F	4	2	40	0	100
								70.000
TOTAL - FISCAL								1.300.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.300.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									200.000
		ATIVIDADES							
12 122	1073 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							200.000
12 122	1073 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	30	0	112	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

ORGAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N P	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									1.300.000
		ATIVIDADES							
27 812	1250 2667	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							1.000.000
27 812	1250 2667 0216	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	2	40	0	100	1.000.000
		PROJETOS							
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							300.000
27 812	1250 5450 5686	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - BETIM - MG (CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS)	F	3	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									1.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.300.000

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Vamos votar o PLN nº 48, solicitado pelo Senador e pelos Srs. Líderes.

Item 7:

**PROJETO DE LEI DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2007**

Discussão em turno único do Projeto de Lei nº 48/2007, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito especial no valor de R\$790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), para o fim que especifica.

Ao Projeto de Lei foram apresentadas duas emendas. O Projeto depende de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Presidente da República, mediante Mensagem nº 153, submete à apreciação do Congresso Nacional Projeto de Lei nº 48, que abre ao Orçamento Fiscal

da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito especial no valor de R\$790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), para o fim que especifica.

De acordo com a exposição de motivos, o Poder Executivo informa que o crédito tem por objetivo a inclusão de categoria de pagamento de forma a possibilitar a adequação de dotação orçamentária para o fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a ocorrência de erro material a emendas aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentário de 2007.

O pleito viabilizar-se-á mediante autorização de recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias. O Governo ressalta, a propósito do que determina o art. 63 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, que a abertura de crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, uma vez que se refere a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da nova programação. E o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das

despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

Sr. Presidente, pela análise da matéria, verifica-se que o Projeto de Lei em apreciação está em conformidade com a legislação vigente. A análise permite concluir que não há reparos a fazer, tanto no que concerne ao crédito quanto ao financiamento, uma vez que o projeto atende ao disposto na legislação.

Sob o aspecto formal e de mérito, o projeto está elaborado em conformidade com a boa técnica legislativa. Quanto às emendas, a despeito do mérito, proponho a rejeição, uma vez que a aprovação descaracteriza o objetivo do crédito adicional solicitado.

Em razão do exposto, o voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 48, de 2007, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº, DE 2007

Da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 48, de 2007– CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito especial no valor de R\$790.000,00, para o fim que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

1.1. Histórico

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 153, de 2007–CN (nº, 763/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 48, de 2007–CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito especial no valor de R\$790.000,00, para os fins que especifica”.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 256/2007, o Poder Executivo informa que o crédito tem por objetivo a inclusão de categoria de pagamento de forma a possibilitar a adequação de dotação orçamentária para o fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a ocorrência de erro material em emendas aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2007.

O pleito viabilizar-se-á mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso

III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição Federal. No caso, trata-se da programação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA “Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Recuperação – no Estado do Rio Grande do Sul”.

O Governo ressalta, a propósito do que determina o art. 63, § 14 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, LDO/2007, que a abertura do crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, uma vez que se refere a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da nova programação, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

Destaque-se que a programação objeto do crédito não implica alteração do Plano Plurianual 2004-2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, uma vez que a execução não ultrapassará o exercício vigente.

1.2. Emendas

Ao Projeto de Lei nº 48/2007 foram apresentadas duas (2) emendas: 00001 e 00002.

1.3. Análise

Pela análise da matéria, verifica-se que o Projeto de Lei em apreciação está em conformidade com a legislação vigente, em especial com o que dispõe a Lei nº 11.439/2006 – LDO/2007 e a Resolução nº 1– CN/2006.

A análise permite concluir que não há reparos a fazer, tanto no que concerne ao crédito quanto ao financiamento, uma vez que o projeto atende ao disposto na legislação.

Sob o aspecto formal e de mérito, o projeto está elaborado em conformidade com a boa técnica legislativa.

Quanto às emendas, a despeito do mérito, proponho a rejeição, uma vez que a aprovação descaracteriza o objetivo do crédito adicional solicitado.

II – Voto

Em razão do exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 48/2007 nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2007.
– Senador **Antonio Carlos Valadares**, Relator.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 48, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 153, DE 2007-CN

(nº 763 /2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito especial no valor de R\$ 790.000,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito especial no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF									790.000
		ATIVIDADES							
21 691	0351 4280	FOMENTO A PROJETOS DE DIVERSIFICACAO ECONOMICA E AGREGACAO DE VALOR NA AGRICULTURA FAMILIAR							790.000
21 691	0351 4280 0145	FOMENTO A PROJETOS DE DIVERSIFICACAO ECONOMICA E AGREGACAO DE VALOR NA AGRICULTURA FAMILIAR - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							790.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 4	F	3	2	50	0	100	790.000
TOTAL - FISCAL									790.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									790.000

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA									790.000
		ATIVIDADES							
21 128	0137 4470	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - RECUPERACAO							790.000
21 128	0137 4470 0055	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - RECUPERACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	3	2	50	0	100	100.000
21 128	0137 4470 0058	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - RECUPERACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	3	2	50	0	100	690.000
TOTAL - FISCAL									790.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									790.000

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Atenderei agora o ilustre Deputado Fernando Ferro.

Item 8:

**PROJETO DE LEI DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 44 que abre crédito especial ao Orçamento de Investimento para 2007, no valor total de R\$1.185.035.673,00 (um bilhão, cento e oitenta

e cinco milhões, trinta e cinco mil e seiscentos e setenta e três reais) em favor das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, de empresas do Grupo Petrobras e da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás, para os fins que especifica, e dá outras providências.

Ao projeto de lei foram apresentadas duas emendas que dependem de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Ferro para proferir o seu parecer.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, passo a expressar o voto, o relatório do PL nº 44.

O exame da proposição, quanto à sua compatibilidade com o plano plurianual, mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo plano. Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, LDO 2008, as modificações das programações pretendidas por este crédito especial não contrariam as vedações expressas em tal lei. Verificou-se, também, que a proposição não fere quaisquer dispositivos legais relativos à alocação de recursos, entre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000. E que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 44, de 2007, do Congresso Nacional, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº, DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 44, de 2007–CN, que “Abre crédito especial ao orçamento de investimento para 2007 no valor total de R\$1.185.035.673,00, em favor da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRO-NORTE, de empresas do grupo Petrobras e

da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Fernando Ferro**

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, **b**, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 149, de 2007–CN (nº 759/2007, na origem), o Projeto de Lei nº 44, de 2007–CN, que “abre crédito especial ao Orçamento de Investimento para 2007 no valor total de R\$1.185.035.673,00” em favor da Eletro-norte, empresas do Grupo Petrobras e da Telebrás.

A Exposição de Motivos – E.M. nº 00249/2007 – MP, de 10 de outubro de 2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha o projeto, esclarece que o crédito “objetiva atender à demanda por novos investimentos priorizados após a aprovação do Orçamento de Investimento para 2007 em razão da revisão da estratégia negocial das respectivas empresas”.

Afirma ainda que o crédito “possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos/atividades, de modo a assegurar o desempenho operacional na área de atuação de cada uma das empresas e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão do plano estratégico das respectivas empresas, para o corrente exercício”.

Os recursos do presente PL se destinam às seguintes Unidades Orçamentárias:

Unidade Orçamentária	Valor (R\$)
ELETRONORTE	20.410.000,00
PETROBRAS	835.162.399,00
Braspetro Oil Services Company - BRASOIL	96.187.201,00
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	1.613.442,00
Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	224.662.631,00
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	1.650.000,00
Fronape International Company - FIC	5.000.000,00
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	350.000,00
Total	1.185.035.673,00

De acordo também com a Exposição de Motivos ministerial, os recursos de cada Unidade Orçamentária serão provenientes de geração própria de cada empresa, com exceção da Eletronorte, cujos recursos virão do cancelamento de programações já constantes no Orçamento para 2007, no valor de R\$20.410.000,00.

Lida na Sessão do Senado Federal de 17-10-2007, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde foi aberto prazo para emendas, de acordo com o art. 166, § 2º da Constituição Federal – de 23 a 30-10-2007 – e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

II – Emendas

Ao PL nº 44/2007–CN foram apresentadas duas emendas do nobre Deputado José Carlos Machado. Apesar de dignas de mérito, prevêem recursos para ações da Petrobras no Estado do Sergipe, para o que a empresa já dispõe de rubrica própria para atendimento não só do Estado de Sergipe mas para o Nordeste. Além disso, este Relator opta por não desfigurar o presente crédito que é resultado de reavaliação da Petrobras quanto aos seus objetivos prioritários para o presente exercício.

III – Voto do Relator

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – 2008), as modificações das

programações, pretendidas por este crédito especial, não contrariam as vedações expressas em tal Lei.

Verificou-se, também, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, dentre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 44, de 2007–CN, e pela rejeição das Emendas nº 1 e nº 2.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2007.
– Deputado **Fernando Ferro**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 44, DE 2007–CN MENSAGEM Nº 149, DE 2007–CN (nº 759/2007, na origem)

Abre crédito especial ao Orçamento de Investimento para 2007 no valor total de R\$ 1.185.035.673,00, em favor da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, de empresas do Grupo PETROBRAS e da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito especial no valor total de R\$ 1.185.035.673,00 (um bilhão, cento e oitenta e cinco milhões, trinta e cinco mil e seiscentos e setenta e três reais), em favor da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, de empresas do Grupo PETROBRAS e da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2004–2007 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III a esta Lei, em conformidade com o disposto no art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
24 COMUNICAÇÕES		350.000
25 ENERGIA		1.184.685.673
	TOTAL - GERAL	1.185.035.673
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		449.675.262
692 COMERCIALIZACAO		1.613.442
752 ENERGIA ELÉTRICA		159.876.730
753 PETRÓLEO		548.944.499
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		5.000.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		19.925.740
	TOTAL - GERAL	1.185.035.673
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
24 COMUNICAÇÕES		350.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		350.000
25 ENERGIA		1.184.685.673
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		449.675.262
692 COMERCIALIZACAO		1.613.442
752 ENERGIA ELÉTRICA		159.876.730
753 PETRÓLEO		548.944.499
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		5.000.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		19.925.740
	TOTAL - GERAL	1.185.035.673
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETRÓLEO		5.000.000
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS		1.613.442
COMBUSTÍVEIS		
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		96.187.201
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE		41.966.350
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		27.500.300
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		103.626.298
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		449.675.262
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		20.410.000
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL		70.000.000
1045 BRASIL COM TODO GÁS		349.056.740
	TOTAL - GERAL	1.185.035.673
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		1.184.685.673
41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		350.000
	TOTAL - GERAL	1.185.035.673
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.164.275.673
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		1.164.275.673
6.1.1.0.00.00 GERACAO PRÓPRIA		1.164.275.673
TOTAL DA RECEITA	1.164.275.673	RECEITAS CORRENTES 1.164.275.673
		RECEITAS DE CAPITAL 0
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 1.184.685.673		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		1.184.685.673
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		449.675.262
692 COMERCIALIZACAO		1.613.442
752 ENERGIA ELÉTRICA		159.876.730
753 PETRÓLEO		548.944.499
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		5.000.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		19.925.740
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETRÓLEO		5.000.000
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS		1.613.442
COMBUSTÍVEIS		
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		96.187.201
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE		41.966.350
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		27.500.300
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		103.626.298
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		449.675.262
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		20.410.000
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL		70.000.000
1045 BRASIL COM TODO GÁS		349.056.740
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
32214 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE		20.410.000
32234 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS		835.162.399
32231 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASIL		96.187.301
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR		1.613.442
32240 PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO		224.662.631
32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG		1.450.000
32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC		5.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.184.685.673
TOTAL		1.184.685.673
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.164.275.673
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		1.164.275.673
6.1.1.0.00.00 GERACAO PRÓPRIA		1.164.275.673
TOTAL DA RECEITA	1.164.275.673	RECEITAS CORRENTES 1.164.275.673
		RECEITAS DE CAPITAL 0

41,944,350

		PROJETOS								
25 752	0294 1110	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA TERMOCEARA (CE), COM 225 MW								41.966.350
25 752	0294 1110 0033	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA TERMOCEARA (CE), COM 225 MW - NO ESTADO DO CEARÁ								41.966.350
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 63	1	4 - INV	2	90	0	495		41.966.350
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE										27.500.380
		PROJETOS								
25 752	0296 111K	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA BARBOSA LIMA SOBRINHO (PI, PERNAMBUCO), COM 390 MW								26.000.380
25 752	0296 111K 0033	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA BARBOSA LIMA SOBRINHO (ELETROROL), COM 390 MW - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								26.000.380
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 33	1	4 - INV	2	90	0	495		26.000.380
25 752	0296 115B	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA BI-COMBUSTÍVEL NA USINA TERMELÉTRICA GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA (TERMOPIO), COM 1051 MW - (RJ)								1.500.000
25 752	0296 115B 0033	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA BI-COMBUSTÍVEL NA USINA TERMELÉTRICA GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA (TERMOPIO), COM 1051 MW - (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								1.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495		1.500.000
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL										103.626.298
		PROJETOS								
25 753	0480 1029	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS - CENPES (RJ)								103.626.298
25 753	0480 1029 0033	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS - CENPES (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								103.626.298
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 15	1	4 - INV	2	90	0	495		103.626.298
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										224.662.631
		PROJETOS								
25 126	0807 111M	INCORPORAÇÃO DE ATIVOS DE FIBRA ÓPTICA DA GASEPETO								224.662.631
25 126	0807 111M 0001	INCORPORAÇÃO DE ATIVOS DE FIBRA ÓPTICA DA GASEPETO - NACIONAL								224.662.631
		INCORPORAÇÃO EFETUADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495		224.662.631
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL										70.000.000
		PROJETOS								
25 752	1044 3117	IMPLANTAÇÃO DE USINAS EÓLICAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA								70.000.000
25 752	1044 3117 0020	IMPLANTAÇÃO DE USINAS EÓLICAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NA REGIÃO NORDESTE								70.000.000
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 13	1	4 - INV	2	90	0	495		70.000.000
1045 BRASIL COM TODO GÁS										74.366.650
		PROJETOS								
25 753	1045 103M	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL NO PORTO DE Pecem (CE), COM CAPACIDADE DE 7 MILHÕES DE M3/DIA, E IMPLANTAÇÃO DE GASODUTO ASSOCIADO								74.366.650
25 753	1045 103M 0023	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL NO PORTO DE Pecem (CE), COM CAPACIDADE DE 7 MILHÕES DE M3/DIA, E IMPLANTAÇÃO DE GASODUTO ASSOCIADO - NO ESTADO DO CEARÁ								74.366.650
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 39	1	4 - INV	2	90	0	495		74.366.650

25 753	1045 103N	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICACAO DE GAS NATURAL NA BAIJA DA GUANABARA (RJ), COM CAPACIDADE DE 14 MILHOES DE M3/DIA, E IMPLANTACAO DE GASODUTO ASSOCIADO								274.764.350
25 753	1045 103N 0033	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICACAO DE GAS NATURAL NA BAIJA DA GUANABARA (RJ), COM CAPACIDADE DE 14 MILHOES DE M3/DIA, E IMPLANTACAO DE GASODUTO ASSOCIADO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								274.764.350
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 35	1	4 - INV	2	90	0	495		274.764.350
25 785	1045 12HM	OBRAS COMPLEMENTARES DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA								18.275.740
25 785	1045 12HM 0032	OBRAS COMPLEMENTARES DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO								18.275.740
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 80	1	4 - INV	2	90	0	495		18.275.740
TOTAL - INVESTIMENTO										835.162.399

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 96.187.201			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA			96.187.201
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 753 PETRÓLEO			96.187.201
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0206 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			96.187.201
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			96.187.201
TOTAL			96.187.201
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			96.187.201
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			96.187.201
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			96.187.201
TOTAL DA RECEITA		96.187.201 RECEITAS CORRENTES	96.187.201 RECEITAS DE CAPITAL
			0

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0206 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL										96.187.201
		PROJETOS								
25 753	0206 12BF	ADAPTACAO DE PLATAFORMAS DE PRODUCAO							96.187.201	
25 753	0206 12BF 0002	ADAPTACAO DE PLATAFORMAS DE PRODUCAO - NO EXTERIOR							96.187.201	
		PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) *	1	4 - INV	4	90	0	495	96.187.201	
TOTAL - INVESTIMENTO										96.187.201

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.613.442			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 35 ENERGIA			1.613.442
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 692 COMERCIALIZACAO			1.613.442
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 8203 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS			1.613.442
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			1.613.442

TOTAL	1.613.442
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.613.442
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.613.442
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.613.442
TOTAL DA RECEITA	1.613.442
RECEITAS CORRENTES	1.613.442
RECEITAS DE CAPITAL	0

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

ANEXO I **CREDITO ESPECIAL**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	U	FT	VALOR
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS									1.613.442
PROJETOS									
25 692	0283 3351	AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A CLIENTES CONSUMIDORES							1.613.442
25 692	0283 3351 0001	AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A CLIENTES CONSUMIDORES - NACIONAL							1.613.442
		UNIDADE IMPLANTADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	1.613.442
TOTAL - INVESTIMENTO									1.613.442

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32240 - PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO

ANEXO I **CREDITO ESPECIAL**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 224.662.631

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA **224.662.631**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO **224.662.631**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO **224.662.631**

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO **224.662.631**

TOTAL **224.662.631**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 224.662.631
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 224.662.631
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 224.662.631
TOTAL DA RECEITA **224.662.631** **RECEITAS CORRENTES** **224.662.631** **RECEITAS DE CAPITAL** **0**

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32240 - PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO

ANEXO I **CREDITO ESPECIAL**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	U	FT	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									224.662.631
PROJETOS									
25 126	0807 1111	INCORPORAÇÃO DE ATIVOS DE FIBRA ÓTICA DA DATAFLUX							224.662.631
25 126	0807 1111 0001	INCORPORAÇÃO DE ATIVOS DE FIBRA ÓTICA DA DATAFLUX - NACIONAL							224.662.631
		INCORPORAÇÃO EFETUADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	224.662.631
TOTAL - INVESTIMENTO									224.662.631

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

ANEXO I **CREDITO ESPECIAL**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.650.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA **1.650.000**

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA

TOTAL - GERAL

28.410.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

752 ENERGIA ELÉTRICA

TOTAL - GERAL

28.410.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES

25 ENERGIA

752 ENERGIA ELÉTRICA

TOTAL - GERAL

28.410.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

TOTAL - GERAL

1.000.000

19.410.000

28.410.000

QUADRO SINTESE POR ORGAO

32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

TOTAL - GERAL

28.410.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 28.410.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA

28.410.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

752 ENERGIA ELÉTRICA

28.410.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

1.000.000

19.410.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

28.410.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

28.410.000

TOTAL

28.410.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 28.410.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA

28.410.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

752 ENERGIA ELÉTRICA

28.410.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

1.000.000

19.410.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

28.410.000

TOTAL

28.410.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.

PROGRAMATICA

PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO

E
S
F

O
R
Ç
O

P
R
O
J
E
T
O

M
O
D
O

I
N
V
E
S
T
I
M
E
N
T
O

F
I
S
I
C
A

F
I
S
C
A
L

VALOR

0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE

1.000.000

ATIVIDADES

25 752

0297 2C47

REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA REGIÃO NORTE

1.000.000

25 752

0297 2C47 0010

REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA REGIÃO NORTE - NA REGIÃO NORTE

1.000.000

1

4 - INV

2

90

0

495

1.000.000

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

19.410.000

ATIVIDADES

25 752

1042 2C49

REFORÇOS E MELHORIAS NOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO DOS SISTEMAS ISOLADOS

6.000.000

25 752

1042 2C49 0010

REFORÇOS E MELHORIAS NOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO DOS SISTEMAS ISOLADOS - NA REGIÃO NORTE

6.000.000

1

4 - INV

2

90

0

495

6.000.000

PROJETOS

25 752

1042 3242

EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ACRE/RONDONIA

12.410.000

25 752

1042 3242 0010

EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ACRE/RONDONIA - NA REGIÃO NORTE

12.410.000

SISTEMA EXPANDIDO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)

12.410.000

1

4 - INV

2

90

0

495

12.410.000

25 752

1042 3243

IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA

1.000.000

25 752

1042 3243 0016

IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA

1.000.000

SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)

1.000.000

1

4 - INV

2

90

0

495

1.000.000

TOTAL - INVESTIMENTO

28.410.000

Piano Plurianual 2004 – 2007
Anexo III – Ações Plurianuais

Megaprojeto Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais
Desafio Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável

Programa	0294	Energia na Região Nordeste	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia
Tipo	<i>Finalístico</i>				
Objetivo Público-alvo	Atender as necessidades de energia elétrica da Região Nordeste Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste				

AÇÕES DO ORÇAMENTO INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto									
Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início	Regionalização	Valor Total	Financiamento	Financiamento	Financiamento
1110	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Termocarrá (CE), com 225 MW	MME	Obra executada - % de execução física	10/2007	Nordeste	Estimado R\$ 96.994.350 Meta 100	2004	2005	2006 2007 41.966.350 65

Piano Plurianual 2004 – 2007
Anexo III – Ações Plurianuais

Megaprojeto Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais
Desafio Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável

Programa	0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia
Tipo	<i>Finalístico</i>				
Objetivo Público-alvo	Atender as necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Integrado Nacional Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste				

AÇÕES DO ORÇAMENTO INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto									
Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início	Regionalização	Valor Total	Financiamento	Financiamento	Financiamento
111K	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho, (Eletrôbrito), com 390 MW	MME	Obra executada - % de execução física	10/2007	Sudeste	Estimado R\$ 73.700.380 Meta 100	2004	2005	2006 2007 26.000.380 35

Piano Plurianual 2004 – 2007
Ação III – Ações Plurianuais

Megaobjetivo Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redução das desigualdades sociais

Desafio Ampliar, descentralizar regionalmente e fortalecer as bases culturais, científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso

Programa	0480	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia
Tipo	Finalístico				
Objetivo	Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural				
Público-alvo	Petrobrás, Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia				

AÇÕES DO ORÇAMENTO INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto	Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início	Término	Regionalização	Valor Total	2004	2005	2006	2007
1029	Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas da Petrobrás – CENPES (RJ)		MME	Obra executada - % de execução física	10/2007	12/2009	Sudeste	Estimado R\$ 691.897.129 Meta 100	-	-	-	101.626.298 15

Piano Plurianual 2004 – 2007
Ação III – Ações Plurianuais

Megaobjetivo Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redução das desigualdades sociais

Desafio Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável

Programa	1045	Brasil com Todo Gás	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia
----------	------	---------------------	-------------------	-------	-------------------------------

Tipo	Finalístico				
Objetivo	Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte por meio de interligação entre suas reservas e os mercados consumidores				
Público-alvo	Consumidores de gás natural				

AÇÕES DO ORÇAMENTO INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto	Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início	Término	Regionalização	Valor Total	2004	2005	2006	2007
103M	Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural no Porto de Pecém (CE), com Capacidade de 7 milhões de m³/dia, e Implantação de Gasoduto Associado		MME	Obra executada - % de execução física	10/2007	12/2009	Nordeste	Estimado R\$ 130.000.000 Meta 100	-	-	-	74.366.650 39

Piano Plurianual 2004 – 2007
Anexo III – Ações Prioritárias

Megaprojeto Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais
Desafio Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável

Programa	1045	Brasil com Todo Gás	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia
Tipo	Finalístico				
Objetivo	Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte por meio de interligação entre suas reservas e os mercados consumidores				
Público-alvo	Consumidores de gás natural				

AÇÕES DO ORÇAMENTO INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto	Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início	Região	Valor Total	2004	2005	2006	2007
103N	Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural na Baía de Guanabara (RJ), com Capacidade de 14 milhões de m³/dia, e Implantação de Gaseoduto Associado		MME	Obra executada - % de execução física	11/2007	Sudeste	Estimado R\$ 499.484.710 Meta 100	-	-	-	274.764.350 35

Piano Plurianual 2004 – 2007
Anexo III – Ações Prioritárias

Megaprojeto Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais
Desafio Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável

Programa	1045	Brasil com Todo Gás	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia
Tipo	Finalístico				
Objetivo	Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte por meio de interligação entre suas reservas e os mercados consumidores				
Público-alvo	Consumidores de gás natural				

AÇÕES DO ORÇAMENTO INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto	Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início	Região	Valor Total	2004	2005	2006	2007
183Y	Ampliação da Capacidade de Transporte do Gaseoduto Bolívia-Brasil – Trecho Pacifina (SP) – Aracária (PR), de 7,4 milhões de m³/dia para 12,6 milhões de m³/dia		MME	Obra executada - % de execução física	10/2007	Sudeste	Estimado R\$ 249.892.062 Meta 100	-	-	-	1.650.000 1

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fizemos mais um acordo aqui, com o Deputado Vanderlei Macris e com o Deputado Cláudio Cajado, para o Projeto nº 55, o PLL nº 55, que é inclusive para a nossa gloriosa Polícia. Portanto, é importante que atendamos. É até um pedido também do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Arruda. PSDB – MG) – O PSDB quer se manifestar sobre isso?

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sugeria, Sr. Presidente, que pudéssemos seguir a relação e, assim, chegarmos ao PLN nº 55.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Por favor, ilustre Deputado Cláudio Cajado, não entendi.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Acabamos de votar o PL nº 44. Vamos seguir a ordem. Temos os PLs nºs 45, 46... Vamos seguindo.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O PL nº 45 já foi votado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de me manifestar a respeito do que disse o Deputado Walter Pinheiro.

Acabamos de fazer um acordo em função de restrições que a Bancada do PSDB tinha em relação a três itens desta pauta – 46, 48 e 55. Os três têm a mesma característica, ou seja, emendas parlamentares que, por PLNs, tiveram suas alocações redestinadas. Houve uma mudança de objeto.

Concordamos em aprovar as três solicitações, especialmente a do Senador Romeu Tuma, porque esses recursos, no caso do Projeto de Lei nº 55, são provenientes, na verdade, de um excesso de arrecadação de recursos ordinários no valor de R\$20 milhões e de anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$49.494.939,00.

No âmbito do Ministério da Defesa, Sr. Presidente, existe dotação fruto de emenda parlamentar do Deputado Geraldo Mesquita Júnior, PMDB-AC, alterando a destinação no Município de Acrelândia-AC para o Município de Brasília-AC.

Então, veja, V. Ex^a, Sr. Presidente, que, a partir de uma emenda parlamentar, está-se desdobrando, está-se mudando o objeto, mudando a destinação de uma cidade para outra. Então, esses dois casos ante-

riores a que me referi tratam da mesma situação, são emendas parlamentares sendo subdivididas.

O que eu pedi ao Deputado Walter Pinheiro, com a presença do Senador Romeu Tuma, que testemunhou o acordo, é que isso não se transforme em regra na Comissão de Orçamento. Caso contrário, Sr. Presidente, as emendas individuais estarão sendo objeto de redivisão, portanto privilegiando Deputados em relação a outros Parlamentares da Casa.

Sugiro que nós, nesse compromisso, não tivéssemos mais, por parte do Executivo, a remessa a esta Casa, principalmente à Comissão de Orçamento, de propostas que viessem fruto, originárias, de emendas individuais de Parlamentares, razão pela qual fizemos esse entendimento. Que fique nessas três posições e não mais nas próximas ações do Executivo em relação a PLNs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – **Item 9:**

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 46, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 46/07, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para os fins que especifica.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas. Depende de parecer a ser proferido em Plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Romeu Tuma para proferir o parecer.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Quero, preliminarmente, Sr. Presidente, agradecer ao Deputado Walter Pinheiro e ao Deputado Macris por terem concordado com a inclusão do Projeto de Lei nº 55, em benefício da Polícia Federal.

Vi que o acordo exposto pelo Deputado Macris tem sua razão de ser. Acredito que, como testemunha, sinto-me feliz por terem chegado a um acordo, trazendo benefício à Polícia Federal. E deixo aqui os meus agradecimentos.

Com respeito ao projeto da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre a Lei nº 46, de 2007, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento de Seguridade da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$50 mil, para o fim que especifica.

Vai para o Ministério da Saúde um deslocamento de crédito que está conforme o §1º, do art.166, da Constituição Federal e cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examinar e emitir pareceres, ao projeto de lei, relativos aos créditos adicionais.

Portanto, está distribuído, Sr. Presidente. Ele vai servir ao PPA, e é um valor pequeno. Portanto, somos favoráveis à aprovação do Projeto nº 46, de 2007, do Congresso Nacional, na forma encaminhada pelo Poder Executivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 46, de 2007-CN, que “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$50.000,00, para o fim que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

I.1 – Histórico

O Presidente da República, nos termos do art. 165 da Constituição Federal, por intermédio da Mensagem nº 151, de 2007-CN, (nº 761/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para o fim que especifica.

Os recursos necessários para a abertura do crédito em análise advêm de anulação parcial de dotação orçamentária proveniente de emenda parlamentar individual, conforme demonstrado no Anexo II do Projeto.

Ao Projeto não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

1.2 – Análise

Consoante disposto no inciso V do art. 167 da Carta Magna, justifica-se o envio desta proposição ao Congresso Nacional, visto que a abertura de crédito especial requer autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes. Por sua vez, conforme o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, cabe a esta

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examinar e emitir parecer aos projetos de lei relativos aos créditos adicionais.

A Exposição de Motivos que encaminha a proposta esclarece que “o remanejamento proposto não trará prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício”.

A proposição não contraria quaisquer dispositivos legais vigentes, especialmente os mandamentos da Lei nº4.320/64, do plano plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Em alusão às disposições da lei do plano plurianual, é pertinente ressaltar que a inclusão de novas programações na lei orçamentária está alicerçada em autorização inserta no § 13 do art. 5º da Lei nº 10.933/2004 (PPA), com as alterações da Lei nº 11.044, de 24 de dezembro de 2004.

Além disso, nos termos do que determina o art. 64, § 14, da Lei nº 11.439/2006, a abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 46, de 2007-CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2007. – Senador **Romeu Tuma**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O Parecer concluiu pela aprovação do projeto. Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – **Item 10:**

**PROJETO DE LEI DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 49, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 49, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais), para o fim que especifica.

Ao Projeto de Lei foram apresentadas duas emendas. O Projeto depende de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra à ilustre Deputada Rose de Freitas, para proferir o parecer.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu só queria, na presença de V. Ex^a e de vários Parlamentares, fazer um agradecimento pelo apoio recebido naquelas horas difíceis por que passei recentemente. Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, vou ler a inicial e apenas o voto do Relator, para agilizarmos a sessão.

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 49, de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais), para o fim que especifica”, o voto do Relator é o seguinte:

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2004/ 2007 (Lei nº 10.933, de 11/08/04) e a sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício para 2007 (Lei de nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006).

Com relação às emendas apresentadas – apenas duas emendas –, percebe-se que ambas foram apresentadas em localidades geográficas fora da abrangência do Dnocs, já que esse órgão tem sua área de atuação limitada à região do semi-árido.

Dispõe o art. 109, inciso I, da Resolução nº 01-2006-CN, que as emendas a créditos adicionais não serão admitidas quando contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito.

Assim sendo, Sr. Presidente, não obstante o mérito das emendas, devem as mesmas ser consideradas inadmitidas.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 49, de 2007, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela inadmissão das Emendas nºs 1 e 2 a ele apresentadas.

Peço desculpas aos autores.

Esse é o voto do Relator.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 49, de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 400.000,00, para o fim que especifica.”

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputada **Rose de Freitas**

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 154, de 2007-CN (nº 764/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 49, de 2007-CN que “Abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$400.000,00, (quatrocentos mil reais) para o fim que especifica”.

Informa o Senhor Ministro, mediante Exposição de Motivos nº 258/2007/MP que:

1. O crédito objetiva a inclusão de programação na Lei Orçamentária Anual vigente de forma a possibilitar a conclusão do projeto executivo da estação de piscicultura no norte de Minas Gerais e de uma etapa das obras de execução da estação de piscicultura de Rio de Contas no Estado da Bahia.

2. O crédito será atendido com recursos provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

3. A programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o remanejamento foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

4. Esclarece, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007), que as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício vigente, tendo em vista que se trata de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da nova programação e o § 4º, do art. 1º, do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007 que condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

5. A programação contemplada no crédito não implica alteração do Plano Prurianual 2004-2007, pois a ação “Implantação de Estações de Piscicultura”, na qual foi incluído o subtítulo, já consta do referido Plano.

Foram apresentadas 2 (duas) emendas ao Projeto de Lei em análise.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito a sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933 de 11-8-2004) e a sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006).

Com relação às emendas apresentadas, percebe-se que ambas foram apresentadas em localidade geográfica fora da abrangência do DNOCS, já que este órgão tem sua área de atuação limitada à região do Semi-Árido. Dispõe o art. 109, inc. I, da Resolução nº 1-2006 – CN, que as emendas a créditos adicionais não serão admitidas quando contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito. Assim, não obstante o mérito das emendas, devem as mesmas serem consideradas inadmitidas.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 49, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela inadmissão das emendas números 1 e 2 a ele apresentadas.

Sala da Comissão, – Deputada **Rose de Freitas**, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto e pela inadmissibilidade das emendas apresentadas.

Em discussão.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao ilustre Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Apenas, Sr. Presidente, para frisar que esse crédito, tão bem relatado pela nobre Deputada Rose de Freitas, contempla o Município de Rio de Contas, no Estado da Bahia, com o projeto de piscicultura, por intermédio do Ministério da Integração Nacional. Esse é um projeto importante para a geração de emprego e renda e de sustentabilidade do projeto de piscicultura no Município de Rio de Contas, no Estado da Bahia.

Portanto, votamos pela aprovação e opinamos que a Bancada vote a favor.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 154, DE 2007-CN
(nº764/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 400.000,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	I	P	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D		R	
0515 PROAGUA INTRA-ESTRUTURA									440.000
		PROJETOS							
18 544	0515 3735	CONSTRUCAO DA BARRAGEM CONGONHAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS							488.000
18 544	0515 3735 0031	CONSTRUCAO DA BARRAGEM CONGONHAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – **Item 11:**

**PROJETO DE LEI DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 52, DE 2007**

Discussão do Projeto de Lei nº 52, que abre, ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$116.624.807,00 (cento e dezesseis milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e sete reais).

Ao projeto de lei foram apresentadas três emendas. O projeto depende de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Cláudio Cajado, para produzir o seu parecer.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador) – Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 52, de 2007, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome crédito, suplementar no valor global de R\$116 milhões para reforço das dotações constantes da lei orçamentária vigente.

Depois de analisado e enviado para todas as Bancadas aqui presentes, vou direto ao Voto: votamos no sentido da aprovação do PLN nº 52, na forma do substitutivo em anexo, decorrente da aprovação parcial das Emendas nº 1 e 2 e da rejeição da Emenda nº 3.

É o voto apresentado, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 52, de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$116.624.807,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Cláudio Cajado**

1 – Relatório

1.1 Histórico

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 157, de 2007-CN (nº 767/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 52, de 2007-CN (PLN nº 52/07), que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$116.624.807,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

As Unidades Orçamentárias beneficiadas com a suplementação e seus correspondentes valores, além dos cancelamentos propostos pelo Poder Executivo para fazer face à suplementação, constam do quadro seguinte:

ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPLEMENTAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS - CANCELAMENTOS
33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	13.318.852	13.318.852
33201 - INSS	13.318.852	13.318.852
38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	5.570.841	5.570.841
38101 - Administração Direta		3.570.841
38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	5.570.841	2.000.000
55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	97.735.114	97.735.114
55101 - Administração Direta	2.041.000	
55901 - Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	95.694.114	97.735.114
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO/CANCELAMENTO	116.624.807	116.624.807

A Exposição de Motivos nº 257/2007-MP, de 11 de outubro de 2007, que acompanha o Projeto de Lei, indica as destinações a seguir descritas, de acordo com as informações prestadas pelos Órgãos interessados.

No âmbito do Ministério da Previdência Social, o crédito viabilizará a defesa judicial da Previdência Social, o reconhecimento de direitos de benefícios previdenciários, a reabilitação profissional para aquisição de órteses e próteses, bem como a perícia médica judicial e serviços postais.

Por seu turno, no Ministério do Trabalho e Emprego, o crédito atenderá ao pagamento de despesas com contratos de prestação de serviços postais e de processamento de dados, além do cumprimento de convênios firmados com os estados, o Distrito Federal e os municípios com mais de trezentos mil habitantes, no âmbito do SINE – Sistema Nacional de Emprego.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a suplementação incide sobre ser-

viços de proteção social básica a famílias e serviços específicos de proteção social básica a crianças e adolescentes e a jovens em situação de vulnerabilidade social. Além disso, permitirá a capacitação de gestores e técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, o atendimento de famílias em comunidades quilombolas, indígenas, em calhas de rios e zonas rurais, bem como a implementação de sistemas de informações da área da assistência social.

Informa a EM nº 257/2007-MP que o Projeto de Lei em comento decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamentos não sofrerão prejuízos em sua execução, uma vez que estes foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

A propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (LDO/2007), esclarece a EM que as alterações decorrentes da abertura do crédito em análise não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) trata-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da execução das programações suplementadas; e

c) o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução de despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites fixados no referido Decreto.

No prazo regimental, foram apresentadas três emendas ao PLN nº 52/2007. A Emenda nº 1 objetiva destinar R\$2,0 milhões à programação “Promoção da Inclusão Produtiva no Estado do Rio Grande do Norte”. As Emendas nºs 2 e 3 têm por finalidade destinar R\$2,0 milhões para a programação “Promoção da Inclusão Produtiva no Estado da Paraíba”. As três emendas oferecem como cancelamento a dotação, contida no Anexo I do Projeto de Lei, destinada a “Serviços de Proteção Social Básica às Famílias – Nacional”. Em anexo, apresentamos demonstrativo das três emendas apresentadas ao presente crédito, com os respectivos pareceres.

1.2 Análise

Preliminarmente, cumpre informar que apresentamos em anexo quadro com os dados relativos à execução orçamentária recente das programações envolvidas no presente Projeto de Lei.

O Projeto de Lei em análise mostra-se coerente com o que dispõe a Lei nº 4.320, de 1964, que explicita serem os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações (art. 41, I). Mostra-se também adequado ao disposto no art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/1964, que autoriza a utilização de anulações de dotações como fonte para créditos adicionais.

Da mesma forma, não se verifica qualquer desvio da Proposição em exame em relação aos parâmetros e critérios estabelecidos no art. 63 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (Lei nº 11.439/2006).

Por último, importa considerar que o crédito atende solicitações dos próprios órgãos envolvidos, com base na avaliação da insuficiência de dotações na lei orçamentária vigente para a execução de ações fundamentais ao exercício de suas missões institucionais.

Destarte, forçoso é concluir-se pelo caráter meritório do PLN nº 52/2007, vez que ele visa adequar o orçamento das Unidades Orçamentárias envolvidas, todas relacionadas à área social, propiciando condições para o regular desenvolvimento de suas atividades ao longo do corrente exercício.

No que se refere às emendas apresentadas, atentando para o inegável mérito das iniciativas, que têm por desiderato destinar recursos do Fundo Nacional de Assistência Social a Municípios de Unidades Federadas que efetivamente evidenciam indicadores sociais críticos e que, portanto, necessitam do apoio federal, entendemos que se deve prestigiar a iniciativa dos autores das emendas. Assim, encaminhamos relatório pela aprovação parcial das emendas nºs 1 e 2, destinando a cada programação nelas contempladas R\$1,0 milhão, e pela rejeição da emenda nº 3, pelo fato de sua finalidade já ter sido atendida por meio da aprovação parcial da emenda nº 2. Em virtude disso, a dotação da programação “Serviços de Proteção Social Básica às Famílias – Nacional”, constante do Anexo I do crédito suplementar, fica reduzida em R\$2,0 milhões. Nesses termos, propomos a aprovação do PLN nº 52 na forma do Substitutivo em anexo.

2 – Voto

Em razão de todo o exposto, votamos no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 52, de 2007-CN, na forma do Substitutivo em anexo, decorrente da aprovação parcial das emendas nºs 1 e 2, e da rejeição da Emenda nº 3.

Sala da Comissão, de novembro de 2007. – Deputado **Cláudio Cajado**, Presidente – Senador **Jaime Campos**, Relator.

Valores em R\$ 1,00

EMENDA	AUTOR	UO	PROGRAMAÇÃO	VALOR PROPOSTO	PARECER
00001	DEP. FABIO FARIA	55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08.244.1133.4963.0118 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	2.000.000	Pela aprovação parcial, atendendo no valor de R\$ 1,0 milhão.
00002	SEN. EFRAIM MORAIS	55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08.244.1133.4963.0122 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA NO ESTADO DA PARAIBA	2.000.000	Pela aprovação parcial, atendendo no valor de R\$ 1,0 milhão.
00003	DEP. EFRAIM FILHO	55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08.244.1133.4963.0122 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA NO ESTADO DA PARAIBA	2.000.000	Pela rejeição

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S S F M N D P O D U T E										VALOR
0083		Previdência Social Básica											13.318.852
ATIVIDADES													
09 092	0083 2294	Defesa Judicial da Previdência Social Básica											2.352.160
09 092	0083 2294 0001	Defesa Judicial da Previdência Social Básica - Nacional											2.352.160
			S	3	2	90	0	151				2.352.160	
09 271	0083 2296	Serviço de Perícia Médica Judicial											1.812.770
09 271	0083 2296 0001	Serviço de Perícia Médica Judicial - Nacional											1.812.770
			S	3	2	90	0	151				1.812.770	
09 271	0083 2585	Serviço de Reabilitação Profissional											2.003.420
09 271	0083 2585 0001	Serviço de Reabilitação Profissional - Nacional											2.003.420
			S	3	2	90	0	151				2.003.420	
09 271	0083 2591	Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários											4.047.730
09 271	0083 2591 0001	Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - Nacional											4.047.730
			S	3	2	90	0	151				4.047.730	
09 271	0083 2A57	Remuneração dos Serviços Postais											3.102.772
09 271	0083 2A57 0001	Remuneração dos Serviços Postais - Nacional											3.102.772
			S	3	2	90	0	151				3.102.772	
TOTAL - GERAL													13.318.852
TOTAL - SEGURIDADE													13.318.852

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F D N P O U T E						VALOR
0073		Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes							10.465.312
ATIVIDADES									
08243	0073 2383	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias							10.465.312
08243	0073 2383 0011	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Rondônia							163.539
08243	0073 2383 0012	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Acre	S	3	2	40	0	153	163.539
08243	0073 2383 0013	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Amazonas	S	3	2	40	0	153	146.977
08243	0073 2383 0014	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Roraima	S	3	2	40	0	153	256.775
08243	0073 2383 0015	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Pará	S	3	2	40	0	153	256.775
08243	0073 2383 0016	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Amapá	S	3	2	40	0	153	84.355
08243	0073 2383 0017	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Tocantins	S	3	2	40	0	153	84.355
08243	0073 2383 0021	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Maranhão	S	3	2	40	0	153	451.051
08243	0073 2383 0022	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Piauí	S	3	2	40	0	153	451.051
08243	0073 2383 0023	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Ceará	S	3	2	40	0	153	69.551
08243	0073 2383 0024	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	40	0	153	69.551
08243	0073 2383 0026	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Pernambuco	S	3	2	40	0	153	209.125
08243	0073 2383 0027	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Alagoas	S	3	2	40	0	153	209.125
08243	0073 2383 0028	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Sergipe	S	3	2	40	0	153	475.312
08243	0073 2383 0029	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado da Bahia	S	3	2	40	0	153	475.312
08243	0073 2383 0032	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	40	0	153	234.802
08243	0073 2383 0033	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	40	0	153	234.802
08243	0073 2383 0035	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de São Paulo	S	3	2	40	0	153	467.688
08243	0073 2383 0041	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Paraná	S	3	2	40	0	153	467.688
08243	0073 2383 0042	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Santa Catarina	S	3	2	40	0	153	279.265
08243	0073 2383 0043	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	40	0	153	279.265
08243	0073 2383 0051	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Mato Grosso	S	3	2	40	0	153	769.415
			S	3	2	40	0	153	769.415
			S	3	2	40	0	153	188.446
			S	3	2	40	0	153	188.446
			S	3	2	40	0	153	66.732
			S	3	2	40	0	153	66.732
			S	3	2	40	0	153	586.746
			S	3	2	40	0	153	586.746
			S	3	2	40	0	153	323.084
			S	3	2	40	0	153	323.084
			S	3	2	40	0	153	626.195
			S	3	2	40	0	153	626.195
			S	3	2	40	0	153	1.211.410
			S	3	2	40	0	153	1.211.410
			S	3	2	40	0	153	642.293
			S	3	2	40	0	153	642.293
			S	3	2	40	0	153	935.293
			S	3	2	40	0	153	935.293
			S	3	2	40	0	153	592.507
			S	3	2	40	0	153	592.507
			S	3	2	40	0	153	403.444
			S	3	2	40	0	153	403.444

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I O D	F U T E	VALOR
08 243	0073 2383 0052	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Goiás							606.410
			S	3	2	40	0	153	606.410
08 243	0073 2383 0053	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Distrito Federal							23.706
			S	3	2	30	0	153	23.706
08 243	0073 2383 0054	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Mato Grosso do Sul							651.191
			S	3	2	40	0	153	651.191
1133	Economia Solidária em Desenvolvimento								2.000.000
ATIVIDADES									
08 244	1133 4963	Promoção da Inclusão Produtiva							2.000.000
08 244	1133 4963 0118	Promoção da Inclusão Produtiva - No Estado do Rio Grande do Norte							1.000.000
			S	4	2	40	0	139	1.000.000
08 244	1133 4963 0122	Promoção da Inclusão Produtiva - No Estado da Paraíba							1.000.000
			S	4	2	40	0	139	1.000.000
1384	Proteção Social Básica								83.228.802
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
08 243	1384 0886	Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social							397.634
08 243	1384 0886 0026	Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social - No Estado de Pernambuco							232.449
			S	3	2	40	0	153	232.449
08 243	1384 0886 0031	Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social - No Estado de Minas Gerais							65.185
			S	3	2	40	0	153	65.185
08 243	1384 0886 0052	Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social - No Estado de Goiás							100.000
			S	3	2	40	0	153	100.000
ATIVIDADES									
08 244	1384 2A60	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias							38.052.720
08 244	1384 2A60 0001	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - Nacional							1.000.000
			S	3	2	40	0	139	1.000.000
08 244	1384 2A60 0011	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Rondônia							301.424
			S	3	2	30	0	153	60.285
			S	3	2	40	0	153	241.139
08 244	1384 2A60 0012	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Acre							234.900
			S	3	2	30	0	153	46.980
			S	3	2	40	0	153	187.920
08 244	1384 2A60 0013	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Amazonas							700.100
			S	3	2	40	0	153	700.100
08 244	1384 2A60 0014	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Roraima							84.594
			S	3	2	40	0	153	67.675
			S	3	2	30	0	153	16.919
08 244	1384 2A60 0015	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Pará							3.609.537
			S	3	2	30	0	153	721.907
			S	3	2	40	0	153	2.887.630
08 244	1384 2A60 0016	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Amapá							27.000
			S	3	2	40	0	153	27.000
08 244	1384 2A60 0017	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Tocantins							656.080
			S	3	2	40	0	153	656.080
08 244	1384 2A60 0021	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Maranhão							2.289.801
			S	3	2	40	0	153	1.831.841
			S	3	2	30	0	153	457.960
08 244	1384 2A60 0022	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Piauí							1.844.457
			S	3	2	30	0	153	368.891
			S	3	2	40	0	153	1.475.566
08 244	1384 2A60 0023	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Ceará							1.824.376
			S	3	2	40	0	153	1.824.376

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
08 244 1384 2A60 0024	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	30	0	153	1.365.136
		S	3	2	40	0	153	333.027
		S	3	2	40	0	153	1.032.109
08 244 1384 2A60 0025	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado da Paraíba	S	3	2	30	0	153	2.124.134
		S	3	2	40	0	153	424.827
		S	3	2	40	0	153	1.699.307
08 244 1384 2A60 0026	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Pernambuco	S	3	2	40	0	153	2.631.000
		S	3	2	30	0	153	2.104.800
		S	3	2	30	0	153	526.200
08 244 1384 2A60 0027	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Alagoas	S	3	2	40	0	153	1.093.500
		S	3	2	40	0	153	874.800
		S	3	2	30	0	153	218.700
08 244 1384 2A60 0028	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Sergipe	S	3	2	30	0	153	565.711
		S	3	2	30	0	153	113.142
		S	3	2	40	0	153	452.569
08 244 1384 2A60 0029	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado da Bahia	S	3	2	40	0	139	3.329.213
		S	3	2	40	0	139	2.463.370
		S	3	2	30	0	153	865.843
08 244 1384 2A60 0031	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	30	0	153	3.393.575
		S	3	2	30	0	153	678.715
		S	3	2	40	0	153	2.714.860
08 244 1384 2A60 0032	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	40	0	153	638.287
		S	3	2	40	0	153	638.287
08 244 1384 2A60 0033	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	40	0	139	694.242
		S	3	2	40	0	139	138.848
		S	3	2	40	0	153	553.394
08 244 1384 2A60 0035	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de São Paulo	S	3	2	40	0	153	4.181.442
		S	3	2	40	0	153	4.181.442
08 244 1384 2A60 0041	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Paraná	S	3	2	40	0	153	1.475.040
		S	3	2	40	0	153	1.180.032
		S	3	2	30	0	153	295.008
08 244 1384 2A60 0042	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Santa Catarina	S	3	2	30	0	153	529.832
		S	3	2	30	0	153	105.966
		S	3	2	40	0	153	423.866
08 244 1384 2A60 0043	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	30	0	153	1.401.585
		S	3	2	30	0	153	280.317
		S	3	2	40	0	153	1.121.268
08 244 1384 2A60 0051	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Mato Grosso	S	3	2	30	0	153	466.682
		S	3	2	30	0	153	93.336
		S	3	2	40	0	153	373.346
08 244 1384 2A60 0052	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Goiás	S	3	2	30	0	153	629.020
		S	3	2	30	0	153	125.804
		S	3	2	40	0	153	503.216
08 244 1384 2A60 0054	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Mato Grosso do Sul	S	3	2	30	0	153	962.052
		S	3	2	30	0	153	120.410
		S	3	2	40	0	153	841.642
08 244 1384 2A61	Serviços Específicos de Proteção Social Básica							44.778.448
08 244 1384 2A61 0011	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Rondônia	S	3	2	40	0	153	433.092
		S	3	2	40	0	153	433.092
08 244 1384 2A61 0012	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Acre	S	3	2	40	0	153	79.469
		S	3	2	40	0	153	79.469
08 244 1384 2A61 0013	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Amazonas	S	3	2	40	0	153	482.941
		S	3	2	40	0	153	400.000
		S	3	2	30	0	153	82.941
08 244 1384 2A61 0014	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Roraima							145.198

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E G R H I F S N P O U T F D O E					VALOR
08 244	1384 2A61 0015	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Pará	S	3	2	40	0	153	145.198	
			S	3	2	40	0	153	2.333.631	
			S	3	2	40	0	139	2.360.000	
08 244	1384 2A61 0016	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Amapá	S	3	2	40	0	139	33.631	
			S	3	2	40	0	139	9.647	
08 244	1384 2A61 0017	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Tocantins	S	3	2	40	0	139	9.647	
			S	3	2	40	0	153	292.463	
08 244	1384 2A61 0021	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Maranhão	S	3	2	40	0	153	292.463	
			S	3	2	30	0	153	2.320.679	
			S	3	2	40	0	153	10.679	
08 244	1384 2A61 0022	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Piauí	S	3	2	40	0	153	2.310.000	
			S	3	2	40	0	153	989.456	
08 244	1384 2A61 0023	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Ceará	S	3	2	40	0	153	989.456	
			S	3	2	40	0	139	3.124.488	
08 244	1384 2A61 0024	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	40	0	139	3.124.488	
			S	3	2	30	0	153	4.823.053	
			S	3	2	40	0	153	23.053	
08 244	1384 2A61 0025	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado da Paraíba	S	3	2	40	0	153	4.800.000	
			S	3	2	40	0	153	742.707	
08 244	1384 2A61 0026	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Pernambuco	S	3	2	40	0	153	742.707	
			S	3	2	40	0	153	1.819.865	
08 244	1384 2A61 0027	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Alagoas	S	3	2	40	0	153	1.819.865	
			S	3	2	30	0	153	393.307	
			S	3	2	40	0	153	93.307	
08 244	1384 2A61 0028	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Sergipe	S	3	2	40	0	153	300.000	
			S	3	2	40	0	153	574.600	
08 244	1384 2A61 0029	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado da Bahia	S	3	2	40	0	153	574.600	
			S	3	2	30	0	153	3.033.715	
			S	3	2	40	0	153	38.715	
08 244	1384 2A61 0031	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	40	0	153	2.995.000	
			S	3	2	40	0	153	4.564.137	
08 244	1384 2A61 0032	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	40	0	153	4.564.137	
			S	3	2	30	0	153	1.054.055	
			S	3	2	40	0	153	4.055	
08 244	1384 2A61 0033	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	40	0	153	1.050.000	
			S	3	2	40	0	139	1.601.940	
			S	3	2	40	0	153	290.162	
			S	3	2	40	0	100	1.241.778	
08 244	1384 2A61 0035	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de São Paulo	S	3	2	40	0	100	70.000	
			S	3	2	40	0	153	4.646.489	
			S	3	2	30	0	153	3.000.000	
08 244	1384 2A61 0041	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Paraná	S	3	2	40	0	153	1.646.489	
			S	3	2	40	0	153	4.077.097	
08 244	1384 2A61 0042	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Santa Catarina	S	3	2	40	0	153	4.077.097	
			S	3	2	40	0	153	2.385.488	
08 244	1384 2A61 0043	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	40	0	153	2.385.488	
			S	3	2	40	0	153	2.115.851	
08 244	1384 2A61 0051	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Mato Grosso	S	3	2	40	0	153	2.115.851	
			S	3	2	40	0	153	501.503	
08 244	1384 2A61 0052	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Goiás	S	3	2	40	0	153	501.503	
			S	3	2	40	0	153	1.129.907	
			S	3	2	30	0	153	1.100.000	
08 244	1384 2A61 0053	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Distrito Federal	S	3	2	30	0	153	29.907	
			S	3	2	30	0	153	303.380	
			S	3	2	30	0	153	303.380	

ÓRGÃO: * 38000 Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	A P D	N P D	I O D	F U D	T E	VALOR
0099		Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda								2.000.000
ATIVIDADES										
11122	0099 2272	Gestão e Administração do Programa								2.000.000
11122	0099 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional								2.000.000
			S	3	2		90	0	180	2.000.000
TOTAL - GERAL										2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										2.000.000

ÓRGÃO: * 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	A P D	N P D	I O D	F U D	T E	VALOR
0068		Erradicação do Trabalho Infantil								97.065.114
ATIVIDADES										
08243	0068 2060	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho								97.065.114
08243	0068 2060 0001	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - Nacional								63.364.970
			S	3	2		40	0	139	9.060.146
			S	3	2		40	0	153	54.304.824
08243	0068 2060 0011	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Rondônia								582.200
			S	3	2		40	0	153	582.200
08243	0068 2060 0012	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Acre								889.680
			S	3	2		40	0	153	889.680
08243	0068 2060 0013	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Amazonas								432.062
			S	3	2		40	0	153	432.062
08243	0068 2060 0014	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Roraima								472.800
			S	3	2		40	0	153	472.800
08243	0068 2060 0015	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Pará								1.151.290
			S	3	2		40	0	153	1.151.290
08243	0068 2060 0016	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Amapá								328.518
			S	3	2		40	0	153	328.518
08243	0068 2060 0017	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Tocantins								352.800
			S	3	2		40	0	153	352.800
08243	0068 2060 0022	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Piauí								1.084.681
			S	3	2		40	0	153	1.084.681
08243	0068 2060 0023	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Ceará								573.000
			S	3	2		40	0	153	573.000
08243	0068 2060 0024	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte								1.216.010
			S	3	2		40	0	153	1.216.010
08243	0068 2060 0025	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado da Paraíba								514.521
			S	3	2		40	0	153	514.521
08243	0068 2060 0026	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Pernambuco								6.385.180
			S	3	2		40	0	153	6.385.180
08243	0068 2060 0027	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Alagoas								1.847.080
			S	3	2		40	0	153	1.847.080

[illegible]

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S S E N C I A L E S										VALOR
08243	0068 2060 0052	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Goiás	S	3	2	40	0	153					2.068.960
08243	0068 2060 0053	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Distrito Federal	S	3	2	40	0	153					526.630
08243	0068 2060 0054	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Mato Grosso do Sul	S	3	2	40	0	153					1.009.920
0073	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes											670.000	
ATIVIDADES													
08243	0073 2383	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias											670.000
08243	0073 2383 0025	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado da Paraíba	S	3	2	40	0	153					600.000
08243	0073 2383 0031	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	40	0	100					70.000
TOTAL - GERAL													97.735.114
TOTAL - SEGURIDADE													97.735.114

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	U S F	G N D	R P	N O	I U	F T E	VALOR
0099	Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda							5.570.841
	ATIVIDADES							
11126 0099 2621	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS							2.000.000
11126 0099 2621 0001	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - Nacional							2.000.000
		S	3	2	90	0	180	2.000.000
11331 0099 2633	Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego							3.570.841
11331 0099 2633 0001	Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego - Nacional							3.570.841
		S	3	2	40	0	100	3.419.015
		S	4	2	40	0	100	151.826
	TOTAL - GERAL							5.570.841
	TOTAL - SEGURIDADE							5.570.841

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO		E S F	G N D	R P D	M P O	I U	F T E	VALOR
1006		Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome								2.041.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS										
08 845	1006 0A28	Apoio à Organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS								2.041.000
08 845	1006 0A28 0001	Apoio à Organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Nacional								2.041.000
									S 3 2 90 0 153	2.041.000
TOTAL - GERAL										2.041.000
TOTAL - SEGURIDADE										2.041.000
										2.041.000

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E G R N I F S M P O U T F D D E					VALOR
0073		Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes						10.465.312
ATIVIDADES								
08243	0073 2383	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias						10.465.312
08243	0073 2383 0011	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Rondônia						163.539
08243	0073 2383 0012	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Acre	S	3	2	40	0 153	163.539
08243	0073 2383 0013	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Amazonas	S	3	2	40	0 153	146.977
08243	0073 2383 0014	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Roraima	S	3	2	40	0 153	256.775
08243	0073 2383 0015	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Pará	S	3	2	40	0 153	256.775
08243	0073 2383 0016	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Amapá	S	3	2	40	0 153	84.355
08243	0073 2383 0017	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Tocantins	S	3	2	40	0 153	84.355
08243	0073 2383 0021	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Maranhão	S	3	2	40	0 153	451.051
08243	0073 2383 0022	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Piauí	S	3	2	40	0 153	451.051
08243	0073 2383 0023	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Ceará	S	3	2	40	0 153	69.551
08243	0073 2383 0024	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	40	0 153	69.551
08243	0073 2383 0026	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Pernambuco	S	3	2	40	0 153	209.125
08243	0073 2383 0027	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Alagoas	S	3	2	40	0 153	209.125
08243	0073 2383 0028	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Sergipe	S	3	2	40	0 153	475.312
08243	0073 2383 0029	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado da Bahia	S	3	2	40	0 153	475.312
08243	0073 2383 0032	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	40	0 153	234.802
08243	0073 2383 0033	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	40	0 153	234.802
08243	0073 2383 0035	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de São Paulo	S	3	2	40	0 153	467.688
08243	0073 2383 0041	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Paraná	S	3	2	40	0 153	467.688
08243	0073 2383 0042	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Santa Catarina	S	3	2	40	0 153	279.265
08243	0073 2383 0043	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	40	0 153	279.265
08243	0073 2383 0051	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Mato Grosso	S	3	2	40	0 153	769.415
			S	3	2	40	0 153	769.415
			S	3	2	40	0 153	188.446
			S	3	2	40	0 153	188.446
			S	3	2	40	0 153	66.732
			S	3	2	40	0 153	66.732
			S	3	2	40	0 153	586.746
			S	3	2	40	0 153	586.746
			S	3	2	40	0 153	323.084
			S	3	2	40	0 153	323.084
			S	3	2	40	0 153	626.195
			S	3	2	40	0 153	626.195
			S	3	2	40	0 153	1.211.410
			S	3	2	40	0 153	1.211.410
			S	3	2	40	0 153	642.293
			S	3	2	40	0 153	642.293
			S	3	2	40	0 153	335.293
			S	3	2	40	0 153	335.293
			S	3	2	40	0 153	592.507
			S	3	2	40	0 153	592.507
			S	3	2	40	0 153	403.444
			S	3	2	40	0 153	403.444

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P D	N O	I U	F T	VALOR
08 243 0073 2383 0052	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Goiás	S	3	2	40	0	153	606.410
08 243 0073 2383 0053	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Distrito Federal	S	3	2	30	0	153	23.706
08 243 0073 2383 0054	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado do Mato Grosso do Sul	S	3	2	40	0	153	651.191
1133	Economia Solidária em Desenvolvimento							2.000.000
ATIVIDADES								
08 244 1133 4963	Promoção da Inclusão Produtiva							2.000.000
08 244 1133 4963 0118	Promoção da Inclusão Produtiva - No Estado do Rio Grande do Norte	S	4	2	40	0	139	1.000.000
08 244 1133 4963 0122	Promoção da Inclusão Produtiva - No Estado da Paraíba	S	4	2	40	0	139	1.000.000
1384	Proteção Social Básica							83.228.802
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
08 243 1384 0886	Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social							397.634
08 243 1384 0886 0026	Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social - No Estado de Pernambuco	S	3	2	40	0	153	232.449
08 243 1384 0886 0031	Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	40	0	153	65.185
08 243 1384 0886 0052	Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social - No Estado de Goiás	S	3	2	40	0	153	100.000
ATIVIDADES								
08 244 1384 2A60	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias							38.052.720
08 244 1384 2A60 0001	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - Nacional	S	3	2	40	0	139	1.000.000
08 244 1384 2A60 0011	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Rondônia	S	3	2	30	0	153	60.285
08 244 1384 2A60 0012	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Acre	S	3	2	40	0	153	241.139
08 244 1384 2A60 0013	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Amazonas	S	3	2	30	0	153	46.980
08 244 1384 2A60 0014	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Roraima	S	3	2	40	0	153	187.920
08 244 1384 2A60 0015	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Pará	S	3	2	40	0	153	700.100
08 244 1384 2A60 0016	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Amapá	S	3	2	30	0	153	84.594
08 244 1384 2A60 0017	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Tocantins	S	3	2	40	0	153	67.675
08 244 1384 2A60 0021	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Maranhão	S	3	2	30	0	153	16.919
08 244 1384 2A60 0022	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Piauí	S	3	2	30	0	153	3.609.537
08 244 1384 2A60 0023	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Ceará	S	3	2	40	0	153	721.907
		S	3	2	40	0	153	2.887.630
		S	3	2	40	0	153	27.000
		S	3	2	40	0	153	27.000
		S	3	2	40	0	153	656.080
		S	3	2	40	0	153	656.080
		S	3	2	40	0	153	2.289.801
		S	3	2	30	0	153	1.831.841
		S	3	2	30	0	153	457.960
		S	3	2	30	0	153	1.844.437
		S	3	2	40	0	153	368.891
		S	3	2	40	0	153	1.475.566
		S	3	2	40	0	153	1.824.376
		S	3	2	40	0	153	1.824.376

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	N O D	I U E	F T E	VALOR
08 244 1384 2A60 0024	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	30	0	153	1.365.136
								333.027
								1.032.109
08 244 1384 2A60 0025	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado da Paraíba	S	3	2	30	0	153	2.124.134
								424.827
								1.699.307
08 244 1384 2A60 0026	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Pernambuco	S	3	2	40	0	153	2.631.000
								2.104.800
								526.200
08 244 1384 2A60 0027	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Alagoas	S	3	2	40	0	153	1.093.500
								874.800
								218.700
08 244 1384 2A60 0028	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Sergipe	S	3	2	30	0	153	565.711
								113.142
								452.569
08 244 1384 2A60 0029	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado da Bahia	S	3	2	40	0	139	3.329.213
								2.463.370
								865.843
08 244 1384 2A60 0031	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	30	0	153	3.393.575
								678.715
								2.714.860
08 244 1384 2A60 0032	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	40	0	153	638.287
								638.287
08 244 1384 2A60 0033	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	40	0	139	694.242
								138.848
								555.394
08 244 1384 2A60 0035	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de São Paulo	S	3	2	40	0	153	4.181.442
								4.181.442
08 244 1384 2A60 0041	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Paraná	S	3	2	40	0	153	1.475.040
								1.180.032
								295.008
08 244 1384 2A60 0042	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Santa Catarina	S	3	2	30	0	153	529.832
								105.966
								423.866
08 244 1384 2A60 0043	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	40	0	153	1.401.585
								280.317
								1.121.268
08 244 1384 2A60 0051	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Mato Grosso	S	3	2	30	0	153	466.682
								93.336
								373.346
08 244 1384 2A60 0052	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado de Goiás	S	3	2	40	0	153	629.020
								125.804
								503.216
08 244 1384 2A60 0054	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - No Estado do Mato Grosso do Sul	S	3	2	30	0	153	962.052
								120.410
								841.642
08 244 1384 2A61	Serviços Específicos de Proteção Social Básica							44.778.448
08 244 1384 2A61 0011	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Rondônia	S	3	2	40	0	153	433.092
								433.092
08 244 1384 2A61 0012	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Acre	S	3	2	40	0	153	79.469
								79.469
08 244 1384 2A61 0013	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Amazonas	S	3	2	40	0	153	482.941
								400.000
								82.941
08 244 1384 2A61 0014	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Roraima	S	3	2	30	0	153	

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	S F	G N D	R P O	X O U	I V T	F E	VALOR
08 244	1384 2A61 0015	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Pará	S	3	2	40	0	153	145.198
			S	3	2	40	0	153	2.333.631
			S	3	2	40	0	139	2.300.000
08 244	1384 2A61 0016	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Amapá	S	3	2	40	0	139	33.631
			S	3	2	40	0	139	9.647
08 244	1384 2A61 0017	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Tocantins	S	3	2	40	0	153	9.647
			S	3	2	40	0	153	292.463
08 244	1384 2A61 0021	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Maranhão	S	3	2	30	0	153	292.463
			S	3	2	40	0	153	2.320.679
08 244	1384 2A61 0022	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Piauí	S	3	2	30	0	153	10.679
			S	3	2	40	0	153	2.310.000
08 244	1384 2A61 0023	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Ceará	S	3	2	40	0	153	989.456
			S	3	2	40	0	139	989.456
08 244	1384 2A61 0024	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	2	40	0	139	3.124.488
			S	3	2	30	0	153	3.124.488
			S	3	2	40	0	153	4.823.053
08 244	1384 2A61 0025	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado da Paraíba	S	3	2	40	0	153	23.053
			S	3	2	40	0	153	4.800.000
08 244	1384 2A61 0026	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Pernambuco	S	3	2	40	0	153	742.707
			S	3	2	40	0	153	742.707
08 244	1384 2A61 0027	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Alagoas	S	3	2	40	0	153	1.819.865
			S	3	2	30	0	153	1.819.865
08 244	1384 2A61 0028	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Sergipe	S	3	2	30	0	153	393.307
			S	3	2	40	0	153	93.307
08 244	1384 2A61 0029	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado da Bahia	S	3	2	40	0	153	300.000
			S	3	2	40	0	153	574.600
08 244	1384 2A61 0031	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	30	0	153	574.600
			S	3	2	40	0	153	3.033.715
08 244	1384 2A61 0032	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	30	0	153	38.715
			S	3	2	40	0	153	2.995.000
08 244	1384 2A61 0033	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	40	0	153	4.564.137
			S	3	2	40	0	153	4.564.137
08 244	1384 2A61 0035	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de São Paulo	S	3	2	30	0	153	1.054.055
			S	3	2	40	0	153	4.055
			S	3	2	40	0	153	1.050.000
08 244	1384 2A61 0041	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Paraná	S	3	2	40	0	139	1.601.940
			S	3	2	40	0	139	290.162
			S	3	2	40	0	153	1.241.778
			S	3	2	40	0	100	70.000
08 244	1384 2A61 0042	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Santa Catarina	S	3	2	40	0	153	4.646.489
			S	3	2	40	0	153	3.000.000
08 244	1384 2A61 0043	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	30	0	153	1.646.489
			S	3	2	40	0	153	4.077.097
08 244	1384 2A61 0051	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Mato Grosso	S	3	2	40	0	153	4.077.097
			S	3	2	40	0	153	2.385.488
08 244	1384 2A61 0052	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado de Goiás	S	3	2	40	0	153	2.385.488
			S	3	2	40	0	153	2.115.851
08 244	1384 2A61 0053	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Distrito Federal	S	3	2	40	0	153	2.115.851
			S	3	2	40	0	153	501.503
			S	3	2	40	0	153	501.503
			S	3	2	40	0	153	1.129.907
			S	3	2	30	0	153	1.100.000
			S	3	2	30	0	153	29.907
			S	3	2	30	0	153	303.380
			S	3	2	30	0	153	303.380

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E G R H I F S N P O U T F D D E						VALOR
08244 1384 2A61 0054	Serviços Específicos de Proteção Social Básica - No Estado do Mato Grosso do Sul							800.290
		S	3	2	40	0	153	800.290
	TOTAL - GERAL							95.694.114
	TOTAL - SEGURIDADE							95.694.114

ÓRGÃO: 33000 Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33201 Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E G R H I F S N P O U T F D D E						VALOR
0085	Qualidade dos Serviços Previdenciários							4.800.000
	ATIVIDADES							
09665 0085 2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos							2.800.000
09665 0085 2562 0001	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - Nacional							2.800.000
		S	3	2	90	0	151	2.800.000
09665 0085 2563	Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários							2.000.000
09665 0085 2563 0001	Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários - Nacional							2.000.000
		S	3	2	90	0	151	2.000.000
0750	Apoio Administrativo							8.518.852
	ATIVIDADES							
09301 0750 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							1.518.852
09301 0750 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							1.518.852
		S	3	2	90	0	151	1.518.852
09365 0750 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							3.000.000
09365 0750 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional							3.000.000
		S	3	2	90	0	151	3.000.000
09331 0750 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados							3.000.000
09331 0750 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional							3.000.000
		S	3	1	90	0	151	3.000.000
09306 0750 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							1.000.000
09306 0750 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							1.000.000
		S	3	1	90	0	151	1.000.000
	TOTAL - GERAL							13.318.852
	TOTAL - SEGURIDADE							13.318.852

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNCAO	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E F	G D	R P	H O	I U	P T	VALOR
1329	Primeiro Emprego							3.570.841
	ATIVIDADES							
11 333 1329 2D21	Qualificação de Jovens com vistas à Inserção no Mundo do Trabalho							3.570.841
11 333 1329 2D21 0001	Qualificação de Jovens com vistas à Inserção no Mundo do Trabalho - Nacional							3.570.841
		F	4	2	50	0	100	151.826
		F	3	2	90	0	100	3.419.015
TOTAL	- GERAL							3.570.841
TOTAL	- FISCAL							3.570.841

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCAO PROGRAMATICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	Q N D	R P D	M O D	I O D	F U R	VALOR
0099		Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda							2.000.000
ATIVIDADES									
11122	0099 2272	Gestão e Administração do Programa							2.000.000
11122	0099 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							2.000.000
			S	3	2	90	0	180	2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCAO		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S T A D O						VALOR
				S	E	T	A	D		
0068	Erradicação do Trabalho Infantil									97.065.114
ATIVIDADES										
08243	0068 2060	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho								97.065.114
08243	0068 2060 0001	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - Nacional								63.364.970
				S	3	2	40	0	139	9.060.146
				S	3	2	40	0	153	54.304.824
08243	0068 2060 0011	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Rondônia								582.200
				S	3	2	40	0	153	582.200
08243	0068 2060 0012	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Acre								889.680
				S	3	2	40	0	153	889.680
08243	0068 2060 0013	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Amazonas								432.062
				S	3	2	40	0	153	432.062
08243	0068 2060 0014	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Roraima								472.800
				S	3	2	40	0	153	472.800
08243	0068 2060 0015	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Pará								1.151.290
				S	3	2	40	0	153	1.151.290
08243	0068 2060 0016	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Amapá								328.518
				S	3	2	40	0	153	328.518
08243	0068 2060 0017	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Tocantins								352.800
				S	3	2	40	0	153	352.800
08243	0068 2060 0022	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Piauí								1.084.681
				S	3	2	40	0	153	1.084.681
08243	0068 2060 0023	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Ceará								573.000
				S	3	2	40	0	153	573.000
08243	0068 2060 0024	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte								1.216.010
				S	3	2	40	0	153	1.216.010
08243	0068 2060 0025	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado da Paraíba								514.521
				S	3	2	40	0	153	514.521
08243	0068 2060 0026	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Pernambuco								6.385.180
				S	3	2	40	0	153	6.385.180
08243	0068 2060 0027	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Alagoas								1.847.080
				S	3	2	40	0	153	1.847.080
08243	0068 2060 0028	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Sergipe								881.860
				S	3	2	40	0	153	881.860
08243	0068 2060 0029	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado da Bahia								7.132.441
				S	3	2	40	0	153	7.132.441
08243	0068 2060 0032	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Espírito Santo								1.160.620
				S	3	2	40	0	153	1.160.620
08243	0068 2060 0035	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de São Paulo								1.433.410
				S	3	2	40	0	153	1.433.410
08243	0068 2060 0041	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Paraná								1.552.010
				S	3	2	40	0	153	1.552.010
08243	0068 2060 0042	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Santa Catarina								1.101.070
				S	3	2	40	0	153	1.101.070
08243	0068 2060 0043	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul								331.661
				S	3	2	40	0	153	331.661
08243	0068 2060 0051	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Mato Grosso								671.740
				S	3	2	40	0	153	671.740

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	K D	I O	F U T	VALOR
08 243 0068 2060 0052	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado de Goiás							2.068.960
		5	3	2	40	0	153	2.068.960
08 243 0068 2060 0053	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Distrito Federal							526.630
		5	3	2	40	0	153	526.630
08 243 0068 2060 0054	Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho - No Estado do Mato Grosso do Sul							1.009.920
		5	3	2	40	0	153	1.009.920
0073	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes							670.000
ATIVIDADES								
08 243 0073 2383	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias							670.000
08 243 0073 2383 0025	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado da Paraíba							600.000
		5	3	2	40	0	153	600.000
08 243 0073 2383 0031	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - No Estado de Minas Gerais							70.000
		5	3	2	40	0	100	70.000
TOTAL - GERAL								97.735.114
TOTAL - SEGURIDADE								97.735.114

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) –

Item 12:

**PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 60, DE 2007**

Discussão do Projeto de Lei nº 60, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$33.848.633,00 (trinta e três milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao Projeto de Lei não foram apresentadas emendas.

O Projeto depende de parecer a ser proferido em Plenário. Concedo a palavra ao ilustre Deputado Cláudio Cajado para fazê-lo.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 60, de 2007, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal

e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$33.848.633,00, para reforço de dotações constantes de Lei Orçamentária vigente”.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente:

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva suplementar diversas dotações já constantes na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007). Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO-2007) e na Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 (PPA 2004-2007).

Desse modo, considerando que a proposição não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 60, de 2007-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Está lido o voto, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 60, de 2007 – CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, do Mi-

Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$33.848.633,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Cláudio Cajado**

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, **b**, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 165, de 2007-CN (nº 775/2007, na origem), o Projeto de Lei nº 60, de 2007 – CN, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$33.848.633,00 (trinta e três milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e três reais), para atender à programação constante do anexo I desta lei.

O crédito visa suplementar dotações constantes em diversas atividades na lei orçamentária vigente (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) para o Supremo Tribunal Federal, diversas unidades orçamentárias da Justiça Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, e diversas unidades orçamentárias do Ministério da Educação, no que tange às despesas com assistência médica e odontológica de seus servidores (atividade 2004), auxílio-transporte aos servidores e empregados (atividade 2011), assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados (atividade 2010), auxílio-alimentação aos servidores e empregados (atividade 2012), bem como para atender o auxílio-alimentação ao pessoal ativo militar dos extintos territórios (Lei nº 10.486/2001, art. 65) no Estado do Amapá.

O Art. 2º do Projeto estabelece que os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de anulações parciais de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II da proposta. As anulações, segundo a Exposição de Motivos – E.M. nº 267/2007/MP, de 11 de outubro de 2007, do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, não acarretarão prejuízo à execução das respectivas programações, postos que “os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício”.

A propósito do que dispõe o art. 63, 514, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – LDO 2007), informa a referida EM que “as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se

trata de remanejamento entre despesas primárias para priorização da programação suplementada”. Acrescenta a EM que a execução das despesas discricionárias, objeto do crédito, está dentro dos limites estabelecidos no Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007.

Salienta a sobredita EM, por fim, que “as programações contempladas no presente crédito não implicam alteração do Plano Plurianual 2004-2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004”, posto que essas ações já constam do referido Plano.

Lida na Sessão do Congresso Nacional em 17 de outubro de 2007, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

É o Relatório.

II – Emendas

Nenhuma emenda foi apresentada ao Projeto de Lei nº 60/2007-CN no prazo regimental.

III – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva suplementar diversas dotações já constantes na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.451, de 7-2-2007). Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17-3-64, Lei nº 11.439, de 29-12-2006 (LDO-2007), e Lei nº 10.933, de 11-8-2004 (PPA nº 2004-2007).

Desse modo, considerando que a proposição não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 60, de 2007-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, – Deputado **Cláudio Cajado**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto nos termos do parecer na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 60, DE 2007-CN

**MENSAGEM Nº 165, DE 2007-CN
(nº 775 /2007, na origem)**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$ 33.848.633,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$ 33.848.633,00 (trinta e três milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									502.523
		ATIVIDADES							
02 301	0570 1004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							502.523
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							502.523
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 588	S	3	2	90	0	100	502.523
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									502.523
TOTAL - GERAL									502.523

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			D			D		E	
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									97.227
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							97.227
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							97.227
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 50	S	3	2	90	0	100	97.227
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									97.227
TOTAL - GERAL									97.227

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N F	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									111.477
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							111.477
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							111.477
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 685	S	3	2	90	0	100	111.477
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									111.477
TOTAL - OERAL									111.477

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								411.646
		ATIVIDADES						
01 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						335.183
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL						335.183
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 826	S	3	2	90	0 100	335.183
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						17.385
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL						17.385
		CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA (UNIDADE) 16	F	3	2	90	0 100	17.385
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						59.078
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL						59.078
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 51	F	3	1	90	0 100	59.078
TOTAL - FISCAL								76.463
TOTAL - SEGURIDADE								335.183
TOTAL - GERAL								411.646

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E N F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									182.367
		ATIVIDADES							
01 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							182.367
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							182.367
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 964	3	3	2	90	0	100	182.367
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									182.367
TOTAL - GERAL									182.367

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U	P T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								103.060
		ATIVIDADES						
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						103.060
12 301	0750 2004 0033	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						103.060
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 982	S	3	2	90	0 300	103.060
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								103.060
TOTAL - GERAL								103.060

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	Q N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									79.895
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS							79.895
12 301	0750 2004 0052	SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							79.095
		ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS							
		SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO							
		ESTADO DE GOIAS							
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 753	5	3	2	90	0	300	79.095
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									79.095
TOTAL - GERAL									79.095

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									107.418
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							107.418
12 301	0750 2004 0025	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DA PARAIBA							107.418
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 1023	S	3	2	90	0	300	107.418
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									107.418
TOTAL - GERAL									107.418

UNIDADE : 26214 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PELOTAS

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									143.853
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							143.853
12 301	0750 2004 0043	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							143.853
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 1370	S	3	2	90	0	300	143.853
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									143.853
TOTAL - GERAL									143.853

UNIDADE : 26216 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PIAUI

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
			S	D	P	O	D	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										28.165
		ATIVIDADES								
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES								28.165
12 301	0750 2004 0022	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUI								28.165
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 268	S	3	2	90	0	300		28.165
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										28.165
TOTAL - GERAL										28.165

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACA O/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N D	R P	M O D	I U	F E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									62.819
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							62.819
12 301	0750 2004 0035	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DE SAO PAULO							62.819
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 598	5	3	2	90	0	300	62.819
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									62.819
TOTAL - GERAL									62.819

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	D	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO																	350.000
		ATIVIDADES															
12 331	0750 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS															350.000
12 331	0750 2011 0020	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA															350.000
			F	3	1	90	0	100									350.000
TOTAL - FISCAL																	350.000
TOTAL - SEGURIDADE																	0
TOTAL - GERAL																	350.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAOSUBTTULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								1.461.086
		ATIVIDADES						
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						1.461.086
12 301	0750 2004 0025	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DA PARAIBA						1.461.086
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 13915	5	3	2	90	0 300	1.461.086
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								1.461.086
TOTAL - GERAL								1.461.086

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									400.000
		ATIVIDADES							
12.331	0750.2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							400.000
12.331	0750.2011.0033	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							400.000
			F	3	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								512.654
		ATIVIDADES						
12 381	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						512.654
12 301	0750 2004 0043	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						512.654
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 4882	5	3	2	90	0 300	512.654
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								512.654
TOTAL - GERAL								512.654

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	P	VALOR
			S	S	P	O	O	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									296.058
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							296.058
12 301	0750 2004 0035	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DE SAO PAULO							296.058
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 2820	5	3	2	90	0	300	296.058
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									296.058
TOTAL - GERAL									296.058

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACA0/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	GR P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									1.157.702
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							997.702
12 301	0750 2004 0031	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							997.702
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 9502	S	3	2	90	0	300	997.702
12 331	0750 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							160.000
12 331	0750 2011 0031	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	1	90	0	100	160.000
TOTAL - FISCAL									160.000
TOTAL - SEGURIDADE									997.702
TOTAL - GERAL									1.157.702

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									63.945
		ATIVIDADES							
12 301	0750 1004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS							63.945
		SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							
12 301	0750 2004 0031	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS							63.945
		SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO							
		ESTADO DE MINAS GERAIS							
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 609	S	3	2	90	0	300	63.945
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									63.945
TOTAL - GERAL									63.945

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									3.985
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							3.985
12 301	0750 2004 0043	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							3.985
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 38	5	3	2	90	0	300	3.985
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.985
TOTAL - GERAL									3.985

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E M P	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									46.052
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							46.052
12 301	0750 2004 0031	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							46.052
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 439	5	3	2	90	0	300	46.052
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									46.052
TOTAL - GERAL									46.052

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T B	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									7.716
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							7.716
12 301	0750 2004 0051	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO MATO GROSSO							7.716
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 73	S	3	2	90	0	300	7.716
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.716
TOTAL - GERAL									7.716

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								29.570
		ATIVIDADES						
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						29.570
12 301	0750 2004 0026	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DE PERNAMBUCO						29.570
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 282	S	3	2	90	0	300
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								29.570
TOTAL - GERAL								29.570

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									\$8.000
		ATIVIDADES							
12 331	0750 2811	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							\$8.000
12 331	0750 2011 0043	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							\$0.000
			F	3	1	90	0	100	\$0.000
TOTAL - FISCAL									\$0.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									\$0.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	FN	GN	RP	MD	U	FE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										17.498
		ATIVIDADES								
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES								17.498
12 301	0750 2004 0031	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								17.498
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 167	5	3	2	90	0	300		17.498
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										17.498
TOTAL - GERAL										17.498

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAOSUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	O	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									3.071
		ATIVIDADES							
12 301	0750 1004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							3.071
12 301	0750 2004 0029	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DA BAHIA							3.071
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 29	S	3	2	90	0	300	3.071
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.071
TOTAL - GERAL									3.071

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									570.000
		ATIVIDADES							
12 365	0750 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							260.000
12 365	0750 2010 0029	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA	F	3	2	90	0	100	260.000
12 331	0750 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							150.000
12 331	0750 2011 0029	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA	F	3	1	90	0	100	150.000
12 306	0750 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							160.000
12 306	0750 2012 0029	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA	F	3	1	90	0	100	160.000
TOTAL - FISCAL									570.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									570.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	F	D		E	
0501 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									400.000
		ATIVIDADES							
03 301	0501 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS							400.000
		SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							
03 301	0501 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS							400.000
		SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES -							
		NACIONAL							
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 50	S	3	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									400.000
TOTAL - GERAL									400.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O R D	P R O	M O D	I N D	F I C	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									31.700
		ATIVIDADES							
18 331	0750 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							31.700
18 331	0750 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							31.700
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 20	F	3	1	90	0	100	31.700
TOTAL - FISCAL									31.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.700

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I M U	F I T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								4.887.325
		ATIVIDADES						
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						4.887.325
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL						4.887.325
TOTAL - FISCAL								4.887.325
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								4.887.325

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									1.000.000
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							1.000.000
12 301	0750 2004 0053	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO DISTRITO FEDERAL.							1.000.000
			S	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS									12.869.829
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 366	1060 0920	CONCESSAO DE BOLSA AO ALFABETIZADOR							12.869.829
12 366	1060 0920 0001	CONCESSAO DE BOLSA AO ALFABETIZADOR - NACIONAL							12.869.829
			F	3	2	50	0	300	12.869.829
TOTAL - FISCAL									12.869.829
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.869.829

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U E	F T E	VALOR
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA								5.000.000
		ATIVIDADES						
03 062	0581 4264	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA						5.000.000
03 062	0581 4264 0001	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA - NACIONAL						5.000.000
			F	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								5.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F I T E	VALOR
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									400.000
		ATIVIDADES							
03 062	0581 4263	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR							400.000
03 062	0581 4263 0001	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR - NACIONAL							400.000
									400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O R D	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								240.000
		ATIVIDADES						
10 306	0750 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						240.000
10 306	0750 2012 0667	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	S	3	1	90	0 153	240.000
TOTAL - FISCAL,								0
TOTAL - SEGURIDADE								240.000
TOTAL - GERAL								240.000

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N F	R P D	M O D	I U D	F T B	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									2.118.400
		ATIVIDADES							
04 122	0750 8567	AUXILIOS PECUNIARIOS AO PESSOAL ATIVO MILITAR DOS EXTINTOS TERRITORIOS (LEI 10.486/2002, ART.65)							2.118.400
04 122	0750 8567 0016	AUXILIOS PECUNIARIOS AO PESSOAL ATIVO MILITAR DOS EXTINTOS TERRITORIOS (LEI 10.486/2002, ART.65) - NO ESTADO DO AMAPA							2.118.400
		MILITAR REMUNERADO (UNIDADE) 6	F	3	2	90	0	100	2.118.400
TOTAL - FISCAL									2.118.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.118.400

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB-MG) – Item 13:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 63, DE 2007

Discussão em turno único do Projeto de Lei nº 63, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$418.445.597,00 (quatrocentos e dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais).

Ao projeto de lei foram apresentadas vinte emendas.

O projeto depende de parecer, a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, para proferir o seu parecer.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao presente projeto de lei foram apresentadas vinte

emendas, conforme constam dos anexos, algumas delas rejeitadas.

Diante do exposto no nosso voto e considerando a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito da matéria, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 63, de 2007, nos termos do substitutivo em anexo, que incorpora as modificações introduzidas.

É o parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 63, de 2007 – CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$418.445.597,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Efraim Moraes

I – Relatório

O Presidente da República, por meio da Mensagem nº 168, de 2007 – CN (nº 778/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 63, de 2007 – CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação,

da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$418.445.597,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

O crédito suplementar destina-se aos seguintes órgãos e unidades orçamentárias, para o atendimento das ações discriminadas no projeto de lei:

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
Ministério da Ciência e Tecnologia	Ministério da Ciência e Tecnologia (Administração Direta)	20.260.000
	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	2.232.258
	Agência Espacial Brasileira	9.560.000
	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	7.721.000
	Total do Órgão	39.773.258
Ministério da Educação	Ministério da Educação (Administração Direta)	103.268.135
	Universidade Federal de Minas Gerais	17.863.047
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	6.000.000
	Universidade Federal de São Paulo	5.107.465
	Universidade Federal de Lavras	5.320.000
	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	4.816.142
	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES	5.450.023
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	214.813.828
	Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA	700.000
	Universidade Federal do Ceará	90.317
	Universidade Federal de Santa Catarina	500.000
	Fundação Universidade de Brasília	4.600.000
	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	57.990
	Fundação Universidade Federal de Viçosa	81.950
	Total do Órgão	368.668.897
Ministério da Cultura	Ministério da Cultura (Administração Direta)	867.035
	Fundação Biblioteca Nacional	500.000
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1.336.907
	Fundação Cultural Palmares	437.000
	Total do Órgão	3.140.942
Ministério do Esporte	Ministério do Esporte (Administração Direta)	6.862.500
	Total do Órgão	6.862.500
Total do Crédito Suplementar		418.445.597

De acordo com a Exposição de Motivos nº 266/2007 – MP, de 11 de outubro de 2007, os recursos terão as seguintes destinações:

Ministério da Ciência e Tecnologia

Os recursos destinados à Administração Direta (R\$20,2 milhões) possibilitarão concluir a construção do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC, em Porto Alegre, bem como ampliar o quadro de pesquisadores do Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron– LNLS.

Já o CNPQ poderá utilizar o montante recebido no crédito (R\$2,2 milhões) para conceder bolsas de estudos para treinamento e capacitação de cientistas, engenheiros e técnicos.

Por sua vez, a Agência Espacial Brasileira reforçará as dotações (R\$9,56 milhões) para experimentos em microgravidade, para a conclusão do satélite sino-brasileiro CBERS-2B e para a infra-estrutura geral do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno.

Por fim, no âmbito do FNDCT, o crédito (R\$7,7 milhões) permitirá a continuação do desenvolvimento de tecnologias de lançamento de mísseis, com a realização de pesquisas do projeto A-DARTER, em conjunto com a África do Sul.

Ministério da Educação

O crédito suplementar beneficiará diversas unidades orçamentárias do Ministério da Educação. No âmbito da Administração Direta, os recursos (R\$103,2 milhões) terão aplicação na complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino federais, e no apoio a entidades de ensino superior não-federais.

No caso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, os recursos (R\$4,8 milhões) serão destinados à administração da unidade e à avaliação nacional de competências dos alunos concluintes da educação básica.

Quanto à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a suplementação (R\$5,45 milhões) será utilizada no fomento à pós-graduação e na ampliação do Prédio da Capes, em Brasília.

O crédito para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (R\$214,8 milhões) viabilizará o apoio a iniciativas para desenvolvimento da educação básica e especial; a implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional; o apoio ao transporte escolar no ensino fundamental; e a ampliação do atendimento às unidades executoras beneficiárias da ação “Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental”.

Também estão sendo atendidas diversas instituições federais de ensino superior, seja para propiciar a modernização e recuperação da infra-estrutura física, seja para reforçar o funcionamento dos cursos de graduação.

Finalmente, cabe ressaltar que o cancelamento da dotação correspondente à “Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte – MG”, ora proposto, decorre da transferência, pela União, do direito real de uso de imóvel anteriormente à disposição da Universidade Federal de Minas Gerais. Com isso, a mencionada Universidade receberá o valor correspondente (R\$17,8 milhões) para efetuar a “Construção da Escola de Engenharia da UFMG no Campus da Pampulha”.

Ministério da Cultura

No caso da Administração Direta, o crédito (R\$ 0,867 milhão) assegura recursos para o funcionamento da Cinemateca Brasileira e, por meio de troca do grupo de natureza da despesa (GND) e da modalidade de aplicação, viabiliza o fomento a projetos em arte e cultura em Pernambuco e no Distrito Federal.

Já o montante destinado à Biblioteca Nacional (R\$0,5 milhão) tem por objetivo possibilitar o funcionamento dos prédios sede e anexo da Fundação Biblioteca Nacional e de suas bibliotecas vinculadas.

Quanto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, os recursos (R\$1,3 milhão) serão utilizados com despesas administrativas da unidade.

Por último, no âmbito da Fundação Cultural Palmares, o crédito (R\$0,43 milhão) permitirá a locação e adequação de imóvel, assim como o custeio de suas despesas de limpeza e vigilância.

Ministério do Esporte

A maior parcela do crédito destinado para esse ministério tem por objetivo viabilizar, por meio da troca de GND (de “investimentos – 4” para “outras despesas correntes – 3”), programações orçamentárias que se destinam ao funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer em vários municípios beneficiados. Os demais recursos permitirão a implantação de projeto piloto de prevenção da violência nos espetáculos esportivos.

Os recursos necessários ao atendimento integral do crédito suplementar são oriundos das seguintes fontes:

I) superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$2.232.258,00;

II) excesso de arrecadação, no valor de R\$7.721.000,00; e

III) anulação de dotações, no valor de R\$408.492.339,00, provenientes dos seguintes órgãos e unidades orçamentárias:

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
Justiça do Trabalho	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Minas Gerais	17.863.047
	Total do Órgão	17.863.047
Ministério da Ciência e Tecnologia	Ministério da Ciência e Tecnologia (Administração Direta)	20.260.000
	Agência Espacial Brasileira	9.560.000
	Total do Órgão	29.820.000
Ministério da Educação	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES	5.450.023
	Ministério da Educação (Administração Direta)	21.136.132
	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	4.816.142
	Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA	700.000
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	317.501.166
	Demais Unidades Orçamentárias	1.202.387
	Total do Órgão	350.805.850
Ministério da Cultura	Ministério da Cultura (Administração Direta)	867.035
	Fundação Biblioteca Nacional	500.000
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1.336.907
	Fundação Cultural Palmares	437.000
	Total do Órgão	3.140.942
Ministério do Esporte	Ministério do Esporte (Administração Direta)	6.862.500
	Total do Órgão	6.862.500
Total dos Cancelamentos		408.492.339

Convém ressaltar que, segundo consta da exposição de motivos, os Ministérios envolvidos informaram que os remanejamentos propostos não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamentos, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndios até o final do presente exercício.

Em atendimento ao disposto no art. 63, §§ 11 e 12, da Lei nº 11.439, de 2006 (LDO/2007), foi demonstrada, segundo as diferentes fontes de recursos, a existência de excesso de arrecadação e de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2006, bem como os correspondentes saldos, que já computam o crédito que ora se examina.

Esclarece ainda a exposição de motivos que, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da LDO/2007, o crédito suplementar não prejudica o alcance da meta de resultado primário fixada para o exercício, tendo em vista que:

a) R\$408.492.339,00 referem-se a remanejamento entre despesas primárias;

b) R\$7.721.000,00 tratam de suplementação de despesas primárias à conta do excesso de arrecadação de receitas primárias;

c) R\$2.232.258,00 suplementados com recursos de origem financeira estão sendo compensados com o cancelamento de despesas primárias, conforme consta do Anexo III do Projeto de Lei; e

d) o art. 1º, § 4º, do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos

tos e reabertos aos limites estabelecidos no citado decreto.

Ao presente projeto de lei foram apresentadas 20 emendas, conforme consta dos Anexos I e II.

É o relatório.

II – Voto

O projeto de lei indica as fontes de recursos necessárias à abertura do crédito suplementar, atendendo ao disposto no art. 167, inciso V, da Constituição Federal e ao art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964. Também atende à Lei nº 10.933, de 2004 (Plano Plurianual 2004/2007), pois suplementa ações constantes da lei orçamentária e, portanto, já consideradas no PPA; e à Lei nº 11.439, de 2006 (LDO/2007), em especial quanto a não afetação da meta de resultado primário (art. 63, § 14) e à demonstração dos saldos das fontes de recursos utilizadas nas suplementações (art. 63, §§ 11 e 12).

Assim, considera-se que o projeto em análise se encontra em conformidade com as normas que regulam a matéria.

Ao presente projeto de crédito suplementar foram apresentadas 20 emendas. As de nºs 1, 2, 3, 5, 6, 8 e 16 devem ser declaradas inadmitidas, pois contrariam o art. 109, inciso II, alínea a da Resolução nº 1, de 2006–CN. Também a Emenda nº 4 deve ser inadmitida pois colide com o art. 109, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006–CN.

As demais emendas apresentadas estão em condições de serem acatadas por atenderem plenamente à legislação vigente. Por essa razão, e considerando o inegável mérito dessas proposições opinamos pela aprovação das emendas de nºs 10 a 14; 17 e 18, pela

aprovação parcial das emendas de nºs 9, 15, 19 e 20, e pela rejeição da emenda nº 7, apresentadas ao presente Projeto de Lei.

Em conformidade com o disposto no art. 70, inciso III, alínea **a**, da Resolução nº 1, de 2006–CN, as emendas aprovadas, aprovadas parcialmente e rejeitadas passam a compor o Anexo I, e as emendas com parecer pela inadmissibilidade passam a compor o Anexo em atendimento ao disposto na alínea **c** do mencionado inciso.

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 63, de 2007–CN, nos termos do substitutivo em anexo, que incorpora as modificações introduzidas pelas emendas de nºs 9 a 15; e 17 a 20.

Sala da Comissão Mista, de de 2007. – Senador **Efraim Moraes**, Relator.

Anexo I
(Ao Parecer nº , de 2007)

PLN nº 63, de 2007–CN – Demonstrativo de que trata o art. 70, inciso III, alínea **a**, da Resolução nº 01, de 2006–CN

(Emendas Apresentadas ao PLN e Respetivo Parecer)

Nº	Autor	Unidade Orçamentária	Descritor do Subtítulo	Parecer	Valor Concedido (R\$)
0007	Sílvio Lopes	51101 - Ministério do Esporte	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativos de Lazer em Municípios do Estado de Goiás	Rejeitada	0,00
0009	Efraim Filho	42101 – Ministério da Cultura	Instalação de Espaços Culturais – Restauração do Centro Cultural Izabel Buriti – Bananeiras - PB	Aprovada Parcialmente	250.000,00
0010	Efraim Filho	24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia	Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos - no Estado da Paraíba	Aprovada	700.000,00
0011	Efraim Filho	51101 - Ministério do Esporte	Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - em Municípios do Estado da Paraíba	Aprovada	2.000.000,00
0012	Efraim Filho	24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia	Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital – no Estado da Paraíba	Aprovada	500.000,00
0013	Efraim Filho	26101 – Ministério da Educação	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais – no Estado da Paraíba	Aprovada	2.000.000,00
0014	Efraim Filho	26101 – Ministério da Educação	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais – Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande – PB	Aprovada	1.000.000,00
0015	Efraim Filho	26101 – Ministério da Educação	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais – Aquisição de Ônibus Escolar – Universidade Estadual da Paraíba (Campus IV – Escola Agrotécnica do Cajueiro) – Catolé do Rocha - PB	Aprovada Parcialmente	150.000,00
0017	Marinha Raupp	51101 - Ministério do Esporte	Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para o Esporte Recreativo e de Lazer – em municípios do Estado de Rondônia	Aprovada	500.000,00
0018	Valdir Raupp	51101 - Ministério do Esporte	Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para o Esporte Recreativo e de Lazer – em municípios do Estado de Rondônia	Aprovada	500.000,00
0019	Arnaldo Jardim	26101 – Ministério da Educação	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – no Estado de São Paulo	Aprovada Parcialmente	2.500.000,00
0020	Arnaldo Jardim	51101 - Ministério do Esporte	Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para o Esporte Recreativo e de Lazer – em municípios do Estado de São Paulo	Aprovada Parcialmente	1.000.000,00

Anexo II
(Ao Parecer nº , de 2007)

PLN nº 63, de 2007-CN – Demonstrativo de que trata o art. 70, inciso III, alínea c,
da Resolução nº 1, de 2006-CN

(Emendas com Parecer pela Inadmissão)

Nº	Autor	Unidade Orçamentária	Descritor do Subtítulo	Valor (R\$)	Parecer
0001	Fábio Faria	26298 – FNDE	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil – No Estado do Rio Grande do Norte	2.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso II, alínea a, da Res. nº 01, de 2006-CN
0002	Fábio Faria	51101 – Ministério do Esporte	Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer no Estado do Rio Grande do Norte	1.500.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso II, alínea a, da Res. nº 01, de 2006-CN
0003	Fábio Faria	51101 – Ministério do Esporte	Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer em municípios do Estado do Rio Grande do Norte	1.500.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso II, alínea a, da Res. nº 01, de 2006-CN
0004	Fábio Faria	42902 – Fundo Nacional da Cultura	Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Estado do Rio Grande do Norte	400.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso I, da Res. nº 01, de 2006-CN
0005	Fábio Faria	42101 – Ministério da Cultura	Fomento a Projetos em Arte e Cultura no Estado do Rio Grande do Norte	300.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso II, alínea a, da Res. nº 01, de 2006-CN
0006	Fábio Faria	26298 – FNDE	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil – No Estado do Rio Grande do Norte	2.000.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso II, alínea a, da Res. nº 01, de 2006-CN
0008	Sílvio Lopes	51101 – Ministério do Esporte	Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer no Município de Santo Antônio de Pádua - RJ	500.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso II, alínea a, da Res. nº 01, de 2006-CN
0016	Sabino Castelo Branco	51101 – Ministério do Esporte	Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer no Município de Rio Preto da Eva – AM	1.500.000	Inadmitida, por contrariar o art. 109, inciso II, alínea a, da Res. nº 01, de 2006-CN

SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 63/2007-CN

(Mensagem nº 168/2007-CN e nº 778/2007, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$418.445.597,00,

para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura

e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$418.445.597,00 (quatrocentos e dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro de Recursos Ordinários apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$2.232.258,00 (dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais);

II – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor R\$7.721.000,00 (sete milhões, setecentos e vinte e um mil reais); e

III – anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$408.492.339,00 (quatrocentos e oito milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta e nove reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Fica cancelada a dotação orçamentária constante do Anexo III desta Lei, em atendimento ao disposto no art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: . 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência e Tecnologia

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
F	D	P	O	U	T			
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico							20.260.000
	ATIVIDADES							
19 571	0461 4122 Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA - OS							1.020.000
19 571	0461 4122 0001 Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA - OS - Nacional	F	3	2	50	0	100	1.020.000
19 572	0461 4192 Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron e outros Aceleradores na Associação Brasileira de Luz Síncrotron - ABTLus - OS							1.757.000
19 572	0461 4192 0001 Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron e outros Aceleradores na Associação Brasileira de Luz Síncrotron - ABTLus - OS - Nacional	F	3	2	50	0	100	1.757.000
	PROJETOS							
19 571	0461 100Q Construção do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC							17.483.000
19 571	0461 100Q 0101 Construção do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC - No Município de Porto Alegre - RS	F	4	2	90	0	100	17.483.000
0471	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social							700.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 573	0471 001F Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos							700.000
19 573	0471 001F 0108 Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos - No Estado da Paraíba	F	4	2	40	0	300	700.000
1008	Inclusão Digital							500.000
	ATIVIDADES							
19 126	1008 6492 Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital							500.000
19 126	1008 6492 0344 Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - No Estado da Paraíba	F	4	2	40	0	300	500.000
	TOTAL - GERAL							21.460.000
	TOTAL - FISCAL							21.460.000

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia

UNIDADE: 24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
F	D	P	O	U	T			
0460	Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa							2.232.258
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 571	0460 0901 Concessão de Bolsa de Formação e Qualificação de Pesquisadores							886.131
19 571	0460 0901 0001 Concessão de Bolsa de Formação e Qualificação de Pesquisadores - Nacional	F	3	2	90	0	300	886.131
19 571	0460 0902 Concessão de Bolsa de Iniciação à Pesquisa							1.346.127
19 571	0460 0902 0001 Concessão de Bolsa de Iniciação à Pesquisa - Nacional	F	3	2	90	0	300	1.346.127
	TOTAL - GERAL							2.232.258
	TOTAL - FISCAL							2.232.258

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24205 Agência Espacial Brasileira

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S P	G N D	R F	N O D	I U	P T E	VALOR
0464		Nacional de Atividades Espaciais - PNAE							9.560.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 572	0464 001W	Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Espacial							2.280.000
19 572	0464 001W 0001	Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Espacial - Nacional							2.280.000
			F	3	2	50	0	100	2.280.000
		ATIVIDADES							
19 572	0464 2460	Funcionamento da Infra-Estrutura de Apoio às Atividades Espaciais							3.280.000
19 572	0464 2460 0001	Funcionamento da Infra-Estrutura de Apoio às Atividades Espaciais - Nacional							3.280.000
			F	4	2	90	0	100	3.280.000
		PROJETOS							
19 572	0464 3463	Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CHERS							4.000.000
19 572	0464 3463 0001	Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CHERS - Nacional							4.000.000
			F	3	2	90	0	100	4.000.000
		TOTAL - GERAL							9.560.000
		TOTAL - FISCAL							9.560.000

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S P	G N D	R F	N O D	I U	P T E	VALOR
1388		Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio							7.721.000
		ATIVIDADES							
19 572	1388 2113	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)							7.721.000
19 572	1388 2113 0001	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo) - Nacional							7.721.000
			F	3	2	90	0	100	7.721.000
		TOTAL - GERAL							7.721.000
		TOTAL - FISCAL							7.721.000

FUNCAIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P O	N F D	I U	F T E	VALOR
1073		Universidade do Século XXI							90.317
		ATIVIDADES							
12364	1073 6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino							90.317
12364	1073 6373 0023	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado do Ceará							90.317
			F	4	2	90	0	300	90.317
	TOTAL - GERAL								90.317
	TOTAL - FISCAL								90.317

ÓRGÃO: . 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	N	I	F	VALOR
			S	M	P	O	U	T	
			F	D		D		X	
1073		Universidade do Século XXI							17.863.047
		PROJETOS							
12364	1073 5189	Construção da Escola de Engenharia da UFMG no Campus da Pampulha							17.863.047
12364	1073 5189 0031	Construção da Escola de Engenharia da UFMG no Campus da Pampulha - No Estado de Minas Gerais							17.863.047
			F	4	2	90	0	100	17.863.047
TOTAL - GERAL									17.863.047
TOTAL - FISCAL									17.863.047

ÓRGÃO: . 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	N	I	F	VALOR
			S	M	P	O	U	T	
			F	D					
1073		Universidade do Século XXI							6.000.000
		ATIVIDADES							
12364	1073 4009	Funcionamento de Cursos de Graduação							6.000.000
12364	1073 4009 0033	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio de Janeiro							6.000.000
			F	3	2	90	0	300	6.000.000
TOTAL - GERAL									6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000

ÓRGÃO: . 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	N O D	I U	F T E	VALOR
1073		Universidade do Século XXI							500.000
		ATIVIDADES							
12 364	1073 6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino							500.000
12 364	1073 6373 0042	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado de Santa Catarina							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
		TOTAL - GERAL							500.000
		TOTAL - FISCAL							500.000

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	R E P E S E N T A M E N T E	O B J E T I V O	F U N D A M E N T A M E N T E	VALOR			
1073		Universidade do Século XXI				4.600.000			
		ATIVIDADES							
12364	1073 4009	Funcionamento de Cursos de Graduação				4.600.000			
12364	1073 4009 0053	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Distrito Federal				4.600.000			
			F	3	2	90	0	300	4.600.000
TOTAL - GERAL									4.600.000
TOTAL - FISCAL									4.600.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073	Universidade do Século XXI							57.990
	ATIVIDADES							
12 364	1073 4009 Funcionamento de Cursos de Graduação							57.990
12 364	1073 4009 0043 Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	2	90	0	112	57.990
								57.990
	TOTAL - GERAL							57.990
	TOTAL - FISCAL							57.990

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073	Universidade do Século XXI							81.950
	ATIVIDADES							
12 364	1073 4009 Funcionamento de Cursos de Graduação							81.950
12 364	1073 4009 0031 Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	300	81.950
								81.950
	TOTAL - GERAL							81.950
	TOTAL - FISCAL							81.950

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Telxela

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750	Apoio Administrativo							510.422
	ATIVIDADES							
12 122	0750 2000 Administração da Unidade							510.422
12 122	0750 2000 0053 Administração da Unidade - No Distrito Federal	F	4	2	90	0	100	510.422
								510.422
1061	Brasil Escolarizado							4.305.720
	ATIVIDADES							
12 362	1061 4017 Avaliação Nacional de Competências - ANC							4.305.720
12 362	1061 4017 0001 Avaliação Nacional de Competências - ANC - Nacional	F	3	2	90	0	112	4.305.720
								4.305.720
	TOTAL - GERAL							4.816.142
	TOTAL - FISCAL							4.816.142

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação

UNIDADE: 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
1375		Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica							5.450.023
		ATIVIDADES							
12 571	1375 4019	Fomento à Pós-Graduação							4.250.023
12 571	1375 4019 0001	Fomento à Pós-Graduação - Nacional							4.250.023
			F	4	2	90	0	280	1.232.563
			F	4	2	90	0	100	743.856
			F	4	2	90	0	250	2.273.604
		PROJETOS							
12 122	1375 11L3	Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES							1.200.000
12 122	1375 11L3 0101	Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES - Em Brasília - DF							1.200.000
			F	3	2	90	0	250	1.200.000
		TOTAL - GERAL							5.450.023
		TOTAL - FISCAL							5.450.023

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação

UNIDADE: 26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
1073		Universidade do Século XXI							700.000
		ATIVIDADES							
12 364	1073 6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino							700.000
12 364	1073 6373 0043	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Sul							700.000
			S	4	2	90	4	250	700.000
		TOTAL - GERAL							700.000
		TOTAL - SEGURIDADE							700.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
1061		Brasil Escolarizado							42.914.064
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 361	1061 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							42.914.064
12 361	1061 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional							42.914.064
			F	3	2	90	0	113	24.664.679
			F	4	2	90	0	113	18.249.385
1062		Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica							13.100.000

		PROJETOS							
12 363	1062 7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP							13.100.000
12 363	1062 7109 0001	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP - Nacional							13.100.000
			F	4	2	30	0	300	944.671
			F	3	2	90	0	300	730.000
			F	4	2	40	0	300	319.387
			F	3	2	40	0	300	3.180.613
			F	4	2	40	0	112	1.500.000
			F	4	2	30	0	112	1.055.329
			F	3	2	90	0	112	1.370.000
			F	3	2	30	0	112	4.000.000
1374		Desenvolvimento da Educação Especial							100.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 367	1374 0511	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial							100.000
12 367	1374 0511 0132	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial - No Estado do Paraná							100.000
			F	4	2	50	0	100	100.000
1376		Desenvolvimento do Ensino Fundamental							156.699.764
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 361	1376 0515	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental							136.699.764
12 361	1376 0515 0010	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Norte							20.828.429
			F	4	1	40	1	113	408.393
			F	3	1	30	1	113	123.200
			F	3	1	40	0	300	9.935.397
			F	4	1	40	0	300	4.141.297
			F	4	1	30	0	300	1.666.512
			F	3	1	30	0	300	4.553.630
12 361	1376 0515 0020	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Nordeste							78.576.813
			F	3	1	30	0	300	11.874.977
			F	3	1	40	0	300	14.928.122
			F	4	1	30	0	300	7.507.081
			F	4	1	40	0	300	14.408.706
			F	3	1	40	0	113	1.466.532
			F	3	1	30	0	113	1.264.058
			F	3	1	40	0	100	22.387.863
			F	4	1	40	1	113	762.416
			F	3	1	40	1	113	3.977.058
12 361	1376 0515 0030	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Sudeste							16.389.499
			F	4	1	30	0	300	1.679.868
			F	3	1	40	0	300	2.994.184
			F	3	1	30	0	300	2.758.309
			F	4	1	40	0	113	781.710
			F	3	1	40	0	113	6.578.597
			F	3	1	30	0	113	947.238
			F	4	1	40	0	300	649.593
12 361	1376 0515 0040	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Sul							10.381.150
			F	3	1	40	0	300	1.782.936
			F	4	1	30	0	300	1.052.389

111

[Signature]

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	P	O	O	T	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							17.863.047
		PROJETOS							
02061	0571 1R51	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede do Fórum Trabalhista em Belo Horizonte - MG							17.863.047
02061	0571 1R51 0101	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede do Fórum Trabalhista em Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG							17.863.047
			F	4	2	90	0	100	17.863.047
TOTAL		- GERAL							17.863.047
TOTAL		- FISCAL							17.863.047

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência e Tecnologia

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	M	P	R	N	O	D	I	D	F	T	E	VALOR
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico														17.483.000
	ATIVIDADES														
19 572	0461 2D34														17.483.000
	Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Semicondutores														
19 572	0461 2D34 0101														17.483.000
	Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Semicondutores - No Município de Porto Alegre - RS														
		F	3	2				90	0	100					11.015.000
		F	4	2				90	0	100					6.468.000
0473	Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação														2.777.000
	ATIVIDADES														
19 121	0473 4210														2.777.000
	Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia														
19 121	0473 4210 0001														2.777.000
	Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia - Nacional														
		F	3	2				90	0	100					2.777.000
	TOTAL - GERAL														20.260.000
	TOTAL - FISCAL														20.260.000

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24205 Agência Espacial Brasileira

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	M	P	R	N	O	D	I	D	F	T	E	VALOR
0464	Nacional de Atividades Espaciais - PNAE														9.560.000
	PROJETOS														
19 572	0464 3488														3.560.000
	Participação Brasileira na Estação Espacial Internacional - ISS														
19 572	0464 3488 0001														3.560.000
	Participação Brasileira na Estação Espacial Internacional - ISS - Nacional														
		F	3	2				90	0	100					3.560.000
19 572	0464 7F40														6.000.000
	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA														
19 572	0464 7F40 0058														6.000.000
	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA - Nacional														
		F	4	2				90	0	100					6.000.000
	TOTAL - GERAL														9.560.000
	TOTAL - FISCAL														9.560.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 Ministério da Educação

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	M	P	R	N	O	D	I	D	F	T	E	VALOR
0681	Gestão da Participação em Organismos Internacionais														500.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS														
12 212	0681 0057														500.000
	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI														
12 212	0681 0057 0001														500.000
	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI - Nacional														
		F	3	2				80	0	100					500.000
1067	Gestão da Política de Educação														4.882.990
	ATIVIDADES														
12 122	1067 2272														57.990
	Gestão e Administração do Programa														
12 122	1067 2272 0001														57.990
	Gestão e Administração do Programa - Nacional														
		F	3	2				90	0	112					57.990

12 122	1067 4083	Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior								1.125.000
12 122	1067 4083 0001	Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior - Nacional	F	3	2	90	0	112		1.125.000
			F	4	2	90	0	112		1.100.000
										25.000
12 128	1067 6336	Capacitação de Gestores para o Monitoramento de Programas e Projetos Educacionais								1.000.000
12 128	1067 6336 0001	Capacitação de Gestores para o Monitoramento de Programas e Projetos Educacionais - Nacional								1.000.000
			F	3	2	90	0	112		1.000.000
		PROJETOS								
12 121	1067 1174	Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Efetividade das Políticas Educacionais - EDTAL								2.700.000
12 121	1067 1174 0001	Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Efetividade das Políticas Educacionais - EDTAL - Nacional								2.700.000
			F	3	2	90	0	112		2.700.000
1072 Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica										90.028
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12 362	1072 0914	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio								90.028
12 362	1072 0914 0001	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio - Nacional	F	3	2	30	0	112		90.028
										90.028
1073 Universidade do Século XXI										7.303.892
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12 364	1073 0A12	Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior								5.797.942
12 364	1073 0A12 0001	Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior - Nacional	F	3	2	90	0	112		5.797.942
										5.797.942
		ATIVIDADES								
12 122	1073 2272	Gestão e Administração do Programa								1.505.950
12 122	1073 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional								1.505.950
			F	4	2	30	0	112		30.500
			F	3	2	90	0	112		1.325.950
			F	3	2	30	0	112		149.500
1374 Desenvolvimento da Educação Especial										250.000
		ATIVIDADES								
12 122	1374 2272	Gestão e Administração do Programa								125.000
12 122	1374 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional	F	3	2	90	0	112		125.000
										125.000
12 367	1374 8371	Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar								125.000
12 367	1374 8371 0001	Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar - Nacional	F	3	2	80	0	100		125.000
										125.000
1377 Educação para a Diversidade e Cidadania										7.179.222

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
 UNIDADE: 26101 Ministério da Educação

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	N	X	F	VALOR
		S	N	D	D	U	P	
		F					B	
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 366	1377 0B82							7.000.000
	Apoio à Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para o Desenvolvimento Local no Campo							
12 366	1377 0B82 0001							7.000.000
	Apoio à Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para o Desenvolvimento Local no Campo - Nacional							
		F	3	2	40	0	100	7.000.000

		ATIVIDADES							
12 422	1377 2C81	Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda							179.222
12 422	1377 2C81 0001	Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda - Nacional							179.222
			F	3	2	90	0	100	179.222
1378		Desenvolvimento do Ensino Médio							930.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 362	1378 0921	Apoio à Melhoria da Qualidade do Ensino Médio							930.000
12 362	1378 0921 0001	Apoio à Melhoria da Qualidade do Ensino Médio - Nacional							930.000
			F	3	2	90	0	112	930.000
TOTAL - GERAL									21.136.132
TOTAL - FISCAL									21.136.132

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	N	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
1073		Universidade do Século XXI							1.000.000
		PROJETOS							
12 364	1073 7E68	Expansão do Ensino Superior - Campus de Chapecó							1.000.000
12 364	1073 7E68 0056	Expansão do Ensino Superior - Campus de Chapecó - No Estado de Santa Catarina							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	N	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
1375		Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica							81.474
		ATIVIDADES							
12 364	1375 4006	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação							81.474
12 364	1375 4006 0012	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Acre							81.474
			F	3	2	90	0	112	81.474
TOTAL - GERAL									81.474
TOTAL - FISCAL									81.474

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	N	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
1073		Universidade do Século XXI							120.913
		ATIVIDADES							
12 364	1073 6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino							120.913
12 364	1073 6373 0035	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado de São Paulo							120.913
			F	4	2	90	0	112	120.913
TOTAL - GERAL									120.913
TOTAL - FISCAL									120.913

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S P	C N D	R P	N O D	I U	F T E	VALOR
1375		Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica							5.450.023
		PROJETOS							
12 122	1375 11L3	Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES							5.450.023
12 122	1375 11L3 0101	Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES - Em Brasília - DF							5.450.023
			F	4	2	90	0	100	743.856
			F	4	2	90	0	280	1.232.563
			F	4	2	90	0	250	3.473.604
TOTAL - GERAL									5.450.023
TOTAL - FISCAL									5.450.023

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
S	N	P	O	U	T			
1073	Universidade do Século XXI							700.000
	PROJETOS							
12364	1073 7F45							700.000
	Construção do Prédio da Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre							
12364	1073 7F45 0056							700.000
	Construção do Prédio da Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - no Estado do Rio Grande do Sul							
		S	4	2	90	0	250	700.000
	TOTAL - GERAL							700.000
	TOTAL - SEGURIDADE							700.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
S	N	P	O	U	T			
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas							1.500.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12128	0150 09DX							1.500.000
	Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena							
12128	0150 09DX 0001							1.500.000
	Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena - Nacional							
		F	3	2	30	0	300	750.000
		F	3	2	50	0	300	282.000
		F	3	2	90	0	300	468.000
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico							10.000.000
	ATIVIDADES							
12573	0461 2B08							10.000.000
	Realização de Olimpíadas em Ciências							
12573	0461 2B08 0001							10.000.000
	Realização de Olimpíadas em Ciências - Nacional							
		F	3	2	90	0	100	500.000
		F	3	2	90	0	300	9.500.000
0750	Apoio Administrativo							2.000.000
	ATIVIDADES							
12122	0750 2000							2.000.000
	Administração da Unidade							
12122	0750 2000 0053							2.000.000
	Administração da Unidade - No Distrito Federal							
		F	3	2	90	0	100	2.000.000
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos							135.725.862
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12366	1060 0920							135.725.862
	Concessão de Bolsa ao Alfabetizador							
12366	1060 0920 0001							135.725.862
	Concessão de Bolsa ao Alfabetizador - Nacional							
		F	3	2	40	0	300	50.000.000
		F	3	2	50	0	300	35.725.862
		F	3	2	30	0	300	50.000.000
1061	Brasil Escolarizado							29.783.641

		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12306	1061 0513	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica							9.183.641
12306	1061 0513 0012	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Acre							48.712
			S	3	1	40	0	100	48.712
12306	1061 0513 0014	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Roraima							88.256
			S	3	1	40	0	100	85.093
			S	3	1	30	0	100	3.163
12306	1061 0513 0016	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Amapá							32.852
			S	3	1	40	0	100	32.852
12306	1061 0513 0017	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Tocantins							150.000
			S	3	1	30	0	100	150.000
12306	1061 0513 0022	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Piauí							400.000
			S	3	1	30	0	100	400.000
12306	1061 0513 0024	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte							500.002
			S	3	1	40	0	100	81.647
			S	3	1	30	0	100	418.355
12306	1061 0513 0028	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Sergipe							150.000
			S	3	1	30	0	100	150.000
12306	1061 0513 0029	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado da Bahia							1.012.215
			S	3	1	30	0	100	11.255
			S	3	1	40	0	100	1.000.960
12306	1061 0513 0032	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Espírito Santo							61.084
			S	3	1	40	0	100	61.084
12306	1061 0513 0033	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro							1.483.643

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	Z	F		VALOR
			S	M	P	O	U	F		
12 306	1061 0513 0041	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Paraná	S	3	1	30	0	100		1.414.286
			S	3	1	40	0	100		69.357
			S	3	1	30	0	100		1.706.877
12 306	1061 0513 0042	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Santa Catarina	S	3	1	30	0	100		1.706.877
			S	3	1	30	0	100		700.000
			S	3	1	30	0	100		700.000
12 306	1061 0513 0043	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	30	0	100		1.500.000
			S	3	1	30	0	100		1.500.000
			S	3	1	30	0	100		200.000
12 306	1061 0513 0051	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Mato Grosso	S	3	1	40	0	100		200.000
			S	3	1	40	0	100		700.000
			S	3	1	30	0	100		700.000
12 306	1061 0513 0052	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Goiás	S	3	1	30	0	100		150.000
			S	3	1	30	0	100		150.000
			S	3	1	30	0	100		300.000
12 306	1061 0513 0053	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Distrito Federal	S	3	1	30	0	100		300.000
			S	3	1	40	0	100		
			S	3	1	40	0	100		
12 306	1061 0513 0054	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Mato Grosso do Sul	S	3	1	40	0	100		
			S	3	1	40	0	100		
			S	3	1	40	0	100		
ATIVIDADES										
12 361	1061 2C96	Fomento à Implantação de Centros de Leitura Multimídia								1.700.000
12 361	1061 2C96 0001	Fomento à Implantação de Centros de Leitura Multimídia - Nacional	F	3	2	30	0	113		350.000
			F	3	2	40	0	113		600.000
			F	4	2	30	0	113		350.000
			F	4	2	40	0	113		400.000
12 301	1061 4042	Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica								13.900.000
12 301	1061 4042 0001	Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica - Nacional	S	3	2	40	0	100		1.900.000
			S	3	2	40	0	300		12.000.000
12 131	1061 4641	Publicidade de Utilidade Pública								5.000.000
12 131	1061 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	F	3	2	90	0	300		5.000.000
			F	3	2	90	0	300		5.000.000
1067 Gestão da Política de Educação										200.000
ATIVIDADES										
12 129	1067 4029	Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação e sua Regular Aplicação								200.000
12 129	1067 4029 0001	Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação e sua Regular Aplicação - Nacional	F	3	2	90	0	113		200.000
			F	3	2	90	0	113		200.000
1072 Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica										49.700.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS										
12 361	1072 0966	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental								9.000.000
12 361	1072 0966 0001	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental - Nacional	F	3	2	30	0	300		9.000.000
			F	3	2	40	0	300		3.200.000
			F	3	2	40	0	300		5.800.000
12 365	1072 0973	Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil								3.500.000
12 365	1072 0973 0001	Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil - Nacional	F	3	2	40	0	300		3.500.000
			F	3	2	40	0	300		2.000.000
			F	3	2	30	0	300		1.500.000
12 128	1072 09EB	Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação								3.500.000
12 128	1072 09EB 0001	Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação - Nacional	F	3	2	90	0	113		3.500.000
			F	3	2	90	0	113		389.000
			F	3	2	30	0	113		1.167.000
			F	3	2	50	0	113		777.000

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	F	E	G	H	P	R	M	O	D	I	T	E	VALOR
				F		3	2	40	0	113						1.167.000
12.128	1072 0A30	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica														6.900.000
12.128	1072 0A30 0001	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica - Nacional														6.900.000
				F		3	2	90	0	300						6.900.000
		ATIVIDADES														
12.128	1072 2C62	Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulados do Ensino Fundamental e Médio - Pró-Licenciatura														2.600.000
12.128	1072 2C62 0001	Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulados do Ensino Fundamental e Médio - Pró-Licenciatura - Nacional														2.600.000
				F		3	2	90	0	113						600.000
				F		4	2	90	0	113						2.000.000
12.128	1072 2C95	Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio- Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica - Profucionário														20.200.000
12.128	1072 2C95 0001	Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio- Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica - Profucionário - Nacional														20.200.000
				F		3	2	90	0	113						20.200.000
12.361	1072 6332	Formação e Certificação de Professores em Exercício nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Proformação														4.000.000
12.361	1072 6332 0001	Formação e Certificação de Professores em Exercício nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Proformação - Nacional														4.000.000
				F		3	2	80	0	100						1.000.000
				F		3	2	90	0	300						3.000.000
1336 Brasil Quilombola																4.974.800
		OPERAÇÕES ESPECIAIS														
12.361	1336 0974	Apoio à Formação de Professores da Educação Básica para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos														960.000
12.361	1336 0974 0001	Apoio à Formação de Professores da Educação Básica para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional														960.000
				F		3	2	40	0	300						960.000
12.361	1336 09CG	Apoio à Distribuição de Material Didático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos														800.000
12.361	1336 09CG 0001	Apoio à Distribuição de Material Didático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional														800.000
				F		3	2	50	0	113						240.000
				F		3	2	40	0	300						560.000
12.361	1336 09CJ	Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos														3.214.800
12.361	1336 09CJ 0001	Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional														3.214.800
				F		4	2	40	0	300						3.214.800
1374 Desenvolvimento da Educação Especial																100.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS														
12.367	1374 0511	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial														100.000
12.367	1374 0511 0132	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial - No Estado do Paraná														100.000
				F		4	2	40	0	100						100.000
1376 Desenvolvimento do Ensino Fundamental																32.474.863
		OPERAÇÕES ESPECIAIS														
12.361	1376 0515	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental														1.774.863
12.361	1376 0515 0010	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Norte														52.297
				F		3	1	40	1	113						52.297
12.361	1376 0515 0020	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Nordeste														1.569.413
				F		4	1	30	1	113						36.897
				F		3	1	30	1	113						1.532.518
12.361	1376 0515 0050	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Centro-Oeste														153.151
				F		4	1	30	1	113						153.151
12.361	1376 09CK	Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos														3.000.000
12.361	1376 09CK 0001	Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos - Nacional														3.000.000
				F		3	2	30	0	113						3.000.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	G	R	N	O	I	F	VALOR
		PROJETOS									
12 361	1376 5079	Fortalecimento da Escola - Fundescola III									27.700.000
12 361	1376 5079 0010	Fortalecimento da Escola - Fundescola III - Na Região Norte	F	3	2	30	1	113			2.830.600
			F	4	2	30	1	113			430.000
			F	3	2	40	1	113			1.700.600
			F	4	2	30	1	113			700.000
12 361	1376 5079 0020	Fortalecimento da Escola - Fundescola III - Na Região Nordeste	F	3	2	30	1	300			24.200.000
			F	3	2	40	1	113			7.300.000
			F	4	2	30	1	113			12.000.000
			F	4	2	30	1	113			4.900.000
12 361	1376 5079 0050	Fortalecimento da Escola - Fundescola III - Na Região Centro-Oeste	F	3	2	40	1	300			669.400
			F	4	2	40	1	113			19.800
			F	4	2	30	1	300			132.000
			F	4	2	30	1	300			504.400
			F	3	2	30	1	113			13.200
1377		Educação para a Diversidade e Cidadania									30.212.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS									
12 361	1377 0946	Apoio à Educação do Campo									6.500.000
12 361	1377 0946 0001	Apoio à Educação do Campo - Nacional	F	3	2	90	0	300			6.500.000
			F	3	2	40	0	300			3.735.000
			F	3	2	30	0	300			104.383
			F	3	2	50	0	113			1.660.000
			F	3	2	40	0	113			276.000
			F	3	2	40	0	113			724.617
12 422	1377 09EL	Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar									19.300.000
12 422	1377 09EL 0001	Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar - Nacional	F	3	2	40	0	300			19.300.000
			F	3	2	40	0	113			8.239.763
			F	3	2	30	0	113			4.626.237
			F	3	2	50	0	113			3.217.000
			F	3	2	50	0	113			3.217.000
12 813	1377 09EM	Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana									1.000.000
12 813	1377 09EM 0001	Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana - Nacional	F	3	2	90	0	113			1.000.000
			F	3	2	90	0	113			1.000.000
12 128	1377 09HS	Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania									3.412.000
12 128	1377 09HS 0001	Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania - Nacional	F	3	2	90	0	300			3.412.000
			F	3	2	50	0	113			800.000
			F	4	2	30	0	113			2.412.000
			F	4	2	90	0	113			40.000
			F	4	2	90	0	113			160.000
1378		Desenvolvimento do Ensino Médio									20.830.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS									
12 362	1378 0923	Apoio à Implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica									20.800.000
12 362	1378 0923 0001	Apoio à Implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica - Nacional	F	4	2	90	0	113			20.800.000
			F	3	2	90	0	113			4.505.000
			F	4	2	90	0	112			15.500.000
			F	4	2	90	0	112			795.000
		PROJETOS									
12 362	1378 3680	Estudos e Pesquisas para a Implantação das Políticas para o Ensino Médio - PROMED									30.000
12 362	1378 3680 0001	Estudos e Pesquisas para a Implantação das Políticas para o Ensino Médio - PROMED - Nacional	F	3	2	90	0	113			30.000
			F	3	2	90	0	113			30.000

TOTAL	-	GERAL
TOTAL	-	FISCAL

[Signature]

ÓRGÃO: 51000 Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 Ministério do Esporte

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
		S	N	P	D	U	T	
1246	Rumo ao Pan 2007							2.520.000
	PROJETOS							
27 811	1246 1D72 Implantação de Infra-Estrutura Tecnológica para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro							2.000.000
27 811	1246 1D72 0033 Implantação de Infra-Estrutura Tecnológica para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro							2.000.000
		F	3	2	90	0	100	2.000.000
27 811	1246 3950 Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro							520.000
27 811	1246 3950 0033 Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro							520.000
		F	3	2	90	0	100	520.000
1250	Esporte e Lazer da Cidade							4.342.500
	ATIVIDADES							
27 812	1250 2667 Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer							4.342.500
27 812	1250 2667 0178 Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - No Estado do Rio Grande do Norte							270.000
		F	4	2	99	0	100	270.000
27 812	1250 2667 0192 Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Em Municípios do Estado do Rio de Janeiro							135.000
		F	4	2	40	0	100	135.000
27 812	1250 2667 0200 Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Feira da Mata - BA (Comunidade de Várzea da Cruz)							135.000
		F	4	2	30	0	100	135.000
27 812	1250 2667 0210 Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - No Estado do Rio de Janeiro							2.700.000
		F	4	2	30	0	100	2.700.000
27 812	1250 2667 0212 Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Em Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Instituto Consuelo Pinheiro)							1.102.500
		F	4	2	99	0	100	1.102.500
	TOTAL - GERAL							6.862.500
	TOTAL - FISCAL							6.862.500

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
		S	N	P	D	U	T	
1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio							2.232.258
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 572	1388 0A29 Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei n° 10.973, de 2004)							2.232.258
19 572	1388 0A29 0001 Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei n° 10.973, de 2004) - Nacional							2.232.258
		F	3	2	60	0	142	2.232.258
	TOTAL - GERAL							2.232.258
	TOTAL - FISCAL							2.232.258

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB-MG) – O parecer concluiu pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado pelo Relator.

Em discussão o substitutivo. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI Nº 63, DE 2007-CN

(Mensagem nº 168/2007-CN e nº 778/2007, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 418.445.597,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$418.445.597,00 (quatrocentos e dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro de Recursos Ordinários apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$2.232.258,00 (dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais);

II – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor R\$ 7.721.000,00 (sete milhões, setecentos e vinte e um mil reais); e

III – anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$408.492.339,00 (quatrocentos e oito milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta e nove reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Fica cancelada a dotação orçamentária constante do Anexo III desta Lei, em atendimento ao disposto no art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	G	N	P	M	O	D	I	V	F	T	E	VALOR
0460		Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa														2.232.258
			OPERAÇÕES ESPECIAIS													
19 571	0460 0901	Concessão de Bolsa de Formação e Qualificação de Pesquisadores														886.131
19 571	0460 0901 0001	Concessão de Bolsa de Formação e Qualificação de Pesquisadores - Nacional														886.131
			F	3	2	90	0	300								886.131
19 571	0460 0902	Concessão de Bolsa de Iniciação à Pesquisa														1.346.127
19 571	0460 0902 0001	Concessão de Bolsa de Iniciação à Pesquisa - Nacional														1.346.127
			F	3	2	90	0	300								1.346.127
TOTAL - GERAL															2.232.258	
TOTAL - FISCAL															2.232.258	

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24205 Agência Espacial Brasileira

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	C	R	N	O	I	F	VALOR
			S	N	P	D	D	D	T	
			F						E	
0464		Nacional de Atividades Espaciais - PNAE								9.560.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
19572	0464 001W	Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Espacial								2.280.000
19572	0464 001W 0001	Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Espacial - Nacional								2.280.000
			F	3	2	50	0	100		2.280.000
		ATIVIDADES								
19572	0464 2460	Funcionamento da Infra-Estrutura de Apoio às Atividades Espaciais								3.280.000
19572	0464 2460 0001	Funcionamento da Infra-Estrutura de Apoio às Atividades Espaciais - Nacional								3.280.000
			F	4	2	90	0	100		3.280.000
		PROJETOS								
19572	0464 3463	Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS								4.000.000
19572	0464 3463 0001	Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS - Nacional								4.000.000
			F	3	2	90	0	100		4.000.000
		TOTAL - GERAL								9.560.000
		TOTAL - FISCAL								9.560.000

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	C	R	N	O	I	F	VALOR
			S	N	P	D	D	D	T	
			F						E	
1388		Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio								7.721.000
		ATIVIDADES								
19572	1388 2113	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)								7.721.000
19572	1388 2113 0001	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo) - Nacional								7.721.000
			F	3	2	90	0	100		7.721.000
		TOTAL - GERAL								7.721.000
		TOTAL - FISCAL								7.721.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 Ministério da Educação

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	C	R	N	O	I	F	VALOR
			S	N	P	D	D	D	T	
			F						E	
1073		Universidade do Século XXI								99.818.135
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12364	1073 0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais								3.650.000
12364	1073 0048 0406	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - UDESC - No Estado de Santa Catarina								500.000
			F	4	2	30	0	100		500.000
12364	1073 0048 0468	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado da Paraíba								2.000.000
			F	4	2	30	0	300		2.000.000
12364	1073 0048 0470	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual da Paraíba - Campina Grande - PB								1.000.000
			F	3	2	30	0	300		1.000.000
12364	1073 0048 0538	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Aquisição de Ônibus Escolar - Universidade Estadual da Paraíba (Campus IV - Escola Agrotécnica do Cajueiro) - Catolô do Rocha - PB								150.000
			F	4	2	30	0	300		150.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E	G	R	M	I	F	VALOR
				S	N	P	O	D	T	
1073		Universidade do Século XXI								500.000
		ATIVIDADES								
12364	1073 6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino								500.000
12364	1073 6373 0042	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado de Santa Catarina								500.000
				F	4	2	99	0	100	500.000
TOTAL - GERAL										500.000
TOTAL - FISCAL										500.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 Universidade Federal de São Paulo

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E	G	R	M	I	F	VALOR
				S	N	P	O	D	T	
1073		Universidade do Século XXI								5.107.465
		ATIVIDADES								
12364	1073 6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino								5.107.465
12364	1073 6373 0035	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado de São Paulo								5.107.465
				F	4	2	90	0	300	107.465
				F	5	2	90	0	300	5.000.000
TOTAL - GERAL										5.107.465
TOTAL - FISCAL										5.107.465

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 Universidade Federal de Lavras

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E	G	R	M	I	F	VALOR
				S	N	P	O	D	T	
1073		Universidade do Século XXI								5.320.000
		ATIVIDADES								
12364	1073 6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino								5.320.000
12364	1073 6373 0031	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais								5.320.000
				F	4	2	90	0	300	5.320.000
TOTAL - GERAL										5.320.000
TOTAL - FISCAL										5.320.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 Fundação Universidade de Brasília

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	R P	N O D	I D	F T E	VALOR
1073		Universidade do Século XXI								4.600.000
		ATIVIDADES								
12364	1073 4009	Funcionamento de Cursos de Graduação								4.600.000
12364	1073 4009 0053	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Distrito Federal		F	3	2	90	0	300	4.600.000
		TOTAL - GERAL								4.600.000
		TOTAL - FISCAL								4.600.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	R P	N O D	I D	F T E	VALOR
1073		Universidade do Século XXI								57.990
		ATIVIDADES								
12364	1073 4009	Funcionamento de Cursos de Graduação								57.990
12364	1073 4009 0043	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Rio Grande do Sul		F	4	2	90	0	112	57.990
		TOTAL - GERAL								57.990
		TOTAL - FISCAL								57.990

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E S F	G N D	R P	N O D	I D	F T E	VALOR
1073		Universidade do Século XXI								81.950
		ATIVIDADES								
12364	1073 4009	Funcionamento de Cursos de Graduação								81.950
12364	1073 4009 0031	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais		F	3	2	90	0	300	81.950
		TOTAL - GERAL								81.950
		TOTAL - FISCAL								81.950

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E	G	R	M	I	P	VALOR
				S	N	P	O	D	T	
0750		Apoio Administrativo								510.422
		ATIVIDADES								
12 122	0750 2000	Administração da Unidade								510.422
12 122	0750 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal								510.422
				F	4	2	90	0	100	510.422
1061		Brasil Escolarizado								4.305.720
		ATIVIDADES								
12 362	1061 4017	Avaliação Nacional de Competências - ANC								4.305.720
12 362	1061 4017 0001	Avaliação Nacional de Competências - ANC - Nacional								4.305.720
				F	3	2	90	0	112	4.305.720
		TOTAL - GERAL								4.816.142
		TOTAL - FISCAL								4.816.142

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E	G	R	M	I	P	VALOR
				S	N	P	O	D	T	
1375		Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica								5.450.023
		ATIVIDADES								
12 571	1375 4019	Fomento à Pós-Graduação								4.250.023
12 571	1375 4019 0001	Fomento à Pós-Graduação - Nacional								4.250.023
				F	4	2	90	0	280	1.232.563
				F	4	2	90	0	100	743.856
				F	4	2	90	0	250	2.273.604
		PROJETOS								
12 122	1375 11L3	Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES								1.200.000
12 122	1375 11L3 0101	Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES - Em Brasília - DF								1.200.000
				F	3	2	90	0	250	1.200.000
		TOTAL - GERAL								5.450.023
		TOTAL - FISCAL								5.450.023

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E	G	R	M	I	P	VALOR
				S	N	P	O	D	T	
1073		Universidade do Século XXI								700.000
		ATIVIDADES								
12 364	1073 6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino								700.000
12 364	1073 6373 0043	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado do Rio Grande do Sul								700.000
				S	4	2	90	4	250	700.000
		TOTAL - GERAL								700.000
		TOTAL - SEGURIDADE								700.000

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	C	R	N	O	D	F	T	VALOR	
1061		Brasil Escolarizado										42.914.064
		OPERAÇÕES ESPECIAIS										
12361	1061 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica									42.914.064	
12361	1061 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional	F	3	2	90	0	113			42.914.064	
			F	4	2	90	0	113			24.664.679	
											18.249.385	
1062		Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica										13.100.000
		PROJETOS										
12363	1062 7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP									13.100.000	
12363	1062 7109 0001	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP - Nacional	F	4	2	30	0	300			944.671	
			F	3	2	90	0	300			730.000	
			F	4	2	40	0	300			319.387	
			F	3	2	40	0	300			3.180.613	
			F	4	2	40	0	112			1.500.000	
			F	4	2	30	0	112			1.055.329	
			F	3	2	90	0	112			1.370.000	
			F	3	2	30	0	112			4.000.000	
1374		Desenvolvimento da Educação Especial										100.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS										
12367	1374 0511	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial									100.000	
12367	1374 0511 0132	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial - No Estado do Paraná	F	4	2	50	0	100			100.000	
											100.000	
1376		Desenvolvimento do Ensino Fundamental										158.699.764
		OPERAÇÕES ESPECIAIS										
12361	1376 0515	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental									136.699.764	
12361	1376 0515 0010	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Norte	F	4	1	40	1	113			20.828.429	
			F	3	1	30	1	113			408.393	
			F	3	1	40	0	300			123.200	
			F	4	1	40	0	300			9.935.397	
			F	4	1	30	0	300			4.141.297	
			F	3	1	30	0	300			1.666.512	
			F	3	1	30	0	300			4.553.630	
12361	1376 0515 0020	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Nordeste	F	3	1	30	0	300			78.576.813	
			F	3	1	40	0	300			11.874.977	
			F	4	1	30	0	300			14.928.122	
			F	4	1	40	0	300			7.507.081	
			F	3	1	40	0	113			14.408.706	
			F	3	1	30	0	113			1.466.532	
			F	3	1	40	0	100			1.264.058	
			F	4	1	40	1	113			22.387.863	
			F	3	1	40	1	113			762.416	
			F	3	1	40	1	113			3.977.058	
12361	1376 0515 0030	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Sudeste	F	4	1	30	0	300			16.389.499	
			F	3	1	40	0	300			1.679.868	
			F	3	1	40	0	300			2.994.184	
			F	3	1	30	0	300			2.758.309	
			F	4	1	40	0	113			781.710	
			F	3	1	40	0	113			6.578.597	
			F	3	1	30	0	113			947.238	
			F	4	1	40	0	300			649.593	
12361	1376 0515 0040	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Sul	F	3	1	40	0	300			10.381.150	
			F	4	1	30	0	300			1.782.936	
			F	4	1	30	0	300			1.052.389	

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	F	C	R	M	I	F	VALOR	
			F	C	R	M	I	F		
12 361	1376 0515 0050	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Centro-Oeste	F	3	1	30	0	300	1.810.019	
			F	4	1	40	0	113	1.911.574	
			F	3	1	40	0	113	2.857.837	
			F	3	1	30	0	113	564.390	
			F	4	1	40	0	300	402.005	
									9.627.474	
12 361	1376 0515 0053	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - No Distrito Federal	F	3	1	40	0	300	3.085.694	
			F	4	1	30	0	300	1.566.568	
			F	4	1	40	0	300	1.285.970	
			F	4	1	40	1	113	253.900	
			F	3	1	30	1	113	48.300	
12 361	1376 0515 0053	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - No Distrito Federal	F	3	1	30	0	300	2.253.636	
			F	3	1	40	1	113	1.133.406	
										896.399
			F	4	1	30	0	300	21.827	
			F	3	1	30	0	300	68.728	
12 361	1376 0969	Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental	F	4	1	30	0	113	30.259	
			F	3	1	30	0	113	775.585	
										22.000.000
12 361	1376 0969 0001	Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental - Nacional							22.000.000	
			F	3	1	40	0	113	12.000.000	
			F	3	1	30	0	113	10.000.000	
TOTAL - GERAL								214.813.828		
TOTAL - FISCAL								214.813.828		

ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 Ministério da Cultura

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	F	C	R	M	I	F	VALOR
			F	C	R	M	I	F	
0169		Brasil, Som e Imagem							262.035
		ATIVIDADES							
13 392	0169 8481	Funcionamento da Cinemateca Brasileira							262.035
13 392	0169 8481 0035	Funcionamento da Cinemateca Brasileira - No Estado de São Paulo	F	3	2	90	0	100	262.035
									262.035
1142		Engenho das Artes							855.000
		ATIVIDADES							
13 392	1142 4796	Fomento a Projetos em Arte e Cultura							605.000
13 392	1142 4796 0372	Fomento a Projetos em Arte e Cultura - No Estado de Pernambuco	F	4	2	90	0	100	105.000
13 392	1142 4796 0682	Fomento a Projetos em Arte e Cultura - Apoio à Atividades Culturais - No Distrito Federal	F	3	2	50	0	100	500.000
									500.000
		PROJETOS							
13 392	1142 1611	Instalação de Espaços Culturais							250.000
13 392	1142 1611 1284	Instalação de Espaços Culturais - Restauração do Centro Cultural Izabel Buriti - Bananeiras - PB	F	4	2	40	0	300	250.000
									250.000
		TOTAL - GERAL							1.117.035
		TOTAL - FISCAL							1.117.035

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	H O D	X D	F T S	VALOR
0750		Apoio Administrativo							1.336.907
		ATIVIDADES							
13 122	0750 2000	Administração da Unidade							1.336.907
13 122	0750 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.336.907
			P	3	2	90	0	100	1.336.907
TOTAL - GERAL									1.336.907
TOTAL - FISCAL									1.336.907

ÓRGÃO: 51000 Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 Ministério do Esporte

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	C	R	N	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0413		Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer							520.000
		ATIVIDADES							
27121	0413 2600	Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e de Lazer							520.000
27121	0413 2600 0001	Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e de Lazer - Nacional							520.000
			F	3	2	90	0	100	520.000
1250		Esporte e Lazer da Cidade							8.342.500
		ATIVIDADES							
27812	1250 2667	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer							4.342.500
27812	1250 2667 0178	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - No Estado do Rio Grande do Norte							270.000
			F	3	2	99	0	100	270.000
27812	1250 2667 0192	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Em Municípios do Estado do Rio de Janeiro							135.000
			F	3	2	40	0	100	135.000
27812	1250 2667 0200	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Feira da Mata - BA (Comunidade de Várzea da Cruz)							135.000
			F	3	2	40	0	100	135.000
27812	1250 2667 0210	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - No Estado do Rio de Janeiro							2.700.000
			F	3	2	30	0	100	2.700.000
27812	1250 2667 0212	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Em Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Instituto Consuelo Pinheiro)							1.102.500
			F	3	2	99	0	100	1.102.500
		PROJETOS							
27812	1250 5450	Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer							4.000.000
27812	1250 5450 3990	Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - Em Municípios do Estado da Paraíba							2.000.000
			F	4	2	40	0	300	2.000.000
27812	1250 5450 5150	Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - Em Municípios do Estado de São Paulo							1.000.000
			F	4	2	40	0	100	1.000.000
27812	1250 5450 5732	Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - Em Municípios do Estado de Rondônia							1.000.000
			F	4	2	40	0	100	1.000.000
		TOTAL - GERAL							8.862.500
		TOTAL - FISCAL							8.862.500

ÓRGÃO: 15000 Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	C	R	N	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							17.863.047
		PROJETOS							
02061	0571 1851	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede do Fórum Trabalhista em Belo Horizonte - MG							17.863.047
02061	0571 1851 0101	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede do Fórum Trabalhista em Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG							17.863.047
			F	4	2	90	0	100	17.863.047
		TOTAL - GERAL							17.863.047
		TOTAL - FISCAL							17.863.047

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência e Tecnologia

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO		E	G	R	M	I	F	VALOR
				S	N	P	O	U	T	
0461		Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico								17.483.000
		ATIVIDADES								
19 572	0461 2D34	Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Semicondutores								17.483.000
19 572	0461 2D34 0101	Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Semicondutores - No Município de Porto Alegre - RS								17.483.000
				F	3	2	90	0	100	11.015.000
				F	4	2	90	0	100	6.468.000
0473		Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação								2.777.000
		ATIVIDADES								
19 121	0473 4210	Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia								2.777.000
19 121	0473 4210 0001	Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia - Nacional								2.777.000
				F	3	2	90	0	100	2.777.000
TOTAL - GERAL										20.260.000
TOTAL - FISCAL										20.260.000

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24205 Agência Espacial Brasileira

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO		E	G	R	M	I	F	VALOR
				S	N	P	O	U	T	
0464		Nacional de Atividades Espaciais - PNAE								9.560.000
		PROJETOS								
19 572	0464 3488	Participação Brasileira na Estação Espacial Internacional - ISS								3.560.000
19 572	0464 3488 0001	Participação Brasileira na Estação Espacial Internacional - ISS - Nacional								3.560.000
				F	3	2	90	0	100	3.560.000
19 572	0464 7F40	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA								6.000.000
19 572	0464 7F40 0058	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA - Nacional								6.000.000
				F	4	2	90	0	100	6.000.000
TOTAL - GERAL										9.560.000
TOTAL - FISCAL										9.560.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 Ministério da Educação

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO		E	G	R	M	I	F	VALOR
				S	N	P	O	U	T	
0681		Gestão da Participação em Organismos Internacionais								500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12 212	0681 0057	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI								500.000
12 212	0681 0057 0001	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI - Nacional								500.000
				F	3	2	80	0	100	500.000
1067		Gestão da Política de Educação								4.882.990
		ATIVIDADES								
12 122	1067 2272	Gestão e Administração do Programa								57.990
12 122	1067 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional								57.990
				F	3	2	90	0	112	57.990

12	122	1067 4083	Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior								1.125.000
12	122	1067 4083 0001	Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior - Nacional	F	3	2	90	0	112		1.125.000
				F	4	2	90	0	112		1.100.000
											25.000
12	128	1067 6336	Capacitação de Gestores para o Monitoramento de Programas e Projetos Educacionais								1.000.000
12	128	1067 6336 0001	Capacitação de Gestores para o Monitoramento de Programas e Projetos Educacionais - Nacional	F	3	2	90	0	112		1.000.000
											1.000.000
			PROJETOS								
12	121	1067 11T4	Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Efetividade das Políticas Educacionais - HD TAL								2.700.000
12	121	1067 11T4 0001	Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Efetividade das Políticas Educacionais - HD TAL - Nacional	F	3	2	90	0	112		2.700.000
											2.700.000
1072			Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica								90.028
			OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12	362	1072 0914	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio								90.028
12	362	1072 0914 0001	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio - Nacional	F	3	2	30	0	112		90.028
											90.028
1073			Universidade do Século XXI								7.303.892
			OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12	364	1073 0A12	Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior								5.797.942
12	364	1073 0A12 0001	Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior - Nacional	F	3	2	90	0	112		5.797.942
											5.797.942
			ATIVIDADES								
12	122	1073 2272	Gestão e Administração do Programa								1.505.950
12	122	1073 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional	F	4	2	30	0	112		1.505.950
				F	3	2	90	0	112		30.500
				F	3	2	90	0	112		1.325.950
				F	3	2	30	0	112		149.500
1374			Desenvolvimento da Educação Especial								250.000
			ATIVIDADES								
12	122	1374 2272	Gestão e Administração do Programa								125.000
12	122	1374 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional	F	3	2	90	0	112		125.000
											125.000
12	367	1374 8371	Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar								125.000
12	367	1374 8371 0001	Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar - Nacional	F	3	2	80	0	100		125.000
											125.000
1377			Educação para a Diversidade e Cidadania								7.179.222

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 Ministério da Educação

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	F I F	C M D	R P	H O D	I U	F T E	VALOR
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 366	1377 0B82	Apoio à Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para o Desenvolvimento Local no Campo							7.000.000
12 366	1377 0B82 0001	Apoio à Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para o Desenvolvimento Local no Campo - Nacional							7.000.000
			F	3	2	40	0	100	7.000.000
		ATIVIDADES							
12 422	1377 2C81	Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda							179.222
12 422	1377 2C81 0001	Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda - Nacional							179.222
			F	3	2	90	0	100	179.222

1378 Desenvolvimento do Ensino Médio								930.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
12 362	1378 0921	Apoio à Melhoria da Qualidade do Ensino Médio						930.000
12 362	1378 0921 0001	Apoio à Melhoria da Qualidade do Ensino Médio - Nacional						930.000
			F	3	2	90	0	112
								930.000
TOTAL - GERAL								21.136.132
TOTAL - FISCAL								21.136.132

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F D	G N F D	R P F D	N O D	I O D	F T E	VALOR
1073 Universidade do Século XXI								1.000.000
		PROJETOS						
12 364	1073 7E68	Expansão do Ensino Superior - Campus de Chapecó						1.000.000
12 364	1073 7E68 0056	Expansão do Ensino Superior - Campus de Chapecó - No Estado de Santa Catarina						1.000.000
		F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - GERAL								1.000.000
TOTAL - FISCAL								1.000.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F D	G N F D	R P F D	N O D	I O D	F T E	VALOR
1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica								81.474
		ATIVIDADES						
12 364	1375 4006	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação						81.474
12 364	1375 4006 0012	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação - No Estado do Acre						81.474
		F	3	2	90	0	112	81.474
TOTAL - GERAL								81.474
TOTAL - FISCAL								81.474

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F D	G N F D	R P F D	N O D	I O D	F T E	VALOR
1073 Universidade do Século XXI								120.913
		ATIVIDADES						
12 364	1073 6373	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino						120.913
12 364	1073 6373 0035	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino - No Estado de São Paulo						120.913
		F	4	2	90	0	112	120.913
TOTAL - GERAL								120.913
TOTAL - FISCAL								120.913

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação

UNIDADE: 26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E	G	R	N	I	F	VALOR
				S	D	P	O	U	T	
1060		Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos								1.927.479
		ATIVIDADES								
1.2.366	1060 6290	Avaliação Nacional de Competências da Educação de Jovens e Adultos - ANCEJA								1.927.479
1.2.366	1060 6290 0001	Avaliação Nacional de Competências da Educação de Jovens e Adultos - ANCEJA - Nacional								1.927.479
				F	3	2	90	0	112	1.927.479
1061		Brasil Escolarizado								1.398.060
		ATIVIDADES								
1.2.362	1061 6292	Avaliação Nacional das Condições de Oferta da Educação Básica - ACERB								1.398.060
1.2.362	1061 6292 0001	Avaliação Nacional das Condições de Oferta da Educação Básica - ACERB - Nacional								1.398.060
				F	3	2	90	0	112	1.398.060
1067		Gestão da Política de Educação								510.422
		ATIVIDADES								
1.2.126	1067 4021	Sistema Integrado de Informação Educacional - SIED								510.422
1.2.126	1067 4021 0001	Sistema Integrado de Informação Educacional - SIED - Nacional								510.422
				F	3	2	80	0	100	510.422
1073		Universidade do Século XXI								980.181
		ATIVIDADES								
1.2.364	1073 6303	Avaliação do Desempenho dos Estudantes dos Cursos de Graduação - ENADE								980.181
1.2.364	1073 6303 0001	Avaliação do Desempenho dos Estudantes dos Cursos de Graduação - ENADE - Nacional								980.181
				F	3	2	90	0	112	980.181
TOTAL - GERAL										4.816.142
TOTAL - FISCAL										4.816.142

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação

UNIDADE: 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E	G	R	N	I	F	VALOR
				S	D	P	O	U	T	
1375		Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica								5.450.023
		PROJETOS								
1.2.122	1375 11L3	Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES								5.450.023
1.2.122	1375 11L3 0101	Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES - Em Brasília - DF								5.450.023
				F	4	2	90	0	100	143.856
				F	4	2	90	0	280	1.232.563
				F	4	2	90	0	250	3.473.604
TOTAL - GERAL										5.450.023
TOTAL - FISCAL										5.450.023

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação

UNIDADE: 26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E	G	R	N	I	F	VALOR
				S	D	P	O	U	T	
1073		Universidade do Século XXI								700.000
		PROJETOS								
1.2.364	1073 7F45	Construção do Prédio da Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre								700.000
1.2.364	1073 7F45 0056	Construção do Prédio da Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - no Estado do Rio Grande do Sul								700.000
				S	4	2	90	0	250	700.000
TOTAL - GERAL										700.000
TOTAL - SEGURIDADE										700.000

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	M	S	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	P	O	D	T	E	
0150		Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas								1.500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12 128	0150 09DX	Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena								1.500.000
12 128	0150 09DX 0001	Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena - Nacional								1.500.000
			F	3	2	30	0	300		750.000
			F	3	2	50	0	300		282.000
			F	3	2	90	0	300		468.000
0461		Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico								10.000.000
		ATIVIDADES								
12 573	0461 2B08	Realização de Olimpíadas em Ciências								10.000.000
12 573	0461 2B08 0001	Realização de Olimpíadas em Ciências - Nacional								10.000.000
			F	3	2	90	0	100		500.000
			F	3	2	90	0	300		9.500.000
0750		Apoio Administrativo								2.000.000
		ATIVIDADES								
12 122	0750 2000	Administração da Unidade								2.000.000
12 122	0750 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal								2.000.000
			F	3	2	90	0	100		2.000.000
1060		Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos								135.725.862
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12 366	1060 0920	Concessão de Bolsas ao Alfabetizador								135.725.862
12 366	1060 0920 0001	Concessão de Bolsas ao Alfabetizador - Nacional								135.725.862
			F	3	2	40	0	300		50.000.000
			F	3	2	50	0	300		35.725.862
			F	3	2	30	0	300		50.000.000
1061		Brasil Escolarizado								29.783.641
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12 306	1061 0513	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica								9.183.641
12 306	1061 0513 0012	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Acre	S	3	1	40	0	100		48.712
										48.712
12 306	1061 0513 0014	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Roraima	S	3	1	40	0	100		88.256
			S	3	1	30	0	100		85.093
										3.163
12 306	1061 0513 0016	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Amapá	S	3	1	40	0	100		32.852
			S	3	1	40	0	100		32.852
12 306	1061 0513 0017	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Tocantins	S	3	1	30	0	100		150.000
			S	3	1	30	0	100		150.000
12 306	1061 0513 0022	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Piauí	S	3	1	30	0	100		400.000
			S	3	1	30	0	100		400.000
12 306	1061 0513 0024	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	1	40	0	100		500.002
			S	3	1	40	0	100		81.647
			S	3	1	30	0	100		418.355
12 306	1061 0513 0028	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Sergipe	S	3	1	30	0	100		150.000
			S	3	1	30	0	100		150.000
12 306	1061 0513 0029	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado da Bahia	S	3	1	30	0	100		1.012.215
			S	3	1	30	0	100		11.255
			S	3	1	40	0	100		1.000.960
12 306	1061 0513 0032	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	40	0	100		61.08

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	O	R	M	I	F	VALOR
			S	S	O	R	M	I	F	
12 306	1061 0513 0041	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Paraná	S	3	1	30	0	100		1.414.286
			S	3	1	40	0	100		69.357
			S	3	1	30	0	100		1.706.877
12 306	1061 0513 0042	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Santa Catarina	S	3	1	30	0	100		1.706.877
			S	3	1	30	0	100		700.000
12 306	1061 0513 0043	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	30	0	100		700.000
			S	3	1	30	0	100		1.500.000
12 306	1061 0513 0031	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Mato Grosso	S	3	1	30	0	100		1.500.000
			S	3	1	30	0	100		200.000
12 306	1061 0513 0052	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Goiás	S	3	1	40	0	100		200.000
			S	3	1	30	0	100		700.000
12 306	1061 0513 0053	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Distrito Federal	S	3	1	30	0	100		700.000
			S	3	1	30	0	100		150.000
12 306	1061 0513 0054	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Mato Grosso do Sul	S	3	1	30	0	100		150.000
			S	3	1	40	0	100		300.000
		ATIVIDADES								
12 361	1061 2C96	Fomento à Implantação de Centros de Leitura Multimídia								1.700.000
12 361	1061 2C96 0001	Fomento à Implantação de Centros de Leitura Multimídia - Nacional								1.700.000
			F	3	2	30	0	113		350.000
			F	3	2	40	0	113		600.000
			F	4	2	30	0	113		350.000
			F	4	2	40	0	113		400.000
12 301	1061 4042	Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica								13.900.000
12 301	1061 4042 0001	Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica - Nacional								13.900.000
			S	3	2	40	0	100		1.900.000
			S	3	2	40	0	300		12.000.000
12 131	1061 4641	Publicidade de Utilidade Pública								5.000.000
12 131	1061 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional								5.000.000
			F	3	2	90	0	300		5.000.000
1067	Gestão da Política de Educação									200.000
		ATIVIDADES								
12 129	1067 4029	Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação e sua Regular Aplicação								200.000
12 129	1067 4029 0001	Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação e sua Regular Aplicação - Nacional								200.000
			F	3	2	90	0	113		200.000
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica									49.700.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12 361	1072 0966	Apoio à Formação Continuada de Professoras do Ensino Fundamental								9.000.000
12 361	1072 0966 0001	Apoio à Formação Continuada de Professoras do Ensino Fundamental - Nacional								9.000.000
			F	3	2	30	0	300		3.200.000
			F	3	2	40	0	300		5.800.000
12 365	1072 0973	Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil								3.500.000
12 365	1072 0973 0001	Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil - Nacional								3.500.000
			F	3	2	40	0	300		2.000.000
			F	3	2	30	0	300		1.500.000
12 128	1072 09EB	Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação								3.500.000
12 128	1072 09EB 0001	Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação - Nacional								3.500.000
			F	3	2	90	0	113		389.000
			F	3	2	30	0	113		1.167.000
			F	3	2	50	0	113		777.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S S E	G M D	R F	N O D	I U	F T E	VALOR
			F	3	2	40	0	113	1.167.000
12 128	1072 0A30	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica							6.900.000
12 128	1072 0A30 0001	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica - Nacional							6.900.000
			F	3	2	90	0	300	6.900.000
		ATIVIDADES							
12 128	1072 2C62	Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulados do Ensino Fundamental e Médio - Pró-Licenciatura							2.600.000
12 128	1072 2C62 0001	Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulados do Ensino Fundamental e Médio - Pró-Licenciatura - Nacional							2.600.000
			F	3	2	90	0	113	600.000
			F	4	2	90	0	113	2.000.000
12 128	1072 2C95	Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio- Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica - Profucionário							20.200.000
12 128	1072 2C95 0001	Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio- Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica - Profucionário - Nacional							20.200.000
			F	3	2	90	0	113	20.200.000
12 361	1072 6332	Formação e Certificação de Professores em Exercício nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Proformação							4.000.000
12 361	1072 6332 0001	Formação e Certificação de Professores em Exercício nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Proformação - Nacional							4.000.000
			F	3	2	80	0	100	1.000.000
			F	3	2	90	0	300	3.000.000
1336 Brasil Quilombola									4.974.800
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 361	1336 0974	Apoio à Formação de Professores da Educação Básica para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos							960.000
12 361	1336 0974 0001	Apoio à Formação de Professores da Educação Básica para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional							960.000
			F	3	2	40	0	300	960.000
12 361	1336 09CG	Apoio à Distribuição de Material Didático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos							800.000
12 361	1336 09CG 0001	Apoio à Distribuição de Material Didático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional							800.000
			F	3	2	50	0	113	240.000
			F	3	2	40	0	300	560.000
12 361	1336 09CJ	Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos							3.214.800
12 361	1336 09CJ 0001	Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional							3.214.800
			F	4	2	40	0	300	3.214.800
1374 Desenvolvimento da Educação Especial									100.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 367	1374 0511	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial							100.000
12 367	1374 0511 0132	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial - No Estado do Paraná							100.000
			F	4	2	40	0	100	100.000
1376 Desenvolvimento do Ensino Fundamental									32.474.863
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 361	1376 0515	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental							1.774.863
12 361	1376 0515 0010	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Norte							52.297
			F	3	1	40	1	113	52.297
12 361	1376 0515 0020	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Nordeste							1.569.415
			F	4	1	30	1	113	36.897
			F	3	1	30	1	113	1.532.518
12 361	1376 0515 0050	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Centro-Oeste							153.151
			F	4	1	30	1	113	153.151
12 361	1376 09CK	Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos							3.000.000
12 361	1376 09CK 0001	Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos - Nacional							3.000.000
			F	3	2	30	0	113	3.000.000

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I O	F T E	VALOR
		PROJETOS							
12 361	1376 5079	Fortalecimento da Escola - Fundescola III							27.700.000
12 361	1376 5079 0010	Fortalecimento da Escola - Fundescola III - Na Região Norte	F	3	2	30	1	113	2.830.600
			F	4	2	30	1	113	430.000
			F	3	2	40	1	113	1.700.600
			F	3	2	40	1	113	700.000
12 361	1376 5079 0020	Fortalecimento da Escola - Fundescola III - Na Região Nordeste	F	3	2	30	1	300	24.200.000
			F	3	2	40	1	113	7.300.000
			F	3	2	40	1	113	12.000.000
			F	4	2	30	1	113	4.900.000
12 361	1376 5079 0050	Fortalecimento da Escola - Fundescola III - Na Região Centro-Oeste	F	3	2	40	1	300	669.400
			F	4	2	40	1	113	19.800
			F	4	2	30	1	113	132.000
			F	4	2	30	1	300	504.400
			F	3	2	30	1	113	13.200
1377		Educação para a Diversidade e Cidadania							30.212.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 361	1377 0946	Apoio à Educação do Campo							6.500.000
12 361	1377 0946 0001	Apoio à Educação do Campo - Nacional	F	3	2	90	0	300	6.500.000
			F	3	2	40	0	300	3.735.000
			F	3	2	30	0	300	104.383
			F	3	2	50	0	113	1.660.000
			F	3	2	40	0	113	276.000
			F	3	2	40	0	113	724.617
12 422	1377 09EL	Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar							19.300.000
12 422	1377 09EL 0001	Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar - Nacional	F	3	2	40	0	300	19.300.000
			F	3	2	40	0	113	8.239.763
			F	3	2	30	0	113	4.626.237
			F	3	2	50	0	113	3.217.000
			F	3	2	50	0	113	3.217.000
12 813	1377 09EM	Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana							1.000.000
12 813	1377 09EM 0001	Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana - Nacional	F	3	2	90	0	113	1.000.000
			F	3	2	90	0	113	1.000.000
12 128	1377 09ES	Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania							3.412.000
12 128	1377 09ES 0001	Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania - Nacional	F	3	2	90	0	300	3.412.000
			F	3	2	50	0	113	800.000
			F	4	2	30	0	113	2.412.000
			F	4	2	30	0	113	40.000
			F	4	2	90	0	113	160.000
1378		Desenvolvimento do Ensino Médio							20.830.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 362	1378 0923	Apoio à Implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica							20.800.000
12 362	1378 0923 0001	Apoio à Implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica - Nacional	F	4	2	90	0	113	20.800.000
			F	3	2	90	0	113	4.505.000
			F	4	2	90	0	112	15.500.000
			F	4	2	90	0	112	795.000
		PROJETOS							
12 362	1378 3680	Estudos e Pesquisas para a Implantação das Políticas para o Ensino Médio - PROMED							30.000
12 362	1378 3680 0001	Estudos e Pesquisas para a Implantação das Políticas para o Ensino Médio - PROMED - Nacional	F	3	2	90	0	113	30.000
			F	3	2	90	0	113	30.000

[illegible]

ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura
UNIDADE: 42203 Fundação Cultural Palmares

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	N	I	F	VALOR
			S	M	P	O	D	T	
0172		Cultura Afro-Brasileira							437.000
		ATIVIDADES							
13392	0172 2A86	Proteção aos Bens Culturais das Comunidades Negras Tradicionais							246.967
13392	0172 2A86 0001	Proteção aos Bens Culturais das Comunidades Negras Tradicionais - Nacional	F	4	2	90	0	100	246.967
13392	0172 2A88	Rede Palmares de Comunicação							120.000
13392	0172 2A88 0001	Rede Palmares de Comunicação - Nacional	F	4	2	90	0	100	120.000
13392	0172 2A96	Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos							50.033
13392	0172 2A96 0001	Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional	F	3	2	90	0	100	50.033
13391	0172 6621	Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo							20.000
13391	0172 6621 0001	Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo - Nacional	F	4	2	50	0	100	20.000
		TOTAL - GERAL							437.000
		TOTAL - FISCAL							437.000

ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura
UNIDADE: 42204 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	N	I	F	VALOR
			S	M	P	O	D	T	
0167		Brasil Patrimônio Cultural							1.271.635
		ATIVIDADES							
13391	0167 2636	Preservação de Bens Culturais de Natureza Material							887.665
13391	0167 2636 0001	Preservação de Bens Culturais de Natureza Material - Nacional	F	4	2	90	0	100	887.665
13128	0167 2840	Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural							28.654
13128	0167 2840 0001	Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural - Nacional	F	3	2	90	0	100	28.654
13391	0167 4604	Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material							41.028
13391	0167 4604 0001	Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material - Nacional	F	4	2	90	0	100	41.028
13391	0167 4630	Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural							49.387
13391	0167 4630 0001	Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural - Nacional	F	3	2	90	0	100	49.387
13391	0167 6446	Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural							54.630
13391	0167 6446 0001	Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural - Nacional	F	3	2	90	0	100	54.630
13392	0167 6630	Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material							210.271
13392	0167 6630 0001	Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material - Nacional	F	4	2	90	0	100	210.271
0750		Apoio Administrativo							65.272
		ATIVIDADES							
13365	0750 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							40.007
13365	0750 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	2	90	0	100	40.007
13306	0750 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							25.265
13306	0750 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	25.265
		TOTAL - GERAL							1.336.907
		TOTAL - FISCAL							1.336.907

ÓRGÃO: 51000 Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 Ministério do Esporte

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	N	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	T	
1246		Rumo ao Pan 2007							2.520.000
		PROJETOS							
27 811	1246 1D72	Implantação de Infra-Estrutura Tecnológica para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro							2.000.000
27 811	1246 1D72 0033	Implantação de Infra-Estrutura Tecnológica para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro							2.000.000
			F	3	2	90	0	100	2.000.000
27 811	1246 3950	Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro							520.000
27 811	1246 3950 0033	Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro							520.000
			F	3	2	90	0	100	520.000
1250		Esporte e Lazer da Cidade							4.342.500
		ATIVIDADES							
27 812	1250 2667	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer							4.342.500
27 812	1250 2667 0178	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - No Estado do Rio Grande do Norte							270.000
			F	4	2	99	0	100	270.000
27 812	1250 2667 0192	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Em Municípios do Estado do Rio de Janeiro							135.000
			F	4	2	40	0	100	135.000
27 812	1250 2667 0200	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Feira da Mata - BA (Comunidade de Várzea da Cruz)							135.000
			F	4	2	30	0	100	135.000
27 812	1250 2667 0210	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - No Estado do Rio de Janeiro							2.700.000
			F	4	2	30	0	100	2.700.000
27 812	1250 2667 0212	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Em Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Instituto Consuelo Pinheiro)							1.102.500
			F	4	2	99	0	100	1.102.500
		TOTAL - GERAL							6.862.500
		TOTAL - FISCAL							6.862.500

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	N	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	T	
1388		Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio							2.232.258
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 572	1388 0A29	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)							2.232.258
19 572	1388 0A29 0001	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004) - Nacional							2.232.258
			F	3	2	60	0	142	2.232.258
		TOTAL - GERAL							2.232.258
		TOTAL - FISCAL							2.232.258

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – **Item 14:**

**PROJETO DE LEI DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 64, DE 2007**

Discussão em turno único do Projeto de Lei nº 64, de 2007, que altera modalidade de aplicação constante do Orçamento da Seguridade Social da União no âmbito do Ministério da Saúde.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

O projeto depende de parecer a ser proferido em Plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Humberto Souto para proferir o seu parecer.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS – MG. Para proferir parecer.) – Comissão Mista de Planos e Orçamentos sobre o Projeto nº 64.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 169, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 64. A Exposição de Motivos, de 29 de outubro de 2007, esclarece que o referido projeto visa adequar o Orçamento ao Fundo Nacional de Saúde.

Segundo a Exposição de Motivos, o Deputado Oswaldo Reis solicitou a esta Comissão a retificação supramencionada por meio de errata. O Poder Executivo, por sua vez, impedido de fazer tal retificação, em face da vedação contida no § 3º do art. 62, e por concluir que alteração proposta não se enquadra no conceito de crédito suplementar, optou por fazer a retificação. Não foram apresentadas emendas.

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo tem por intuito sanar a incorreção, verificar a dotação inserida na programação do Fundo Nacional de Saúde.

Conforme se verifica nos anexos I e II do projeto, a correção recai sobre o Estado de Goiás, embora constitua entidade privada teve equivocadamente grafada na Lei a modalidade de aplicação “90 – Aplicação direta”.

Embora evidenciado o erro material, não se pôde fazer a correção por errata, em virtude da expiração do prazo estabelecido pelo Art. 130, I, da LDO 2007. Atendendo à CMO, o Poder Executivo propõe a correção do

citado equívoco por meio do projeto em exame, sem caracterizá-lo, contudo, como crédito adicional.

O nosso entendimento, entretanto, é de que o projeto em questão veio a ser caracterizado como crédito suplementar, visto que altera tributo do crédito orçamentário por meio de cancelamento de crédito de dotação materializado no anexo I do referido projeto.

Ademais, com Art. 62 do § 3º da LDO, a abertura de crédito suplementar é uma das formas previstas para se alterar a modalidade.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 64, na forma do substitutivo em anexo.

Fica aberto o crédito ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$50 mil, para atender programação constante no anexo. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da anulação de dotação no valor R\$50 mil, conforme indicação no anexo.

Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 64, de 2007–CN que “Altera modalidade de aplicação constante do orçamento da Seguridade Social da União, no âmbito do Ministério da Saúde.”

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Humberto Souto**

I – Relatório

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 169, de 2007-CN (nº 779/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 64, de 2007-CN, que altera modalidade de aplicação constante do orçamento da Seguridade Social da União, no âmbito do Ministério da Saúde.

A Exposição de Motivos (EM) nº 247/2007 – MP, de 9 de outubro de 2007, que acompanha a proposição, esclarece que o referido projeto visa adequar o

orçamento do Fundo Nacional de Saúde à sua real necessidade de execução, de acordo com solicitação formalizada pelo Deputado Oswaldo Reis, pela qual pleiteou a alteração da modalidade de aplicação de 90 para 50 em programação inserida por emenda de sua autoria à Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2007 – PLOA 2007.

Segundo a Exposição de Motivos, o Deputado Oswaldo Reis solicitou a esta Comissão a retificação supramencionada por meio de errata, o que se mostrou inviável em virtude do prazo estabelecido pelo art. 130, I, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO 2007). Diante dessa constatação, a CMO, por meio do Ofício Pres. nº 189/2007-CMO, de 14 de agosto de 2007, solicitou ao Ministério do Planejamento efetivar a retificação pretendida mediante a abertura de crédito suplementar ou especial.

O Poder Executivo, por sua vez, impedido de fazer tal retificação diretamente no Siafi com fulcro no art. 62, II e § 2º da LDO 2007, em face da vedação contida no § 3º do art. 62 dessa Lei, e por concluir que a alteração proposta não se enquadraria no conceito de crédito suplementar ou especial, optou por fazer a referida retificação por meio de projeto de lei no molde apresentado.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Análise da Matéria

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo tem por intuito sanar incorreção verificada em dotação inserida na programação do Fundo Nacional de Saúde decorrente de aprovação de emenda de autoria do Deputado Oswaldo Reis.

Conforme se verifica nos Anexos I e II do Projeto, a correção recai sobre crédito orçamentário destinado a aparelhar o Instituto de Assistência Social e Saúde do Estado de Goiás, o qual, embora constitua entidade privada, teve equivocadamente grafada na Lei a modalidade de aplicação "90 – Aplicação direta".

Embora evidenciado erro material, não se pôde fazer a correção por errata, em virtude da expiração do prazo estabelecido pelo art. 130, I, da LDO 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2007). A alteração diretamente no Siafi, com base no art. 62, § 2º,

da LDO 2007, também não foi possível, em virtude da vedação contida no § 3º do mesmo artigo.

Atendendo à CMO, o Poder Executivo propõe a correção do citado equívoco por meio do Projeto em exame, sem caracterizá-lo, contudo, como crédito adicional.

O nosso entendimento, entretanto, é que o projeto em questão deva ser caracterizado como crédito suplementar, visto que altera atributo de crédito orçamentário por meio de cancelamento e acréscimo de dotação materializados nos Anexos I e II do referido projeto. Ademais, consoante art. 62, § 1º, da LDO 2007, a abertura de créditos suplementares é uma das formas previstas para se alterar modalidade de aplicação.

III – Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 64, de 2007-CN, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, – Deputado **Humberto Souto**, Relator.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 64, DE 2007-CN

(Mensagem nº 169, de 2007-CN
(Nº 779/2007, na origem)

Abre aos Orçamentos da Seguridade Social, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$50.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.541, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotação orçamentária, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

GRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
1214 ATENCAO BASICA EM SAUDE									50.000
		ATIVIDADES							
10 301	1214 8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE							50.000
10 301	1214 8581 2752	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE - APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAUDE (IASSGO - INSTITUTO DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DO ESTADO DE GOIAS) - NO ESTADO DE GOIAS							50.000
			S	4	2	50	0	151	50.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.000
TOTAL - GERAL									50.000

UNIDADE : 35901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F D	G R P O	M I O	I U	F T E	VALOR
1214 ATENCAO BASICA EM SAUDE								50.000
		ATIVIDADES						
10 301	1214 8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE						50.000
10 301	1214 8581 2752	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE - APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAUDE (IASSGO - INSTITUTO DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DO ESTADO DE GOIAS) - NO ESTADO DE GOIAS	S	4	2	90	0 151	50.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								50.000
TOTAL - GERAL								50.000

É o seguinte o Substitutivo aprovado:

Brasília,

UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	E			
1214 - ATENCAO BASICA EM SAUDE50.000									
		ATIVIDADES							
10 301	1214 8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE							50.000
10 301	1214 8581 2752	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE - APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAUDE (IASSGO - INSTITUTO DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DO ESTADO DE GOIAS) - NO ESTADO DE GOIAS							50.000
			S	4	2	50	0	151	50.000
TOTAL - FISCAL0									
TOTAL - SEGURIDADE50.000									
TOTAL - GERAL50.000									

ORGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	O			E	
1214 ATENCAO BASICA EM SAUDE									50.000
		ATIVIDADES							
10 301	1214 8581	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE							50.000
10 301	1214 8581 2752	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE - APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAUDE (IASSGO - INSTITUTO DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DO ESTADO DE GOIAS) - NO ESTADO DE GOIAS							50.000
			S	4	2	90	0	151	50.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.000
TOTAL - GERAL									50.000

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – A Presidência quer registrar a presença entre nós, no Plenário, do Deputado Estadual Zito, disparado o Deputado Estadual mais votado do Rio de Janeiro, para orgulho de todos nós do PSDB do Brasil.

Com a palavra o ilustre Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pelo entendimento que tínhamos feito, o PLN nº 55 também seria incluído, por solicitação do Senador Romeu Tuma, e tinha havido concordância tanto do PSDB quanto do DEM.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Ele está incluído na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Aliás, vamos a ele.

Item 15:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 55, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 55, de 2007, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no

valor global de R\$69.844.939,00 (sessenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

O projeto depende de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado para fazê-lo.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 55, de 2007, na forma proposta pelo Executivo, portanto, sem emendas.

É o relatório, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 55, de 2007–CN, que

“Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$69.844.939,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Gilmar Machado**

1 – Relatório

1.1 Histórico

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 160, de 2007-CN (nº 770/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 55, de 2007-CN (PLN nº 55/07), que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$69.844.939,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

As Unidades Orçamentárias beneficiadas com a suplementação e os correspondentes valores da suplementação, dos cancelamentos e do excesso de arrecadação indicados pelo Poder Executivo constam do seguinte Quadro 1:

Quadro 1 - PLN 55/07 - Suplementação e Origens dos Recursos de Contrapartida

Em R\$ 1,00

ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPLEMENTAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS	
		CANCELAMENTO	EXCESSO ARRECADAÇÃO
30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	49.494.939	49.494.939	-
30101- Administração Direta	2.658.340	2.500.000	-
30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal	3.536.734	3.536.734	-
30108 - Departamento de Polícia Federal	10.000.000	3.999.865	-
30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	24.100.000	24.100.000	-
30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUINAPOL	3.999.865	0	-
30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	5.200.000	15.200.000	-
30109 - Defensoria Pública da União	0	158.340	-
MINISTÉRIO DA DEFESA	20.350.000	350.000	-
52101 - Administração Central	350.000	350.000	-
52111 - Comando da Aeronáutica	20.000.000	0	-
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO/CANCELAMENTO	69.844.939	49.844.939	-
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	20.000.000
- Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro	-	-	20.000.000
TOTAL GERAL	69.844.939	49.844.939	20.000.000

A Exposição de Motivos nº 00265/2007-MP, de 11 de outubro de 2007, que acompanha o Projeto de Lei, indica as seguintes destinações da suplementação, de acordo com as informações prestadas pelos Órgãos interessados:

Ministério da Justiça

No Ministério da Justiça, o crédito viabilizará:

- a manutenção da administração central do órgão;
- a construção e ampliação de bases operacionais e aquisições de materiais e instrumentos necessários às atividades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- o atendimento de despesas com a aquisição de equipamentos de informática para o Departamento de Polícia Federal;
- a ampliação de vagas, mediante o apoio a três projetos de construção de unidades prisionais estaduais e o aparelhamento de estabelecimentos penais, por meio do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN;
- o custeio de despesas relacionadas a operações de prevenção e repressão de crimes praticados contra bens e interesses da União, no âmbito do Funapol;
- ao custeio de despesas do Projeto Segurança Cidadã, no âmbito do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Ministério da Defesa

No âmbito do Ministério da Defesa, a suplementação do crédito visa corrigir erro material ocorrido no processamento de emenda parlamentar, assim como viabilizar a aquisição de meios aeronavais necessários à renovação e modernização da frota do Comando da Aeronáutica.

Informa a EM nº 00265/2007-MP que o Projeto de Lei em comento decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos e viabilizar-se-á à conta de recursos oriundos de excesso de arrecadação de recursos ordinários e de anulação parcial de dotações orçamentárias, o que estaria em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Informa, ainda, que, segundo os órgãos solicitantes, os remanejamentos propostos não trarão prejuízo à execução das programações objeto de cancelamentos, uma vez que estes foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

A propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (LDO/2007) –, esclarece a EM nº 207/2007-MP que as alterações decorrentes da abertura do crédito em análise não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$49.844.939,00 referem-se a remanejamentos entre despesas primárias do Poder Executivo, em vista da priorização da programação suplementada;

b) R\$20.000.000,00 referem-se a suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias; e

c) o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução de despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites fixados no referido Decreto.

Por último, informa a EM nº 265/2007-MP, que o excesso de arrecadação de receitas utilizado parcialmente no presente crédito encontra-se demonstrado em quadro anexo, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO-2007.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLN nº 55/2007.

1.2 Análise

Preliminarmente, informe-se que o quadro em anexo apresenta os dados relativos à execução orçamentária recente das programações envolvidas no presente PLN.

O Projeto de Lei em análise mostra-se coerente com o que dispõe a Lei nº 4.320, de 1964, que explicita serem os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações (art. 41, I).

Mostra-se também adequado ao disposto no art. 43, § 1º, II e III, da Lei nº 4.320/1964, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.439, de 2006 (LDO/2007), que autoriza sejam considerados como excesso de arrecadação os recursos disponibilizados em razão das modificações das fontes de recursos efetuadas por Portaria do Secretário de Orçamento Federal (art. 62, III, da LDO/2007).

Da mesma forma, não se verifica qualquer desvio da Proposição em exame em relação aos parâmetros e critérios estabelecidos no art. 63 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (Lei nº 11.439/2006).

Por último, importa considerar que o crédito atende solicitações dos próprios órgãos envolvidos, com base na avaliação da insuficiência de dotações na lei orçamentária vigente para a execução de ações fundamentais ao exercício de suas missões institucionais.

Destarte, forçoso é concluir-se pelo caráter meritório do PLN nº 55/2007, vez que ele visa adequar o orçamento das Unidades Orçamentárias envolvidas, possibilitando condições para o regular desenvolvimento de suas atividades ao longo do corrente exercício.

2 – Voto

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 55, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2007. – **Gilmar Machado**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto. Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados. As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.
Em votação o projeto no Senado.
As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
A matéria vai à sanção.
É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 55, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 160, DE 2007-CN
(nº 770/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 69.844.939,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 69.844.939,00 (sessenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 49.844.939,00 (quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	ESN	GRD	MOD	IDE	VALOR
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS							1.514.734
		ATIVIDADES					
06 181	0663 2B11	MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL					1.514.734
06 181	0663 2B11 0001	MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL					1.514.734
			F 4	2	90	0 100	999.734
			F 4	2	90	0 150	515.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO							867.000
		ATIVIDADES					
06 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE					867.000
06 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL					867.000
			F 4	2	90	0 100	867.000
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL							1.155.000

		PROJETOS						
06 181	1386 11MC	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						210.000
06 181	1386 11MC 0001	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL						210.000
			F	4	2	90	0	150
06 181	1386 7861	AQUISICAO DE VEICULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIARIA						945.000
06 181	1386 7061 0001	AQUISICAO DE VEICULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIARIA - NACIONAL						945.000
			F	4	2	90	0	150
		TOTAL - FISCAL	3.536.734					
		TOTAL - SEGURIDADE	0					
		TOTAL - GERAL	3.536.734					

ORGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30100 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								18.000.000
		ATIVIDADES						
06 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						10.000.000
06 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	4	2	90	0 100	10.000.000
TOTAL - FISCAL								10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								10.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661 AFRIMORAMENTO DA EXECUCAO PENAL								24.100.000
		PROJETOS						
14 421	0661 11TW	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS ESTADUAIS						20.010.000
14 421	0661 11TW 0001	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS ESTADUAIS - NACIONAL	F	4	2	30	0 118	20.010.000
			F	4	2	30	0 150	10.210.000
			F	4	2	30	0 174	3.750.000
			F	4	2	30	0 180	800.000
								5.250.000
14 421	0661 1701	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS						4.090.000
14 421	0661 1701 0001	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS - NACIONAL	F	4	2	90	0 118	4.090.000
TOTAL - FISCAL								24.100.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								24.100.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E E P D	G R P	M O D	I U E	F T E	VALOR
0662		COMBATE A CRIMINALIDADE						3.999.865
		ATIVIDADES						
06 181	0662 2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO						3.999.865
06 181	0662 2726 0001	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO - NACIONAL						3.999.865
			F	3	2	90	0	100
		TOTAL - FISCAL						3.999.865
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						3.999.865

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESN	GRF	MOD	ITE	VALOR
0643 CALHA NORTE							350.000
		PROJETOS					
05 244	0643 1E02	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA BASICA EM MUNICIPIOS DA REGIAO NORTE					350.000
05 244	0643 1E02 0242	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA BASICA EM MUNICIPIOS DA REGIAO NORTE - NO MUNICIPIO DE BRASILELA - AC					350.000
			F	4	2	40	0 100
TOTAL - FISCAL							350.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							350.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	U E	F T E	VALOR
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA									28.908.000
		PROJETOS							
05 151	0632 3113	AQUISICAO DE AERONAVES							28.908.000
05 151	0632 3113 0001	AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									28.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	Q	R	M	I	P	VALOR
			F	N	N	P	O	U	T	
0697 DEFESA DO CONSUMIDOR										1.500.000
		ATIVIDADES								
14 422	0697 2322	COORDENACAO E INTEGRACAO DOS ORGAOS DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR								1.400.000
14 422	0697 2322 0001	COORDENACAO E INTEGRACAO DOS ORGAOS DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - NACIONAL	F	3	2	90	0	100		1.400.000
14 128	0697 2542	CAPACITACAO E ESPECIALIZACAO DE AGENTES MULTIPLICADORES EM DEFESA DO CONSUMIDOR								100.000
14 128	0697 2542 0001	CAPACITACAO E ESPECIALIZACAO DE AGENTES MULTIPLICADORES EM DEFESA DO CONSUMIDOR - NACIONAL	F	3	2	90	0	100		100.000
1127 SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA - SUSP										1.800.000
		ATIVIDADES								
06 122	1127 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA								1.800.000
06 122	1127 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100		1.800.000
TOTAL - FISCAL										2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.500.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS								999.734
		ATIVIDADES						
06 181	0663 2B11	MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL						999.734
06 181	0663 2B11 0001	MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL						999.734
			F	3	2	90	0 100	999.734
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								867.000
		ATIVIDADES						
06 365	0750 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						867.000
06 365	0750 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL						867.000
			F	3	2	90	0 100	867.000
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL								1.670.000
		PROJETOS						
06 122	1386 1D49	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						1.670.000
06 122	1386 1D49 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL - EM BRASILIA - DF						1.670.000
			F	4	2	90	0 150	1.670.000
TOTAL - FISCAL								3.536.734
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								3.536.734

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0699 ASSISTENCIA JURIDICA INTEGRAL E GRATUITA									158.340
		PROJETOS							
03 062	0699 1783	INSTALACAO DE SERVICOS DA DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO							62.096
03 062	0699 1783 0001	INSTALACAO DE SERVICOS DA DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	62.000
		ATIVIDADES							
03 365	0699 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							66.340
03 365	0699 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	66.340
03 128	0699 2646	CAPACITACAO E ESPECIALIZACAO DE DEFENSORES E SERVIDORES DA DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO							30.800
03 128	0699 2646 0001	CAPACITACAO E ESPECIALIZACAO DE DEFENSORES E SERVIDORES DA DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									158.340
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									158.340

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	U	F T E	VALOR
1127 SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA - SUSP									15.100.000
		ATIVIDADES							
06 128	1127 2320	SISTEMA INTEGRADO DE FORMACAO E VALORIZACAO PROFISSIONAL							5.200.000
06 128	1127 2320 0001	SISTEMA INTEGRADO DE FORMACAO E VALORIZACAO PROFISSIONAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	5.200.000
		PROJETOS							
06 128	1127 5000	IMPLANTACAO DO SISTEMA NACIONAL DE GESTAO DO CONHECIMENTO E DE INFORMACOES CRIMINAIS							10.000.000
06 128	1127 5000 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA NACIONAL DE GESTAO DO CONHECIMENTO E DE INFORMACOES CRIMINAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									15.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.200.000

ORÇAO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

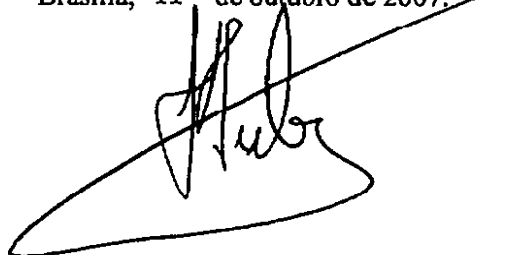
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITUO/PRODUTO	E S F	Q N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0643 CALHA NORTE									350.000
PROJETOS									
05 244	0643 1E02	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA BASICA EM MUNICIPIOS DA REGIAO NORTE							350.000
05 244	0643 1E02 0240	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA BASICA EM MUNICIPIOS DA REGIAO NORTE - NO MUNICIPIO DE ACRELANDIA - AC							350.000
			F	4	2	40	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

Mensagem nº 770

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 69.844.939,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 11 de outubro de 2007.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Chegou à Mesa a informação de que o PLN nº 42 fazia parte do acordo. Eu quero confirmar com os Srs. Líderes.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Da parte dos Democratas não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB-MG) – Qual a posição do PSDB? Sem problemas, vamos à votação.

Item 16:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 42, de 2007 – CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor de empresas do Grupo Petrobras, crédito suplementar no valor de R\$8.298.937.975,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas daquele Grupo no valor global de R\$5.814.327.592,00.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Depende de parecer a ser proferido em plenário.

Solicito ao ilustre Deputado Devanir Ribeiro que apresente seu relatório.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP. Para proferir parecer sobre a matéria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, como V. Ex^a já leu a introdução do PLN nº 42, vou direto ao voto.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental.

É o relatório.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – LDO/2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006) e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2007 – LOA/2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007).

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 42, de 2007 – CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº, DE 2007–CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 42, de 2007-CN, que “abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor de empresas do Grupo Petrobras, crédito suplementar no valor total de R\$8.298.937.975,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas daquele Grupo no valor global de R\$5.814.327.592,00, para os fins que especifica”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Devanir Ribeiro**

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 147, de 2007-CN (nº 757/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento de Investimento para 2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor de empresas do Grupo Petrobras, crédito suplementar no valor total de R\$8.298.937.975,00 (oito bilhões, duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e trinta e sete mil e novecentos e setenta e cinco reais) e reduz o Orçamento de Investimento de empresas daquele Grupo no valor global de R\$5.814.327.592,00 (cinco bilhões, oitocentos e quatorze milhões, trezentos e vinte e sete mil e quinhentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.

De conformidade com a Exposição de Motivos (EM) nº 249/2007-MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a solicitação representada pelo crédito tem por finalidade adequar as dotações orçamentárias das empresas contempladas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício. A seguir, discriminam-se os valores propostos de acréscimo e cancelamento em cada empresa estatal:

R\$ 1,00

Empresa	Suplementação	Cancelamento
32230 – Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS	3.430.310.015	4.753.453.681
32239 – Petrobrás Distribuidora S.A. - BR	1.409.319	306.726.540
32240 – Petrobrás Gás S.A - GASPETRO	0	350.135
32242 – Petrobrás Química S.A. - PETROQUISA	0	868.122
32271 – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG	4.452.201	6.102.201
32274 – Petrobrás Transporte S.A. - TRANSPETRO	80.003.635	105.277.768
32275 – Fronape International Company – FIC	0	123.922.624
32280 – Alberto Pasqualini – REFAP S.A.	102.064.624	0
32282 – Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	1.181.412.430	297.184.960
32287 – Petrobras International Braspetro B.V. – PIB BV	2.913.398.732	0
32291 – Petroquímica do Rio de Janeiro S.A.	0	28.800
32306 – Serviços de Telecomunicações S.A.	0	7.136.000
32307 – Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. – TNS	436.009.948	8.525.041
32308 – Transportadora Amazonense de Gás S.A. - TAG	23.619.951	0
32312 – Petroquímica Triunfo S.A. - TRIUNFO	1.779.978	164.019
32313 – Transportadora Capixaba de Gás S.A. - TCG	56.325.380	30.000.000
32316 – Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGAS	62.751.754	2.701.661
32317 – Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	0	39.737.606
32318 – Termorio S.A.	0	82.883.763
32319 – Fafen energia S.A.	5.400.008	0
32320 – Termoceará Ltda.	0	49.264.671
TOTAL	8.298.937.975	5.814.327.592

No âmbito do orçamento da Petrobrás, os créditos terão a seguinte destinação:

- modernização do sistema de produção de uréia e amônia da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados – FAFEN, nos estados de Sergipe e da Bahia;
- desenvolvimento dos sistemas de produção de óleo e gás natural da Bacia de Campos, na região Sudeste;
- manutenção e recuperação dos sistemas de produção de óleo e gás natural nas regiões Norte, Sudeste e Nordeste;
- manutenção da infra-estrutura de exploração e produção de óleo e gás natural, de âmbito nacional;

– manutenção dos sistemas de controle ambiental, de segurança industrial e de saúde ocupacional nas atividades de refino, em nível nacional;

– manutenção da infra-estrutura operacional do parque de refino, em nível nacional; modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria Duque de Caxias – REDUC (RJ), no município de Duque de Caxias (RJ);

– manutenção da infra-estrutura de transporte dutoviário de petróleo e derivados, em nível nacional;

– manutenção dos sistemas de controle ambiental, de segurança industrial e de saúde ocupacional nas atividades de transporte dutoviário, em nível nacional;

- ampliação da capacidade do sistema de escoamento de petróleo e derivados na Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP para 30.000 m³/dia, no estado do Rio Grande do Sul;

- reformulação da malha dutoviária da Grande São Paulo, no estado de São Paulo;

- manutenção da infra-estrutura operacional de termelétricas na região Nordeste;

- manutenção da infra-estrutura operacional de termelétricas, em nível nacional;

- implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP) com 160MW, no estado de São Paulo;

- pesquisa e desenvolvimento tecnológico para geração de energia elétrica, em nível nacional;

- pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas atividades de transporte, em nível nacional;

- pesquisa e desenvolvimento tecnológico em desenvolvimento sustentável para a área de petróleo e gás natural, em nível nacional;

- manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento;

- manutenção e adequação de bens imóveis;

- manutenção da infra-estrutura de transporte dutoviário de gás natural, em nível nacional; – ampliação da capacidade de escoamento de gás natural de Cabiúnas para a Refinaria Duque de Caxias para 15 milhões de m³/dia, no estado do Rio de Janeiro;

- implantação do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus – Imobilizações Petrobras, no estado do Amazonas;

- ampliação da malha de gasodutos na região Nordeste (Petrobras);

- implantação de sistemas de racionalização do uso da energia nas atividades da Petrobras, em nível nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos para a Petrobras são originários de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

No âmbito da Petrobras Distribuidora S.A. – BR, o crédito destina-se à manutenção e adequação de bens imóveis, em nível nacional. Neste caso, os recursos necessários à realização da ação proposta decorrem de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

No orçamento da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, o crédito se destina

à ampliação da capacidade do Gasoduto Bolívia-Brasil para 30 milhões de m³/dia, de âmbito nacional. Os recursos necessários à realização desse empreendimento provêm de cancelamento de atividade da própria empresa.

No âmbito da Transpetro, os recursos consignados no crédito destinam-se, em nível nacional, a:

- manutenção e adequação de navios;

- aquisição de navios em estaleiros nacionais;

- manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento;

- manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.

Os recursos necessários à realização dessas ações são provenientes de cancelamento de outros projetos/atividades da própria Transpetro.

No orçamento da REFAP, os recursos a serem aprovados no crédito destinam-se a:

- manutenção dos sistemas de controle ambiental, de segurança industrial e de saúde ocupacional na atividades de refino;

- manutenção da infra-estrutura operacional do parque de refino;

- modernização e adequação dos sistemas de produção da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP (RS).

Os recursos necessários à realização dessas ações são provenientes de geração própria da REFAP.

Os recursos a serem suplementados no orçamento da PNBV destinam-se, no exterior, a:

- aquisição de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural;

- aquisição de unidades marítimas estacionárias de extração e produção de petróleo e gás (período 2006-2007);

- construção de unidades estacionárias de produção (período 2002-2007).

Os recursos necessários à realização desses investimentos são provenientes de geração própria e de cancelamento de parte de dotação de outro projeto da PNBV.

As ações objeto de suplementação no orçamento da PIB BV, todas exercidas no Exterior, são:

- adequação da infra-estrutura industrial;

- aquisição de direitos e de estudos para a expansão de atividades na indústria do petróleo;
- adequação da infra-estrutura de exploração e produção;
- adequação da infra-estrutura de gás e energia.

Os recursos necessários à realização desses investimentos são oriundos de geração própria e de outros recursos de longo prazo viabilizados pela PIB BV.

No âmbito da TNS, o crédito destina-se à ampliação da malha de gasodutos das regiões Nordeste e Sudeste (TNS). Os recursos necessários à realização desses investimentos são oriundos de geração própria, de repasses da controladora para aumento do patrimônio líquido e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outras ações da própria empresa.

O crédito a favor da TAG destina-se à implantação de trecho do Gasoduto Urucu – Coari – Manaus, com 417Km, no Estado do Amazonas. Os recursos necessários à sua realização provêm de repasses da controladora para aumento do patrimônio líquido.

No âmbito da Triunfo, os recursos de suplementação objetivam a manutenção da infra-estrutura operacional do Parque Petroquímico de Triunfo (RS) e a manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos, ambas ações no Estado do Rio Grande do Sul. Os recursos para suas realizações são oriundos de geração própria e de cancelamento de parte de dotação aprovada para outra ação da própria empresa.

Os recursos para a suplementação prevista no orçamento da TCG têm como objetivo a implantação do Gasoduto Cacimbas, em Vitória (ES), com 128Km, e

provêm de repasses da controladora, a título de aumento de patrimônio líquido, e de cancelamento de parte de dotação de outro projeto da própria empresa.

Quanto à Liquigás, o crédito destina-se à manutenção da infra-estrutura operacional do segmento de distribuição de GLP, e à manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento, ambas em nível nacional. Os recursos necessários à realização desses investimentos provêm de geração própria e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outra atividade da própria empresa.

No âmbito da Fafen Energia S.A., o crédito objetiva a modernização e adequação do sistema de produção da Usina Termoelétrica Fafen (BA), com 151Mw. Os recursos para sua aprovação têm origem de geração própria da empresa.

De acordo com a Exposição de Motivos (EM) nº 249/2007, os cancelamentos, parciais ou totais, de dotações orçamentárias propostos no crédito estariam em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício pelas correspondentes empresas e não comprometeriam o desempenho das suas atividades, visto que estaria ocorrendo apenas uma adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2007.

Ainda segundo a EM, a abertura do crédito não afetará a meta global de superávit primário para 2007, de responsabilidade das empresas estatais, especialmente das do Grupo Petrobras que atuam no País, as quais respondem pelo montante de R\$12.085 milhões, fixada por intermédio do Anexo III ao Decreto nº 6.172, de 30 de julho de 2007, uma vez que o cancelamento de investimentos desse conjunto de empresas é superior ao incremento proposto, em R\$1.189.093.195,00, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Empresas	Suplementação (a)	Cancelamento (b)	Líquido c=a-b
Total no País (com impacto no Resultado Primário)	4.204.126.813	5.393.220.008	(1.189.093.195)
Total no Exterior (sem impacto no Resultado Primário)	4.094.811.162	421.107.584	3.673.703.578
Totais	8.298.937.975	5.814.327.592	2.484.610.383

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os

preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – LDO/2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006) e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2007 – LOA/2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007).

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 42, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão. – Deputado **Devanir Ribeiro**, relator.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI

‘Nº 42, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 147, DE 2007-CN

(nº 757/2007, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 8.298.937.975,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas daquele Grupo no valor global de R\$ 5.814.327.592,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito suplementar no valor total de R\$ 8.298.937.975,00 (oito bilhões, duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e trinta e sete mil e novecentos e setenta e cinco reais), em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de aumento do patrimônio líquido - controladora e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 11.451, de 2007), relativamente às dotações orçamentárias de empresas do Grupo PETROBRÁS, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$ 5.814.327.592,00,00 (cinco bilhões, oitocentos e quatorze milhões, trezentos e vinte e sete mil e quinhentos e noventa e dois reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I
CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

22 INDÚSTRIA	20.560.319
25 ENERGIA	8.278.377.656
TOTAL - GERAL	8.298.937.975

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	64.742.592
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	42.366
752 ENERGIA ELÉTRICA	61.643.199
753 PETRÓLEO	6.888.990.887
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	1.283.618.961
TOTAL - GERAL	8.298.937.975

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES

22 INDÚSTRIA	20.560.319
753 PETRÓLEO	20.560.319
25 ENERGIA	8.278.377.656
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	64.742.592
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	42.366
752 ENERGIA ELÉTRICA	61.643.199
753 PETRÓLEO	6.888.990.887
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	1.283.618.961
TOTAL - GERAL	8.298.937.975

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	2.913.998.752
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS	61.195.716
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	22.297.931
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2.881.725.904
0288 REFINO DE PETRÓLEO	989.340.839
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	564.276.438
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	76.679.367
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	8.784.908
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	47.675.649
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	5.262.643
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	27.882.078
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	75.868.652
1045 BRASIL COM TODO GÁS	682.349.179
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	3.180.606
TOTAL - GERAL	8.298.937.975

QUADRO SÍNTESE POR ORGAO

32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	8.298.937.975
TOTAL - GERAL	8.298.937.975

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.444.187.124
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.372.105.833
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.372.105.833
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	477.081.291
6.3.0.0.00.00 CONTROLADORA	477.081.291
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	2.595.000.000
6.9.3.0.00.00 OUTRAS ESTATAIS	2.595.000.000
TOTAL DA RECEITA	4.444.187.124
RECEITAS CORRENTES	1.372.105.833
RECEITAS DE CAPITAL	3.072.081.291

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
ANEXO I
CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 8.298.937.975
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

22 INDÚSTRIA	20.560.319
25 ENERGIA	8.278.377.656

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	64.742.592
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	42.366
752 ENERGIA ELÉTRICA	61.643.199
753 PETRÓLEO	6.888.990.887
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	1.283.618.961

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	2.913.398.732
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS	61.195.716
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	22.297.931
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2.831.725.904
0288 REFINO DE PETRÓLEO	999.340.589
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	564.276.430
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	76.679.367
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	8.704.908
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	47.675.649
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	3.262.642
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	27.082.070
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	75.868.652
1045 BRASIL COM TODO GÁS	652.349.179
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	2.180.606

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3.430.310.015
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	1.409.319
32271 TRANSPORTADORA BRASIFIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBC	4.453.201
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	80.803.635
32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	102.064.634
32281 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	1.181.412.430
32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV	2.913.398.732
32307 TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS	436.009.948
32308 TRANSPORTADORA AMAZONENSE DE GÁS S.A. - TAG	23.619.951
32312 PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO	1.779.978
32313 TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GÁS S.A. - TOG	56.325.380
32316 LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS	62.751.754
32319 FAFEN ENERGIA S.A.	5.400.008

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	8.298.937.975
TOTAL	8.298.937.975

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.444.187.124
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.372.105.833
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.372.105.833
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	477.081.291
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA	477.081.291
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	2.595.000.000
6.9.3.0.00.00 OUTRAS ESTATAIS	2.595.000.000
TOTAL DA RECEITA 4.444.187.124 RECEITAS CORRENTES 1.372.105.833 RECEITAS DE CAPITAL 3.072.081.291	

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

ANEXO I**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00****TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.430.310.015****QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES**

22 INDÚSTRIA	20.560.319
25 ENERGIA	3.409.749.696

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	61.311.042
752 ENERGIA ELÉTRICA	56.243.191
753 PETRÓLEO	2.416.537.683
755 TRANSPORTES ESPECIAIS	696.218.129

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	20.560.319
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.700.313.874
0288 REFINO DE PETRÓLEO	857.175.965
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	564.276.430
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	3.304.980
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	47.675.649
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	3.262.642
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	27.082.070
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	69.536.661
1045 BRASIL COM TODO GÁS	121.941.899
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	3.180.606

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	3.430.310.015
TOTAL	3.430.310.015

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA									20.560.319
		PROJETOS							
22 753	0285 1C61	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DE UREA E AMONIA DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (SE)							8.600.000
22 753	0285 1C61 0028	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DE UREA E AMONIA DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (SE) - NO ESTADO DE SERGIPE							8.600.000
		PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 28	1	4 - INV	2	90	0	495	8.600.000
22 753	0285 1C62	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DE UREA E AMONIA DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (BA)							11.960.319
22 753	0285 1C62 0029	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DE UREA E AMONIA DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							11.960.319
		PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	2	90	0	495	11.960.319
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL									1.700.313.074
		ATIVIDADES							
25 753	0286 2D02	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL DA BACIA DE CAMPOS							212.733.395
25 753	0286 2D02 0030	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL DA BACIA DE CAMPOS - NA REGIAO SUDESTE							212.733.395
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (ML BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE/DIA) 19	1	4 - INV	2	90	0	495	212.733.395
25 753	0286 2751	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORTE							9.686.080
25 753	0286 2751 0010	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORTE - NA REGIAO NORTE							9.686.080
			1	4 - INV	2	90	0	495	9.686.080
25 753	0286 2759	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUDESTE							258.205.081
25 753	0286 2759 0030	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUDESTE - NA REGIAO SUDESTE							258.205.081
			1	4 - INV	2	90	0	495	258.205.081
25 753	0286 2761	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORDESTE							224.594.550
25 753	0286 2761 0020	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE							224.594.550
			1	4 - INV	2	90	0	495	224.594.550
25 753	0286 4109	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL							995.093.968
25 753	0286 4109 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL - NACIONAL							995.093.968
			1	4 - INV	2	90	0	495	995.093.968
0288 REFINO DE PETRÓLEO									857.175.966

		ATIVIDADES							
25 753	0288 2767	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO							77.639.421
25 753	0288 2767 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	77.639.421
25 753	0288 4108	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO							487.151.661
25 753	0288 4108 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	487.151.661
		PROJETOS							
25 753	0288 3135	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - REDUC (RJ)							292.384.883
25 753	0288 3135 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - REDUC (RJ) - NO MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	292.384.883

0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS**564.276.430**

		ATIVIDADES							
25 785	0289 4107	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO E DERIVADOS							288.348.263
25 785	0289 4107 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO E DERIVADOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	288.348.263
25 785	0289 4451	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO							193.100.988
25 785	0289 4451 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	193.100.988
		PROJETOS							
25 785	0289 1C24	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE PETROLEO E DERIVADOS DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP PARA 30.000 M3/DIA							77.627.179
25 785	0289 1C24 0043	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE PETROLEO E DERIVADOS DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP PARA 30.000 M3/DIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 49	1	4 - INV	2	90	0	495	77.627.179
25 785	0289 1C59	REFORMULACAO DA MALHA DUTOVIARIA DA GRANDE SAO PAULO							5.200.000
25 785	0289 1C59 0035	REFORMULACAO DA MALHA DUTOVIARIA DA GRANDE SAO PAULO - NO ESTADO DE SAO PAULO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	5.200.000

0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE**3.304.900**

		ATIVIDADES							
25 753	0294 6556	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS							3.304.900
25 752	0294 6556 0020	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS - NA REGIAO NORDESTE							3.304.900
			1	4 - INV	2	90	0	495	3.304.900
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									47.675.649
		ATIVIDADES							
25 752	0296 6556	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS							15.929.040
25 752	0296 6556 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS - NACIONAL							15.929.040
			1	4 - INV	2	90	0	495	15.929.040
		PROJETOS							
25 752	0296 10WJ	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA DE CUBATAO (SP) COM 160 MW							31.746.609
25 752	0296 10WJ 0035	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA DE CUBATAO (SP) COM 160 MW - NO ESTADO DE SAO PAULO							31.746.609
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 26	1	4 - INV	2	90	0	495	31.746.609
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA									5.262.642
		ATIVIDADES							
25 752	0476 2765	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							5.262.642
25 752	0476 2765 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							5.262.642
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 7	1	4 - INV	2	90	0	495	5.262.642
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									27.082.070
		ATIVIDADES							
25 753	0480 2005	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE							2.190.219
25 753	0480 2005 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE - NACIONAL							2.190.219
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 5	1	4 - INV	2	90	0	495	2.190.219
25 753	0480 4863	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL PARA A AREA DE PETROLEO E GAS NATURAL							24.891.851
25 753	0480 4863 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL PARA A AREA DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL							24.891.851
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 38	1	4 - INV	2	90	0	495	24.891.851
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									69.536.661
		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							61.311.042
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							61.311.042
			1	4 - INV	2	90	0	495	61.311.042
25 753	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							8.225.619
25 753	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							8.225.619
			1	4 - INV	2	90	0	495	8.225.619

1045 BRASIL COM TODO GÁS

131.941.699

		ATIVIDADES							
25 785	1045 4861	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL							43.176.790
25 785	1045 4861 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	493	43.176.790
		PROJETOS							
25 785	1045 1C18	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DE GAS NATURAL DE CABINAS PARA A REFINARIA DUQUE DE CAXIAS PARA 15 MILHOES DE M3/DIA							17.283.370
25 785	1045 1C18 0033	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DE GAS NATURAL DE CABINAS PARA A REFINARIA DUQUE DE CAXIAS PARA 15 MILHOES DE M3/DIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	I	4 - INV	2	90	0	493	17.283.370
		PROJETO EXECUTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 33							
25 785	1045 11Y6	IMPLANTACAO DO GASODUTO URUCU-COARI-MANAUAS - IMOBILIZACOES PETROBRAS							6.138.259
25 785	1045 11Y6 0013	IMPLANTACAO DO GASODUTO URUCU-COARI-MANAUAS - IMOBILIZACOES PETROBRAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	493	6.138.259
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 72							
25 785	1045 7046	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE (PETROBRAS)							65.343.280
25 785	1045 7046 0020	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE (PETROBRAS) - NA REGIAO NORDESTE	I	4 - INV	2	90	0	493	65.343.280
		PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 43							
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA									3.189.606
		ATIVIDADES							
25 753	1046 4394	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE RACIONALIZACAO DO USO DA ENERGIA NAS ATIVIDADES DA PETROBRAS							3.180.606
25 753	1046 4394 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE RACIONALIZACAO DO USO DA ENERGIA NAS ATIVIDADES DA PETROBRAS - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	493	3.180.606
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	493	3.180.606
TOTAL - INVESTIMENTO									3.430.310.015
ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA									
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR									
ANEXO I					CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)					RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RJ\$ 1,20				
TOTAL DA UNIDADE - R\$ 1.409.319									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									1.409.319
25 ENERGIA									
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									1.409.319
753 PETRÓLEO									
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									1.409.319
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									1.409.319
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									
TOTAL									1.409.319
ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA									
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR									

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	FTE	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.409.319
		ATIVIDADES							
25 753	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.409.319
25 753	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							1.409.319
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.409.319
TOTAL - INVESTIMENTO									1.409.319

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S.A. - TBC

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.452.201									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA									4.452.201
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
75 TRANSPORTES ESPECIAIS									4.452.201
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
1045 BRASIL COM TODO GÁS									4.452.201
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									4.452.201
TOTAL									4.452.201

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S.A. - TBC

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	FTE	VALOR
1045 BRASIL COM TODO GÁS									4.452.201
		PROJETOS							
25 785	1045 3352	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO GASODUTO BOLIVIA - BRASIL PARA 30 MILHOES DE M³/DIA							4.452.201
25 785	1045 3352 0001	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO GASODUTO BOLIVIA - BRASIL PARA 30 MILHOES DE M³/DIA - NACIONAL							4.452.201
		PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 77	1	4 - INV	2	90	0	495	4.452.201
TOTAL - INVESTIMENTO									4.452.201

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 80.003.635**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES**
25 ENERGIA**80.003.635****QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES**
124 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
753 PETRÓLEO
785 TRANSPORTES ESPECIAIS**1.875.512****11.134.771****66.993.352****QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS****0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS****76.679.367****0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO****3.324.268****QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**80.003.635****TOTAL****80.003.635****ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA****UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO****ANEXO I****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR**
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FE	VALOR
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS									76.679.367
		ATIVIDADES	1	4 - INV	2	90	0	495	
25 785	0290 2838	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE NAVIOS							66.993.352
25 785	0290 2838 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE NAVIOS - NACIONAL							66.993.352
		PROJETOS							
25 753	0290 1063	AQUISICAO DE NAVIOS EM ESTALEIROS NACIONAIS	1	4 - INV	2	90	0	495	9.686.015
25 753	0290 1063 0001	AQUISICAO DE NAVIOS EM ESTALEIROS NACIONAIS - NACIONAL							9.686.015
		NAVIO REPERIDO (UNIDADE)							9.686.015
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.324.268
		ATIVIDADES	1	4 - INV	2	90	0	495	
25 124	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.875.512
25 124	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							1.875.512
25 785	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.448.756
25 753	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							1.448.756
									1.448.756
TOTAL - INVESTIMENTO									80.003.635

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.**ANEXO I****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR**
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 102.064.624**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA**102.064.624****QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES**
753 PETRÓLEO**102.064.624****QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS**
0288 REFINO DE PETRÓLEO**102.064.624****QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**102.064.624****TOTAL****102.064.624****QUADRO SÍNTESE POR RECEITA****6.8.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO****102.064.624****6.1.99.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS****102.064.624****6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA****102.064.624****TOTAL DA RECEITA 102.064.624 RECEITAS CORRENTES 102.064.624 RECEITAS DE CAPITAL 0****ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAF S.A.**ANEXO I****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR**
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0288 REFINO DE PETRÓLEO									102.064.624
25 753	0288 2767	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO							5.469.682
25 753	0288 2767 0043	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							5.469.682
25 753	0288 4108	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO	I	4 - INV	2	90	0	495	5.469.682
25 753	0288 4108 0043	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	I	4 - INV	2	90	0	495	40.052.709
PROJETOS									
25 753	0288 5085	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAF (RS)							56.542.233
25 753	0288 5085 0043	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAF (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							56.542.233
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	56.542.233
TOTAL - INVESTIMENTO									102.064.624

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - FNBV**ANEXO I****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR**
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.181.412.430****QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES**
25 ENERGIA**1.181.412.430****QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES**
753 PETRÓLEO**1.181.412.430**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS**0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL****1.181.412.430****QUADRO SÍNTESE POR PONTES E GRUPOS DE DESPESA****495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO****1.181.412.430****TOTAL****1.181.412.430****QUADRO SÍNTESE POR RECEITA****6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO****884.227.470****6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS****884.227.470****6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA****884.227.470****TOTAL DA RECEITA****884.227.470****RECEITAS CORRENTES****884.227.470****RECEITAS DE CAPITAL****0****ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA****UNIDADE : 32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV****ANEXO I****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									1.181.412.430
		ATIVIDADES							
25 753	0286 2851	AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL							395.719.289
25 753	0286 2851 0002	AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	395.719.289
		PROJETOS							
25 753	0286 1391	AQUISICAO DE UNIDADES MARITIMAS ESTACIONARIAS DE EXTRACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS (PERIODO 2006-2007)							245.516.335
25 753	0286 1391 0002	AQUISICAO DE UNIDADES MARITIMAS ESTACIONARIAS DE EXTRACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS (PERIODO 2006-2007) - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	245.516.335
25 753	0286 1924	CONSTRUCAO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUCAO (PERIODO 2002-2007)							540.176.806
25 753	0286 1924 0002	CONSTRUCAO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUCAO (PERIODO 2002-2007) - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	540.176.806
		PROJETO EXECUTADO (% DE EXECUCAO FISICA)							
TOTAL - INVESTIMENTO									1.181.412.430

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV****ANEXO I****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00****TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.913.398.732****QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES****25 ENERGIA****2.913.398.732****QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES****753 PETRÓLEO****2.913.398.732****QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS****0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO****2.913.398.732****QUADRO SÍNTESE POR PONTES E GRUPOS DE DESPESA****495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO****2.913.398.732**

TOTAL	2.913.398.732
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.913.398.732
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	318.398.732
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	318.398.732
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	2.595.000.000
6.9.3.0.00.00 OUTRAS ESTATAIS	2.595.000.000
TOTAL DA RECEITA	2.913.398.732
RECEITAS CORRENTES	318.398.732
RECEITAS DE CAPITAL	2.595.000.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO S.V. - PIR BV

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						VALOR
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R Y	M O D	I U	P T E	
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO									2.913.398.732
25 753	0282 4864	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA INDUSTRIAL NO EXTERIOR							134.888.119
25 753	0282 4864 0002	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA INDUSTRIAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	224.850.119
25 753	0282 4869	AQUISICÃO DE DIREITOS E DE ESTUDOS PARA A EXPANSÃO DE ATIVIDADES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO EXTERIOR							1.112.532.127
25 753	0282 4869 0002	AQUISICÃO DE DIREITOS E DE ESTUDOS PARA A EXPANSÃO DE ATIVIDADES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	1.112.532.127
25 753	0282 8019	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO NO EXTERIOR							1.424.698.469
25 753	0282 8019 0002	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	1.424.698.469
25 753	0282 8055	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE GÁS E ENERGIA NO EXTERIOR							151.318.017
25 753	0282 8055 0002	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE GÁS E ENERGIA NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	151.318.017
TOTAL - INVESTIMENTO									2.913.398.732

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32387 - TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 436.009.948			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA		436.009.948	
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 785 TRANSPORTES ESPECIAIS		436.009.948	
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 1045 BRASIL COM TODO GÁS		436.009.948	
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		436.009.948	
TOTAL		436.009.948	
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		427.484.907	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		348.947	
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		348.947	
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		427.135.960	
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA		427.135.960	
TOTAL DA RECEITA		427.484.907	RECEITAS CORRENTES
		348.947	RECEITAS DE CAPITAL
		427.135.960	

23,619,951

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32313 - TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GAS S.A. - TOG

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 56.325.380		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		56.325.380
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 785 TRANSPORTES ESPECIAIS		56.325.380
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 1045 BRASIL COM TODO GÁS		56.325.380
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		56.325.380
TOTAL		56.325.380
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		26.325.380
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		26.325.380
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA		26.325.380
TOTAL DA RECEITA	26.325.380	RECEITAS CORRENTES
	0	RECEITAS DE CAPITAL
		26.325.380

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32313 - TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GAS S.A. - TOG

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1045 BRASIL COM TODO GÁS									56.325.380
		PROJETOS							
25 785	1045 1CS1	IMPLANTACAO DO GASODUTO CACIMBAS - VITORIA (ES) COM 128 KM							56.325.380
25 785	1045 1CS1 0032	IMPLANTACAO DO GASODUTO CACIMBAS - VITORIA (ES) COM 128 KM - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							56.325.380
		GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - DNV	2	90	0	495	56.325.380
TOTAL - INVESTIMENTO									56.325.380

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32314 - LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 62.751.754		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		62.751.754
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO 733 PETRÓLEO		1.556.038 61.195.716
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS		61.195.716
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		1.556.038
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		62.751.754
TOTAL		62.751.754

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	60.050.093
6.1.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	60.050.093
6.1.1.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	60.050.093
TOTAL DA RECEITA	60.050.093
RECEITAS CORRENTES	60.050.093
RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32316 - LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS

ANEXO I**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

**0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E
OUTROS COMBUSTÍVEIS**

61.195.716

		ATIVIDADES							
25 753	0283 2843	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE GLP							61.195.716
25 753	0283 2843 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE GLP - NACIONAL							61.195.716
			1	4 - INV	2	90	0	495	61.195.716

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

1.556.038

		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.556.038
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							1.556.038
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.556.038

TOTAL - INVESTIMENTO

62.751.754

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32319 - FAPEN ENERGIA S.A.

ANEXO I**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00****TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.400.008****QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES**

25 ENERGIA	5.400.008
-------------------	------------------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCÕES

752 ENERGIA ELÉTRICA	5.400.008
-----------------------------	------------------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	5.400.008
--	------------------

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

494 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	5.400.008
--	------------------

TOTAL

5.400.008

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	5.400.008
6.1.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	5.400.008
6.1.1.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	5.400.008
TOTAL DA RECEITA	5.400.008
RECEITAS CORRENTES	5.400.008
RECEITAS DE CAPITAL	0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32319 - FAFEN ENERGIA S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									5.400.008
		PROJETOS							
25 752	0294 1CSI	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA USINA TERMoeLETRICA FAFEN (BA), COM 151 MW							5.400.008
25 752	0294 1CSB 0029	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA USINA TERMoeLETRICA FAFEN (BA), COM 151 MW							5.400.008
		- NO ESTADO DA BAHIA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 91	1	4 - INV	2	90	0	495	5.400.008
TOTAL - INVESTIMENTO									5.400.008

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

22 INDÚSTRIA

25 ENERGIA

26 TRANSPORTE

1.154.000

5.578.586.993

234.586.599

TOTAL - GERAL 5.814.327.592

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

663 MINERAÇÃO

752 ENERGIA ELÉTRICA

753 PETRÓLEO

785 TRANSPORTES ESPECIAIS

76.891.147

18.227.773

1.154.000

633.252.132

4.413.912.116

670.890.624

TOTAL - GERAL 5.814.327.592

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES

22 INDÚSTRIA

663 MINERAÇÃO

25 ENERGIA

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

752 ENERGIA ELÉTRICA

753 PETRÓLEO

785 TRANSPORTES ESPECIAIS

26 TRANSPORTE

785 TRANSPORTES ESPECIAIS

1.154.000

1.154.000

5.578.586.993

76.891.147

18.227.773

633.252.132

4.413.912.116

436.303.825

234.586.599

TOTAL - GERAL 5.814.327.592

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO

0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS

0284 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

0285 REFINO DE PETRÓLEO

0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL

0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE

0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

1844 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL

1945 BRASIL COM TODO GÁS

126.422.624

298.280.268

2.318.667.309

1.828.599.328

669.554.199

49.158.231

33.118.927

302.239.804

1.154.000

269.958.087

160.862.863

228.635.178

307.477.582

TOTAL - GERAL 5.814.327.592

QUADRO SÍNTESE POR ORGAO
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

		TOTAL - GERAL	5.814.327.592
			5.814.327.592
6.8.8.8.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.999.576.741
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS		331.320.004
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA		331.320.004
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		179.050.840
6.2.2.0.00.00	CONTROLADORA		179.050.840
6.3.0.0.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		1.449.205.897
6.3.1.0.00.00	INTERNAS		23.274.133
6.3.2.0.00.00	EXTERNAS		1.423.931.764
TOTAL DA RECEITA	1.999.576.741 RECEITAS CORRENTES	331.320.004 RECEITAS DE CAPITAL	1.628.256.737

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 5.814.327.592

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES

22	INDÚSTRIA	1.154.000
25	ENERGIA	5.578.586.993
26	TRANSPORTE	234.586.599

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES

122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	76.891.147
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18.227.773
643	MINERAÇÃO	1.154.000
782	ENERGIA ELÉTRICA	633.252.132
783	PETRÓLEO	4.413.912.116
785	TRANSPORTES ESPECIAIS	670.890.424

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0282	ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	126.422.624
0283	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS	298.180.268
0284	OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2.318.667.309
0288	REFINO DE PETRÓLEO	1.828.599.328
0289	TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	669.554.199
0294	ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	69.258.231
0295	ENERGIA NA REGIÃO SUL	33.118.927
0296	ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	302.239.884
0375	QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	1.154.000
0480	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	289.928.067
0807	INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	160.962.063
1044	ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	228.635.170
1045	BRASIL COM TODO GÁS	387.477.582

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32230	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	4.753.453.681
32239	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	386.726.540
32240	PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO	350.135
32242	PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA	848.122
32271	TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - IBU	6.102.281
32274	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	205.277.768
32275	FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC	123.923.624
32282	PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	297.184.968
32291	PETROBRAS - PETROQUÍMICA DO RIO DE JANEIRO S.A.	28.900
32306	DATAFLUX - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	7.134.000
32307	TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS	8.525.041
32312	PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO	164.019
32313	TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GÁS S.A. - TCG	30.000.000
32316	LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS	2.701.441
32317	SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.	39.737.686
32318	TERMORIO S.A.	82.883.763
32320	TERMOCEARA LTDA.	49.264.671

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495	RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	5.814.327.592
TOTAL		5.814.327.592

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.8.8.8.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.999.576.741	
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS	331.320.004	
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA	331.320.004	
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	179.050.840	
6.2.2.0.00.00	CONTROLADORA	179.050.840	
6.3.0.0.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	1.449.205.897	
6.3.1.0.00.00	INTERNAS	23.274.133	
6.3.2.0.00.00	EXTERNAS	1.423.931.764	
TOTAL DA RECEITA	1.999.576.741 RECEITAS CORRENTES	331.320.004 RECEITAS DE CAPITAL	1.628.256.737

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.753.453.681

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

21 INDÚSTRIA	1.154.000
25 ENERGIA	4.527.473.081
26 TRANSPORTE	224.826.600

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	76.891.147
663 MINERAÇÃO	1.154.000
752 ENERGIA ELÉTRICA	461.366.092
753 PETRÓLEO	3.594.539.289
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	619.503.153

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2.021.482.349
0288 REFINO DE PETRÓLEO	1.028.599.328
0287 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	564.276.431
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	19.993.560
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL	33.118.927
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	179.618.435
0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	1.154.000
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	289.938.087
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	140.767.084
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	228.635.170
1045 BRASIL COM TODO GÁS	265.850.310

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.753.453.681
---	---------------

TOTAL

4.753.453.681

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.00.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.323.143.666
6.3.00.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	1.323.143.666
6.3.20.00.00 EXTERNAS	1.323.143.666
TOTAL DA RECEITA 1.323.143.666 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 1.323.143.666	

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

ANEXO II**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T F	VALOR
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									1.021.482.349
25 753	0286 2D00	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DAS BACIAS DA AMAZÔNIA							7.667.780
25 753	0286 2D00 0010	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DAS BACIAS DA AMAZÔNIA - NA REGIÃO NORTE	1	4 - INV	2	90	0	495	7.667.780
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE/DIA)							7.667.780
25 753	0286 2D01	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DAS BACIAS DA REGIÃO NORDESTE							147.301.859
25 753	0286 2D01 0020	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DAS BACIAS DA REGIÃO NORDESTE - NA REGIÃO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	147.301.859
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE/DIA)							147.301.859
25 753	0286 2D03	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA BACIA DO ESPÍRITO SANTO							759.550.000
25 753	0286 2D03 0032	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA BACIA DO ESPÍRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1	4 - INV	2	90	0	495	759.550.000
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE/DIA) 49							759.550.000

25 753	0286 2D04	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA BACIA DE SANTOS							841.362.239
25 753	0286 2D04 0030	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA BACIA DE SANTOS - NA REGIÃO SUDESTE							841.362.239
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE/DIA)	1	4 - INV	2	90	0	495	841.362.239
25 753	0286 2753	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO SUL							26.987.690
25 753	0286 2753 0040	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO SUL - NA REGIÃO SUL							26.987.690
			1	4 - INV	2	90	0	495	26.987.690
25 753	0286 4237	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA, DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL							157.981.741
25 753	0286 4237 0001	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA, DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - NACIONAL							157.981.741
			1	4 - INV	2	90	0	495	157.981.741
25 753	0286 4393	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL							80.631.040
25 753	0286 4393 0001	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - NACIONAL							80.631.040
		POÇO EXPLORATÓRIO PERFURADO (UNIDADE) 42	1	4 - INV	2	90	0	495	80.631.040

0288 REFINO DE PETRÓLEO

1.028.599.328

		PROJETOS							
25 753	0288 1060	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA ISAAC SABBA - REMAN (AM)							39.472.981
25 753	0288 1060 0013	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA ISAAC SABBA - REMAN (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							39.472.981
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 7	1	4 - INV	2	90	0	495	39.472.981
25 753	0288 1188	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA UNIDADE DE LUBRIFICANTES E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO NORDESTE - LUBNOR (CE)							42.721.441
25 753	0288 1188 0023	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA UNIDADE DE LUBRIFICANTES E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO NORDESTE - LUBNOR (CE) - NO ESTADO DO CEARÁ							42.721.441
		UNIDADE ADEQUADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	495	42.721.441
25 753	0288 3125	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATÃO - RPB (SP)							157.221.126
25 753	0288 3125 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATÃO - RPB (SP) - NO MUNICÍPIO DE CUBATÃO - SP							157.221.126
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	495	157.221.126
25 753	0288 3129	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIPE - RELAM (BA)							72.988.323
25 753	0288 3129 0029	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIPE - RELAM (BA) - NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA							72.988.323
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	72.988.323

25 753	0288 3143	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS - REGAP (MG)								206.327.808
25 753	0288 3143 0031	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS - REGAP (MG) - NO MUNICÍPIO DE BETIM - MG								206.327.808
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 4	1	4 - INV	2	90	0	495		206.327.808
25 753	0288 3151	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA - REVAP (SP)								277.151.356
25 753	0288 3151 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA - REVAP (SP) - NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP								277.151.356
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 5	1	4 - INV	2	90	0	495		277.151.356
25 753	0288 3155	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE PAULÍNIA - REPLAN (SP)								21.063.590
25 753	0288 3155 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE PAULÍNIA - REPLAN (SP) - NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA - SP								21.063.590
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495		21.063.590
25 753	0288 3157	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE CAPUAVA - RECAP (SP)								19.667.846
25 753	0288 3157 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE CAPUAVA - RECAP (SP) - NO MUNICÍPIO DE MAUA - SP								19.667.846
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 5	1	4 - INV	2	90	0	495		19.667.846
25 753	0288 3161	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS - REPAR (PR)								191.984.857
25 753	0288 3161 0041	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS - REPAR (PR) - NO ESTADO DO PARANÁ								191.984.857
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495		191.984.857

0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

564.276.431

		PROJETOS								
25 753	0289 1155	CONSTRUÇÃO DE TANQUES PARA PRODUTOS ESPECIAIS - GASOLINA DE AVIAÇÃO, LUBRIFICANTES E ADITIVO AB-9 - NO TERMINAL DE ALEMOA (SP)								8.940.584
25 753	0289 1155 0035	CONSTRUÇÃO DE TANQUES PARA PRODUTOS ESPECIAIS - GASOLINA DE AVIAÇÃO, LUBRIFICANTES E ADITIVO AB-9 - NO TERMINAL DE ALEMOA (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO								8.940.584
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		8.940.584
25 753	0289 1189	CONSTRUÇÃO DE PATIO E PIER PARA COQUE E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO PORTO DE PARANAGUA (PR) - ESTUDOS E PROJETOS								47.792.000
25 753	0289 1189 0041	CONSTRUÇÃO DE PATIO E PIER PARA COQUE E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO PORTO DE PARANAGUA (PR) - ESTUDOS E PROJETOS - NO ESTADO DO PARANÁ								47.792.000
		PROJETO ELABORADO (% DE EXECUÇÃO) 100	1	4 - INV	2	90	0	495		47.792.000
25 753	0289 1191	CONSTRUÇÃO DE ESTACAO DE TRATAMENTO DE PETRÓLEO EM ANGRA DOS REIS (RJ) - ESTUDOS E PROJETOS								23.200.000
25 753	0289 1191 0033	CONSTRUÇÃO DE ESTACAO DE TRATAMENTO DE PETRÓLEO EM ANGRA DOS REIS (RJ) - ESTUDOS E PROJETOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								23.200.000
		PROJETO ELABORADO (% DE EXECUÇÃO) 100	1	4 - INV	2	90	0	495		23.200.000

25 785	0289 1C22	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE PETROLEO E DERIVADOS DA REFINARIA DE PAULINEA - REPLAN PARA 63.000 M3/DIA								91.510.400
25 785	0289 1C22 0035	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE PETROLEO E DERIVADOS DA REFINARIA DE PAULINEA - REPLAN PARA 63.000 M3/DIA - NO ESTADO DE SAO PAULO								91.510.400
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		91.510.400
25 785	0289 1154	AMPLIACAO DE FAIXAS DE DUTOS E CONSTRUCAO DE DUTO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO ENTRE A REDUC E A ILHA REDONDA (RJ)								22.200.000
25 785	0289 1154 0033	AMPLIACAO DE FAIXAS DE DUTOS E CONSTRUCAO DE DUTO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO ENTRE A REDUC E A ILHA REDONDA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								22.200.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 31	1	4 - INV	2	90	0	495		22.200.000
25 785	0289 1190	CONSTRUCAO DE DUTO DE PROPENO, DE ESFERAS DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO E DE INSTALACOES NO PIER DE PARANAGUA (PROJETO SUZANO) (PR) / (RJ) - ESTUDOS E PROJETOS								27.780.000
25 785	0289 1190 0001	CONSTRUCAO DE DUTO DE PROPENO, DE ESFERAS DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO E DE INSTALACOES NO PIER DE PARANAGUA (PROJETO SUZANO) (PR) / (RJ) - ESTUDOS E PROJETOS - NACIONAL								27.780.000
		PROJETO ELABORADO (% DE EXECUCAO) 99	1	4 - INV	2	90	0	495		27.780.000
25 785	0289 1192	CONSTRUCAO DE DUTO ENTRE SAO SEBASTIAO E GUARAREMA (OSVAT 2 - PETROLEO) E DE UM PIER EM SAO SEBASTIAO (SP) - ESTUDOS E PROJETOS								103.880.000
25 785	0289 1192 0035	CONSTRUCAO DE DUTO ENTRE SAO SEBASTIAO E GUARAREMA (OSVAT 2 - PETROLEO) E DE UM PIER EM SAO SEBASTIAO (SP) - ESTUDOS E PROJETOS - NO ESTADO DE SAO PAULO								103.880.000
		PROJETO ELABORADO (% DE EXECUCAO) 99	1	4 - INV	2	90	0	495		103.880.000
25 785	0289 11UN	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NO TERMINAL DE SAO SEBASTIAO E NOS OLEODUTOS OSVAT E OSBAT (SP)								14.146.847
25 785	0289 11UN 0035	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NO TERMINAL DE SAO SEBASTIAO E NOS OLEODUTOS OSVAT E OSBAT (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								14.146.847
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		14.146.847
26 785	0289 11SM	IMPLANTACAO DO TERMINAL DE PECÉM (CE)								105.449.600
26 785	0289 11SM 0023	IMPLANTACAO DO TERMINAL DE PECÉM (CE) - NO ESTADO DO CEARÁ								105.449.600
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		105.449.600
26 785	0289 11SW	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ESCOAMENTO DE ALCOOL (RIBEIRAO PRETO-SP / REPLAN / ILHA DAGUA-RJ)								119.377.000
26 785	0289 11SW 0030	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ESCOAMENTO DE ALCOOL (RIBEIRAO PRETO-SP / REPLAN / ILHA DAGUA-RJ) - NA REGIAO SUDESTE								119.377.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		119.377.000

0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE
19.993.560

		PROJETOS								
25 752	0294 1J37	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMoeLETRICA TERMOBAHIA								19.993.560
25 752	0294 1J37 0029	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMoeLETRICA TERMOBAHIA - NO ESTADO DA BAHIA								19.993.560
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495		19.993.560

0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL

33.118.927

		ATIVIDADES							
25 752	0295 6556	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS	1	4 - INV	2	90	0	495	4.538.000
25 752	0295 6556 0040	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TERMELETRICAS - NA REGIAO SUL							4 538 000
		PROJETOS							
25 752	0295 10WI	IMPLANTACAO DA 2ª FASE DA USINA TERMELETRICA DE CANOAS (RS)	1	4 - INV	2	90	0	495	28.580.927
25 752	0295 10WI 0043	ACRESCIMO DE 90 MW IMPLANTACAO DA 2ª FASE DA USINA TERMELETRICA DE CANOAS (RS) ACRESCIMO DE 90 MW - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA)							28.580.927
									28 580.927

0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE

179.618.435

		PROJETOS							
25 752	0296 1C64	IMPLANTACAO DA 1ª FASE DA USINA TERMOELETRICA PIRATININGA (SP), COM 160 MW	1	4 - INV	2	90	0	495	66.665.065
25 752	0296 1C64 0035	IMPLANTACAO DA 1ª FASE DA USINA TERMOELETRICA PIRATININGA (SP), COM 160 MW - NO ESTADO DE SAO PAULO USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA)							66.665.065
25 752	0296 1J36	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMOELETRICA IBIRITERMO	1	4 - INV	2	90	0	495	36.925.084
25 752	0296 1J36 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMOELETRICA IBIRITERMO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)							36.925.084
25 752	0296 10WL	IMPLANTACAO DO CICLO COMBINADO NA USINA TERMELETRICA DE TRES LAGOAS (MS) - AMPLIACAO DA CAPACIDADE PARA 350 MW	1	4 - INV	2	90	0	495	76.028.286
25 752	0296 10WL 0054	IMPLANTACAO DO CICLO COMBINADO NA USINA TERMELETRICA DE TRES LAGOAS (MS) - AMPLIACAO DA CAPACIDADE PARA 350 MW - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)							76.028.286

0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

1.154.000

		ATIVIDADES							
22 663	0375 869H	LICENCIAMENTO E APROVEITAMENTO DE MINERAIS PARA A PRODUCAO DE FERTILIZANTES AGRICOLAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.154.000
22 663	0375 869H 0001	LICENCIAMENTO E APROVEITAMENTO DE MINERAIS PARA A PRODUCAO DE FERTILIZANTES AGRICOLAS - NACIONAL PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)							1.154.000

0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

269.958.087

		ATIVIDADES							
25 753	0480 2763	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GÁS NATURAL	1	4 - INV	2	90	0	495	32.287.452
25 753	0480 2763 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GÁS NATURAL - NACIONAL PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)							32.287.452

25 753	0480 4112	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO							22.867.284
25 753	0480 4112 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO - NACIONAL							22.867.284
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	22.867.284
25 753	0480 4113	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE REFINO							15.459.824
25 753	0480 4113 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL							15.459.824
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	15.459.824
25 753	0480 4115	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS DEMAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL							191.273.227
25 753	0480 4115 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS DEMAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - NACIONAL							191.273.227
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	191.273.227
25 753	0480 4862	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO							8.070.300
25 753	0480 4862 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO - NACIONAL							8.070.300
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	8.070.300

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO
140.767.084

		ATIVIDADES							
25 753	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							63.875.937
25 753	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							63.875.937
			1	4 - INV	2	90	0	495	63.875.937
		PROJETOS							
25 122	0807 12BK	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS (CPD) DA PETROBRAS							76.891.147
25 122	0807 12BK 0033	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS (CPD) DA PETROBRAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							76.891.147
		CENTRO IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 9	1	4 - INV	2	90	0	495	76.891.147

1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL
228.635.170

		PROJETOS							
25 752	1044 10WD	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS							51.548.930
25 752	1044 10WD 0001	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS - NACIONAL							51.548.930
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	51.548.930
25 752	1044 10WE	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA UTILIZANDO BIOMASSA COMO COMBUSTÍVEL							7.357.290
25 752	1044 10WE 0001	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA UTILIZANDO BIOMASSA COMO COMBUSTÍVEL - NACIONAL							7.357.290
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	7.357.290

25 752	1044 10WG	IMPLANTACAO DE UNIDADES PARA GERACAO DE ENERGIA TERMICA UTILIZANDO ENERGIA SOLAR							7.400.000
25 752	1044 10WG 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADES PARA GERACAO DE ENERGIA TERMICA UTILIZANDO ENERGIA SOLAR - NACIONAL							7.400.000
		CAPACIDADE INSTALADA (KW EQUIVALENTE)	1	4 - INV	2	90	0	495	7.400.000
25 752	1044 3117	IMPLANTACAO DE USINAS EOLICAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETTRICA							162.328.950
25 752	1044 3117 0030	IMPLANTACAO DE USINAS EOLICAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETTRICA - NA REGIAO SUDESTE							13.920.000
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 91	1	4 - INV	2	90	0	495	13.920.000
25 752	1044 3117 0040	IMPLANTACAO DE USINAS EOLICAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETTRICA - NA REGIAO SUL							148.408.950
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 64	1	4 - INV	2	90	0	495	148.408.950

1045 BRASIL COM TODO GÁS

265.850.318

		ATIVIDADES							
25 785	1045 4867	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL							2.138.340
25 785	1045 4867 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL							2.138.340
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.138.340
25 785	1045 6555	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA TRATAMENTO DE GAS NATURAL							7.214.554
25 785	1045 6555 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA TRATAMENTO DE GAS NATURAL - NACIONAL							7.214.554
			1	4 - INV	2	90	0	495	7.214.554
		PROJETOS							
25 753	1045 1733	DESENVOLVIMENTO DE PROJETO PARA ESCOAMENTO DO GAS NATURAL DAS BACIAS DO ESPRITO SANTO E DE CAMPOS							60.320.000
25 753	1045 1733 0030	DESENVOLVIMENTO DE PROJETO PARA ESCOAMENTO DO GAS NATURAL DAS BACIAS DO ESPRITO SANTO E DE CAMPOS - NA REGIAO SUDESTE							60.320.000
		PROJETO ELABORADO (% DE EXECUCAO) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	60.320.000
25 753	1045 1734	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICACAO DE GAS NATURAL NO PORTO DE PECÉM (CE) - ESTUDOS E PROJETOS							44.886.649
25 753	1045 1734 0023	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICACAO DE GAS NATURAL NO PORTO DE PECÉM (CE) - ESTUDOS E PROJETOS - NO ESTADO DO CEARÁ							44.886.649
		PROJETO ELABORADO (% DE EXECUCAO)	1	4 - INV	2	90	0	495	44.886.649
25 753	1045 1735	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICACAO DE GAS NATURAL NA BAIJA DA GUANABARA (RJ) - ESTUDOS E PROJETOS							25.484.355
25 753	1045 1735 0033	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICACAO DE GAS NATURAL NA BAIJA DA GUANABARA (RJ) - ESTUDOS E PROJETOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							25.484.355
		PROJETO ELABORADO (% DE EXECUCAO)	1	4 - INV	2	90	0	495	25.484.355

25 785	1045 5199	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE (PETROBRAS)								69.677.576
25 785	1045 5199 0030	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE (PETROBRAS) - NA REGIAO SUDESTE								69.677.576
		PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		69.677.576
25 785	1045 7F30	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS (PETROBRAS)								50.000.000
25 785	1045 7F30 0001	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS (PETROBRAS) - NACIONAL								50.000.000
		PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 50	1	4 - INV	2	90	0	495		50.000.000
25 785	1045 7048	IMPLANTACAO DO GASODUTO DE INTEGRACAO SUDESTE-NORDESTE - IMOBILIZACOES PETROBRAS								6.128.836
25 785	1045 7048 0001	IMPLANTACAO DO GASODUTO DE INTEGRACAO SUDESTE-NORDESTE - IMOBILIZACOES PETROBRAS - NACIONAL								6.128.836
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		6.128.836
TOTAL - INVESTIMENTO										4.753.453.681

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE - R\$ 306.726.540

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

306.726.540

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO
753 PETRÓLEO

7.239.611
299.486.929

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO
0285 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

2.500.000
295.672.269
8.554.271

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
496 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

306.726.540

TOTAL

306.726.540

QUADRO SINTESE POR RECEITA
4.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA
TOTAL DA RECEITA

305.317.221
305.317.221
305.317.221
0

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO									2.500.000
		PROJETOS							
25 753	0282 5484	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR							2.500.000
25 753	0282 5484 0002	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR - NO EXTERIOR							2.500.000
		ESTABELECIMENTO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	2.500.000

0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS**295.672.269**

		ATIVIDADES							
25 753	0283 2787	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL							6.718.895
25 753	0283 2787 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	6.718.895
25 753	0283 2797	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL							2.650.771
25 753	0283 2797 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	2.650.771
25 753	0283 2799	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES							46.561.409
25 753	0283 2799 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	46.561.409
25 753	0283 2809	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL							3.388.150
25 753	0283 2809 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	3.388.150
		PROJETOS							
25 753	0283 3348	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL							236.353.044
25 753	0283 3348 0001	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	236.353.044
		POSTO DE SERVICO IMPLANTADO (UNIDADE) 15							

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO**8.554.271**

		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							7.239.611
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	7.239.611
25 753	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.314.660
25 753	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	1.314.660

TOTAL - INVESTIMENTO**306.726.540**

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32240 - PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 350.135

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA

350.135

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

350.135

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

350.135

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

350.135

TOTAL

350.135

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

350.135

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS

350.135

6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA

350.135

TOTAL DA RECEITA

350.135

RECEITAS CORRENTES

350.135

RECEITAS DE CAPITAL

0

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32240 - PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									350.135
		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO							350.135
25 126	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							350.135
			1	4 - INV	2	90	0	495	350.135
TOTAL - INVESTIMENTO									350.135

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 868.122

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA

868.122

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
753 PETRÓLEO

307.238

558.884

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

868.122

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

868.122

TOTAL

868.122

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

868.122

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS

868.122

6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA

868.122

TOTAL DA RECEITA

868.122

RECEITAS CORRENTES

868.122

RECEITAS DE CAPITAL

0

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESP	QND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
1045 BRASIL COM TODO GÁS									6.102.201

		ATIVIDADES					
25 753	0289 4107	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO E DERIVADOS					95.517.769
25 753	0289 4107 0801	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO E DERIVADOS - NACIONAL					95.517.769
		PROJETOS	1	4 - ENV	2	90	0 495 95.517.769

26 785	0289 11SP	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE DERIVADOS DO TERMINAL DE NITEROI - TENIT (CANOAS - RS)							9.759.999
26 785	0289 11SP 0043	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE DERIVADOS DO TERMINAL DE NITEROI - TENIT (CANOAS - RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PROJETO IMPLANTADO (96 DE EXECUCAO FISICA) 21	1	4 - INV	2	90	0	495	9.759.999
TOTAL - INVESTIMENTO									105.377.768

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32275 - FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 123.922.624

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA **123.922.624**

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
753 PETRÓLEO **123.922.624**

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO **123.922.624**

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO **123.922.624**

TOTAL **123.922.624**

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 123.922.624
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 24.784.526
6.1.1.0.00.00 CEFACAO PROPRIA 24.784.526
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO 99.138.098
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS 99.138.098
TOTAL DA RECEITA **123.922.624** **RECEITAS CORRENTES** **24.784.526** **RECEITAS DE CAPITAL** **99.138.098**

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32275 - FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO									123.922.624
		PROJETOS							
25 753	0282 1147	AQUISICAO DE NAVIO PARA TRANSPORTE DE ALCOOL E PRODUTOS CLAROS							123.922.624
25 753	0282 1147 0002	AQUISICAO DE NAVIO PARA TRANSPORTE DE ALCOOL E PRODUTOS CLAROS - NO EXTERIOR							123.922.624
		NAVIO ADQUIRIDO (UNIDADE)	1	4 - INV	4	90	0	495	123.922.624
TOTAL - INVESTIMENTO									123.922.624

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 297.184.960

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA **297.184.960**

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
753 PETRÓLEO **297.184.960**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL 297.184.960
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 297.184.960
TOTAL 297.184.960
ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									297.184.960
		PROJETOS							
25 753	0286 1172	CONSTRUCAO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUCAO II (PERIODO 2007-2013)							297.184.960
25 753	0286 1172 0001	CONSTRUCAO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUCAO II (PERIODO 2007-2013) - NACIONAL							297.184.960
		PROJETO EXECUTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	4	90	0	495	297.184.960
TOTAL - INVESTIMENTO									297.184.960

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32291 - PETROBRAS - PETROQUÍMICA DO RIO DE JANEIRO S.A.
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 28.800
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA 28.800
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO 28.800
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0097 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 28.800
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 28.800
TOTAL 28.800
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.000.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 28.800
6.200.000.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 28.800
6.2.28.000.00 CONTROLADORA 28.800
TOTAL DA RECEITA 28.800
ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32291 - PETROBRAS - PETROQUÍMICA DO RIO DE JANEIRO S.A.
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		28.800
	ATIVIDADES	
25 126 0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO	28.800
25 136 0807 4103 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	28.800
	1 4 - INV 2 90 0 495	28.800
TOTAL - INVESTIMENTO		28.800

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32306 - DATAFLUX - SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.136.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA 7.136.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO 7.136.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 7.136.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 7.136.000

TOTAL

7.136.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 7.136.000

6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 7.136.000

6.3.2.0.00.00 CONTROLADORA 7.136.000

TOTAL DA RECEITA 7.136.000 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 7.136.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32306 - DATAFLUX - SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									7.136.000
		ATIVIDADES							
25 126 0807 4103		MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							7.136.000
25 126 0807 4103 0001		MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							7.136.000
		1 4 - INV 2 90 0 495							7.136.000
TOTAL - INVESTIMENTO									7.136.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32307 - TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 8.525.041
QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA **8.525.041**
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO **2.999.970**
785 TRANSPORTES ESPECIAIS **5.525.071**
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO **2.999.970**
1045 BRASIL COM TODO GÁS **5.525.071**
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO **8.525.041**
TOTAL **8.525.041**
ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32307 - TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FLUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	R	P	M	O	D	I	U	FTE	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-----	-----	---	---	---	---	---	---	---	-----	-------

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO **2.999.970**

		ATIVIDADES											
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO											2.999.970
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495					2.999.970
													2.999.970

1045 BRASIL COM TODO GÁS **5.525.071**

		ATIVIDADES											
25 785	1045 4861	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL											1.771.116
25 785	1045 4861 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495					1.771.116
													1.771.116
25 785	1045 4867	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL											3.753.955
25 785	1045 4867 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495					3.753.955
													3.753.955

TOTAL - INVESTIMENTO
8.525.041
ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32312 - PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 164.019
QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | **164.019**
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO | **164.019**
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | **164.019**
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | **164.019**
TOTAL | **164.019**
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32312 - PETROQUIMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									164.019
		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							164.019
25 126	0807 4103 0043	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							164.019
			1	4 - INV	2	90	0	495	164.019
TOTAL - INVESTIMENTO									164.019

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32313 - TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GAS S.A. - TCG
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 30.000.000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | **30.000.000**
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
785 TRANSPORTES ESPECIAIS | **30.000.000**
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
1045 BRASIL COM TODO GAS | **30.000.000**
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | **30.000.000**
TOTAL | **30.000.000**
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32313 - TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GAS S.A. - TCG
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

1045 BRASIL COM TODO GÁS

30.898.000

		PROJETOS								
25 785	1045 1D01	AQUISIÇÃO, DA PETROBRAS, DE MALHAS DE GASODUTOS DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDESTE								38.000.000
25 785	1045 1D01 0020	AQUISIÇÃO, DA PETROBRAS, DE MALHAS DE GASODUTOS DE TRANSPORTE DA REGIÃO SUDESTE - NA REGIÃO SUDESTE GASODUTO ADQUIRIDO (%) 50	1	4 - INV	2	90	0	495		30.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO										30.000.000

ORÇAO : 32008 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32316 - LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.701.461

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

2.701.461

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
753 PETRÓLEO

2.701.461

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS

2.607.999

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

93.462

QUADRO SINTESE POR PONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

2.701.461

TOTAL **2.701.461**

ORÇAO : 32008 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32316 - LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R	
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS										2.607.999
25 753	0283 2B44	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA INDUSTRIAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUCAO DE GLP							2.607.999	
25 753	0283 2B44 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA INDUSTRIAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUCAO DE GLP - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	2.607.999	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										93.462
ATIVIDADES										
25 753	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							93.462	
25 753	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	93.462	
TOTAL - INVESTIMENTO										2.701.461

ORÇAO : 32008 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32317 - SPE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 39.737.606			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			39.737.606
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
752 ENERGIA ELÉTRICA			39.737.606
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			39.737.606
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			39.737.606
TOTAL			39.737.606
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			39.737.606
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			39.737.606
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			39.737.606
TOTAL DA RECEITA	39.737.606	RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	39.737.606
ORÇAO : 33000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			
UNIDADE : 32317 - SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.			

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	I	U	FTE	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE										39.737.606
		PROJETOS								
25 752	0296 1C63	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA UTE ELETROBOLT (RJ), COM 386 MW								39.737.606
25 752	0296 1C63 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA UTE ELETROBOLT (RJ), COM 386 MW - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								39.737.606
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		39.737.606
TOTAL - INVESTIMENTO										39.737.606
ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32318 - TERMOJO S.A.										

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 82.883.763			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			82.883.763
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
752 ENERGIA ELÉTRICA			82.883.763
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			82.883.763
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			82.883.763
TOTAL			82.883.763
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			82.883.763
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			82.883.763
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			82.883.763
TOTAL DA RECEITA	82.883.763	RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	82.883.763

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE									49.264.671
		PROJETOS							
25 752	0294 1158	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMoeLETRICA TERMOCEARA (CE), COM 220 MW							49.264.671
25 752	0294 1158 0023	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMoeLETRICA TERMOCEARA (CE), COM 220 MW - NO ESTADO DO CEARA							49.264.671
		OBRA EXECUTADA (1% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	49.264.671
TOTAL - INVESTIMENTO									49.264.671

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Esse foi PLN nº 55, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Acabamos de votar o PLN nº 42; o PLN nº 55 já foi.

No acordo anterior, havia o PLN 65/2007.

Item 18:

**PROJETO DE LEI DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 65, DE 2007**

Altera o Anexo VII da Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Não, está fora do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Está fora do acordo.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Presidente, o PLN nº 65 é esse que V. Ex^a está lendo? O PLN nº 65 não poderá ser votado agora, há uma divergência no Plenário. Portanto, estamos retirando o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Esgotamos a pauta de entendimento.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Pela ordem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – O PLN nº 43 já foi votado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – O PLN nº 43 não estava no acordo.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O 62 e o 65 foi o que o Deputado Walter...

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Vou ler o que votamos: 53, 61, 38, 39, 40, 45, 46, 49, 52, 60, 63, 64, retiramos o 65, votamos 44, 48, 55, o 42 e a errata.

Há acordo no Plenário para mais algum item?

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Sr. Presidente, faltam os PLNs nº 65, 43 e?

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Já lhe passaremos a informação. O 37 não foi votado, o 41.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – O 57, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – O 43 não foi votado.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – O 62 também não foi votado, Sr. Presidente? Sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – 46, 47, o 50, o 57, o 58, o 59, o 62 e o 65. Ok?

Não há acordo sobre nenhum outro item.
Quero agradecer aos Srs. Líderes.

O SR. JOÃO LEÃO (PL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Pela ordem, ilustre Deputado João Leão.

O SR. JOÃO LEÃO (PL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de pedir o obséquio, em nome dos velhinhos do Brasil, para a Oposição aqui – o nobre e querido Deputado Cláudio Cajado e o nobre Deputado Macris, do PSDB –, porque tem um PL aqui que é essencial que votássemos, é o que abre o Orçamento da Seguridade Social da União em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$910 milhões, para reforço de dotação constante da lei.

Então, o Deputado Cláudio Cajado já está dizendo que é perfeitamente possível. Nobre e querido Deputado Cláudio Cajado, só esse, para encerrar com chave de ouro. O PSDB já concorda. Se V. Ex^a concordar, o Líder Jutahy está ali balançando a cabeça, que é para os velhinhos do Brasil. V. Ex^a que gosta tanto... Só este: PLN nº 57, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Cláudio Cajado.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preste atenção, nós aqui estamos com dois problemas: o primeiro é que vamos enfrentar, daqui a instantes, a sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Dá tempo, Deputado.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Nós estamos com o relatório de atividades do PPA e da LOA, esperando que o comitê de emendas, da qual eu faço parte, dê o parecer para podermos preparar, hoje e amanhã, a votação no plenário da Comissão.

Nós fizemos o entendimento para que houvesse, a partir das 10 horas de hoje, a sessão do Congresso Nacional, e avançamos – de 29, seguramente votamos dois terços dos projetos de suplementação e créditos que estavam pendentes. Então, não há problema de fazermos essa votação na próxima semana, na terça-feira ou na quarta-feira, mas nós precisamos dar continuidade ao trabalho da Comissão de Orçamento, já que os prazos estão extremamente apertados.

No dia de ontem, o Comitê de Emendas esteve reunido com o Presidente da Comissão de Orçamento, Senador José Maranhão, juntamente com o Relator do Orçamento, o Deputado José Pimentel, estando presente, inclusive, aqui no plenário, o Deputado Vignatti, que é o Relator do PPA. E fomos cobrados para acelerar os trabalhos.

Então, estamos apenas o relatório ser finalizado pela assessoria técnica da Comissão de Orçamento, que já me informou que está pronto. Então, o Comitê de Emenda tem de se reunir agora para poder analisar

esse parecer. Fiz o entendimento com o Deputado Walter Pinheiro para que nós pudéssemos votar e discutir os projetos que foram pautados e acordados.

Então, eu pediria ao Deputado João Leão que pudéssemos – até porque o Deputado Macris é o Relator, e nós estamos em um acordo conjunto – votar na próxima semana, terça-feira. Não há problema, óbice algum e prejuízo para nenhum dos velhinhos...

O Sr. Walter Pinheiro (PT – BA) – O Relator do PLN nº 57 é Zé Gerardo.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Pois é... Inclusive, está lá no Comitê ainda como Coordenador.

O Sr. Walter Pinheiro (PT – BA) – Eu o substituo aqui.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Eu já recebi, inclusive, um telefonema, Deputado Pinheiro, informando que agora temos de ir ao Comitê de Emendas para finalizar esse trabalho.

Então, eu pediria que nós marcássemos uma sessão do Congresso para a próxima semana a fim de concluir a pauta, que foi extremamente avançada.

Então, os democratas mantêm a sua posição no acordo.

O Sr. João Leão (PL – BA) – Mas, meu nobre e querido Deputado Cláudio Cajado, com a agilidade que o nosso Presidente do Congresso tem, Deputado Narcio Rodrigues, nós votaríamos isso aqui em cinco minutos. Cinco minutos! Em cinco minutos, nós votaríamos isso. E eu tenho certeza de que V. Ex^a vai concordar.

O Sr. Walter Pinheiro (PT – BA) – Sr. Presidente, só uma ponderação que considero importante.

O que o Deputado Claudio Cajado fala acerca dos prazos é verdade. E é importante, inclusive, para que toda Casa fique sabendo, que a Comissão de Orçamento irá funcionar, inclusive, no dia de amanhã. Às vezes, costuma-se dizer que, nesta Casa, nas segundas e nas sextas-feiras, não há trabalho. Sou testemunha – e é importante também tornar público isso aqui – de que nossa Comissão de Orçamento trabalhou na quinta-feira, feriado, realizando trabalho interno, na sexta-feira e no sábado. No domingo, Deputados e Senadores do Comitê de Emendas já estavam em Brasília para fechar o relatório.

Trabalharam até a madrugada de segunda-feira para terça-feira, visando exatamente a atender essa demanda. Faremos isso no dia de amanhã para cumprir o prazo.

É óbvio que o Deputado Cajado está correto. Tomemos uns quinze segundos a mais desse tempo e a Comissão logo retomará seus trabalhos, para diminuir, Deputado Claudio Cajado, o número de processos para

serem votados. Na próxima sessão do Congresso, em vez de votarmos onze, teríamos apenas dez, excluindo-se o PLN nº 57.

Na próxima sessão, portanto, também deveremos apreciar, V. Ex^a sabe disso, o relatório do PPA do Deputado Vignatti. Este ano, Sr. Presidente, se não apreciarmos o PPA, não teremos condições, pela Resolução nº 1, de apreciarmos a Lei Orçamentária.

Faço esse apelo ao Deputado Cláudio Cajado, para apreciarmos o PLN nº 57 e, de imediato, nos dirigiremos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para concluir o nosso trabalho. Amanhã, se Deus quiser, votaremos o relatório do Comitê de Emendas, a admissibilidade das emendas das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares, das Comissões e das Bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Como esse é um embate baiano, fico aqui esperando as ordens da Bahia.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA.) – Sr. Presidente, esse apelo do Deputado João Leão, ratificado pelo Deputado Walter Pinheiro, e para que, no futuro, a Oposição veja o passado, que é o presente de hoje, como nós atuamos, não há radicalismo e vamos aquiescer para votarmos esta última matéria, o PLN nº 57.

Espero que a situação, no futuro, ao se tornar oposição, siga o exemplo que a Oposição do presente está dando.

O Sr. João Leão (PL – BA) – Sr. Presidente, o povo da Bahia se sente feliz em ter um parlamentar da extirpe do Deputado Claudio Cajado, em particular o povo da região metropolitana de Salvador e o povo de Dias D'Ávila. Felicidade total.

Muito obrigado, Deputado Cláudio Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Consulte o PSDB se concorda com o acordo produzido aqui.

Ilustre Deputado Vanderlei Macris, consulte o PSDB se há acordo para a votação do PLN nº 57. Pode só balançar a cabeça.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, além de apresentar a minha concordância, de dizer que havia de nossa parte uma questão em relação ao PLN nº 65, a que o Deputado Walter Pinheiro se referiu, mas que é fruto de um entendimento que está sendo feito com o Relator, Senador Francisco Dornelles, na questão da explicitação no PPI de todas as obras, de todos os convênios que estão sendo parte dos investimentos estabelecidos pelo PPI, de R\$11,283 bilhões. Esse detalhamento não estava acontecendo, mas há um acordo em andamento, Deputado Walter

Pinheiro, Senador Dornelles, que está sendo fechado para ser votado provavelmente na próxima semana.

Em relação aos demais, não há problema da parte da Bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – **Item 17:**

**PROJETO DE LEI DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 57, DE 2007**

Discussão do Projeto de Lei nº 57, de 2007, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$910.068.563,00 (novecentos e dez milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas. O projeto depende de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Walter Pinheiro, para fazê-lo.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para consubstanciar o que foi dito em plenário, desse PLN, R\$508.681.701,00 serão destinados exatamente ao pagamento das ações de benefícios previdenciários aos segurados.

Estamos fazendo esse aporte por não ter havido previsão para essa despesa no Orçamento.

No exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva a ampliação das dotações de categorias de programações existentes na Lei Orçamentária vigente, Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, que foi formulada de acordo com o que determina a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, a nossa LDO de 2007, e a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, Plano Plurianual 2004/2007.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 57, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 57, de 2007 – CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade So-

cial da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$910.068.563,00 (novecentos e dez milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Walter Pinheiro**

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 162, de 2007 – CN (nº 772/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 57, de 2007 – CN que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$910.068.563,00 (novecentos e dez milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

A Exposição de Motivos nº 264/2007/MP, do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a solicitação de crédito suplementar para o Ministério da Previdência Social (MPS), no montante de R\$508.681.701,00 viabilizará o atendimento das ações relativas ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados até o final do corrente exercício, tendo em vista o aumento do número de beneficiários em relação ao previsto por ocasião de elaboração do Projeto da Lei Orçamentária de 2007.

O crédito para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no montante de R\$401.386.862,00 atenderá despesas com o pagamento dos benefícios relativos ao seguro-desemprego, nas suas diversas modalidades, e ao abono salarial, até o final do ano, cuja insuficiência de dotação também resulta do aumento do número de beneficiários acima da estimativa feita por ocasião do referido projeto.

O presente crédito será viabilizado, na quase sua totalidade, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e a Recursos Próprios Financeiros, sendo uma pequena parcela decorrente de anulação parcial de dotação orçamentária do MPS.

A propósito do que estabelece o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO – 2007), as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resulta-

do primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que R\$100.000,00 referem-se a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada e R\$909.968.563,00 tratam-se de despesas primárias obrigatórias, atendidas com recursos de origem financeira, as quais foram consideradas no cálculo do referido resultado constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do quarto bimestre de 2007, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 701, de 20 de setembro de 2007.

Não foram apresentadas emendas ao presente Projeto de Lei.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva a ampliação das dotações de categorias de programação existentes na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) e que foi formulada de acordo com o que determina a Lei nº 4.320, de 17 de março de

1964, a Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO/2007) e a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 (Plano Plurianual 2004/2007).

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 57, de 2007 – CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de 2007. – Deputado **Walter Pinheiro**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Parecer do Relator concluiu pela aprovação do Projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Srs e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 57, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 162, DE 2007-CN
(nº 772 /2007, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 910.068.563,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 910.068.563,00 (novecentos e dez milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 909.968.563,00 (novecentos e nove milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais); e

II - anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33004 - FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	SN	GR	MO	DI	FE	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									100.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							100.000
99 999	0999 0998 0058	RESERVA DE CONTINGENCIA - RESERVA DE CONTINGENCIA PARA GARANTIR O AUMENTO REAL DO VALOR DOS BENEFICIOS DA SEGURIDADE SOCIAL							100.000
			S	9	1	90	0	153	100.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.000
TOTAL - GERAL									100.000

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Queremos agradecer aos Srs. Líderes pelo esforço e pelo entendimento feito na manhã de hoje. Vamos pautar, para as próximas semanas, em conjunto com os Srs. Líderes, a agenda a ser estabelecida pelo Congresso, de forma a estar em sintonia com o desejo de todos nós de votarmos o Orçamento ainda no exercício deste ano, em um esforço conjunto que, tenho certeza, conseguiremos fazer.

Ilustre Deputado Walter Pinheiro

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer primeiramente a V. Ex^a, que tem sido diligente e bom dirigente deste Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – V. Ex^a tem, eu diria, prestado bons serviços e mostrou que é possível conduzirmos os trabalhos dessa forma aqui.

Quero agradecer imensamente aos Deputados Vanderlei Macris, Cláudio Cajado, Eduardo Sciarra, que não está aqui porque teve de se retirar, que colaboraram decisivamente para a construção desse acordo. O Deputado Eduardo teve também uma participação e, obviamente, os Senadores e Deputados de todos os Partidos.

Quero fazer um agradecimento especial ao Senador Efraim, a quem solicitamos aqui no relatório a aquiescência para um pedido do Ministério do Desen-

volvimento Social. Espero que façamos o acordo em relação ao Projeto de nº 65, até porque nós do Governo já cedemos, aceitamos as ponderações corretas, é bom frisar, do Deputado Vanderlei Macris.

Fizemos esse acordo e espero que, nesta semana, seja possível o acordo com o PMDB para que nós entreguemos esse PLN, que é de suma importância principalmente para as novas universidades brasileiras.

Agradeço, mais uma vez, a compreensão, a ajuda e a colaboração, reafirmando aqui a convocação para a nossa reunião da Comissão de Orçamento amanhã às 14 horas, quando apreciaremos o relatório do Comitê de Emendas.

Sr. Presidente, aproveito a ocasião para dizer que a Comissão de Ciência e Tecnologia vai realizar na próxima quarta-feira, como uma experiência positiva, uma audiência pública para discutir a medida provisória que trata da TV Pública ou do sistema de radiodifusão pública. Eu sei que é um tema muito afeito a V. Ex^a também. Acertamos isso com o Presidente Arlindo ontem. A comissão aprovou o requerimento hoje e estamos fazendo uma convocatória para todos os interessados.

Eu tive a honra de ser escalado para ser relator dessa matéria e conversei com o Presidente Arlindo e o Presidente Julio Semeghini. Acordamos, antes da apresentação do relatório, uma auscultação de todos os segmentos, propiciando assim melhorar o relatório; e entender e compreender a natureza verdadeira des-

se sistema público de radiodifusão que queremos implantar no Brasil.

Mais uma vez muito obrigado a V. Ex^a pela forma brilhante, democrática, diligente e dirigente com que V. Ex^a tem conduzido o Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Muito obrigado, ilustre Deputado Walter Pinheiro.

Não tenho dúvidas, pela convivência que tivemos na Comissão de Ciência e Tecnologia, de que essa matéria não poderia estar em melhores mãos. V. Ex^a tem se desincumbido de tarefas as mais árduas e

mais difíceis naquela Comissão de Ciência e Tecnologia, com todo o seu talento e com a sua competência, que são de reconhecimento de toda Casa.

Agradecemos também o seu trabalho e do Deputado Gilmar Machado, da Senadora Roseana Sarney, das lideranças da oposição; do Deputado Claudio Cajado, do Deputado Eduardo Gomes, do Deputado Vanderlei Macris, do Deputado Eduardo Sciarra que nos ajudaram a construir esse momento em que estamos produzindo resultados a favor do Brasil.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 13 minutos.)

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6****Telefones: 3311-4561 e 3311-5258**scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO E DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como uma reunião da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art.31, § 5º, do Regimento Interno do CCS.)

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**COMPOSIÇÃO****18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)****Designação: 27/04/2007****Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²****Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²****Vice-Presidente: Deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS)²****SENADORES**

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.brwww.camara.gov.br/mercosul

1 Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

2 Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

3 Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

4 Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 1º 10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



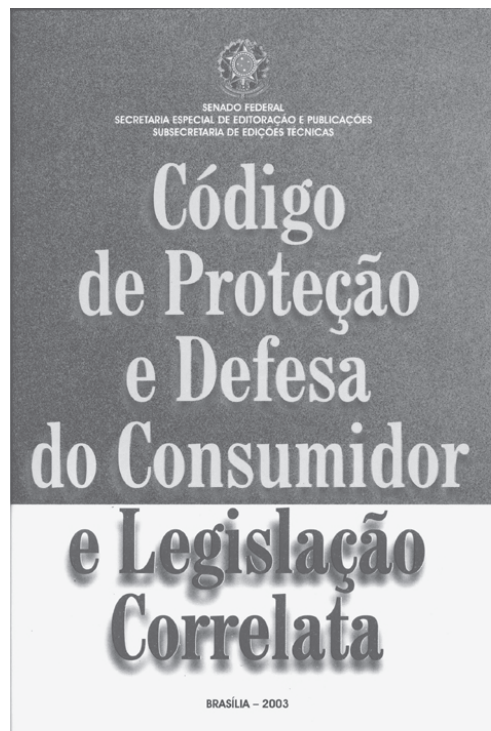
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 306 PÁGINAS